



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Vulnerabilidade e participação ativa das mulheres durante e no pós-conflito. A Libéria como estudo caso.

Diva Sofia Carvalho

Orientação: Professora Doutora Maria da Saude

Rodrigues Colaço Baltazar

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2017



**Vulnerabilidade e participação ativa das mulheres
durante e no pós-conflito. A Libéria como estudo caso.**

Diva Sofia Carvalho

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professora Doutora Maria da Saudade Rodrigues Colaço Baltazar

Évora, 2017

Página deixada em branco propositalmente

DEDICATÓRIA

*À minha avó, pela grande mulher que foi e por
tudo o que me ensinou*

EPÍGRAFE

“Women, who know the price of conflict so well, are also better equipped than men to prevent or resolve it.”

Annan, 2000, *cit in* Youngs, 2005)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de endereçar um especial agradecimento a todos os que, na duração do meu Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, expressaram os seus diferentes tipos de apoio e contributo, fundamentais ao meu crescimento pessoal e académico.

Antes de mais, gostaria de agradecer à Universidade de Évora, pela oportunidade e privilégio de efetuar os meus estudos e por ter contribuído para a concretização de mais uma etapa da minha formação académica.

À minha orientadora, a professora Doutora Maria da Saudade Baltazar, agradeço pela paciência, pela inspiração e por nunca ter desistido de me incentivar ao longo do meu trabalho, sendo um pilar fulcral.

Aos meus amigos mais próximos, por todo o tempo despendido, pelo apoio incondicional para ultrapassar as barreiras que se impuseram ao longo do processo e pela partilha dos bons e menos bons momentos, um especial obrigado.

Por último, sabendo que nada disto teria sido concretizável sozinha, dirijo um especial agradecimento à minha família, pelo seu apoio incondicional, incentivo, amizade e paciência demonstrados ao longo desta minha odisséia pelo ensino superior. A todos eles dedico este trabalho!

Por conta do espaço limitado a que se dedica esta secção, não foi possível expressar um agradecimento exaustivo a todas as pessoas que tiveram um papel crucial nesta caminhada académica que culmina na elaboração da presente dissertação, a todas elas, um obrigado!

RESUMO

Vulnerabilidade e participação ativa das mulheres durante e no pós-conflito. A Libéria como estudo caso.

No decorrer de um conflito armado o respeito pelos direitos da mulher cai muitas vezes no esquecimento. Por um longo período, as crueldades cometidas contra as mulheres não constaram da agenda internacional e por esse motivo, foram levadas a lutar contra a invisibilidade da guerra e a frisar o seu papel, não só enquanto vítimas, mas também enquanto participantes ativas na construção da paz. O processo foi lento, e embora tenha havido uma evolução nos papéis das mulheres durante e após o conflito, foi possível constatar que o impacto não foi significativo, apesar da adoção de Resoluções e documentos oficiais que procuravam tornar as mulheres partes integrantes do processo de construção da paz. A Libéria é um caso pertinente a ser estudado para se perceber o impacto da guerra nas mulheres e o seu papel no processo de promoção e construção da paz no seu país.

Palavras chave: mulheres; processos de paz; conflitos armados; Libéria

ABSTRACT

Vulnerability and active participation of women during and after conflict. Liberia as a case study.

During an armed conflict the respect for women rights often falls into oblivion. For a long time, the cruelties committed against women were not on the international agenda and for that reason, they were led to fight against the invisibility of war and emphasize its role, not only as victims, but also as active participants in the construction of peace. It was a slow process, and although there was an evolution in the roles of women during and after conflict, it was possible to verify that the impact was not significant, despite the adoption of Resolutions and official documents that sought to make women part of the peace construction process. Liberia is a relevant case to be studied in order to understand the impact of war on women, and its role in the process of promoting and building peace in their country.

Key words: women; peace processes; armed conflicts; Liberia.

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS.....	X
LISTA DE QUADROS.....	XI
LISTA DE TABELAS.....	XII
LISTA DE ACRÓNIMOS.....	XIII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	7
1. Conflitos armados e processos de paz na perspectiva das Relações Internacionais.....	7
1.1. Conflitos armados.....	8
1.1.1. Tipologia dos conflitos.....	10
1.1.2. A guerra nas relações internacionais.....	13
1.2. Paz.....	18
1.2.1. Paz positiva e paz negativa.....	19
1.2.2. A paz nas Relações Internacionais.....	21
1.2.3. Processos de paz.....	24
1.2.3.1. As mulheres e os processos de paz.....	26
2. Principais atores no sistema internacional.....	29
2.1. Estado.....	31
2.2. Atores não-estaduais.....	33
CAPÍTULO II – PERSPETIVA EVOLUTIVA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL QUANTO À PARTICIPAÇÃO FEMININA.....	35
1. Evolução histórica da participação feminina nos conflitos armados e processos de paz.....	35
1.1. Uma presença marginalizada.....	36
1.2. A progressiva militarização e participação ativa.....	39
2. Promoção da igualdade género na comunidade internacional.....	45
2.1. A mulher e os conflitos armados: vulnerabilidade.....	45
2.2. A comunidade internacional e a promoção da igualdade de género.....	49
2.2.1. Envolvimento das mulheres nos processos de paz.....	54
CAPÍTULO III – NAÇÕES UNIDAS E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO DOMÍNIO DA SEGURANÇA E DEFESA INTERNACIONAL.....	58

1. Mudanças de abordagem no âmbito das Nações Unidas quanto à participação feminina no domínio da segurança e defesa internacional	58
1.1. Iniciativas das Nações Unidas para as mulheres em matéria de paz e segurança	58
1.2. Resolução 1325	66
1.2.1. Outras resoluções	70
2. “O futuro que as mulheres querem”	74
CAPÍTULO IV – AS MULHERES E A PARTICIPAÇÃO ATIVA NO CONTEXTO DA PAZ	78
1. Participação feminina nos processos de paz	79
2. Organização das Nações Unidas (ONU)	83
2.1. Tipologia das operações de paz	83
2.2. Estatísticas: mulheres e as operações de paz	86
2.3. As mulheres nas forças armadas de Estados-membros das Nações Unidas	90
3. Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)	92
3.1. A OTAN e a dimensão de género	92
3.2. Estatísticas: a presença feminina na OTAN	96
4. União Europeia (UE)	100
4.1. A integração da Resolução 1325 e a perspetiva de género na UE	100
4.2. Estatísticas: a União Europeia e as mulheres	103
CAPÍTULO V – ESTUDO DE CASO: AS MULHERES NA LIBÉRIA	107
1. Libéria: Perfil e guerras civis	107
1.1. Perfil do país	107
1.2. Enquadramento das guerras civis	111
2. O lugar ocupado pelas mulheres na sociedade liberiana	115
2.1. Situação económica	116
2.2. Situação social	117
2.2.1. As mulheres e o emprego	117
2.2.2. As mulheres e a educação	118
2.2.3. As mulheres e a saúde	118
2.2.4. As mulheres e o ambiente	119
2.3. Os direitos humanos e a violência baseada no género	119
2.4. A justiça e a política	121
2.4.1. As mulheres e o acesso à justiça	121
2.4.2. Governação e tomada de decisão	121

3. Vulnerabilidade e participação ativa: o papel das mulheres liberianas na guerra civil e na reconstrução do país.....	122
3.1. Impacto do conflito na população feminina	122
3.2. O compromisso e influência das mulheres liberianas na criação da paz	125
3.3. Implementação da Resolução 1325 na Libéria	130
4. Desafios e preocupações	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
ANEXOS	160
Anexo I	161
Anexo II.....	161
Anexo III.....	162
Anexo IV.....	162
Anexo V	163
Anexo VI.....	163
Anexo VII	164
Anexo VIII.....	164
Anexo IX.....	165
Anexo X.....	165
Anexo XI.....	166
Anexo XII	166
Anexo XIII.....	167
Anexo XIV	167
Anexo XV	169
Anexo XVI.....	170
Anexo XVII	171
Anexo XVIII.....	172
Anexo XIX.....	173
Anexo XX	174
Anexo XXI.....	175
Anexo XXII	176
Anexo XXIII.....	177
Anexo XXIV	178
Anexo XXV	179

Anexo XXVI.....	180
Anexo XXVII	181
Anexo XXVIII.....	182
Anexo XXIX.....	182
Anexo XXX.....	183
Anexo XXXI.....	183
Anexo XXXII	184

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Retrato de Joana d’Arc

Figura 2. Retrato de Florence Nightingale

Figura 3. Um grupo de *Voluntary Aid Detachment* (VAD) da Cruz Vermelha Britânica com as Enfermeiras do serviço de transporte feminino de primeiros socorros a 27 de junho de 1917

Figura 4. Fotografia de *Women’s Auxiliary Army Corps* (WAAC) a fazer o juramento no Exército dos EUA, no Fort Des Moines, a 1 de setembro de 1943

Figura 5. Fotografia dos membros da WRAF (Mulheres da Força Área Real)

Figura 6. Fotografia dos oficiais do Serviço Naval Real das Mulheres (WRSN) a marchar após o Diretor

Figura 7. Retrato de Jane Adams

Figura 8. Retrato de Maria Bochkareva

Figura 9. Fotografia de *Women Air Force Pilots* (WASP) em missão no campo Moore, no Texas

Figura 10. Fotografia de Miriam Coronel Ferrer

Figura 11. Fotografia de Joyce Banda, segunda mulher Presidente na África

Figura 12. Fotografia de Ellen Johnson Sirleaf, primeira mulher Presidente eleita democraticamente na África

Figura 13. Fotografia Catherine Samba-Panza, Presidente Interina da República Centro-Africana

Figura 14. Mapa da Libéria

Figura 15. Mapa dos Condados da Libéria

Figura 16. Fotografia de Leymah Gbowee

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Percentagem de acordos de paz que incluem pelo menos uma referência às mulheres (1990 até outubro de 2000 e novembro de 2000 até 2015)

Quadro 2 – Pessoal feminino militar e policial nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas, 2010-2013

Quadro 3 – Índice de integração feminina nos países da NATO (2000)

Quadro 4 – Média de homens e mulheres nas forças armadas dos Estados-membros em 2014

Quadro 5 – Percentagem de mulheres nas forças armadas dos Estados-membros da NATO, por mês em 2014

Quadro 6 – Pessoal militar feminino ativo nas forças armadas das nações membro da NATO, por país

Quadro 7 – Pirâmide da População

Quadro 8 – Representação do gênero por setor de atividade

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Visão geral dos principais termos sobre a paz positiva e negativa de Johan Galtung

Tabela 2 – Participação feminina nos processos de paz (1992-2011)

Tabela 3 – Propostas taxinómicas segundo a ONU e a OTAN

Tabela 4 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2007)

Tabela 5 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2008)

Tabela 6 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2009)

Tabela 7 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2010)

Tabela 8 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2011)

Tabela 9 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2012)

Tabela 10 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2013)

Tabela 11 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2014)

Tabela 12 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2015)

Tabela 13 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2016)

Tabela 14 – Missões da ONU em África

LISTA DE ACRÓNIMOS

- BINUB** – Operação das Nações Unidas no Burundi
- CEDAW** – Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
- CPEA** – Conselho de Parceria Euro-Atlântico
- CSNU** – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- CSW** – Comissão sobre o *Status* da Mulher
- DAW** – Division for the Advancement of Women
- DDR** – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
- DPKO** – Departamento de Operações de Manutenção da Paz
- ECOWAS** – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- EUA** – Estados Unidos da América
- FA** – Forças Armadas
- FMLN** – Frente Farabundo Martí de Liberação Nacional
- LWI** – Liberian Women’s Initiative
- MARWOPNET** – Mano River Union Women Peace Network
- MINURCAT** – Missão da ONU na República Centro-Africana e no Chade
- MINUSCA** - Missão Integrada Multidimensional de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana
- MODEL** – Movement for Democracy in Liberia
- MONUSCO** – Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
- MPS** – Mulheres, Paz e Segurança
- NPFL** – Frente Partidária Nacional da Libéria
- ONG** – Organização Não Governamental
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- ONU Mulheres** – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres
- OSCE** – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
- OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico
- PCSD** – Política Comum de Segurança e Defesa da EU
- PNA** – Plano Nacional de Ação
- RCSNU 1325** – Resolução 1325
- RI** – Relações Internacionais

UA – União Africana

UE – União Europeia

UNAMA – Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão

UNAMI - Missão de Assistência das Nações Unidas no Iraque

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

UNMIL – Missão das Nações Unidas na Libéria

VAD – Voluntary Aid Detachment

WAAC – Women’s Auxiliary Army Corps

WIPNET – Women in Peacebuilding Network

WRAF – Women’s Royal Air Force

WRNS – Women’s Royal Naval Service

INTRODUÇÃO

Por conta das brechas que existem no Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário, as mulheres acabam sempre por sofrer em todos os conflitos armados. Elas são vítimas de todas as formas de violência sexual, de um modo incontrolável e contínuo por, muitas vezes, servirem para humilhar ou destruir comunidades. Através da violação das mulheres e da mutilação dos seus órgãos, os inimigos demonstram a incapacidade dos homens da sua comunidade em protegê-las, quer sejam esposas, filhas ou membros do grupo a que pertencem. No período pós-conflito as mulheres continuam a ser alvo de agressões sexuais e muitas delas são executadas pelos membros das suas comunidades (Ivanciu, 2016).

É grande o número de mulheres que experienciam momentos de violência extrema pelo simples facto de serem mulheres e também por não serem reconhecidos os mesmos direitos ou autonomia de que os homens. Acabam por ser sujeitas às perseguições baseadas no género, à violência sexual, à escravatura e também a um elevado nível de discriminação e opressão (Rehn & Sirleaf, 2002).

Em 1946, durante a primeira reunião da Assembleia Geral da ONU, Eleanor Roosevelt afirmou que as mulheres deveriam ter as mesmas oportunidades de desempenhar funções na área da paz e da reconstrução pós-bélica, da mesma forma que o fizeram durante os tempos de resistência e guerra. Esse pensamento veio a associar dois tópicos sensíveis, a paz e a segurança, a um assunto que até à época era muito pouco discutido: o papel da mulher em conflitos armados. Este discurso foi muito inovador e com o passar dos anos, pode-se dizer que as sementes lançadas por Roosevelt deram frutos, porém foram necessários muitos anos, com um caminho sinuoso de idas e vindas, para que a comunidade internacional passasse a incluir as ideias sobre a igualdade de género na agenda da paz e segurança. Graças ao papel ativo das mulheres na procura de igualdade em todas as esferas, públicas e privadas, durante a década de 80, as Nações Unidas lançaram esforços para que fossem estabelecidas metas a alcançar para a igualdade das mulheres, *“The relevance of the status of women to peace was somewhat acknowledged when raising the status of women was undertaken as a task for international society in the mid-twentieth century by the United Nations”* (Webel, & Johansen, 2012, p.383). A luta pelos direitos humanos da mulher, gerou grande interesse e veio a resultar no estabelecimento da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, também na criação de um conjunto de normas de modo a que os direitos da

mulher fossem reconhecidos como direitos humanos universais, na quarta conferência mundial sobre a mulher em Pequim (Webel, & Johansen, 2012).

De todos os avanços feitos, a Resolução 1325, *Women, Peace and Security*, adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2000, foi a que mais relevância teve até então. Por se tratar de uma sessão que na sua totalidade se dedicou a debater as experiências das mulheres nas situações durante os conflitos e pós-conflitos, foi vista com bons olhos. Chamava à atenção para os crimes cometidos contra as mulheres, a necessidade de haver maior proteção para as raparigas e mulheres durante as guerras, também se debateu a necessidade de serem nomeadas mais mulheres para as missões e operações de manutenção da paz levadas a cabo pelas Nações Unidas, assim como o aumento da sua participação nos processos de tomada de decisão (Cohn, et al., 2010).

Neste contexto, passou-se de uma perceção da mulher como sendo apenas uma vítima dos conflitos armados, para passar a olhá-la como participante do processo de pacificação, dotada de capacidades que lhe permite ser um elemento vital para a promoção da paz. Até então as mulheres eram sempre tidas como seres frágeis que viam violados os seus direitos humanos, sobretudo durante e após um conflito armado, sem poder ter muita atuação sobre essa adversidade. Acabavam por ser discriminadas e esquecidas, porém a atenção dada às questões levantadas por muitos ativistas dos direitos das mulheres levou a que a história se fosse alterando e que a comunidade internacional caminhasse para integração da perspetiva de género (Norville, 2011).

A questão do género ganhou força sobretudo a partir da última década. Em parte, devido à perceção da dimensão de o “género” nos conflitos armados e a crescente necessidade em integrá-lo nas operações de paz como requisito da agenda de segurança e defesa internacional. Por outro lado, há a considerar a ascensão de conflitos com novas dimensões que levaram a que a abordagem das missões de manutenção de paz tivesse de se expandir para outras áreas: intervenção humanitária, policiamento de civis, desmobilização, monitorização dos direitos humanos, entre outras, o que tornou possível irem sendo atribuídas várias tarefas às mulheres. Acredita-se que o género se tem vindo a tornar um fator importante nas diversas etapas de apoio à paz, nomeadamente, na estruturação, implementação e avaliação das operações internacionais (Carreiras, 2014).

Muitas raparigas e mulheres continuam a ser alvo de violência sexual, tendo sido esse facto preponderante para que fosse adotada a Resolução 1325, contudo há a perceção de que o número de mulheres em cargos que até então eram ocupados, única e

exclusivamente, por homens tem vindo a aumentar. O reconhecimento, na resolução 1325 do Conselho de Segurança, de que as mulheres são afetadas de forma desigual durante os conflitos armados, permitiu que se chegasse à conclusão de que elas devem cumprir um papel fulcral de modo a ser alcançada uma paz após o término dos conflitos. O aumento da participação feminina nos processos de paz tem vindo a acontecer, porém este não é ainda relevante, pois os homens surgem em maior número comparativamente às mulheres (Rebelo, 2013).

Tomando em linha de conta o reconhecimento que tem vindo a ser dado ao papel das mulheres como atores ativos nos processos de construção da paz, torna-se imprescindível investigar qual tem vindo a ser esse papel e qual a importância que tem para a promoção e construção da paz. Pretende-se, com o estudo do caso concreto da Libéria, averiguar como é que as mulheres liberianas, quer seja através da sua participação nas missões de manutenção da paz levadas a cabo pela Organização das Nações Unidas, da sua presença nas mesas de tomada de decisão, nas negociações, ou até mesmo pela participação nas várias iniciativas de apoio à construção da paz promovidas pelas organizações locais, formais ou informais, têm influenciado o decurso do conflito ou a reconstrução do país após a sangrenta guerra civil. A escolha da Libéria como estudo de caso deveu-se ao facto das inúmeras pesquisas iniciais revelarem que as mulheres liberianas haviam tido um grande impacto no decorrer das guerras civis e na reconstrução do país. O principal ponto a analisar no decorrer desta investigação incide sobre o papel das mulheres durante e no pós-conflito, portanto considerou-se que seria pertinente averiguar que impactos as mulheres liberianas tiveram para o término e reconstrução da paz.

No âmbito da temática relacionada com as mulheres, a paz e os conflitos foram já dados contributos através de os estudos feitos em torno do papel das mulheres quer nos conflitos armados, quer nos processos de paz. Rebelo (2013), em “O equilíbrio de género nas operações de paz: avanços e desafios”, reflete acerca do lugar ocupado pela mulher nas operações de manutenção da paz, sob a forma de uma questão “onde estão as soldadas da paz?”. No mesmo ano, Helena Carreiras com o artigo “Mulheres, direitos e eficácia militar: o estado do debate”, verificou que os argumentos usados para justificar a exclusão da participação das mulheres em algumas áreas militares, mantêm-se inalterados. Ivanciu (2016) em “The protection of women during armed conflicts” constatou que a natureza dos conflitos se alterou ao longo dos anos, porém dentro da amalgama das mudanças há uma constante o *status* das mulheres especialmente o de mais afetadas pelos conflitos.

Amedzrator (2014), em “Breaking the Inertia: Women’s Role in Meditation and Peace Processes in West Africa”, analisou a mulher e os seus diferentes papéis durante um conflito, bem como a ideia de que as atitudes discriminatórias e a violência contra as mulheres inibe os seus esforços para igualar a posição ocupada na mesa de decisões. Claude Weber (2015) no seu livro “Les femmes militaires” aborda questões relativas à mulher e à sua participação nas forças armadas, através de uma abordagem histórica da participação feminina na guerra e do recrutamento das mulheres para as forças armadas das organizações regionais e de alguns países.

As questões relativas à mulher associada ao conflito armado, enquanto vítima e participante ativa de todo o processo de paz, têm vindo a ganhar maior destaque na comunidade internacional pela grande dificuldade em serem implementadas de forma plena, as tentativas (Resoluções e documentos oficiais) de integração da perspectiva de género em todas as áreas da resolução do conflito armado. A escolha do tema a ser estudado torna-se pertinente, uma vez que procurará contribuir, tanto para a desmistificação da ideia da mulher enquanto vítima como para chamar à atenção da comunidade internacional para a necessidade de serem feitos maiores esforços para acabar com o impacto discrepante das guerras nas mulheres e nas crianças e integrá-las em todas as etapas da construção da paz. Foi escolhido como estudo de caso a Libéria devido ao papel desempenhado pelas mulheres durante e após o término das guerras civis. O seu contributo foi importante para o rumo das negociações de paz e para a reconstrução do país nos anos após o conflito. Todos estes fatores referidos anteriormente tornam pertinente a escolha do tema não só por se tratar de um tema atual, mas também por ser relevante para o desenvolvimento de estudos futuros relacionados com o tema das mulheres e a sua participação no conflito.

Objetivos da dissertação

Ao elaborar esta dissertação o objetivo principal assenta na tentativa de compreender, face às dinâmicas internacionais, a dupla perspectiva do papel da mulher, na sua vulnerabilidade como vítima em situação de conflito e como agente ativo nos processos de paz, nomeadamente no caso da Libéria.

Os objetivos específicos são:

- 1) Conhecer a perspectiva evolutiva da participação feminina enquanto atores ativos da sociedade contemporânea, com vista à promoção da igualdade de géneros.

- 2) Indagar acerca das mudanças de abordagem, no âmbito das Nações Unidas, quanto à participação das mulheres no domínio da segurança e defesa internacional;
- 3) Identificar o envolvimento das mulheres no contexto da paz: nos processos de paz, nos diferentes tipos de missões desenvolvidas pelas organizações internacionais e regionais, negociações, etc.;
- 4) Estudar o papel da mulher na dupla perspectiva da sua vulnerabilidade no decorrer das guerras civis da Libéria, assim como, a sua participação ativa durante e no pós-guerra.

Metodologia

De modo a alcançar os objetivos estabelecidos, a investigação será apoiada pela metodologia dos estudos qualitativo. Tratar-se-á, portanto, de um estudo exploratório levando em linha de conta a descrição e a interpretação. No apoio ao método, recorrer-se-á à pesquisa bibliográfica: livros, artigos científicos, teses e dissertações, e também à pesquisa documental, contando com os relatórios oficiais e algumas páginas de internet.

Para a elaboração do Capítulo IV foi feita a recolha e análise de dados estatísticos disponibilizados pela Organização das Nações Unidas na sua página oficial. O mesmo não aconteceu com as outras duas organizações, OTAN e UE, que apesar de ter conseguido alguns dados oficiais referentes às missões, não foram em número excessivo.

Estrutura da Dissertação

No que concerne à estrutura da dissertação esta encontrar-se-á dividida em cinco capítulos. O Capítulo I será dedicado ao enquadramento teórico-concetual, onde serão analisados os tópicos referentes ao tema a abordar: os conflitos armados e os processos de paz na perspectiva da disciplina das Relações Internacionais. Procurar-se-á mostrar o que são os conflitos armados, uma vez que os conceitos “guerra” e “conflito” confundem-se e precisam ser explicados, e a tipologia dos mesmos. Será também explorado o conceito de paz, com vista a compreendermos do que se trata a “paz positiva” e a “paz negativa” e a importância da presença feminina nos processos de paz. Por fim, serão abordados os principais atores no sistema internacional, uma vez que estes encontram-se intrinsecamente ligados aos fenómenos da paz e da guerra.

No Capítulo II será destacada a perspectiva evolutiva da comunidade internacional quanto à participação feminina. Neste ponto será dada atenção à evolução histórica da

participação feminina nos conflitos armados, bem como na construção da paz, olhando assim cronologicamente para aquela que foi desde sempre a participação das mulheres (uma presença marginalizada) e para a atual presença marcada pelo ativismo e a progressiva militarização. O capítulo terminará com análise da promoção da igualdade de género no seio da comunidade internacional e o envolvimento das mulheres nos processos de paz, olhando primeiramente para mulher enquanto vítima dos conflitos armados, para numa segunda parte discursar acerca do trabalho de promoção da igualdade de género que adveio da constatação de que as mulheres eram vítimas dos conflitos armados. No ponto relativo ao envolvimento das mulheres nos processos de paz serão dados exemplos de casos onde as mulheres foram uma mais valia para o processo.

Dentro do Capítulo III será enunciada a visão da Organização das Nações Unidas (ONU) relativamente à participação feminina no domínio da segurança e defesa internacional. Irão ser abordadas as mudanças que se deram na abordagem da Organização relativamente à participação feminina, tendo em conta as iniciativas por ela criadas para as mulheres em matéria de paz e segurança: a Resolução 1325 e outras importantes. Por fim será dada atenção à nova agenda da ONU para as mulheres e para o seu futuro.

O capítulo IV irá assentar na análise da participação ativa no contexto da paz das mulheres. Neste capítulo irá ser olhada a dimensão de género dentro de cada uma das três organizações escolhidas, a ONU, a OTAN e a UE e a representatividade das mulheres dentro de cada uma, através dos dados recolhidos acerca da participação das mesmas nos processos de paz.

No capítulo V será abordado e analisado o estudo de caso escolhido, a Libéria, para poder mostrar que o papel das mulheres durante e após o conflito armado pode e é tanto o de vítima como o de agente ativo.

A dissertação terminará com um conjunto de reflexões finais que procurarão contribuir, através das sugestões lá presentes, para eventuais investigações futuras que possam surgir, dentro daquele que é o tema das mulheres e a sua participação nos conflitos armados, mais precisamente nos processos de paz, quer enquanto vítimas ou enquanto agentes ativos.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

1. Conflitos armados e processos de paz na perspectiva das Relações Internacionais

Quando a Primeira Guerra Mundial deflagrou, poucos eram aqueles que acreditavam que a guerra duraria mais do que alguns meses, e menos ainda aqueles que previam a dimensão da catástrofe que aí viria. Uma vez terminada, ao fim de quatro anos, e tendo em conta a chacina que decorreu neste período, manifestou-se a preocupação com o custo da guerra para as vidas humanas. Essa ideia foi vinculada à crença de que a antiga ordem internacional, com todos os seus secretismos em torno da diplomacia e dos tratados, era simplesmente imoral, e como tal muitos pensadores influentes e filantropos passaram a crer que seriam necessárias novas formas de se pensar as Relações Internacionais. No seguimento da guerra refletiu-se acerca da necessidade de haver uma nova disciplina académica que se dedicasse à compreensão e à prevenção do conflito internacional e dessa forma o campo das Relações Internacionais (RI) surgiu (Brown & Ainley, 2005). Anos mais tarde, após uma Segunda Guerra Mundial mortífera e uma nova ordem internacional instalada, deu-se uma mudança no curso das RI.

As Relações Internacionais, para alguns dos estudiosos, têm como núcleo distintivo os assuntos da guerra e da paz, assim como, os conflitos e a cooperação. O próprio foco clássico das RI incide sobre a análise das causas da guerra e as condições da paz (Smith, 2013), daí que muitos teóricos da área tenham tido a preocupação de dar enfoque à natureza e às causas dos conflitos nas demais perspectivas teóricas.

Muitas das suposições feitas acerca do que é a paz ou até mesmo do que deveria ser, advêm daquele que é o debate acerca da guerra, dominante nas RI. Sendo que há um infinito fluxo entre a guerra e a paz, dentro daquele que é o mesmo universo concetual¹, uma vez que o surgimento de uma guerra leva a que sejam realizados tratados², é razoável que as teorias das RI ao estudarem a guerra deem o seu contributo para os estudos da paz (Richmond, 2012).

¹ Ideia referenciada pelo Professor, Doutor em geografia humana, Demétrio Magnoli, em entrevista ao jornal *Gazeta do Povo*. Voitch, G. (2008) In <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-paz-nasce-da-guerra-b8s72c4ai4flzlev0ta3rtqoe>

² A Paz de Vestfália ou Tratados de Münster e Osnabrück é exemplo de um acordo realizado que marcou o término de uma guerra, neste caso a Guerra dos 30 anos. E a sua importância reside no facto de ter sido um marco na mudança da ordem internacional, em que os Estados passaram a atuar como atores das relações internacionais (Mendes, 2014).

1.1. Conflitos armados

Ainda que não haja uma definição consensual estabelecida acerca do que constitui um conflito armado, este, segundo *Uppsala Conflict Data Program*³, pode ser definido como sendo uma discórdia política entre dois atores. Isto é:

a political disagreement between one actor (a state) and another actor (which could be a state or an organization). That conflict must have arrived at a certain magnitude, and that we measure in terms of 25 people being killed during a year. (Wallensteen, 2009, *cit in* Pfanner, 2009, p.7)

As Convenções de Genebra, série de tratados internacionais⁴, reconhecem duas perspectivas distintas de conflito armado, internacional e não-internacional. O primeiro é tido como um conflito que se dá entre duas ou mais das mais Altas Partes Contratantes, por exemplo uma contestação de interesses entre Estados, e não tem importância a duração ou o número de vidas perdidas durante o conflito. No segundo tipo as condições significativas são a natureza, a duração e intensidade do conflito. Este é reconhecido por perturbações a nível interno e tensões, ou como atos isolados e periódicos de violência e por esse motivo é considerado um conflito ou Guerra civil (Balendra, 2007; Carvalho, 2003).

Atualmente, são várias as dimensões dos conflitos armados. Aspectos como o carácter das forças envolvidas, a natureza e extensão das limitações que são impostas, o grau de interesse nacional e a projecção quanto à duração do conflito ou, até mesmo a

³ *Uppsala Conflict Data Program* é um programa de dados dos conflitos armados da Universidade de Uppsala na Suécia. Através deste programa têm sido registrados os conflitos violentos que estão em curso, assim como a recolha de uma vasta informação acerca dos aspectos do conflito armado, as dinâmicas e resolução. “*The UCDP data are one of the most widely-used data sources on global armed conflicts, and its definition of armed conflict is becoming a standard in conflict studies.*”. (International Review of the Red Cross, 2009)

⁴ As Convenções de Genebra e os Protocolos Adicionais que foram assinados mais tarde “*são tratados internacionais que contêm as normas mais relevantes que limitam as barbáries da guerra.* Tiveram em conta os direitos das pessoas que não participam dos combates - civis, profissionais humanitários, pessoal de saúde, assim como aqueles que já não combatem – militares feridos, doentes, prisioneiros de guerra. Adaptado do Comité Internacional da Cruz Vermelha (2010) <https://www.icrc.org/por/war-and-law/treaties-customary-law/geneva-conventions/overview-geneva-conventions.htm>

duração do conflito, contribuem para uma significativa alteração do rumo dos conflitos. São este conjunto de situações que os conflitos armados abrangem que podem levar a que as forças militares possam ter que ser requisitadas para operar tanto em função da paz como de uma guerra nuclear.

Os conflitos ainda hoje permanecem comuns e com muito pouca diferenciação entre guerra e paz. Por conta da intrínseca ligação, tanto concetual como empírica, da guerra, paz, crises, conflitos armados, terrorismo e o crime, os limites destes campos acabam por se misturar. Todos eles se caracterizam pela mútua desconfiança entre os adversários, as tensões e hostilidade (Brecher, 1996).

A concepção de Guerra sofreu alterações aos longos dos anos. Se Clausewitz (s.d) se referia a este fenómeno como sendo a continuação da política por outros meios que se definia pela ausência da paz e pela suposição de que esta teria de se realizar entre Estados e deveria haver uma declaração formal, nos dias de hoje novas concepções que se afastam daquela dada por Clausewitz foram formuladas. Por conta das significativas alterações que se geraram no seio da comunidade internacional, o conceito de guerra atualmente pode ser visto como “*a struggle by armed force of certain intensity between groups of a certain size, consisting of individuals who are armed, who wear distinctive insignia and who are subjected to military discipline under responsible command*” (Detter, 2000, p. 26). Deixou-se de falar de Estados e o conseqüente falhanço da diplomacia porque as guerras atuais⁵ são pautadas pelas profundas mudanças que se deram a nível internacional, e desse modo passaram a ser em sua grande maioria intraestatais, de baixa intensidade, em escala micro, mas manifestam-se a nível global e decorrem entre grupos armados organizados (Silva, 2004; Moura, 2005).

Levando em linha de conta a evolução do conceito de guerra, é, portanto, plausível que se tenha em consideração que ao longo deste trabalho as referências feitas a esse fenómeno, serão entendidas como o grande número de conflitos e disputas de maior ou menor dimensão entre grupos armados. Desta forma, e para que se possa avaliar as causas

⁵ “novas guerras” ou “conflitos de baixa intensidade”, são um termo definido e analisado primeiramente por Mary Kaldor, que constata que as novas guerras são caracterizadas por um novo tipo de violência organizada que dificulta a percepção diferencial do que é a guerra (regra geral, violência entre Estados por razões políticas), crime organizado (violência levada a cabo por grupos de organização privada com objetivos privados), e as violações dos direitos humanos (usualmente por parte dos Estados contra indivíduos) (Moura, 2005).

da guerra, é necessário recorrer a uma abordagem teórica que nos permita compreender e expandir o nosso conhecimento no assunto.

A disciplina das Relações Internacionais dispõe de um vasto leque de abordagens teóricas que fornecem diversas visões acerca das causas de um determinado acontecimento, por esse motivo não há apenas um olhar sobre as questões internacionais, mas sim inúmeros. Cada corrente teórica contribui com a sua percepção acerca dos mais diversos assuntos, desde o poder, Estados, anarquia até a cooperação e a guerra. O realismo e liberalismo são as teorias que mais debatem acerca da origem e causas da guerra, e por esse motivo serão utilizadas para que se possa compreender a guerra.

1.1.1. Tipologia dos conflitos

Sobretudo a partir da segunda metade do século XX, foi dado maior enfoque à natureza e características dos conflitos armados. Os estudiosos da área dos conflitos, convictos de que para uma melhor construção da paz seria necessário serem desenvolvidos estudos acerca da guerra, centraram a sua atenção e investigações naquela que é a natureza e características dos conflitos armados, assim como os processos e técnicas de resolução dos mesmos (Fernandes, 1991).

São vários os tipos de conflitos que deflagram em todo o mundo. Branco, et al. (2017) mencionam os conflitos intraestados, também intitulados de guerras civis, que são considerados uma incompatibilidade referente ao território ou ao governo, em que o uso da força por ambas as partes envolvidas, sendo que uma delas é o governo do Estado leva à morte de pelo menos 25 pessoas em combate, num determinado ano. Os conflitos intraestados passam a ser internacionalizados caso haja o envolvimento de outros Estados, isto é, quando outros Estados apoiam um dos lados do conflito ou ambos. Este tipo de conflitos ocorre com pouca frequência durante anos e são menos frequentes os anos em que acontecem com alta intensidade. Existem os conflitos extra-sistémicos, recorrentes até à década de 60 quando se deram os processos de descolonização, que envolvem uso de força entre um Estado e um grupo não estatal fora do seu território.

A partir da década de 80 tem sido dada maior atenção a outros tipos de conflitos que decorrem no espaço de um Estado, porém com características distintas das dos conflitos indicados anteriormente. Os conflitos não-estatais são estabelecidos pelo uso da força das armas entre dois grupos armados e organizados, sendo que nenhum dos grupos participantes são o governo do Estado. Daqui resultam, assim como nos conflitos intraestados, pelo menos 25 mortes, num determinado ano. A violência contra civis está

associada ao uso da força das armas aplicada aos civis, tanto por um grupo formalmente organizado como por um Estado. Ambos os conflitos acontecem com grande recorrência, porém são os conflitos intraestados e intraestados internacionalizados que provocam um maior número de mortes (Branco, et al., 2017).

Anteriormente foi referido que não há um consenso geral acerca do conceito de conflito. Pela dificuldade em se definir um só significado para conflitos devido aos inúmeros significados que lhe são inerentes, e na tentativa dos teóricos de classificar os conflitos, são tomados por referência os conflitos internacionais. Estes envolvem duas ou mais partes, Estados ou organizações politicamente organizadas, que se confrontam por conta de uma grave oposição de interesses (Carvalho, 2003).

São diversas as perspectivas teóricas de análise acerca das tipologias dos conflitos e estas acomodam critérios distintos. Alguns dos teóricos, para produzir uma classificação, apoiam-se nas características dos conflitos, outros no caráter dimensional e outros ainda enumeram os conflitos com base nas causas que lhes estão na origem.

Deutsch (2006) apresentou uma tipologia de conflitos que assenta na distinção de conflitos destrutivos e construtivos. Esta dicotomia determina-se na medida em que um dos conflitos tem consequências destrutivas, isto é, há um processo competitivo numa perspectiva de vencedor-perdedor e uma das partes fica descontente com os resultados por sentir que perdeu em função da outra. Esta perspectiva leva a que ambos os lados acreditem que o outro é que provoca, não é confiável e tem más intenções, não permitindo aos dois ver que ambos contribuem para todo o processo de conflito. O conflito construtivo parte de uma perspectiva cooperativa, de vencedor-vencedor, portanto, ambas partes ficam satisfeitas com os resultados ao sentirem que venceram o conflito. A grande diferença é que nesta última as pessoas discutem as suas diferenças com o objetivo de clarificá-las e na tentativa de obter uma solução entre as partes integrantes.

Deutsch identificou ainda os demais tipos de conflito: os conflitos verídicos são aqueles em que as partes envolvidas têm interesses diferentes, e só se poderá resolver o problema com a perda para uma das partes; os conflitos contingentes que ocorrem do facto de uma das partes oferecer uma proposta/resultado que não será beneficiante para a outra parte; os conflitos deslocados dão-se quando os intervenientes discutem acerca dos assuntos errados, incapazes de perceber qual o verdadeiro problema; conflitos mal atribuídos acontecem quando se dão entre partes erradas (não as que deveriam fazer parte do conflito), acerca de assuntos errados; os conflitos latentes são aqueles que estão implícitos; os conflitos falsos surgem quando não há um motivo fundamentado para que

tal aconteça. O conflito está na percepção das pessoas e não nos factos reais (Deutsch, 2006; Oliveira, 2007).

Segundo Fernandes (2011), Robert Bosc expôs três tipos de conflitos internacionais - conflitos ideológicos, conflitos de interesses e os conflitos revolucionários. O primeiro resulta da rivalidade entre Leste-Oeste e é marcado pela luta pelos ideais e pelo modo de vida predominante. No segundo tipo de conflitos, os interesses económicos ou políticos surgem como plano principal, por esse motivo engloba a guerra clássica para a tomada de um território, pela riqueza natural ou por uma fronteira. O terceiro e último, é característico das guerras de emancipação e colonial e podem ser, tanto conflitos de interesse como ideológicos. Seja pela valorização do território ou porque nasceram nele, diferentes grupos de pessoas lutam pelo território.

Fernandes (2011) explica que Gonidec apresentou também uma tipologia dos conflitos recorrendo ao seu carácter dimensional. Teve em conta a quantidade e qualidade dos atores internacionais envolvidos no conflito, isto é, o número de participantes e qual a sua natureza, se a mesma ou diferente. Também levou em conta a extensão geográfica que faz uma distinção entre os conflitos internos, que inicialmente podem parecer estar excluídos do contexto internacional, mas que por conta de um conjunto de fatores (lutas pela libertação ou independência, movimento de libertação nacional, etc.), adquiriram uma dimensão internacional e conflitos internacionais. Os últimos podem ser divididos em conflitos locais, regionais e planetários. Relativamente ao objeto dos conflitos, este diferenciou conflitos jurídicos de conflitos políticos e os conflitos com um objeto preciso e limitado, nos quais as reivindicações são claramente afirmas, dos que possuem um carácter mais difuso, vago e que podem abarcar inúmeras questões e problemas. Por fim, menciona que no que concerne os meios utilizados pelas partes que entram em confronto, estes permitem-nos avaliar a intensidade dos conflitos internacionais. Silviu Brucan, tendo em conta a natureza dos conflitos definiu conflitos que surgem por conta do jogo das grandes potências, conflitos originados pelas diferenças de poder militar, conflitos que resultam de relações de dependência e dominação, conflitos oriundos da existente oposição entre sistemas sócio-económicos, conflitos originários das transformações sociais e conflitos incitados por um litígio entre dois países (Fernandes, 2011).

Na sua obra “*O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*”, Huntington (1999) ao basear-se nas características dos conflitos, refere que nos conflitos civilizacionais as pessoas tendem a ficar do lado daquelas com as quais partilham uma maior conexão. Procede também a uma distinção entre guerras civilizacionais dos demais

tipos de conflitos comunitários. Enquanto que os conflitos civilizacionais são considerados conflitos comunitários entre Estados que podem ser por vezes lutas pelo controle da população, as guerras civilizacionais podem acontecer entre Estados ou grupos não governamentais e são também conflitos civilizacionais, mas que se encontram num estado de violência. Estas envolvem questões de identidade e do poder e são prolongadas.

Por conta das mudanças que os conflitos sofrem, uma vez que a forma como evoluem pode vir a alterar o seu carácter dimensional, a existência de várias e dispersas características apresentadas pelos teóricos e facto de nem sempre ser possível determinar de forma precisa as causas que estão na origem dos conflitos internacionais, as teorias referentes às tipologias apresentadas são alvo de críticas. É importante ter em conta que os conflitos por serem fenómenos sociais complexos que dependem sempre de uma decisão, não são fáceis de ser distinguidos objetivamente, porém as diversas tipologias contribuem positivamente para uma melhor compreensão das causas e natureza dos mesmos (Fernandes, 2011).

1.1.2. A guerra nas relações internacionais

A guerra pode assumir diversas formas desde revolucionárias, intraestaduais, interestaduais, intraestados a mundiais. Com a finalidade de avaliar as causas⁶ que lhe estão inerentes, é útil para a nossa compreensão e perspetiva acerca do assunto, tomar em linha de conta uma ou mais abordagens teóricas. As RI com toda a vastidão de teorias, algumas direcionadas para a análise de questões relacionadas com o poder, os interesses, conflitos, cooperação, justiça e ordem, outras com um ponto de partida mais particular com um enfoque nos problemas, mas que de qualquer forma abordam as mesmas questões gerais, oferece-nos diferentes respostas aos enigmas e problemas políticos mundiais. Cada teoria das Relações Internacionais, quer seja o realismo, liberalismo, marxismo ou feminismo, permite-nos compreender as realidades da política internacional acima referidas (Lawson, 2015; Smith 2013).

O realismo, que nas Relações Internacionais é também referido como sendo Realismo Político, é a teoria mais antiga e a mais frequentemente adotada para se pensar

⁶ Não só as tradicionais causas, como é o caso da guerra, como também outras questões emergentes mais amplas na política mundial (Smith, 2013).

acerca da política internacional (Nye, 2002). Este encontra-se dividido em três amplos tipos, realismo clássico, moderno e neorealismo.

Os realistas pretendiam estudar o mundo da forma como ele realmente era (Maquiavel). Assumiam a guerra e o uso da força como sendo o problema central da política internacional, os Estados como os principais atores e que o Estado individual em interação com os outros seria o princípio e o fim da política internacional (Nogueira & Messari, 2005). Sousa (2017) define o realismo como sendo determinado por uma perspectiva pessimista da natureza humana e associa-a ao Estado, no pressuposto que os Estados procuram em todos os momentos os seus interesses próprios.

A visão realista dá ênfase à natureza humana como sendo um ponto que impõe restrições à política, assim como a anarquia – ausência de um governo internacional, em que cada Estado soberano e independente se considera a sua própria autoridade máxima e não reconhece poder algum acima dele. A falta de uma autoridade soberana que faça cumprir os acordos vinculativos leva a que os Estados tenham a oportunidade de fazer a sua própria vontade e dessa forma, mesmo que alguns Estados não tenham a pretensão de aumentar o seu poder, devido ao clima de desconfiança e de falta de cooperação que se instala, a guerra torna-se inevitável. Este «estado de natureza», segundo a visão de Hobbes “*não é benigno; é uma guerra de todos contra todos, porque não existe um poder mais elevado para impor a ordem.*” (Nye, 2002, p. 4). Para os realistas, a prioridade máxima do Estado deverá ser a sua sobrevivência, através da maximização do poder e da segurança do mesmo. Alguns realistas aceitam que o conflito possa ser explicado, parcialmente, pela situação, porém acreditam que mesmo que não houvesse explicação situacional, o orgulho, o desejo e procura pela glória causaria a guerra de todos contra todos. Isto porque creem que os conflitos e guerras estão enraizados na natureza humana, com os seus determinantes – medo, prestígio e ambição que fazem com que a violência seja inerente ao Homem (Donnelly, 2005; Dunne & Schmidt, 2001).

Muitos dos realistas subscrevem à visão política de guerra definida por Clausewitz, o qual na sua obra *Da Guerra*, refere que as razões pelas quais nações inteiras vão à guerra estão ligadas a uma situação política, e esse acontecimento deve-se a um determinado propósito político. A guerra é vista não apenas como um ato de política, mas sim como “*um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios*” (Clausewitz, s.d, p. 90). Ou seja, Clausewitz sugere que se os Estados virem a guerra como um passo indispensável para promover os seus interesses e poder, ele a usarão como uma ferramenta política racional (Brown & Ainley, 2005). De

acordo com Castro (2012), Kenneth Waltz, foi um realista moderno que inaugurou uma nova vertente teórica, o neorealismo. Este desenvolveu ainda mais os conceitos acerca das origens da guerra. Apresentou três imagens explicativas, inter-relacionadas, das causas da guerra: a natureza e o comportamento humano, em que refere que a maldade e o egoísmo, que é intrínseco ao homem, os fará não respeitar as premissas racionais e por esse motivo não terão pudor em utilizar as armas necessárias; a própria organização interna dos Estados, as suas formas de governo, instituições e concepções ideológicas, é crucial para entender a sua propensão à guerra e a mudança de comportamento destes poderá permitir alcançar a paz; por fim, o sistema do estado anárquico é uma causa da guerra, uma vez que os Estados detentores de interesses que chocam com o dos outros, sem uma autoridade superior que os controle, o mais esperado é que um Estado use a força para atingir os seus fins.

O liberalismo é uma tradição de análise que surge em oposição, não absoluta, ao realismo, mas que assim como essa vertente teórica encontra-se dividida em diversas ramificações: liberalismo clássico, neoclássico e neorealista. Enquanto que o realismo tem um corpo teórico mais coeso e tem na sua essência uma paz conturbada ou estado de guerra, a essência do liberalismo passa pela sua contenção, moderação, compromisso e paz e pela existência de um corpo teórico mais complexo e menos coeso (Dunne, 2001).

Os teóricos desta abordagem apresentam preocupações relacionadas com a liberdade do indivíduo, a necessidade dos Estados se estabelecerem como forma de preservar a liberdade, tanto dos danos provocados por indivíduos como por outros Estados, e também a de o Estado dever ser sempre o servo daquela que é a vontade coletiva, nunca o mestre, sendo que as instituições democráticas são os meios para garantir que assim seja. Assim como os realistas, os liberais veem os Estados como sendo caracterizados por uma natureza humana, mas em contraste com o realismo, essa natureza é percebida positivamente. Isto é, os Estados são visto de dentro para fora e é procurado projetar uma natureza humana positiva nesses mesmos. No liberalismo contemporâneo foram apresentadas propostas para uma ordem mundial pacífica e para que a guerra extinguida, a democracia deveria prevalecer sobre a aristocracia e o comércio livre sobre a autarquia (Nogueira & Messari, 2005; Slaughter, 2011).

Para alguns liberais, Rousseau, Kant, Schumpeter e Doyle, as guerras foram criadas por governos militares e não democráticos, isto é, levadas a cabo por impulsos agressivos de grupos de governantes. Há uma idealização de que a causa da guerra não está na natureza humana, uma vez que apesar da guerra ser considerada uma doença, as

peças têm a capacidade de se curar, mas sim nos governos e seus governantes, *“the people, on the other hand, were peace-loving by nature, and plunged into conflict only by the whims of their unrepresentative rulers.”* (Burchill, 2005, p. 59). Burchill (2005), expõe que para Kant, a origem das guerras assentava nas formas de governo imperfeitas, por exemplo, num Estado monárquico absolutista, as vontades e interesses do monarca não têm de se fazer chegar aos seus súbditos, ele não tem de explicar as suas decisões de política externa e por isso pode decidir por si só partir para a guerra, numa república isso já é mais difícil de acontecer porque as decisões são baseadas nos interesses coletivos. Dunne (2001) e Nogueira e Messari (2005), referem que para Kant a anarquia continua a ser vista como causadora de discórdias constantes entre Estados com interesses diferentes, uma vez que uma sociedade sem governo, entrará sempre em conflito, mas não é vista como inalterável. Há a crença na evolução do sistema dos Estados de forma progressiva e cooperativa. Outros liberais acreditavam que os objetivos das guerras passavam pela conquista de mercados para grupos económicos favorecidos.

Karl Marx foi o fundador do marxismo, porém não apresentou uma análise significativa para as RI, isto porque o seu foco permaneceu no estudo do sistema capitalista e dos conflitos entre classes. Mesmo não tendo dedicado especial atenção aos temas da política internacional, o seu contributo foi fulcral para o desenvolvimento de uma visão crítica das RI. De acordo com a teoria marxista, o sistema capitalista dá origem a duas classes na sociedade, a burguesia e o proletariado operário, que são antagónicas por conta do facto de os Estados capitalistas representarem os interesses da primeira classe, a burguesia. O facto do capitalismo se basear na exploração de uma classe, o proletariado, por uma outra, a burguesia, que poderia acumular lucros ao não pagar os salários ao trabalho proletário, é razão suficiente para que movimentos revolucionários e revoltas populares do proletariado conduzam a conflitos entre classes como forma de lutar contra o sistema. Esta luta de classes acabaria por se internacionalizar porque a exploração no trabalho era um problema comum a muitas pessoas de diversas nações (Nogueira & Messari, 2005).

A análise feita por Marx acerca do capitalismo e do conflito entre classes foi retomada por outros autores, como foi o caso de Lenine e Burkharin que desenvolveram uma teoria denominada de imperialismo que se aproximou mais das teorias das RI e tinha como objetivo explicar as causas da Primeira Guerra Mundial. Apresentaram a ideia de que a contradição existente entre nações capitalistas seria o fator decisivo para que um processo revolucionário se desencadeasse pondo assim fim ao capitalismo. Alegaram

ainda que a guerra resultava da carência excessiva de novas saídas que permitissem aos Estados capitalistas se libertar do capital excedente acumulado e que a tendência dominante seria a da emergência de novos Estados mercantilistas que estariam dispostos a usar a força se necessário para alcançar os seus objetivos políticos e económicos. O ponto mais inovador desta teoria foi a realização de que os Estados nacionais passaram a ser atores do sistema internacional, em vez das classes sociais. A própria luta de classes passou para o panorama internacional, pois assumiu uma dinâmica própria. Ainda numa tentativa de tentar aplicar as ideias marxistas na esfera internacional, surgiu a teoria do sistema-mundo pelas mãos de Immanuel Wallerstein que dá a conhecer o sistema internacional como sendo uma estrutura única integrada, económica e politicamente, sob a pretensão de acumulação capitalista. Sob este sistema, as guerras imperialistas não só são prováveis como inevitáveis. A sua perspetivação dá-nos conta de diversas contradições pelas quais o capitalismo atravessa e que assim como Marx, acredita que tais contradições conduzirão a crises complexas que farão o sistema entrar em colapso e alterar para um novo sistema (Hobden & Jones, 2001; Linklater, 2005; Riley, 2005).

As três teorias acima referidas fazem parte do núcleo de teorias das Relações Internacionais. Cada uma oferece uma perspetiva distinta acerca do funcionamento da política internacional e sobre qual é a origem/causa das guerras, sendo que os realistas se apoiam na natureza humana, a organização interna dos Estados e anarquia do sistema internacional; os liberais concordam com a existência de um sistema anárquico, mas que não é a principal causa das guerras; os marxistas, por sua vez, acreditam que a causa da guerra poderá estar na expansão das democracias capitalistas que procuram ampliar o seu poder e segurança de modo a ver os seus interesses nacionais favorecidos.

Apesar das diversas abordagens teóricas identificarem diferentes causas e origens da guerra, todo o seu contributo é importante, pois para se proceder à resolução do conflito será necessário tratar muitas ou todas das causas que lhe estão subjacentes, o que significa que nos processos de resolução de conflitos muitas serão as preocupações a ter em conta (Sriram, Ortega & Herman, 2014). Os abusos realizados contra os direitos humanos, a alocação de futuros recursos económicos e políticos, garantir a segurança para todas as partes envolvidas no conflito, reconstrução dos tribunais de lei e ordem, todas essas questões são preocupações que devem ser tidas em conta aquando o início do processo de paz.

1.2. Paz

“*As peace follows war, so war follows peace*” (Gray, 2007, p. 9). É inegável a intrínseca relação existente entre a paz e a guerra, uma vez que ambos se complementam. Quando se discute a paz é necessário que uma reflexão seja feita acerca da guerra porque apesar da paz não ser apenas a não-guerra, é evidente que a guerra é a negação da paz. Por esse motivo é muitas vezes feita uma abordagem ao fenómeno da guerra, numa tentativa de analisá-lo e compreendê-lo, para que haja uma melhor identificação das possíveis soluções pacíficas para prevenir um conflito, ou pôr fim a um. A paz poderá ser um objetivo concretizável, porém é indispensável que se a estude para pô-la em prática e ser possível impô-la forma eficaz (Couto, 2000).

O termo paz, por ser tão abstrato e vasto, é difícil de ser definido e compreendido e por essa razão surge com diversos significados e conotações. Nas Relações Internacionais a criação de um debate acerca da paz é visto como sendo crucial num ambiente internacional em que as principais decisões acerca da política externa parecem vir a ser tomadas num determinado ambiente ideacional, em que apenas algumas ideias contam. A paz adquire diversas características nas RI. É vista como um objetivo alcançável, porém tem de seguir certas regras e normas universais; como uma fase temporal; para os teóricos das RI, a paz está relacionada com a segurança coletiva ou a do Estado; é também baseada nas diversas formas de governança, local, regional ou global, podendo ser definida por um ator dominante ou uma instituição específica; a paz nas Relações Internacionais está associada a uma determinada perspectiva que a explica, quer seja o idealismo, o liberalismo, o realismo, o marxismo ou a teoria crítica e pós-estruturalista (Richmond, 2008).

Segundo Fernandes (2011), a paz pode remeter para situações onde há ausência de guerra entre os Estados ou entre indivíduos, assim como de perturbação da ordem pública, podendo dar lugar a uma paz pública, paz militar ou relações pacíficas. A paz remonta também para os acordos de cessação de hostilidade, onde se fala de uma paz em que há tréguas, armistício ou cessar de fogo, isto é, paz armada. Por fim, pode referir-se a estados de espírito e da natureza, onde se encontram conceitos de paz de espírito, interior ou bucólica.

Para Webel (2012), a paz poderá ser como tantos outros ideais humanos – saúde, felicidade, justiça, harmonia -, algo que um indivíduo ou uma cultura deseja, mas que não é de fácil alcance. Muitos não a alcançam, e os que alcançam é por pouco tempo. Há o dilema em Webel acerca da paz poder ser comparável com a felicidade individual, que

está perto e longe ao mesmo tempo, assim como o da paz poder incluir a paz positiva, ligada à paz interior, a um estado de espírito tranquilo e harmonioso, e a paz negativa, associada à ausência de guerra, proposta tanto por Webel como por outros atores.

Estabelecida a paz negativa como sendo a ausência de guerra ou o medo dela, torna-se mais fácil a definição do que se trata a paz positiva. É possível encontrar uma definição de paz positiva no relatório do Global Peace Index (GPI)⁷ que nos diz que esta reflete-se nas “*attitudes, institutions and structures which create and sustain peaceful societies. These same factors also lead to many other positive outcomes which society feels are important.*” (Institute for Economics and Peace, 2016, p. 52). Esta paz vai representar a capacidade da sociedade em dar resposta às necessidades dos seus cidadãos, através da resolução de desentendimentos sem recorrer ao uso da violência e também ao conseguir reduzir as queixas que surgem. Segundo este índice foram alguns os países que transitaram para uma sociedade mais pacífica, como é foi o caso do Myanmar, Panamá, Timor-Leste, Indonésia e a Tailândia, o que demonstra que houve a capacidade de interagir com base no respeito, harmonia e na partilha. Isto pode demonstrar aos países que se encontram em situação de conflito que podem conseguir o mesmo pois, ao existirem sociedades não conflituosas mostra que o Homem é capaz de viver sem a guerra.

1.2.1. Paz positiva e paz negativa

O termo «paz», como já foi referido anteriormente, é detentor de diversos significados e por esse motivo este conceito careceu sempre de uma maior investigação e exploração. Pioneiro dos estudos da paz, Johan Galtung⁸ (1967), afirmou que ainda há uma antiga conceção da paz como sendo o mesmo que estabilidade ou equilíbrio. Esta mesma conceção refere-se ainda aos estados internos do ser humano, assente na ideia de que o indivíduo está em paz consigo mesmo. Uma vez que este conceito acaba por não incluir, claramente, a ausência de grandes formas de violência, deixa de ser tão relevante.

⁷ Índice de Paz Global, é produzido pelo Instituto para a Economia e Paz, em Sidney, na Austrália. Todos os anos mede a paz de cada país tendo em conta indicadores qualitativos e quantitativos que combinam fatores internos e externos (Webel & Johansen, 2012).

⁸ Além de pioneiro nos estudos para a paz é também reconhecido como tendo sido quem fundou a disciplina académica “Pesquisas de Paz” e mentor no campo da mediação e transformação de conflitos. Teve um significativo papel na mediação e prevenção da violência em 45 conflitos armados no mundo (Baltazar, 2007).

Em contrapartida, Galtung deu maior importância aos conceitos de paz positiva e paz negativa por ele criados de modo a melhor definir o conceito de paz.

A paz positiva é apresentada como um “*synonym for all other good things in the world community, particularly cooperation and integration between human groups, with less emphasis on the absence of violence.*” (Galtung, 1967, p. 12), logo implica a existência de um significativo grau de interdependência entre as nações, quer seja através da troca de conhecimento ou de valores, distribuição uniforme dos recursos, educação e ajuda mútua. Não é apenas uma forma de prevenção contra a guerra, mas é também uma forma de se construir um espaço onde as pessoas partilham o mesmo espaço social. Para que pudesse haver um mundo onde a paz positiva existisse verdadeiramente, seria necessário criar relações positivas com base na ausência do medo, da exploração, da miséria, com a presença de cooperação, igualdade, justiça e liberdade de ação. Porém, apesar de existir a paz, a positiva será difícil de alcançar, pois não podemos ficar com a ideia de que estes valores são partilhados por toda a gente, ou que é o que desejam para um mundo futuro. Por outro lado, o conceito de paz negativa incide sobre a ideia de paz como ausência de guerra, isto é, apresenta-se como a ausência de violência entre grandes grupos humanos, quer estes sejam grupos raciais e étnicos, ou até mesmo nações. Uma vez que se trata apenas de ausência de guerra, não quer isto dizer que a predisposição para a guerra ou para a violência estrutural da sociedade, é automaticamente eliminada. Pode sim significar que acontecerão mais casos de violência assentes em sentimentos de injustiça que levarão a conflitos violentos (Galtung, 1967; Silva, 2002).

Para Galtung, a paz poderia ser encontrada na violência e não na guerra, e por consequência o conceito de paz passa a ser compreendido como uma ausência ou redução de todo o tipo de violência, quer ela seja direta (física ou verbal), estrutural ou cultural e seja direcionada contra o espírito, a mente ou o corpo de qualquer indivíduo ou a natureza. Este conceito assenta na fórmula “*Paz = paz directa + paz estrutural + paz cultural*” (Pureza, 2000, p. 39), fórmula essa que Galtung identifica através do nomeado triângulo da violência, onde faz representar uma imagem dos estratos da violência.

A violência direta – física e/ou verbal, insere-se na categoria mais superficial do estrato e é a única que é visível e identificável na conduta humana. Implica uma ação violenta com a intenção de ofender, agredir ou eliminar, numa distinta relação entre os agentes da violência e os recetores da mesma. Quando esta violência é extinguida corresponde a uma paz negativa. A violência estrutural decorre da estrutura social em si, correspondendo à injustiça social que engloba a repressão, distribuição de recursos,

discriminação ou exploração na sua forma económica. A violência cultural decorre de atitudes, acusações, provocações e aspetos culturais que podem ser utilizados para validar ou justificar a violência. Este tipo de violência encontra-se ligado a ataques direcionados aos traços culturais e às identidades coletivas das comunidades sociais, religiosas ou políticas. Uma vez erradicada tanto a violência estrutural como a cultural, dá origem a uma paz positiva (Galtung, 1998; Baltazar, 2006).

VIOLENCE	DIRECT VIOLENCE = intended harming, hurting	STRUCTURAL VIOLENCE = unintended harming, hurting	CULTURAL VIOLENCE = intended or unintended justifying violence
NEGATIVE PEACE	[1] absence of = ceasefire	[2] absence of = no exploitation; or no structure = atomic	[3] absence of = no justification; or no culture = anomie
POSITIVE PEACE	[4] presence of = cooperation	[5] presence of = equity, equality	[6] presence of = culture of peace, and dialogue
PEACE	negative + positive	negative + positive	negative + positive

Tabela 1: Visão geral dos principais termos sobre a paz positiva e negativa de Johan Galtung

Fonte: Johan Galtung, *In* Webel, C. (2012).

Galtung, pressupôs que a paz é a condição que permite que os conflitos possam ser transformados de forma criativa não recorrendo à violência, isto é, uma oportunidade de se abordar um conflito de forma construtiva. A paz é criada de modo a que seja possível proceder à transformação dos conflitos de maneira cooperativa, positiva e criadora, fazendo o reconhecimento dos opositores e empregando uma metodologia assente no diálogo.

1.2.2. A paz nas Relações Internacionais

Nas Relações Internacionais, o estudo de complexos processos e condições de preservação da paz não têm sido analisados como sendo elementos integrantes do sistema de paz, mas sim como partes integrantes daquela que é a dinâmica do sistema de guerra. Muito daquele que tem vindo a ser o debate acerca da guerra que domina a área das RI, revela quais os pressupostos feitos acerca do que se trata a paz, isto é, o que ela é ou deveria ser. A paz é definida, frequentemente, pelos estudiosos da área como sendo a

ausência de guerra, e nesse sentido, quando o significado de guerra é estabelecido como um ato de violência ou de força utilizada para levar o inimigo a submeter-se à vontade do outro, temos do outro lado a paz que se apresenta, de acordo com Martín (2005) como uma “*suspension of violent modes of rivalry between political units.*” (p.45). Desta forma, entende-se que a definição de guerra é utilizada de certo modo como um ponto de partida para se definir o conceito de paz, enquanto que uma implica a existência de violência, a outra corresponde à não-violência, o fim da guerra leva ao começo da paz.

Embora a paz devesse ter sido um dos principais pontos na agenda das Relações Internacionais, quando a disciplina foi criada, esta foi tratada através das leituras teóricas associadas à ordem internacional, guerra e história. O foco manteve-se na tentativa de prevenir a violência e não tanto numa tentativa sustentável de desenvolver uma ordem internacional sustentada. Por este motivo, alguns estudiosos que trabalham nas subdisciplinas da paz ou estudos dos conflitos, viraram-se muitas vezes para outras áreas, devido à incapacidade das RI em desenvolver os seus estudos virados para a paz, focando-se por sua vez nas dinâmicas da guerra e do poder. Apesar de não haver um foco na paz, ao contribuir com múltiplos conceitos de paz, o campo de estudos das RI espera contribuir para uma melhor compressão da estabilidade e ordem.

Nesta disciplina a paz pode ser percecionada através de um diverso número de perspectivas. Tanto poderá ser referida através de um conceito específico, por exemplo, um olhar epistemológico ou ontológico de conhecer a paz e estar em paz; poderá inferir sobre uma abordagem metodológica ao conhecimento acerca da paz e a sua construção; ou pode implicar uma abordagem teórica, na qual a paz é tida como um processo e um resultado, definidos por uma determinada teoria (Richmond, 2012).

Através do grande número de abordagens existentes no campo de estudos, são feitos os principais pressupostos acerca da paz. Alguns teóricos idealistas e liberais concebem o ideal de que a guerra não é do interesse das pessoas que agem sobre os ideais da harmonia e cooperação, sendo que as organizações e instituições internacionais devem representar as normas e os acordos, assente na justiça, responsabilidades e direitos individuais, sociais, políticos e económicos. Logo, o pluralismo político, a democracia e uma distribuição igualitária dos direitos e responsabilidades, são cruciais para a paz (Richmond, 2008).

Os realistas e neorealistas creem que quando a diplomacia deixa de ser suficiente para concretizar os objetivos das grandes potências, quando um Estado deixar de conseguir dissuadir o outro no uso da agressão armada contra si e quando as alianças são

quebradas, a paz termina, fazendo com que seja considerada temporária. Assim como Hobbes afirma, “*a paz corresponde a um período de recuperação da última guerra e de preparação para a próxima*” (Hobbes, cit. in Magalhães, 2012, p. 122). Para estes teóricos, os Estados ao cooperarem com os outros para a construção da paz poderão pôr em risco a soberania estatal, e por isso, trata-se de um comportamento irracional. Racional seria os Estados darem de conta que os restantes são seus rivais e para segurança do território, armar-se, tornando a paz um ideal não concretizável. Esta visão é criticada por alguns tóricos, como é o caso de Duroselle e de Wendt (*In* Magalhães, 2012) que afirmam que as explicações acerca das ações dos homens e Estados encontram-se em um conjunto de motivações heterogêneas, e não no princípio da racionalidade, e que os princípios são produzidos socialmente, tendo em conta a identidade do Estado e fatores domésticos, individuais e sistêmicos.

Para os liberais, marxistas e os teóricos da teoria crítica há a possibilidade de se alcançar uma paz durável. Richmond (2008), refere que os marxistas se inspiraram em visões estruturalistas para representar a paz que assenta num sistema de igualdade e imparcialidade do comércio internacional, de justiça social, e em que os diversos atores e os Estados não estão organizados hierarquicamente segundo indicadores socioeconómicos. Nestes termos a paz é alcançável, porém apenas após uma revolução, em grande escala, na economia internacional, nas tradicionais classes e hierarquias económicas, de forma a que haja uma melhor representação dos interesses da sociedade e dos trabalhadores, em vez de elites abastadas. A teoria crítica oferece uma forte oposição aos neoliberais e os liberais ortodoxos por conta das perceções por estes adotadas em que dão grande importância à forma de regulação estatal hiperliberal, racionalismo económico e ao individualismo. Criticam, além do mais a crença de que os indivíduos são parte de uma ordem natural, que o conhecimento apenas pode ser adquirido através da experiência e a noção de paz que reside na soberania territorial. O seu contributo advém da construção da ideia de uma paz emancipatória, num contexto pós-convencional e pós-vestefaliano das relações internacionais. Esta é uma paz negociada, mas universal que decorrerá da reforma radical da política, alcançável por meio do diálogo.

Como foi detetável, diferentes abordagens teóricas das RI produzem diferentes conclusões acerca da paz. A paz é reconhecida como um conceito subjetivo, dependendo dos diferentes métodos ontológicos e abordagens epistemológicas, e a sua construção resulta das tentativas dos diferentes atores de definir a paz, assim como dos seus

interesses, identidade e recursos. As diversas dimensões teóricas das RI, isto é, o crescente nível de reflexão e de autoconsciência, a vasta gama de abordagens e questões, são necessárias para o estudo da paz.

1.2.3. Processos de paz

De modo a compreender a paz, a comunidade internacional recorre a diversas ferramentas, e o processo de paz é uma delas. Assim como o termo «paz», a palavra «processo de paz» pode ser definida de muitas maneiras. O processo de paz é considerado “*a multilevel political process that involves people at all levels of the body politic.*” (Saunders, 1999, p. 17), supondo então que os níveis oficiais e públicos, assim como os grupos civis da sociedade e as instituições políticas governamentais estão em constante interação. Todo o processo que envolva uma tentativa de transformação das relações conflituais, em que os oficiais e as suas negociações, os cidadãos e os seus discursos na sociedade civil que os permitem desenvolver um conjunto de relações, práticas e processos de uma sociedade pacífica, é tido como o processo de paz.

Saunders (1996), alega que o processo de paz engloba mais do que apenas negociações oficiais, pois a paz requer “*a process of building constructive relationships in a civil society not just negotiating, signing, and ratifying a formal agreement.*” (p. 420). Para o autor, os processos de paz possuem um conjunto de características, diplomacia, negociação, mediação e diálogo, que tanto podem encontrar-se na esfera oficial como na não-oficial, sendo que são quatro as esferas que se interligam. A esfera oficial corresponde às negociações governamentais e à diplomacia, em que os governos trabalham em prol da melhoria da sua relação; a esfera quase oficial envolve indivíduos ou grupos que não dispõem de um estatuto oficial ou de autoridade para negociar, porém têm fortes laços com o governo e por isso trocam informação; esta arena é relativamente nova para a construção da paz, contudo a esfera do diálogo público procura envolver os cidadãos com maior representatividade de ambas as partes que se encontram em conflito, na elaboração de medidas a serem tomadas na esfera política para vir a alterar perceções e estereótipos, para criar a sensação de que há possibilidade de paz e para envolver cada vez mais os seus compatriotas; a última arena acomoda a sociedade civil em geral. Pelo facto de os conflitos civis terem a tendência de fragmentar as relações e por consequência a sociedade, de modo a alcançar a paz, devem ser restabelecidas as relações entre os diferentes grupos. Todas estas esferas complementam-se e interligam-se e para que todo o processo de paz seja eficaz deverá ser prosseguido em cada esfera.

Uma visão mais geral acerca do processo de paz inclui uma vasta gama de atividades que vão desde assinaturas de acordos de paz, desarmamento, cessar de fogo através de negociações, desmobilização e reabilitação de ex-combatentes até a construção da nação. Este processo pode ser classificado em duas etapas e cada uma dessas etapas em duas fases. A primeira etapa é a supressão do conflito violento, que depois é dividida em duas fases, a negociação e extinção de hostilidades. A segunda etapa é constituída pela construção da paz⁹, a qual se desloca de uma fase de transição para uma de consolidação. As Operações de Manutenção de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) são também uma parte fundamental para os processos de paz e são implementadas através da capacidade da ONU. No relatório lançado no ano de 1992, o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali (1992) afirmou que estas operações podem ser declaradas como uma invenção das Nações Unidas e que terão trazido um elevado nível de estabilidade para muitas áreas de tensão em redor do mundo. As operações de manutenção de paz são uma técnica que permite a expansão das possibilidades de prevenção de conflitos e do estabelecimento da paz. Esta passa pela implantação de uma presença da ONU no campo, até ao momento com o consentimento de todas as partes interessadas, normalmente envolvendo a presença dos militares e/ou da polícia da Organização, bem como de civis.

À medida que o ambiente internacional se alterou, as operações de manutenção de paz passaram a ser cada vez mais utilizadas para ajudar a implementar acordos que haviam sido negociados pelos pacificadores. Tomemos como exemplo a Missão de supervisão das Nações Unidas na Síria (UNSIMIS), apesar de esta missão de manutenção da paz ter sido suspensa por conta do aumento de combates e conseqüente guerra civil, o seu mandato original incidia sobre a monitorização do cessar-fogo na Síria, é uma atividade que coincide com a segunda etapa da primeira fase – cessão de hostilidades (Wakugawa, 2012).

Segundo Selby (2008), os processos de paz apresentam-se como uma forma de paz sem que exista uma vitória explícita, isto é, da maneira clássica as guerras terminavam com uma vitória militar clara em que um Estado ou um grupo armado derrotava o outro

⁹ *Peacebuilding*, construção da paz ou consolidação da paz é um conceito que ficou muito conhecido no âmbito das missões de paz das Nações Unidas. A construção da paz é tida como “*um conjunto de ações que contribuam para a consolidação da paz por forma a reduzir a probabilidade de relapso de um conflito violento.*” (Lopes, 2014)

e imponha os seus próprios termos de paz, porém, no processo de paz, por contraste, ambas as partes envolvidas no conflito são equiparadas e estão em pé de igualdade, sem que nenhuma das partes se renda. Um outro aspeto importante do processo de paz é que estes são processos de construção da paz, em que as questões de duração, processo, sequência e o *timing* são percecionados como a chave para a criação da paz.

Os processos de paz consistem, portanto, numa complexa extensão de atividades formais e informais. Os formais, frequentemente, incluem um aviso inicial, diplomacia preventiva, pacificação, construção da paz e desarmamento global. As atividades levadas a cabo passam por a resolução do conflito, negociações de paz, reconciliação, reconstrução das infraestruturas e ajuda humanitária. Para que possam ser realizáveis, estas atividades são levadas a cabo por líderes políticos, militares, organizações internacionais, como é o caso das Nações Unidas, organizações regionais e sub-regionais (União Africana (UA), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS)), bem como por organizações governamentais, não governamentais e humanitárias. Os processos de paz informais podem incluir marchas pela paz, protestos, diálogos intergrupos, promoção da tolerância intercultural e a compreensão, assim como o empoderamento dos cidadãos nas esferas culturais, políticas, sociais e económicas. São diversos os atores que conduzem estas atividades. Entidades como as Nações Unidas, organizações locais, nacionais, regionais e internacionais, organizações de base, como é o caso dos grupos de paz e de mulheres, organizações religiosas e individuais (United Nations, 2002).

Para que um processo de paz seja bem-sucedido, geralmente, depende muito de da assistência de terceiros que estejam prontos a auxiliar através da implementação de um acordo e também da ajuda externa. Porém este sucesso não dependerá apenas destes fatores, uma vez que o condutor do processo de paz (o governo ou um corpo governativo legítimo) será aquele que irá determinar o curso e o futuro do processo. Não importa a forma como ele começa, mas sim o processo em si (Saunders, 1996).

1.2.3.1. As mulheres e os processos de paz

O tema acerca da inclusão das mulheres em processos de paz tem vindo a ser alvo de muita discussão. A maior parte dessa discussão assenta no dilema acerca dos fins e dos meios da pacificação, querendo isto dizer que, se o objetivo de um processo de paz passar apenas por pôr fim à violência então, muito pouco, provavelmente as mulheres serão consideradas participantes legítimas, isto porque raramente atuam enquanto combatentes,

porém, se o objetivo for o da construção da paz fará todo o sentido que se passe a ter em conta as sugestões da restante sociedade, uma vez que as mulheres e outros grupos de indivíduos serão afetados por essas decisões (O'Reilly, Súilleabháin & Paffenholz, 2015). As diferentes necessidades das mulheres em termos de segurança e as diferentes prioridades para a paz acabam por desafiar aquela que é a perceção dominante do sistema acerca da paz e questões de segurança, uma perceção com enfoque na segurança do Estado em vez de na segurança humana.

A própria discussão acerca da participação militar feminina, isto é, os papéis por elas desempenhados em combate, o seu acesso e suas funções, tem dado azo a várias reações. Muitos são aqueles que se posicionam contra a participação das mulheres recorrendo a argumentos apoiados na oposição entre eficácia militar e cidadania. De acordo com Carreiras (2013), são apontadas as distinções físicas existentes entre as mulheres e homens, o impacto que a presença feminina poderá ter na coesão dos grupos militares de combate e o impacto em termos de valores sociais e culturais. A necessidade e prontidão militar entre em conflito com os valores democráticos da não-discriminação e igualdade, é como se um não pudesse existir na presença do outro.

Graças às mudanças que se deram na natureza dos conflitos armados novas perceções surgiram no seio da comunidade internacional. Para Rehn & Sirleaf (2009), as guerras deixaram de acontecer apenas entre Estados para passar para um nível intraestatal, nas quais participam novos atores, tais como senhores da guerra, rebeldes, crianças soldado e mercenários; a guerra já não é somente do domínio masculino, pois o papel das mulheres não pode nem deve ser ignorado durante as hostilidades. Milhares de jovens voluntárias e até mesmo as forçadas a combater durante os conflitos, essas mesmas mulheres e tantas outras são raptadas ou detidas como prostitutas ou escravas e a violação passou a ser usada como uma arma estratégica. Por esse motivo, e para que a tentativa de resolução do conflito seja eficaz, é necessário introduzir as mulheres nas diferentes etapas de resolução do mesmo, envolvendo-as em todo o processo de paz.

Esse reconhecimento de que as mulheres deveriam ser mais envolvidas nos processos de paz partiu dos inúmeros discursos que decorreram no seio da comunidade internacional e culminou com a adoção da resolução 1325, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no ano de 2000. Uma resolução que reforçou o papel da mulher e crianças enquanto vítimas dos conflitos armados, tendo os seus direitos constantemente violados, mas que também afirmou a importância do papel das mulheres na prevenção e resolução dos conflitos de modo igualitário (United Nations, 2002).

Por conta desta mudança que se deu na visão acerca do papel das mulheres, abriu-se espaço para estas assumirem um papel mais importante nos processos de paz e dessa forma estabeleceu-se a ideia de que esse mesmo papel era decisivo e fundamental para salvaguardar a ordem social nos seus diferentes níveis, promoção de uma cultura de paz nos povos devastados por conflitos e a educação das famílias e sociedade. Na fase do pré-conflito um dos seus papéis recai na tentativa de encorajamento das sociedades e grupos político a tomarem medidas preventivas; durante o conflito são responsáveis por manter as famílias juntas (donas de casa), por fazer parte das negociações entre as partes envolvidas nos conflitos (mediadoras) e também nos campos de refugiados estas assumem a responsabilidade de fazer com que haja uma distribuição igualitária da comida, prevenção do assédio por parte dos refugiados homens, ou seja, agem de modo a evitar a existência de transtorno; na fase pós-conflito são essenciais tanto durante o processo de paz, como na fase de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). As mulheres adquirem um papel importante nas funções de tomada de decisão durante a sua participação nos acordos de paz e nos processos de paz, antigas mulheres soldado, sobreviventes e refugiadas ajudam na reconciliação graças à partilha das suas experiências e durante a reconstrução do sistema de justiça e administrativo as mulheres qualificadas podem ajudar na formulação de leis e regulações para garantir a igualdade de género na vida pública e o acesso justo aos recursos económicos (Rehn & Sirleaf, 2009).

O'Reilly (2015) apresenta um conjunto de análises que demonstram que a participação das mulheres é por si só um indicador de paz,

where women are more empowered in multiple spheres of life, countries are less likely to go to war with their neighbors, to be in bad standing with the international community, or to be rife with crime and violence within their society. (p. 2).

O' Reilly (2015), refere que são bastantes os estudos que expõem que há uma relação direta entre o poder de tomada de decisão das mulheres com consideração a paz e o conflito, e a probabilidade de uma guerra começar, pois considera-se, por exemplo, que o envolvimento e participação em grande escala das mulheres no parlamento, reduz os riscos de uma guerra civil. Padrões semelhantes surgem quando as mulheres estão envolvidas nos esforços de prevenção de violência extremista, através da adoção de abordagens eficazes com base na confiança e cooperação. A autora faz alusão à existência

de novas pesquisas qualitativas e quantitativas que mostram que quando os grupos de mulheres eram capazes de influenciar, eficazmente, o processo de paz, um acordo era quase sempre alcançado.¹⁰

Para que seja estabelecida uma paz sustentável é necessário que haja participação de raparigas e mulheres e que seja levada a cabo a inclusão da perspectiva de género nos processos formais e informais de paz. Nas conversações para a paz, as estruturas políticas, as instituições económicas e setores de segurança que são negociadas, não irão facilitar a igualdade entre mulheres e homens se a perspectiva de género e as suas dimensões não forem tidas em conta. As mulheres não podem fazer-se ouvir, as suas necessidades e preocupações, se não forem consultadas para as missões ou negociações de paz (United Nations, 2002)

É, portanto, possível deduzir que a paz é mais provável de ser estabelecida quando a inclusão das mulheres é priorizada, isto porque elas têm a capacidade de promover um diálogo assente na confiança, trazem novas perspectivas a serem tidas em consideração quando se fala de paz e segurança, contribuindo então para uma visão mais completa da paz que têm em conta as necessidades de segurança a curto e longo prazo. Mesmo não sendo sempre agentes pacificadores e podendo estar por detrás de atos violentos, as mulheres, assim como os homens, são importantes em todo o processo de paz, não só na mesa de negociações e conferências acerca da paz, mas sobretudo em posições de poder políticos, não seria justo excluí-las deste processo porque são também as maiores vítimas dos conflitos armados. Elas geram novos valores, ideias e comportamentos na procura de um mundo mais justo.

2. Principais atores no sistema internacional

Os atores internacionais estão intrinsecamente ligados aos fenómenos paz e guerra. É cada vez mais difícil fazer referência ao processo de construção de paz, sem referir a vasta gama de atores que têm vindo a ter um papel fulcral nos países que se encontram nos países atingidos pela guerra. (Tschirgi, 2014). Da mesma forma, e pelo papel que desempenham durante os conflitos, quer seja de intervenientes na sua resolução ou como originadores de tais, torna-se necessário analisá-los para vir compreender o seu papel na comunidade internacional.

¹⁰ O'Reilly (2015) apresenta um estudo realizado através da análise de 40 processos de paz em 35 países.

Quando falamos das Relações Internacionais e do seu campo de estudo há o consenso de que o seu foco assenta no estudo da sociedade internacional, que se caracteriza por um espaço onde decorre o processo de interação entre os diversos atores. A sociedade internacional¹¹, objeto de estudo das RI, é composta por relações internacionais que se determinam pelas *“interações entre atores pertencentes a distintas comunidades políticas em um cenário internacional, independente da similaridade cultural destes atores, formação étnica, proximidade geográfica, ideologia econômica, religiosa ou política (...).”* (Dutra, 2014, p. 26). Essas relações internacionais, tendo em conta que as comunidades políticas são tidas, atualmente, como Estados e que advêm da interligação que se dá entre atores num determinado espaço internacional, são a análise das relações que se dão entre atores em um espaço constituído por diversos Estados no mundo. O Estado acaba por adquirir o estatuto de ator principal, uma vez que surge como conjuntura necessária para a definição de um espaço internacional onde as relações decorrem, porém não é o único participante que atua (Dutra, 2014).

Os atores internacionais são, portanto, sujeitos ou grupos sociais que participam numa ação internacional e partilham de fins comuns. Ao participarem de forma eficiente no desenvolvimento de assuntos tidos como importantes para a sociedade internacional e nas tomadas de decisão, tornam-se capazes de executar as principais tarefas nas mais variadas áreas no contexto internacional – militares, políticas, económicas, comerciais, etc. (Marques, 2008).

Como foi referido anteriormente, os Estados e as organizações por ele constituídas, não são os únicos atores da sociedade internacional. Existem diversas classificações dos atores tendo em conta os critérios de natureza territorial e funcional, o grau de importância que possuem perante a sociedade internacional e, por último, o grau de autonomia (Marques, 2008). Segundo Nye (2002), os atores são elementos da política internacional e estão em transformação, sendo que atualmente não só os estados são tidos como fundamentais, como também os atores não-estaduais o são.

¹¹ Este conceito é a ideia primordial da «Escola Inglesa» que exprime duas noções. A primeira, de que a sociedade internacional deverá ser analisada com enfoque nos Estados e não nas entidades subestatais, e a segunda que se centra na distinção entre «sistema internacional» e «sociedade internacional». Esta última recai na sob a crença de que quando há uma interação constante dos Estados, deixam de ser um simples «sistema» internacional, para passar a uma «sociedade» onde há uma relação comandada por um conjunto de valores em comum. (Castro, 2012).

2.1. Estado

A paz de Vestfália marcou um ponto importante na consolidação do conceito dos Estados nacionais. A sua importância assenta no facto de ter posto fim à que vinha sendo a herança da Idade Média, a unidade cristã, e por consequência ter formado um novo sistema que teve na sua base a supremacia dos Estados como os principais atores das relações internacionais, senão o único ator. O resultado pretendido era a criação e uma política governada pela assunção de que as fronteiras da soberania, nacionalidade, cidadania e território, deveriam ser comparáveis. Após a constatação de que as relações internacionais pós-Vestfália passavam a ser caracterizadas por relações entre Estados, o Estado passou a concentrar em si todas as funções económicas, políticas, jurídicas e sociais havendo, portanto, durante este período, uma ausência de um poder central acima dos Estados. (Mendes, 2014; Devetak, 2005).

A criação de Estados modernos soberanos que possuíssem liberdade total para atuar da forma que lhes parecesse ser mais benéfica para a realização dos seus objetivos e interesses e para assegurar a sua sobrevivência, deu lugar a um sistema anárquico. Durante este período, as relações internacionais passaram a ser reconhecidas como um estado de natureza, isto porque como foi referido anteriormente, não havia um poder soberano ao dos Estados que ditasse as regras e que aplicasse reprimendas a quem não as obedecesse (Marques, 2008).

Na visão realista da política internacional, os Estados são os únicos atores tidos como importantes e agem de modo uniforme para defender os interesses nacionais e a garantir a sua sobrevivência. Dessa forma, e uma vez que o clima internacional é pautado de desconfiança de todos para com todos, todos os recursos são válidos de modo a alcançar o objetivo final, quer seja através do uso da força ou da violência. Para os realistas, a segurança de cada indivíduo só poderá ser assegurada se a do Estado for mantida em primeiro lugar. Para esse fim, alguns realistas concordam que é necessário que haja um equilíbrio (balança) de poder, para que dessa forma se possa instalar um clima de estabilidade do sistema internacional. Contudo, outros teóricos explicam que estando em situação de anarquia internacional, nenhum Estado poderá contar com o outro pois os acordos poderão ser rompidos caso seja do interesse nacional. Apesar de não ser impossível a existência de cooperação, implica sempre que os Estados tenham sempre a sua guarda levantada (Donnelly, 2005; Nogueira & Messari, 2005). As características do Estado na visão realista remetem-nos para um cenário internacional de anarquia, em que

cada Estado luta pelos seus próprios interesses e por mais poder, sendo eles mesmos os juizes dos seus atos.

Assim como os realistas, os liberais aceitam a existência de um sistema anárquico detentor de uma natureza conflituosa, pois uma sociedade desgovernada, dará sempre lugar a divergências contínuas devido à existência de interesses diferentes. Porém, e contrariamente à visão realista, não consideram que esse sistema anárquico seja uma condição inalterável. Podem dar-se transformações que venham tornar o sistema de Estado numa ordem mais harmoniosa e cooperativa, por exemplo, a crescente relação de interdependência económica entre as nações poderá levar à reciprocidade como base de relacionamento entre Estados (Dunne, 2001).

O liberalismo é uma tradição cuja preocupação central está ligada ao lugar ocupado pelo indivíduo na sociedade e a sua liberdade. Os teóricos desta tradição afirmam que o indivíduo é dotado de liberdade política, democracia e dos direitos constitucionais, assim como de liberdade individual e igualdade perante a lei. O Homem racional, através do uso da razão, pode traçar de forma autónoma o seu destino, pois eles não dependem de forças divinas ou de monarcas para tomar as suas próprias decisões, uma vez que sabem discernir o mau do que é bom e justo. A crença destes estudiosos de que as pessoas ao recorrerem à razão humana se tornariam capazes de deter os princípios éticos e morais necessários para criar leis direcionadas para o bem comum das nações. Esta noção liberal faz com que o Estado passe a ser percebido como um mal necessário e ao mesmo tempo como uma potencial ameaça. É um mal necessário na medida em que os indivíduos necessitam da sua proteção contra as ameaças externas, quer sejam invasões, conflitos, agressões, etc., e das internas - grupos ou outros indivíduos – que não convivam de acordo com as leis. E pode ser ao mesmo tempo uma ameaça, quer seja a nível interno, por conta do exercício tirânico que pode pôr em risco as liberdades de cada um, como externo, devido à incessante procura de poder que pode pôr em causa a paz e originar conflitos (Burchill, 2005).

Face às constantes alterações no meio da comunidade internacional e aos novos desafios internacionais, o conceito de sociedade internacional moderna que estabelecia o Estado soberano como o único ator das relações internacionais, acabou por ser substituído pela sociedade internacional contemporânea, no qual os Estados passam a dividir o protagonismo com outros atores.

2.2. Atores não-estaduais

O sistema internacional moderno, por conta dos impactos da globalização, intensificação da comunicação e de fluxos económicos desde a década de 70 e a amplificação dos temas que fazem parte das Relações Internacionais, acabou por ser redefinido dando lugar ao sistema internacional contemporâneo. Este novo sistema reconhece para além do Estado, que deixou de estar no centro do mundo político, outros atores internacionais por conta do surgimento de fenómenos de interdependência e globalização. Há tudo um contexto internacional mais complexo que requer a atuação de novos agentes (Paiva & Scotelaro, 2010).

Nye (2002), faz referência a um conjunto de atores que se aglomeram na categoria de atores não-estaduais. Entre eles temos as Instituições Intergovernamentais, Organizações não-governamentais, atores transnacionais, grandes empresas multinacionais e outros que acrescentam uma dimensão adicional ao círculo de possíveis atores não-estaduais. Incluí os grupos étnicos transnacionais (Curdos e Arménios), guerrilhas, terroristas ou ainda organizações mafiosas que ultrapassam as fronteiras dos seus Estados e dividem os seus recursos entre vários Estados.

As Instituições Intergovernamentais ou interestaduais são importantes atores na medida em que são decisivas na forma como a sociedade internacional será conduzida. Não existem como um mero papel figurativo, em que existem apenas como foro de discussão, mas estabelecem também as pautas de discussão e são determinantes no processo de tomada de decisões. Podem ter a marca supra-estadual, mundial ou regional. As primeiras procuram um comando mais global, enquanto que as seguintes, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU), procuram uma governança mundial, por fim, as últimas têm vocação regional, como é o caso da União Europeia (UE) (Maltez, 2002).

As Organizações não-governamentais, que surgiram, de certo modo, face ao crescimento das empresas multinacionais, tiveram o seu pico de crescimento, sobretudo a partir da década de 80 do século XX. Estas organizações procedem tanto de forma autónoma, como em conformidade com os Estados e outras organizações internacionais, atuando com maior incidência nas áreas em que a intervenção do Estado está latente. A sua importância recai sob a capacidade destas de agirem e intervirem de forma quase imediata em diversos setores de atividade da agenda internacional, como é o caso das lutas pela defesa do meio ambiente que são levadas a cabo por organizações como a *Greenpeace*, a luta pelas questões humanitárias através de organizações como a Cruz

Vermelha, ou ainda de foro da saúde, direitos humanos, educação, entre outros (Martins, 2008; Maltez, 2002).

Um outro ator das relações internacionais que ocupa um lugar de destaque na forma como o sistema económico internacional funciona, por conta da forma dinâmica e articulada como procede, é as empresas transacionais ou multinacionais. Estas “constituem, hoje, um universo que abrange cerca de 37 000 entidades juridicamente privadas (...), isto é, o correspondente a cerca de metade do PNB mundial” (Maltez, 2002, p. 180) e controlam dessa forma um terço da produtividade mundial no setor privado. Estas empresas são exemplos explícitos da forma como a economia capitalista tem vindo a se desenvolver, pois atuam, frequentemente, não levando em consideração o poder estatal, ignorando as fronteiras ou limites. Além da sua importância para a economia e finanças, têm um papel ativo no domínio da política através da sua ação influenciadora, quer seja como grupos de pressão, ou como financiadores (direta ou indiretamente) da atividade política mesmo que por meios corruptos (Maltez, 2002).

Os atores transnacionais são aqueles que atuam para além do âmbito estatal, isto é, vão além das fronteiras. Há hoje em dia, por conta do contexto de interdependência no qual se vive, novos modos de interação através das fronteiras dos Estados (transnacionais) que ficam fora do controlo dos órgãos de política externa, como é o caso das rápidas transferências de capitais de um país para o outro, a migração de bens ou pessoas e o tráfico ilegal de armas, assim como determinadas formas de terrorismo. No caso dos grupos terroristas não é clara a distinção que separa o mal terrorista das restantes atividades políticas, como é o caso das lutas pela libertação nacional e as forças de resistência face a um ocupante, porém estão entre os novos atores das relações internacionais, salientando-se os grupos que praticam o chamado terrorismo (Nye, 2002; Maltez 2002).

Naquele que é o contexto do mundo atual, a panóplia de novos atores ganhou um lugar de destaque no cenário internacional por conta da sua atuação nos importantes temas da sociedade. Porém, o Estado é ainda tido por muitos por muitos como o principal ator das Relações Internacionais, uma vez que ainda continuam a ser quem põe em prática a democracia, mantêm exércitos, controlam os organismos internacionais e influenciam o processo de comércio e produção. Apesar da partilha de protagonismo com novos atores no sistema internacional, os Estados ocupam um lugar muito importante no sistema atual.

CAPÍTULO II – PERSPETIVA EVOLUTIVA DA COMUNIDADE INTERNACIONAL QUANTO À PARTICIPAÇÃO FEMININA

1. Evolução histórica da participação feminina nos conflitos armados e processos de paz

O mundo ainda se encontra um lugar muito polarizado com a constante separação e distinção entre mulheres e homens. Elshtain (1995), refere que a visão maniqueísta, que divide o mundo entre eu, o “bom”, e eles, “os maus”, apesar de confortável é também muito perigosa. Esta visão muito simplista obedece a noções rígidas acerca daquela que é a relação do homem e da mulher para com a guerra e a própria noção da guerra em oposição à paz, e por esse motivo torna-se perigosa. A constante ligação da identidade do homem à guerra como lutadores e das mulheres que durante a guerra trabalham, limpam e às vezes protestam dentro do quadro das práticas discursivas, tornando-as mães militantes ou protestantes pacifistas, leva a que seja formulada uma identidade inadequada do homem e da mulher em tempos de guerra. Essas formulações sociais não correspondem ao que as mulheres e os homens são durante um período de guerra, mas funcionam como uma forma de assegurar que o lugar do homem é como guerreiro e o da mulher como não combatente.

É duradoura a tradição que assume a associação da mulher com a paz e do homem com a guerra. Segundo Rebelo (2012), os próprios estudiosos das RI consideraram durante muito tempo que as guerras além de serem geradas como disputas entre homens, eram da mesma forma resolvidas e contadas por eles. Com grande parte do seu enfoque nos feitos dos homens, o papel e experiência das mulheres, enquanto enfermeiras, esposas ou prostitutas, foi silenciado durante um longo período.

É comum, nas histórias de guerra, os homens serem ligados à prática da guerra, reconhecidos pelos seus atributos – honra, coragem e força física -, enquanto que as mulheres são enaltecidas enquanto esposas, mães ou donas de casas - tradicionais papéis da esfera privada – reconhecidas como emocionais e frágeis. Contudo, durante um conflito armado os papéis e obrigações de ambos, mulheres e homens, acabam por se alterar, levando a que tenham de ocupar diferentes posições das que eram pré-concebidas nas ideias tradicionais acerca do que é ser “feminino” e o “masculino”. Ambos são alvo da violência armada e apresentam diferentes visões e necessidades perante as diversas situações que testemunham (Carreiras, 2006; Rebelo, 2012).

Por conta da constante presença feminina durante os conflitos, quer seja o lugar ocupado pelas esposas dos comandantes de modo a suportar as atividades diárias dos soldados nas bases militares ou por conta do seu papel enquanto enfermeiras durante os conflitos armados, as mulheres têm contribuído com um papel mais ativo nos processos de paz, e por consequência vêm sendo cada vez mais reconhecidas como um importante elemento da construção da paz. O reconhecimento da participação da mulher em instituições militares deu-se tardiamente e apesar de ignorado durante um longo período, foi no decorrer do século vinte que as forças armadas (FA) passaram a recrutar mulheres, “*The fact that women have universally participated in these institutions had largely gone unnoticed before twentieth-century armed forces began actively seeking female recruits.*” (Hacker & Vining, 2012, p. 1).

1.1. Uma presença marginalizada

Foram diversos os momentos ao longo da história dos conflitos em que as mulheres estiveram envolvidas não só como vítimas, que o são, isto porque foram obrigadas, com maior frequência, a lamentar a morte dos seus filhos, dos seus maridos e durante o período do conflito armado, são violadas, escravizadas, vistas como bens e mortas brutalmente, mas também como lutadoras e detentoras da mesma capacidade reconhecida apenas nos homens, a de lutar. São inúmeros os exemplos históricos do envolvimento de mulheres em combate, sobretudo associados ao surgimento de lutas pela libertação, revoluções ou resistência nacional. Durante esse período tendem a suspender as normas, assim como a divisão de papéis de gênero (Carreiras, 2014).

Segundo Porte (2015), quer falemos das Amazonas¹² da Antiguidade Clássica às Sabinas ou das esposas que seguiram o povo Cimbro e os Teutões na sua caminhada pela Província Romana e ainda com o seu contributo na participação dos combates juntamente

¹² Nos mitos gregos as Amazonas são reconhecidas como tendo sido mulheres guerreiras que provinham de terras exóticas do Leste, detentoras das mesmas capacidades e tão corajosas nas batalhas como muitos dos grandes heróis gregos. Quer seja pelo seu papel na batalha de Troia ou pelas crónicas da cidade de Atenas, as Amazonas foram personagens muito importantes, isto porque, acreditava-se que todos os grandes campeões descritos nos mitos, tinham de provar o seu valor através da superação das guerreiras rainhas juntamente com os seus exércitos de mulheres (Mayor, 2014). As Amazonas, devido às suas numerosas caracterizações – heroínas, masculinas, instigadoras de guerra -, e por conta da junção da categoria guerreiras, que até então era apenas associada ao homem, e a de ser mulher, acabavam, de certo modo, por representar uma transgressão da ordem social considerada ideal (Carreiras, 2006).

com os homens, até Joana d’Arc¹³¹⁴ e Jeanne Hachette, a história mantém, mais ou menos autênticas ou ampliadas, as participações femininas nas operações da guerra.

Mesmo contando com um elevado grau de invisibilidade na participação dos estudos históricos dos diversos estabelecimentos militares e o constante desarmamento das mulheres, a presença feminina nos campos de batalha foi reconhecida como sendo de extrema relevância ao longo dos séculos. Hacker (1981) menciona que “*from the fourteenth to the nineteenth century, if not earlier, women in armies were not only normal, they were vital. Armies could not have functioned as well, perhaps could not have functioned at all without the service of women.*”. (cit. in Carreiras, 2006, p. 7). As mulheres, assim como os soldados, provinham de classes sociais menores e muitas vezes, apesar de viúvas ou esposas dos soldados, passavam a executar variadas tarefas: enfermeiras, lavadeiras, governantas, cozinheiras e também, prostitutas ou até mesmo soldados.

Como referido no parágrafo anterior, o papel das mulheres nos exércitos tornou-se crucial durante séculos, isto por conta das alterações que se deram no panorama internacional e na natureza da guerra na Europa. O uso abundante de armas de pólvora pelo continente provocou uma significativa mudança na estrutura dos exércitos europeus, o número de soldados teve de aumentar para que os exércitos pudessem combater de forma mais eficiente. No decorrer do século XVII, os monarcas envolveram-se no processo de centralização do Estado com o objetivo de englobar todos os aspetos da governação sob a alçada do controlo monárquico (Ailes, 2012).

Durante parte deste período, as mulheres desempenharam papéis ativos e essenciais no apoio aos esforços militares dos reinos por toda a Europa. Todas elas experienciaram a guerra e as suas vidas foram moldadas por conta dos assuntos militares. De acordo com Ailes (2012), desde governantes que lideraram os seus reinos durante a guerra, as nobres que defendiam os seus bens, as mulheres civis que tiveram de suportar as dificuldades do cerco e do esquitejamento, as esposas dos oficiais, assim como as mulheres que seguiam no campo, acompanhavam as forças militares durante as campanhas. As suas contribuições para cada um dos seus países, numa época em que a guerra tinha uma natureza empreendedora, foram fundamentais. A falta de estruturas administrativas que mantivessem os comboios, as casas e o abastecimento das forças

¹³ Foi decapitada por ser considerada uma heróína, uma santa, mas também uma bruxa (Carreiras, 2006).

¹⁴ Anexo I

militares de modo permanente, levou a que houvesse um elevado grau de dependência por parte das tropas para com as mulheres. Eram elas quem acompanhavam os homens nas suas marchas para lhes fornecer comida, roupa lavada, limpeza do espaço e cuidados médicos.

O papel das mulheres sofreu diversas alterações ao longo dos séculos e na metade do século XVII, o seu acesso às comunidades militares era já limitado. Uma vez que os governantes centralizaram o seu poder e passaram a desenvolver formas de abastecer e tomar conta dos soldados, o seu contributo deixou de ser tão necessário. No final do século XVIII as FA já estavam bem encaminhadas para manter o controlo total do abastecimento e suporte dos seus serviços, e desse modo o lugar ocupado pelas mulheres na concretização desses serviços entrou em declínio e desapareceu (Lynn II, 2012).

Com o fim das guerras Napoleónicas no começo do século XIX, um novo ciclo de história militar veio a se completar. O fim destas guerras trouxe consigo significativas transformações: a eliminação dos últimos vestígios de serviços de apoio não militar, ou seja, a incorporação por parte das forças armadas dos tais serviços de apoio de abastecimento e suporte que depois veio a sentar as bases para um conceito maior que passou a incluir toda a sociedade, e também a exclusão total das mulheres. Quando a mudança finalmente se deu, as mulheres tinham já quase desaparecido da vida militar “*As armies became more professional and bureaucratic – as they became, in fact, more exclusively militar – they also became more exclusively male*” (Hacker, 1981, p. 666).

O processo¹⁵ de eliminação dos serviços de apoio não militar e a mudança por ele imposta, não procedeu da mesma forma em todos os exércitos. Foi, sobretudo, a meados do século XIX, durante as maiores guerras desse século, que essas mudanças se fizeram sentir. Na prática, as mulheres solteiras devidamente autorizadas podiam seguir a campanha armada europeia, quer fosse no cargo de zeladoras da cantina ou de vendedoras. Com a proibição, por parte do exército francês, da participação das esposas dos soldados de servirem como zeladoras da cantina ou vendedoras e passarem a ter uniformes, assim como tarefas regulares, as mulheres durante este século deixaram de seguir as campanhas militares e dessa forma deixaram de fazer parte da vida militar. No

¹⁵ Com o passar do tempo este processo forneceu às mulheres novas oportunidades de trabalho que diferenciavam das que tinham tido antes. A exclusão gradual das mulheres dos exércitos contribuiu para que se desse um grande marco da sociedade moderna, a separação da esfera do trabalho e da vida familiar (Carreiras, 2006).

mesmo período, começaram a surgir outras oportunidades graças à abertura da economia industrializada do mundo ocidental. (Porte, 2015; Carreiras, 2006).

Este passo contribuiu para a exclusão da mulher das operações ativas e das próprias batalhas, para dar lugar a um papel desvalorizado e a uma presença apenas moral. As mulheres que até então tinham prestado uma ajuda extremamente necessária para os soldados e comunidade civil, foram remetidas a uma presença marginalizada. Apesar da importância dos papéis por elas desempenhados, as mulheres tendem a desaparecer das contas históricas das instituições militares, é como se as mulheres nunca tivessem dado qualquer contributo para colocar fim aos conflitos, mesmo que apenas através da lavagem da roupa dos soldados, cuidado dos doentes, ou do cozinhar para todos (Lynn II, 2012; Porte, 2015). Como o próprio Hacker coloca:

like the women healers who had vanished from the history of medicine or who were recalled only as witches, the female camp followers of early modern armies vanished from military history or were recalled only as whores. And just as the loss of the history of women healers made the rise of professional nursing and of limited places for women doctors in the nineteenth century seem novel, so the loss of army women made the rise of military nursing and the opening of restricted careers for uniformed women's auxiliaries appear as something new. (Hacker, 1981, p. 671).

1.2. A progressiva militarização e participação ativa

Foi graças aos grandes conflitos mundiais do século XX que as mulheres passaram a ter uma participação regular em forças militares organizadas. Com a Guerra da Crimeia (1854-1856), que contou com a contributo de Florence Nightingale¹⁶ e do seu corpo de enfermeiras, e também por consequência da Segunda Guerra Mundial, onde foram

¹⁶ Florence Nightingale revolucionou a enfermagem e abriu caminho para que uma nova representação social da mulher fosse formada. Esta foi contra as formulações estereotipadas da sociedade da época acerca das mulheres. Apesar de mulher da alta sociedade britânica, à qual a profissão e educação estavam barradas, conseguiu mostrar a sua capacidade através do seu papel na Guerra da Crimeia onde, com determinação, demonstrou grande capacidade de trabalho e liderança (Lopes & Santos, 2010).

atribuídas tarefas mais especializadas às mulheres, deu-se uma expansão da presença feminina através dos papéis de apoio e recrutamento militar (Carreiras, 2014).

A Guerra da Crimeia foi um marco importante para a mudança no papel da mulher face à guerra e, conseqüentemente, o surgimento de uma nova relação entre a mulher e as instituições militares. Nightingale¹⁷, juntamente com as outras mulheres da sua classe social, guiadas por objetivos humanitários e patrióticos, passaram a estar presentes nos teatros de operações numa nova profissão: enfermeiras. Graças à sua presença em cenário de conflito através do seu recrutamento a partir de classes médias, aceleraram a gradual institucionalização de cargos e funções de apoio feminino durante as duas grandes Guerras Mundiais (Carreiras, 2006).

Em 1881, com a criação do Serviço de Enfermagem do Exército da Grã-Bretanha, abriu-se um caminho para a crescente presença feminina nas FA durante aquela que viria a ser a Primeira Grande Guerra Mundial em 1914. As mulheres tiveram uma presença importante na Grã-Bretanha, onde apesar de em menor número durante o combate direto, serviram tanto nas linhas da frente como enfermeiras, condutoras de ambulâncias ou mecânicas, como também por detrás das linhas da frente enquanto espiãs, lavadeiras, trabalhadoras de munições, costureiras e angariadoras de fundos. O governo Britânico, em 1917, veio, por fim, aceitar a recomendação feita pela líder do *Voluntary Aid Detachment (VAD)*¹⁸, para que as mulheres pudessem passar a se dedicar de modo oficial aos trabalhos administrativos dos homens. Isto levou a que fossem criadas três unidades auxiliares para o sexo feminino – *Women's Auxiliary Army Corps (WAAC)*¹⁹, *Women's Royal Air Force (WRAF)*²⁰, *Women's Royal Naval Service (WRNS)*²¹, fazendo com a Grã-Bretanha fosse o primeiro país durante a guerra a introduzir as mulheres em uniformes como auxiliares através da criação das três unidades atrás referidas na área de apoio à aérea, marinha e exército. Em 1918, as organizações contavam com cerca de 25 000 recrutas e este envolvimento oficial no cenário de conflito transformou a opinião pública. As mulheres, agora em uniformes, tornaram-se mais respeitadas, uma vez que os uniformes eram sinónimo do serviço e dever prestado para com a pátria e a eficiência do seu trabalho (Cook, 2006).

¹⁷ Anexo II

¹⁸ Anexo III

¹⁹ Anexo IV

²⁰ Anexo V

²¹ Anexo VI

Durante o período da Primeira Guerra Mundial o movimento feminino de paz britânico continuou com os seus impulsos ligados às organizações de mulheres da classe média e, apesar dos impedimentos por parte do governo Britânico e organizações xenófobas, esse movimento teve muita influência nos esforços antiguerra. As mulheres reforçaram o movimento internacionalista no congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino, em Haia e foi nesse momento que pela primeira vez um grupo de mulheres se reuniu além-fronteiras num período de guerra para discutir o término da guerra. Num primeiro momento da Guerra, a maior preocupação era a luta das mulheres pelos mesmos direitos que os homens tinham, contudo, com o avançar do conflito, tiveram um importante papel na oposição à guerra através de protestos com argumentos maternalistas e com explicações de que a mulher sofria demasiado com os conflitos, o que veio a ter um forte impacto na sociedade. Estabeleceram-se novas organizações com flexibilidade para responder aos desenvolvimentos da época e que substituíram aquelas que eram incapazes de acompanhar o desenvolvimento. No mesmo período foram enviados 30 delegados, pelo Congresso Internacional das Mulheres, na primeira missão de paz feminina para trazer o plano de ação aos chefes dos Estados europeus. Entretanto, a presidente Jane Addams²²²³ encontrou-se com o presidente dos EUA, Woodrow Wilson, fornecendo-lhe muitos dos pontos que ele veio a utilizar nas conversas de Versalhes que pôs fim à guerra (Tumis, 2005; Rehn & Sirleaf, 2002).

Na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foram algumas as mulheres que participaram em combates ainda no Império czarista. A maioria vestia-se como os homens, com um pequeno grupo a servir enquanto mulheres e eram motivadas pelo sentimento de patriotismo e necessidade de escapar da sua vida monótona. Foi, porém, com a revolução de 1917²⁴, que surgiram na Rússia as primeiras unidades de combate do sexo feminino organicamente ligadas ao exército regular, com quatro

²² Anexo VII

²³ Foi uma ativista pioneira, pacifista e feminista e a segunda mulher a ganhar o Prémio Nobel da Paz. Presidiu o Congresso Internacional das Mulheres, realizado em Haia no ano de 1915 (Rehn & Sirleaf, 2002).

²⁴ A Revolução de 1917 deu-se por conta de um conjunto de acontecimentos que se desenrolaram na Rússia que vieram pôr fim ao Império Czarista em fevereiro desse ano, e culminou com o derrube do Governo Provisório em outubro de 1917 (Filho, 1989).

destacamentos ou batalhões, nomeadamente o Batalhão feminino da morte²⁵ de Maria Bochkareva²⁶ (Porte, 2015).

A permissão para a constituição do batalhão completamente feminino veio em 1917, pelas mãos do Governo Provisório, com o objetivo de humilhar e envergonhar os homens que desertavam, mostrando dessa forma um exemplo de virtude militar. Este veio a ser o primeiro exemplo na história contemporânea em que as mulheres serviram numa unidade de combate constituída apenas por mulheres consideradas modelos de empenho militar e de valor. Mais tarde, em suas memórias, Bochkareva, repetiu inúmeras vezes as dificuldades que tinha em ser admitida num mundo exclusivamente masculino (Goldstein, 2001; Carreiras, 2006).

Nos Estados Unidos da América (EUA), as mulheres tiveram um papel importante na promoção da guerra. A própria propaganda do governo era direcionada para elas de modo a encorajar o seu apoio. Com a ausência dos soldados, as mulheres tiveram de ocupar os seus lugares e participar na força de trabalho em posições de telefonistas, condutoras de carros, comissárias de estradas de ferro, funcionárias das fábricas e estenógrafas. Numa vertente mais ligada aos esforços de guerra, a Liga de Defesa das Mulheres dos EUA coordenou trabalhos relacionados com a guerra, tais como o telefone, o telégrafo e posições de estenógrafo. O Corpo de Enfermeiras do Exército dos EUA enviou um grande número de enfermeiras para o continente europeu no decorrer da Primeira Guerra Mundial, e em 1918, no dia do armistício, cerca de 21 480 enfermeiras prestavam serviço em todo o mundo (Inglaterra, Bélgica, Filipinas, Havaí, Rússia, França, Porto Rico, Itália e Sérvia) (Grayzel, 2002; Cook, 2006).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a maior parte das mulheres viu os seus esforços de integração e respeito a serem postos de parte por conta do regresso dos homens a casa. Muitas mulheres tiveram de sair dos seus postos de trabalho e foram obrigadas a regressar aos antigos trabalhos para mulheres ou para um que não lhes desse remuneração. Acabaram por ser desmobilizadas após tanto esforço.

Com o eclodir da Segunda Guerra Mundial, considerado um grande ponto de viragem em termos da participação militar feminina, os corpos de trabalho de mulheres foram restituídos e com o passar dos anos o número de organizações e grupos aumentou substancialmente. As mulheres passaram a ter acesso a um maior número de profissões,

²⁵ Maria Bochkareva foi a líder do Batalhão feminino da morte russo (Cook, 2006).

²⁶ Anexo VIII

algumas não tão tradicionais, tais como, mecânicas, transmissões, radar e defesa antiaérea. As forças armadas americanas contaram com cerca de 350 000 mulheres e 800 formaram as *Women Airforce Service Pilots (WASP)*²⁷ e com o tempo, elas substituíram os homens nos diferentes serviços – campos logísticos e técnicos -, o que permitiu que fossem para as unidades de combate. Na Inglaterra, 9,6% do total da força combatente eram mulheres, e juntamente com a União Soviética, Alemanha e Israel, instituiu o sistema de conscrição nacional feminina durante a guerra (Carreiras, 2006).

No começo da década de 1940, a União Soviética sofria com a escassez de mão de obra humana e por esse motivo recrutou mulheres que não tivessem filhos para trabalharem durante a guerra. Por volta de 1943, as mulheres haviam atingido o pico mais alto de participação no exército soviético, sendo as suas áreas de maior envolvimento as especialidades médicas (enfermagem) e as unidades antiaéreas que passaram a ser reconhecidas como uma especialidade militar afeminada. Apesar de ser claro que houve uma grande participação feminina, os números são ainda muito vagos (Goldstein, 2001).

Nos EUA, também pelo mesmo motivo que a União Soviética, foi aprovada a lei que estabeleceu o WAAC em 1941, porém com a cláusula de que o WAAC contaria com um número limitado de mulheres e que estas teriam regalias diferentes ao exército regular, em termos do seu salário, *status* e posição. Um ano mais tarde, o Congresso veio a aprovar uma lei que permitia às mulheres fazer parte das reservas, quer fosse da *U.S. Navy*, como na *Marine Corps* e passados quatro anos, o número de participantes aumentou consideravelmente.

Embora com um uso mais limitado, outros países – Alemanha, Canadá e França - também permitiram a participação das mulheres nas forças armadas. Na Alemanha as mulheres trabalharam inicialmente enquanto civis nas bases militares, mas com a sua grande conquista de territórios pela Europa fora e a forte necessidade de administração desses mesmos, levou a que criassem mais postos de trabalho que foram concedidos às mulheres. Desde trabalho de escritório à Força Aérea, estas tiveram um importante papel (Carreiras, 2006).

Quando se deu o término da Segunda Guerra Mundial, homens e mulheres militares regressaram à sua vida civil, contudo as impressões por elas deixadas foram duradouras. Algumas delas conseguiram cargos em determinadas empresas ou até mesmo no governo, outras voltaram à esfera doméstica, enquanto esposas e mães e ainda um

²⁷ Anexo IX

pequeno grupo conseguiu permanecer no serviço das FA dos EUA. No final dos dois grandes conflitos, a presença feminina foi-se tornando residual na maior parte dos países e as regras que até aí tinham prevalecido, mantiveram-se: a da exclusão e omissão “*what has happened in the past in many nations is that when the armed forces need women, their prior military history is recalled to demonstrate that they can perform effectively in various positions.*” (Segal, 1993, cit in Carreiras, 2006, p. 9). Quando necessário, a importância do papel feminino é recordada, porém a sociedade passa por um processo de amnésia cultural relativamente às suas contribuições até que uma nova emergência surja. (Cook, 2006).

Apesar do processo de amnésia cultural, as duas guerras mundiais tiveram impactos revolucionadores nas vidas das mulheres, isto porque impulsionaram a criação de oportunidades para as mulheres no que concerne a posições no governo, nas instituições educacionais, empregos qualificados na indústria pesada e nas FA e oportunidades em cargos de poder. Durante ambos os conflitos, foi possível às mulheres alcançar a sua independência financeira e económica e também o direito ao voto (Carreiras, 2006).

Nas últimas décadas do século XX, sobretudo a partir da década de 1970, as instituições militares ocidentais passaram por um processo de significativas alterações em termos da integração de género. Deu-se uma rutura com o esquema tradicional tido até então pois as mulheres passaram a ser admitidas nas forças armadas com relativa equidade em termos de estatuto perante os seus companheiros masculinos, com educação integrada, acesso a um grande número de funções e com treinos semelhantes aos homens. Foram também concedidos direitos e oportunidades que antes lhes eram vedadas. (Carreiras, 2014).

Durante as décadas de 1980 e 1990 a Organização das Nações Unidas (ONU) prestou crescente atenção aos impactos que os conflitos armados tinham nas vidas das mulheres, o que levou à criação de medidas para assegurar que elas fossem incluídas nas questões da paz e que as suas preocupações e expectativas fossem tidas em conta. Se muitas vezes foi reconhecido o esforço por elas feito, tantas outras subestimaram os seus esforços. Esta nova atenção para com as mulheres, de modo a envolvê-las nos processos de paz, resultou de um conjunto de diligências e acontecimentos que tiveram lugar ao longo dos anos. A Conferência de Pequim, organizada pela ONU (1995) veio alterar a visão de que a mulher pertencia apenas ao grupo alvo que necessitava de assistência humanitária, para também dar lugar à visão de que ela precisava de ser envolvida

ativamente na resolução dos conflitos e reconstrução pós-conflito. Com a constante preocupação acerca da ausência da participação ativa de mulheres nos processos de paz, pois na teoria muitos acordos foram assinados, mas na prática pouco tem sido feito, o Conselho de Segurança das Nações Unidas conduziu uma discussão aberta sobre mulheres, a paz e a segurança, onde diversos Estados-membros proclamaram apoiar a participação das mulheres em todos os aspetos dos processos de paz, bem como a inclusão de perspectivas de género nas operações de manutenção de paz. Esta discussão culminou numa importante ferramenta para a participação da ativa das mulheres, a Resolução 1325 adotada pelo CSNU no ano de 2000 (Moura, 2005).

Em 2000, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) convocou uma “Conferência de Paz das Mulheres do Burundi” na Tanzânia, onde as mulheres elaboraram recomendações específicas para o processo de paz. As organizações das mulheres aproximaram-se e pressionaram as partes envolvidas nos conflitos e o próprio Nelson Mandela (um dos principais mediadores) declarou publicamente o seu apoio à participação igualitária das mulheres nas negociações de paz. O presidente ugandês, que também participou nas negociações de paz, também instou às mulheres que se fizessem ouvir. Durante a violência pós-eleitoral no Quênia em 2008, o mediador Kofi Annan, juntamente com o membro do painel, Graça Machel, facilitou o acesso das mulheres às negociações (Core, 2014).

Todo o processo de participação feminina durante e após os conflitos foi sofrendo grandes alterações ao longo das décadas. Desde uma época em que eram vistas apenas como participantes da esfera privada a um período em que a sua importância em processos de paz é tida como fundamental, torna-se ainda necessário que muito seja feito para que um verdadeiro reconhecimento seja efetuado. Atualmente, ainda é grande o número de mulheres que veem os seus esforços serem marginalizados e muitos países que perpetuam relações de poder desiguais.

2. Promoção da igualdade género na comunidade internacional

2.1. A mulher e os conflitos armados: vulnerabilidade

Ao acompanharmos o desenvolvimento da vida internacional durante as últimas décadas, diversas mudanças ocorreram dentro da estrutura do próprio conflito armado. Atualmente não falamos apenas de conflitos armados internacionais, mas também não-internacionais, assim como assimétricos. Dentro desta amálgama de mudanças, há uma

constante, o *status* da mulher, sobretudo o seu *status* enquanto uma das categorias de civis mais afetados durante um conflito armado (Ivanciu, 2016).

O lugar ocupado pelas mulheres nas questões de paz e guerra foi um assunto negligenciado durante um longo período. O tema “mulheres e paz” não foi tido como prioritário na agenda da política internacional e por esse motivo, sem que a comunidade internacional²⁸ desse por isso e interviesse, durante décadas foram cometidas barbaridades contra as mulheres. Porém, e como foi possível ver através do ponto anterior, deu-se um longo processo evolutivo da participação feminina nos assuntos de guerra, paz e segurança, que culminou com a alteração dessa realidade. Todo este processo não foi, nem é linear e por essa razão ainda há muito a ser feito para que haja o devido reconhecimento do papel da mulher (Moura, 2005).

A realidade acerca da guerra é que além de ser violenta esta não poupa ninguém, quer sejam homens, mulheres, rapazes ou raparigas, todos são afetados de diferentes formas. Seja o conflito interno, entre rivais étnicos, religiosos ou grupos políticos que lutam pelo controlo de um território, recursos ou populações, ou que atravesse fronteiras, a população civil será sempre afetada. As mulheres e crianças por pertencerem a um grupo mais frágil e desprotegido acabam por sofrer riscos e ameaças inimagináveis (International Committee of the Red Cross, 2015).

Os conflitos contemporâneos são caracterizados pela presença em grande número de rostos femininos. Tendo os conflitos como cenário o espaço da comunidade, são as crianças e mulheres que constituem os grupos que são mais afetados. As mulheres são vítimas das atrocidades e injustiças em situação de conflitos, esta é uma afirmação indiscutível. Quer seja enquanto pessoas deslocadas internamente, refugiadas, chefes de família ou líderes de uma comunidade, combatentes, ativistas ou construtores da paz, homens e mulheres experienciam os conflitos armados de forma diferente. Por conta da falta de recursos, de autoridade política ou controlo sobre o ambiente que as rodeia, as mulheres veem a sua mobilidade e habilidade de proteger-se a si mesmas limitada.

²⁸ Para alguns a comunidade internacional equivale a fé, outros defendem que é uma ideia tal como a democracia. Há, contudo, uma visão partilhada de um mundo melhor para todas as pessoas que nos une todos numa comunidade internacional. Por exemplo, a noção de que estamos vulneráveis face ao aquecimento global e à massificação de armamento leva a que criemos instituições e mercados conjuntos com oportunidades partilhadas. Há a crença de que juntos, somos mais fortes (Annan, 1999).

Mesmo sendo um grande número o de pessoas que morre no decorrer de um conflito, mulheres e homens não morrem da mesma forma. Segundo Rehn & Sirleaf (2002):

While more men are killed in war, women often experience violence, forced pregnancy, abduction and sexual abuse and slavery. Their bodies, deliberately infected with HIV/AIDS or carrying a child conceived in rape, have been used as envelopes to send messages to the perceived 'enemy'. The harm, silence and shame women experience in war is pervasive. (p.1)

A afirmação anterior vem demonstrar que a violência contra a mulher durante e após um conflito armado é um dos maiores silêncios da história. As mulheres foram durante longas décadas as vítimas invisíveis, “*as massas sem rosto que preenchem os fundos das telas de terror e de sofrimento*” (Amnistia Internacional, 1995, p. 10). São elas quem são o maior número de deslocados e refugiados de guerra, a maior parte das baixas de guerra e as mais pobres do mundo, juntamente com as crianças. As violações e discriminações feitas aos seus Direitos Humanos acontecem em cenário de conflito e pós-conflito com recorrência devido à pouca divulgação que vem sendo feita e com consequências assoladoras na vida destas mulheres (Moura, 2005; Rehn & Sirleaf, 2002; Amnistia Internacional, 1995).

Em todos os conflitos armados, as mulheres sofrem por conta das brechas que existem no Direito Internacional dos Direitos Internacionais e do Direito Internacional Humanitário. Devido ao descuido que há por parte dos comandantes ou chefes dos grupos armados, as mulheres são vítimas de todas as formas de violência sexual, de uma maneira incontrolável e esporádica. Estes atos também ocorrem de modo contínuo e metódico, pois em determinadas situações a mulher torna-se alvo daqueles que procuram humilhar ou destruir comunidades. Ao violarem as mulheres, os inimigos demonstram a incapacidade que os homens da comunidade têm em proteger as suas esposas, filhas ou membros do grupo a que pertencem. Também as violam e mutilam os seus órgãos genitais porque representam o futuro do recurso humano do grupo a que pertencem. No período pós-conflito as mulheres continuam a sofrer agressões sexuais e muitas delas são perpetuadas pelos membros das suas comunidades (Ivanciu, 2016).

Apesar da Declaração das Nações Unidas²⁹ proibir a violência contra as mulheres e obrigar a que sejam aplicados direitos e princípios universais no que diz respeito à igualdade, liberdade, segurança, dignidade e integridade de todas as pessoas, muitos são os governos que desrespeitam e quebram os contratos acordados, sem qualquer punição e rejeitam o princípio básico de que os Direitos Humanos aplicam-se em todos os momentos e em todos os contextos e situações, são dessa forma padrões universais. Mesmo com a existência de um enquadramento internacional jurídico que claramente proíbe e criminaliza a violência contra a mulher, particularmente durante um conflito armado, ainda é necessário que esse enquadramento evolua e que se torne mais consistente e virado para a integração da prática de gênero. Foi por esse motivo que o Comité dos Direitos Humanos das Nações Unidas veio reafirmar esta visão através do estabelecimento do direito da igualdade de gênero como um direito não apenas não-discriminatório, mas também como um que requer uma ação afirmativa (Amnistia Internacional, 1995).

No que toca aos Direitos Humanos das mulheres, são vários os governos que tomam uma posição restritiva, porém devido às diversas mudanças que têm vindo a ocorrer no cenário internacional, há cada vez mais a adoção da noção de que os “*direitos das mulheres são Direitos Humanos e os Direitos Humanos não só são universais como são indivisíveis.*” (Amnistia Internacional, 1995, p. 13).

Segundo Rehn e Sirleaf (2002), a violência extrema da qual as mulheres são alvo não aumenta apenas em tempos de guerra, esta está relacionada com a violência existente nas suas vidas durante o período de paz. São inúmeras as mulheres que experienciam a violência simplesmente por serem mulheres e também por não usufruírem dos mesmos direitos ou autonomia de que os homens usufruem. Estas estão sujeitas a perseguições baseadas no gênero, a um elevado grau de discriminação e opressão, violência sexual e escravatura.

Embora vítimas constantes dos conflitos armados, a imagem da mulher enquanto vítima da violência do conflito não é tão monocromática como se fez crer durante tantos anos. Estas não são sempre as vítimas. Muitas vezes trabalham ativamente para melhorar

²⁹ A Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (novembro de 1967), é uma resolução proclamada pela Assembleia Geral na Resolução 2263, na qual constam diversos artigos que vão de encontro à tentativa de eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e de compreensão para com o lugar que a mulher ocupa na sociedade. Um papel importante na vida social, política, económica e cultural na sociedade (Nações Unidas, 1997-2002).

a sua situação, assim como inúmeras vezes apoiam ativamente um ou outro lado do conflito de modo a protegerem a si próprias e a sua família e também para melhorar as suas vidas. Muitas foram desde sempre retratadas como vítimas pertencentes a um grupo particularmente vulnerável em situação de conflito, porém nem sempre são tão vulneráveis como descritas. Pelo contrário, um grande número de mulheres demonstrou força e coragem em tempo de guerra, acabando por proteger e apoiar as suas famílias, bem como por aceitar os papéis de combatentes e ativista da paz (International Committee of the Red Cross, 2015; Rehn & Sirleaf, 2002).

2.2. A comunidade internacional e a promoção da igualdade de género

O respeito pelos direitos humanos da mulher cai muitas vezes no esquecimento no decorrer de um conflito armado, por essa razão a questão do género adquire especial importância quando se fala deste contexto, uma vez que os conflitos têm diferentes impactos na vida das mulheres e dos homens. A exclusão de género³⁰ não se refere apenas à falta de participação feminina, mas também, e especialmente, a ignorar as consequências humanas das políticas de *gender-blind*³¹ tendo em conta que são experienciadas tanto por homens como por mulheres. A exclusão das políticas de género terá também impacto negativo nos homens, especialmente naqueles com menor poder político (Jenkins & Reardon, 2012).

O impacto dos conflitos nas mulheres pode tomar diversas formas. Durante um período de conflito as responsabilidades e papéis alteram-se e as posições tradicionais ocupadas pelo “feminino” e pelo “masculino” deixam de fazer sentido. A guerra pode tanto fazer da mulher vítima de violações, maltratos, mutilações, como também agente ativo participante do processo de promoção da paz, quer seja enquanto combatente, ativista ou enquanto líderes da sua família e comunidade (Carreiras, 2006).

Ainda que durante anos a presença feminina na guerra ganhasse grande destaque por parte dos *media*, este destaque devia-se ao seu papel de vítima e dessa forma o seu importante papel nas negociações de paz e reconstrução das sociedades era negligenciado.

³⁰ Quando nos referimos a género entendemos que este conceito engloba um conjunto de características distintas que são atribuídas a homens e mulheres em cada sociedade ou cultura. “*Portanto, quando falamos de ‘género’ não estamos a falar de mulheres, mas sim de mulheres e de homens e das relações que entre ambos se estabelecem na organização social.*” (Vicente, 2000, p. 63).

³¹ Um discurso cego relativamente aos papéis sociais diferenciados assumidos por homens e mulheres (Moura, 2005).

Moura (2005) menciona que a crescente preocupação por parte da comunidade internacional para com o impacto que os conflitos tinham na vida das mulheres e a constante presença destas em cenários de conflito, na dualidade do seu papel, levou a que houvesse um aumento do interesse pela participação das mulheres nas questões de segurança e nas operações de paz de modo a protegê-las e aumentar a participação igualitária das mulheres.

As palavras proferidas por Eleanor Roosevelt no discurso apresentado em 1946, na primeira reunião da Assembleia Geral da ONU foram inovadoras em diversos aspetos. Esta afirmou que as mulheres mereciam ter, assim como tiveram durante os períodos de resistência e guerra, as mesmas oportunidades de desempenhar funções na área da paz e reconstrução pós-bélica. Este discurso interligou dois tópicos presentes na agenda internacional, paz e segurança, a um que até a época era pouco discutido, o papel da mulher. O raciocínio por ela elaborado, voltado para a igualdade de todos os indivíduos independentemente das suas crenças, sexo ou raça, teve impacto perante os novos Estados-membros da ONU e veio a dar frutos. Após muitas décadas de história com altos e baixos, idas e vindas, a comunidade internacional passou a introduzir ideias acerca da igualdade de género na agenda da paz e segurança (Rebelo, 2012).

A comunidade caminhou para a promoção da igualdade de género e consequentemente assistiu-se, gradualmente, à transição do papel de vítima a participante proativa nos processos formais e informais de consolidação da paz. Esta transição deu-se por conta de diversas diligências e acontecimentos. De acordo com Jenkins e Reardon (2012), de 1900 a 1945, foram décadas de articulação da problemática da subordinação do *status* social e político da mulher. Nos anos que antecederam o fim das duas guerras mundiais, tratou-se da articulação das instituições quanto à falta de poder político das mulheres como obstáculo à paz em que as principais atividades políticas por parte dos movimentos feministas foram direcionadas para a obtenção do sufrágio. De 1945 a 1970, o foco mudou para a corrente subordinação das mulheres e nas limitações dos seus direitos legais e desse modo a ONU criou a Comissão para o Estatuto das Mulheres no ano de 1947, que permitiu que a questão das mulheres e da paz entrasse para a agenda de discussão internacional. Mais tarde foi criada uma agência mais proativa, Divisão para o Avanço da Mulher.

Da década de 70 a 85, o ativismo feminino voltou-se para a concretização da igualdade em todas as esferas, pública e privada, o que fez com que as Nações Unidas prestassem mais atenção ao impacto dos conflitos nas vidas das mulheres e lançasse

esforços para estabelecer padrões e metas para alcançar a igualdade das mulheres. Estes esforços foram significativamente avançados por duas décadas internacionais sobre as mulheres e três conferências internacionais (1975, 1980 e 1985) em torno do tema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”. Um grande marco deste período foi a adoção da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e o documento que resultou da Conferência de Nairobi, *Nairobi Forward-looking Strategies for the Advancement of Women*, iniciou a discussão acerca das mulheres, a paz e segurança. Foi graças às informações recolhidas pela Comissão de Peritos sobre o conflito na ex-Jugoslávia³² que se deu um grande desenvolvimento dos debates em torno do tema da violência contra as mulheres, especialmente em tempos de conflitos armados (Moura, 2005; Jenkins & Reardon, 2012).

A seguinte fase de desenvolvimento do século deu-se entre 1985 a 2000. Nesta época houve um aumento significativo do interesse e da atividade à volta da negação dos direitos humanos da mulher, que resultou em campanhas para implementar e aumentar a CEDAW. Daqui resultou a criação da Declaração sobre a Eliminação de todas as Formas de Violência contra as Mulheres. A DAW (*Division for the Advancement of Women*) juntamente com a UNESCO, as responsáveis pelo secretariado da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres que se realizou em Pequim, levaram a cabo medidas para certificar que as preocupações e expectativas, assim como as questões da paz, estivessem incluídas no centro do discurso político do Processo de Pequim. As duas pré-conferências realizadas pela DAW e a UNESCO geraram uma mudança de atitude referente à visão das mulheres enquanto grupo alvo de assistência humanitária. Esta visão começou a ser substituída pela necessidade de envolver ativamente as mulheres nas resoluções dos conflitos. A Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres foi responsável pelo estabelecimento de uma série de padrões que asseguraram que os direitos das mulheres fossem reconhecidos e implementados como direitos humanos universais. Além do mais, “*deu particular relevo à questão ‘mulheres e conflitos armados’*” (Moura, 2005, p. 3).

³² Esta Comissão abarcou cerca de 1100 relatórios sobre a violência sexual e ouviu os testemunhos acerca das violações do direito internacional humanitário. Redes de mulheres denunciaram e colocaram a problemática nos fóruns internacionais, como foi o caso das Mulheres de Negro de Belgrado, durante a Conferência sobre Direitos Humanos de Viena no ano de 1993. Foi durante o período de conflito na ex-Jugoslávia e após este que se passou a abordar publicamente o problema da violação sistemática enquanto arma de guerra e de limpeza étnica (Moura, 2005).

Importantes passos foram dados nos anos seguintes, nomeadamente o reconhecimento da violação e violência sexual em tempos de guerra como crimes contra a Humanidade (1998) e também o reconhecimento, pela primeira vez, dos contributos dados pelas mulheres para a construção da paz através de um anúncio emitido pelas Nações Unidas após a revisão da Plataforma de Pequim (Moura, 2005).

No ano de 2000, após a realização de uma Assembleia Geral por parte das Nações Unidas e uma discussão aberta sobre as mulheres, paz e segurança (MPS), foi adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a Resolução 1325. Esta resolução baseou-se nos dois documentos importantes provenientes da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Plataforma de Ação de Pequim, mas contou com significativas mudanças devido à avaliação negativa que foi feita a ambos e também para dar resposta às preocupações manifestadas pelas mulheres. Com a adoção da Resolução assumiu-se um novo compromisso e reforçou-se a necessidade em ser adotada uma perspetiva de género na prevenção e resolução dos conflitos, bem como na consolidação e manutenção da paz (Rehn & Sirleaf, 2009).

Face à crescente promoção da igualdade de género por parte da comunidade internacional, foram várias as organizações internacionais que procuraram trabalhar de forma a ir de encontro aos objetivos estabelecidos após a realização das inúmeras conferências e congressos: incluir as mulheres, tanto as suas carências específicas, como os seus contributos em todas as áreas da consolidação e reconstrução da paz.

Para além da Organização das Nações Unidas, também a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a UE estabeleceram políticas, ou disposições padrão relativas às mulheres e ao género em situação de conflito armado. Tanto uma como a outra seguiu a adoção levada a cabo pelo CSNU da Resolução 1325 para “as mulheres, a paz e a segurança”, em 2000.

A UE, tendo a Resolução 1325 por base, adotou um conjunto de Resoluções complementares relativas à violência sexual durante os conflitos, como foi o caso da 1820 no ano de 2008, a 1888 em 2009, 1860, 2122 em 2013 e tantas outras. O Parlamento Europeu (2006), salientou através da proposta de Resolução a situação das mulheres durante os conflitos armados, bem como o seu papel na reconstrução e no processo democrático em situação de pós-conflito. Reforçou a necessidade de os Estados-membro adotarem medidas de integração da perspetiva do género em todas as esferas da paz, investigação, prevenção e resolução do conflito, aumento do número de mulheres presentes nas operações de manutenção da paz, reabilitação e na reconstrução após os

conflitos. De modo a consolidar a implementação da perspectiva de género dentro dos países que fazem parte da UE, no ano de 2012 foi adotada uma nova Resolução com o intuito de reforçar e desenvolver as ideias e medidas defendidas na resolução de 2006. O Parlamento Europeu apela à definição de um código de conduta para o pessoal da União Europeia envolvido em missões militares, ao financiamento de apoio à participação efetiva das mulheres nas instituições e nos processos decisórios em situação de resolução de conflitos e negociações de paz (Parlamento Europeu, 2012).

A OTAN no decurso dos anos recentes tem-se mostrado tão ativa quanto a UE no que diz respeito às mulheres, o género e os conflitos armados. O compromisso inicial desta Organização para com as questões de género remete ao ano de 1961 quando as oficiais mulheres da OTAN começaram a organizar conferências em uma base *ad hoc*³³ para se discutir os *status*, condições de emprego e possibilidade de carreira para as mulheres nas forças militares da aliança. Criou em 1976 um «Comité de pessoal feminino» de modo a promover o interesse das mulheres no seio da organização, assegurando a abertura de todos os postos a candidatas femininas e igualdade de oportunidades militares e políticas face aos homens. Foi estabelecido um escritório oficial em 1997 em Bruxelas, de modo a apoiar o trabalho de *Guidance for NATO Gender Mainstreaming* (Hurley, 2014). A OTAN voltou a sua atenção para as operações de paz nos primeiros anos de reorientação em direção ao género, e em 2009 surgiu a diretiva BI-SC 40-1³⁴, que formalizou a sua ação de implementação do género na sequência de uma abordagem global. Esta diretiva enunciou regras tanto ao nível do treinamento como a conduta nas operações e as táticas. A Organização do Tratado do Atlântico Norte procura por vários anos, de forma consistente, fazer com que haja uma maior integração da dimensão do género na sua ação operacional e institucional (Eulriet, 2015).

A inclusão de mulheres nas várias fases do processo de construção e consolidação da paz, bem como o seu direito de estar presente em todos os esforços de paz, são uma preocupação e obrigação para os Estados-membro das Nações Unidas. A comunidade

³³ É um termo latim cuja tradução literal remete “para isto” ou “para esta finalidade”.

³⁴*Bi-SC Directive 40-1 - Integrating UNSCR 1325 and gender perspectives in the NATO command structure including measures for protection during armed conflict.* Esta diretiva surgiu com o intuito de assegurar a implementação da Resolução 1325 e englobou um conjunto de medidas, bem como uma série de princípios a serem observados de modo a ser alcançada a igualdade de género entre mulheres e homens, especificamente no teatro de operações em que decorrem as missões da OTAN (North Atlantic Treaty Organisation, 2012).

internacional continua a trabalhar para que haja uma maior inclusão e participação de mulheres nos processos de paz e são vários os projetos e missões que foram e são desenvolvidos com o objetivo de impulsionar o acesso das mulheres nas mais diversas áreas deste processo. De acordo com Ariño (2015), a ausência feminina passou a implicar uma ausência de justiça, igualdade e princípios inclusivos que tornam todo o processo de paz incompleto. Chhabra (2006) refere que as mulheres suportam as suas comunidades em tempos de conflito, enquanto conselheiras, negociadoras e fornecedoras. Por essa razão, a inclusão da sua perspectiva é crítica para assegurar que as necessidades da população local são compreendidas aquando se dá o planeamento das operações de paz para serem posteriormente cumpridas durante a implementação. A sua presença e perspectiva pode contribuir para melhorar as metodologias utilizadas, bem como a comunicação entre as partes envolvidas e pode ajudar a construir um certo nível de confiança entre essas partes.

2.2.1. Envolvimento das mulheres nos processos de paz

Chhabra (2006), afirma que as mulheres estão na vanguarda dos esforços para a paz em grande parte do mundo. Uma vez reconhecida a importância do seu papel, as mulheres passaram a desempenhar um papel proativo no processo de negociações de paz, na construção da paz e atividades pós-conflito após o acordo de paz. Quer individual ou coletivamente, as mulheres deram e continuam a dar importantes contributos para a resolução dos conflitos.

São vários os exemplos de conversações para a paz recentes onde as mulheres foram excluídas, mas é também importante referir que algumas das conversações que no início não contavam com a presença de uma mulher, sofreram transformações importantes que levaram à inclusão de mulheres. O caso das negociações nas Filipinas retratado por Ariño (2015), mostra como a sua inclusão não é apenas possível como também desejável devido à força que a sua presença e contribuição aumentam os processos de diálogo. O ano de 2014 foi crucial para o processo de paz das Filipinas, a região de Mindanau. Na região de Mindanau, o acordo final que pôs fim ao conflito armado foi assinado em março de 2014. As mulheres ocuparam posições importantes nas equipas de negociação e a líder da equipa do governo era uma mulher. Em um marco sem precedentes, o acordo foi assinado em nome do governo filipino por uma mulher, Miriam

Coronel-Ferrer³⁵. Juntamente com a inclusão de mulheres nos grupos de negociação, as organizações de mulheres da sociedade civil também desempenharam, e continuam a desempenhar, um papel crucial no acompanhamento e implementação dos diferentes acordos alcançados, incluindo o acordo de cessar-fogo (Ariño, 2015).

No Paquistão, as mulheres juntamente com crianças e homens participaram em marchas contra a guerra de Kargil. As mulheres ativistas tomaram a liderança dos protestos contra os testes nucleares que foram levados a cabo nas colinas de Xangai, aos quais vincularam a discriminação regional e a negação dos direitos democráticos (Chhabra, 2006).

A um nível global, as mulheres têm tido impactos ativos nos assuntos da paz e do desarmamento. Durante a Primeira Guerra Mundial, cerca de 1200 mulheres de países em guerra ou neutros, uniram-se para protestar contra o conflito e criaram a Liga Internacional de Mulheres pela Paz e Liberdade. Desde esse momento, as mulheres em todo o mundo continuaram a seguir o objetivo de contribuir para o desarmamento, a eliminação de armas de destruição massiva e procurar um maior envolvimento nos processos de paz. Graças aos seus esforços, devido à descoberta de malefícios radiológicos no leite materno provenientes dos testes nucleares, contribuíram para a conclusão do Tratado de Interdição Parcial de Ensaio Nucleares em 1963. Mulheres na República Democrática do Congo, Libéria, Ruanda, Somália, Quênia, África do Sul, Sri-Lanka e Sudão basearam-se na sua autoridade moral enquanto mães, esposas ou filhas e pediram o fim do conflito armado. Organizam-se de modo a prevenir que os seus filhos sejam recrutados ou implantados em determinados conflitos e também para saber do seu paradeiro. A Cooperação Nacional de Viúvas de Guatemala, por exemplo, continua com campanhas contra o recrutamento de jovens utilizando várias justificações, incluindo a dependência económica das mães para com os seus filhos. Na Colômbia, as mães, esposas e familiares dos soldados e polícias que são retidos pelas guerrilhas, trabalham com agências do governo e grupos de guerrilha para chegar a acordos humanitários (United Nations, 2002).

Em Burundi, a quota de 30% mínimo de mulheres representantes em gabinetes, assembleia nacional, no senado e no governo local (a partir de 2009 este último), estabelecida na Constituição de 2005, foi alcançada nos dois períodos de eleições pós-conflito. Incluiu a nomeação das primeiras mulheres a atuar enquanto presidente e vice-

³⁵ Anexo X

presidente do Parlamento, e também de mulheres a ocupar cargos em ministérios principais – justiça, comércio e relações externas. Esta veio a ser uma grande vitória conquistada pelo movimento transnacional feminino do Burundi pelo seu trabalho árduo na tentativa de incluir as preocupações de género e os direitos das mulheres, primeiro nos acordos de paz e depois na Constituição. Esta foi também uma grande vitória devido ao histórico de constante exclusão das mulheres dos processos de paz, sendo que apenas 5% das representantes eram mulheres (baixo número de mulheres participantes nos processos de paz até então (Domingo, O’Neil & Foresti, 2014).

Segundo a UN Women (2015), nas recentes negociações de paz na Colômbia, as mulheres participaram como conselheiras especialistas do género, negociadoras, enquanto sobreviventes e em delegações de mulheres afetadas pelos conflitos. Vieram a constituir um terço dos participantes sentados à mesa de negociações e 60% de vítimas e especialistas. Os negociadores, de ambas as partes do conflito, encontraram-se com as mulheres afetadas pelos conflitos e ouviram as suas preocupações e necessidades. Duas semanas após a Cimeira Nacional das Mulheres e da Paz, foi alcançado um acordo nas conversações sobre a participação política, aí foi reconhecida a importância do papel das mulheres na prevenção dos conflitos e na sua resolução. O Presidente Santos, num acontecimento sem igual, nomeou duas mulheres para representarem o governo com um grande poder de decisão. Pela primeira vez o processo de paz da Colômbia contou com um subcomité de género e com um acordo final com inclusão do género. Sem precedentes, todas as áreas do acordo de paz contaram com a perspectiva de género.

Nos dias de hoje, mesmo havendo já um alto nível de reconhecimento por parte da comunidade internacional relativo à importância do papel das mulheres e a necessidade de incluí-las, bem como as suas necessidades e contributos em todas as áreas de tomada de decisão nas negociações e acordos de paz, ainda é grande o número de mulheres que são excluídas dos processos formais que conduzem à paz. Todo o processo ligado à implementação da perspectiva de género na realidade internacional, sobretudo a partir da década de 1970, não funcionou de forma efetiva em todos os momentos. Segundo Moura (2005), atualmente, há de facto uma perceção cada vez mais significativa de que é importante olhar para as necessidades das mulheres enquanto grupo alvo de violência, bem como enquanto atores ativos para a construção da paz, porém os números ainda estão aquém dos desejados. Os programas institucionais, como é o caso dos levados a cabo pelas Nações Unidas, continuam a ostracizar o impacto que os conflitos na vida de raparigas e mulheres e propagam relações de poder distintas que contribuem para a

consecutiva subordinação das mulheres. Por esse motivo, e apesar de todos os esforços por parte da comunidade, os processos de consolidação e construção da paz ainda continuam altamente masculinizados. As mulheres ainda continuam a ser consideradas como vítimas passivas dos conflitos armados e dessa forma, veem ser-lhes negadas oportunidades de atuação nos processos que conduzem à paz.

CAPÍTULO III – NAÇÕES UNIDAS E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO DOMÍNIO DA SEGURANÇA E DEFESA INTERNACIONAL

1. Mudanças de abordagem no âmbito das Nações Unidas quanto à participação feminina no domínio da segurança e defesa internacional

1.1. Iniciativas das Nações Unidas para as mulheres em matéria de paz e segurança

No final da Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional foi apresentada com a Carta das Nações Unidas que, além de fazer referência a questões relativas à segurança internacional, instituiu também como propósito da comunidade a promoção e proteção dos direitos humanos (Faganello, 2013). Desde que foi fundada em 1945, que o propósito central das Nações Unidas girou em torno da manutenção da paz global e da segurança internacional, *“e, para esse fim: tomar coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz”* (Carta das Nações Unidas, 1945, p. 5). Outro princípio desta organização, estabelecido pela Carta das Nações Unidas (1945):

Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; (p. 5)

De modo a garantir que a paz global, segurança e defesa fossem alcançadas e que dessa forma os objetivos definidos na Carta fossem atingidos, a ONU passou a autorizar missões que não constavam no projeto definido inicialmente pela Organização. Essas missões, operações de paz³⁶, tinham como propósito gerir os conflitos que se desenrolavam entre Estados ou estabilizar os que já estavam em andamento. David (2001), faz referência às operações de paz enquanto um facto novo na história

³⁶ Ou como também são conhecidas operações de “manutenção da paz”, esta expressão só veio a ser utilizada em 1956, pelo secretário geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, quando fez referência à Primeira Força de Emergência da ONU (UNEF I) que serviu de referência para missões seguintes. As missões de paz foram-se tornando ao longo dos tempos em instrumentos únicos utilizados pela ONU de modo a alcançar a estabilidade internacional. Com o alargamento dos mandatos, as Nações Unidas acabaram por ter que alterar os termos de referência. A manutenção da paz diz respeito à mobilização de pessoal civil de Capacetes Azuis com intuito de prevenir, gerir e resolver os conflitos (Rebelo, 2012).

internacional, estas sendo um instrumento dinâmico e único, concebido com o intuito de ajudar países que estavam destruídos pelos conflitos e também para gerar condições que permitissem alcançar uma paz durável, surgiram na década de 1950. As Nações Unidas passaram a mobilizar soldados providenciados pelos países membros da organização de modo a restituir, impor, manter ou consolidar uma paz que em vários momentos é frágil.

No período que decorreu após o lançamento das primeiras operações de paz, as missões eram maioritariamente conduzidas por homens, muito por conta da pouca representação que as mulheres tinham nas forças armadas nacionais. A experiência feminina nas FA foi durante muito tempo camuflada por estereótipos de género, as mulheres eram vistas enquanto seres fracos, emocionais e fisicamente débeis, ao contrário dos homens que eram agressivos, característica considerada necessária em ambiente de conflito. Por conta das ideias pré-concebidas, o número de mulheres participantes nas primeiras missões de paz lançadas pela ONU (1957-1979) era muito baixo, equivalente a cerca de 0,1% do pessoal em campo, colocadas na maior parte das vezes em unidades de saúde como médicas e enfermeiras. (Rebelo, 2012).

David (2001), declarou que bem no início da década de 1990 reinava já a ideia de que as Nações Unidas teriam o papel central no processo de aplicação de administração de medidas de prevenção e resolução dos conflitos, através de ações multilaterais e compostas. Foi sobretudo a partir dessa década que as Nações Unidas passaram a relacionar o seu maior instrumento, as operações de paz, com as questões do género. Rebelo (2012), refere que nesta época são reforçados os esforços de modo a aumentar o recrutamento de mulheres e os próprios representantes da ONU, através de comunicados de imprensa e ofícios, passaram a sugerir que o período que se vivia era favorável para aumentar a representação feminina nas operações de manutenção da paz. Foi também o forte impulsionamento de grupos feministas, logo no início de 1990, que lutavam em prol dos avanços para as causas das mulheres na agenda social da ONU que contribuiu para a perceção de que era necessário que as mulheres tivessem mais presentes em cenário de conflito, não apenas como vítimas, mas também na mesa de negociações de paz e nas forças armadas.

Domingo, O'Neil e Foresti (2014) identificaram que as questões relacionadas com o género³⁷ usufruíram de uma significativa atenção por parte da comunidade

³⁷ Segundo a definição fornecida pelas Nações Unidas na sua diretiva política acerca da igualdade de género nas Operações de Manutenção da Paz, género refere-se aos estereótipos ligados às mulheres e aos homens,

internacional, com um dinamismo notável, em torno das ameaças e violência a que as mulheres eram expostas em tempo de conflito armado, a partir da década de 90. Saber como promover o papel das mulheres e raparigas, nos domínios da paz e segurança, bem como a violência à qual estão expostas, são atualmente duas prioridades para a comunidade internacional.

Passaram a ser aprovadas operações com um carácter mais complexo e multidimensional, de modo a virem desempenhar tarefas em diversas áreas: social, política e económica. Por conta do aumento e diversificação de funções houve, consequentemente, um aumento das oportunidades para introdução de um maior número de mulheres nas operações de paz, sobretudo como soldados da paz. A procura pela igualdade de género está assente e acaba por fundamentar duas estratégias no âmbito das Nações Unidas, o equilíbrio de género e a integração de perspectiva de género. A primeira está relacionada com a representação justa de mulheres e homens em todos os cargos associados à ONU, sendo que a meta passa por alcançar um equilíbrio de 50-50 de presença de ambos os sexos em todos os postos de trabalho. A segunda estratégia, também reconhecida pela expressão inglesa *Gender Mainstreaming*, assenta na ideia de que as mulheres e os homens são diferentes, porém as responsabilidades, os direitos e oportunidades, devem ser iguais para ambos. A Organização das Nações Unidas passou a caminhar para a inclusão de mulheres nas missões de paz como parte da estratégia para o *Gender Mainstreaming* (Rebelo, 2013; United Nations, 1995).

Graças aos compromissos internacionais que foram sendo adotados, por meio de acordos, convenções e resoluções, foram-se formando as bases para a construção da paz e da igualdade de género dentro das organizações internacionais, nomeadamente sob a alçada da Organização das Nações Unidas.

O UNIFEM (1985), estabelecido em 1976 como um fundo voluntário para a Década das Mulheres das Nações Unidas no ano internacional das mulheres, tem vindo a ter uma participação ativa tanto na inclusão do género no trabalho da paz, quanto na internacionalização dessa iniciativa. Como fundo das Nações Unidas para as mulheres,

os atributos sociais e as oportunidades que são associados a cada sexo. Todas as características, oportunidades e atributos são construídos socialmente e são apreendidos através do processo de socialização. Podem alterar-se com o passar do tempo, bem como devido à alteração do contexto. É o género que acaba por determinar o que é esperado, permitido e valorizado nos homens e nas mulheres em determinado contexto, é também o género que define as relações de poder na sociedade (United Nations, 2006).

este fornece assistência técnica e financeira aos programas que promovem os direitos das mulheres e a segurança económica, o fim da violência e a participação na vida política. Para promover o género e o empoderamento das mulheres, o UNIFEM trabalha em conjunto com outras organizações da ONU, governos e Organizações Não Governamentais (ONGs). É, portanto, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, juntamente com outras organizações, que ajuda a monitorizar os instrumentos internacionais das Nações Unidas que procuram garantir compromissos para as mulheres em matéria de igualdade feminina e segurança (Brewer, 2010).

Em 1979, com a crescente pressão por parte dos grupos de mulheres que efetuavam campanhas para a igualdade das mulheres desde a criação das Nações Unidas, foi realizada a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Esta convenção compreendeu uma revisão da maioria das formas de discriminação e opressão das mulheres, dando ênfase aos fatores sociais, económicos e culturais, que tinham subjacentes a falta de igualdade política e jurídica (Jenkins e Reardon, 2012). De acordo Rehn e Sirleaf (2009), a CEDAW representa a pedra angular da política internacional referente à igualdade de género e desde o momento em que foi adotada que tem sido a base para todas as políticas de igualdade internacionais. Chama a atenção para a criação de medidas assertivas para a promoção preferencial das mulheres, bem como medidas legais e políticas ativas para ser alcançada a igualdade de género.

O ano de 1993 foi marcante na medida em que foi adotada pela Assembleia Geral a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher, e realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, em Viena, que resultou na Declaração de Viena e o Programa de Ação. Na declaração foi manifestada, como o próprio nome assim o diz, a necessidade de serem eliminadas todas as formas de discriminação contra as meninas e mulheres e de serem removidos os obstáculos à propagação da igualdade de género. Foi conseguido um grande avanço na demonstração de que o fenómeno da violência do género era global, generalizada e constituía uma forte violação aos direitos humanos que há muito eram ignorados. Veio também a eliminar a distinção entre o direito das mulheres e os direitos humanos (Jenkins & Reardon, 2012).

No período inicial de atuação a Comissão sobre o *Status* da Mulher (CSW), criada no ano de 1946, esta priorizava sobretudo assuntos relativos à participação política e ao desenvolvimento social das mulheres. A constante discussão levada a cabo nos debates estava voltada para a situação das mulheres nos conflitos armados e a necessidade em

serem protegidas, em vez procurarem um maior entendimento acerca dos diversos papéis desempenhados pelas mulheres, quer enquanto líderes, negociadoras ou combatentes. Foi apenas na década de 90, face à crescente pressão estabelecida pelos governos nacionais, as ONGs dos direitos humanos e as agências especializadas das Nações Unidas, que a CSW veio a introduzir a questão específica referente ao género nas resoluções e políticas da Organização (Rebelo, 2012).

Ao longo dos anos foram contínuos os esforços por parte da ONU para que fossem introduzidas as estratégias de equilíbrio de género e integração de perspectivas de género na comunidade internacional. Ambas ganharam reconhecimento em diferentes áreas, incluindo questões relacionadas com as missões de paz e os conflitos armados. Foi na década de 1990, com a Plataforma de Ação de Pequim e o Plano de Ação de Namíbia, que foram lançadas as bases para o cruzamento entre questões de género, paz e segurança (Rebelo, 2012).

Graças à IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, a Comissão sobre a Condição da Mulher da Organização das Nações Unidas ampliou a sua missão da defesa da igualdade entre homens e mulheres, assim como dos direitos humanos e também foi realizada uma Declaração³⁸ e a Plataforma de Ação de Pequim. A Plataforma de Ação de Pequim, aprovada na IV Conferência Mundial, no ano de 1995, representou a expressão do desenvolvimento e consolidação das organizações não-governamentais e movimentos femininos que estavam envolvidos na luta pela defesa dos direitos humanos das mulheres. Foi com a IV Conferência sobre a Mulher que pela primeira vez foi realizado um evento de movimento social e articulações regionais e globais sobre as mulheres de grande dimensão política e organizativa. (Schwartz, 2003).

A Plataforma de Ação de Pequim alcançou um grande feito em termos da campanha pelos direitos e promoção da situação da mulher, isto porque legitimou três aspetos que foram reconhecidos como inovações com um potencial transformador. O conceito de género, que possibilitou a análise da situação da mulher baseada nas relações entre mulheres e homens enquanto produto de padrões que são determinados culturalmente e socialmente, logo suscetíveis a modificação, em vez de serem tidos em

³⁸ Constituído por 38 parágrafos, a Declaração reúne as ações e posições fundamentais que foram propostas aquando a realização da IV Conferência e traduz o que de melhor as mulheres poderiam alcançar como reconhecimento de direitos de um longo período de negociações e reivindicações no cenário internacional (Schawartz, 2003).

conta os aspetos biológicos. O empoderamento da mulher que passa pela tentativa de destacar a relevância em dar à mulher a oportunidade de ter controlo sobre o seu desenvolvimento, e para que isso acontecesse seriam necessários os governos e as próprias sociedades a apoiá-las nesse processo. O terceiro, o enfoque da transversalidade, procurou garantir que a perspectiva de género passasse a estar integrada, verdadeiramente, nas políticas públicas em todos os domínios de atuação governamental. A passagem do enfoque total da mulher e a sua vulnerabilidade durante os conflitos, à mulher e a promoção da paz está presente no parágrafo 133 da Declaração:

Em um mundo de constante instabilidade e violência, é preciso implementar com urgência métodos de cooperação para o alcance da paz e da segurança. O pleno acesso das mulheres, em igualdade de condições com os homens, às estruturas de poder, sua participação nessas e o seu envolvimento pleno em todos os esforços para a prevenção e a resolução de conflitos são essenciais para a manutenção e promoção da paz e da segurança. Conquanto as mulheres tenham começado a desempenhar uma função importante na solução de conflitos, na manutenção da paz e nos mecanismos de defesa e de relações exteriores, elas continuam insuficientemente representadas nos níveis de adoção de decisões. Para que as mulheres desempenhem em pé de igualdade a tarefa de lograr e manter a paz, elas precisam alcançar responsabilidades políticas e econômicas e estar representadas adequadamente em todos os níveis do processo de adoção de decisões. (ONU, 1995, p. 197)

Os objetivos gerais e estratégicos desta Plataforma assentaram, portanto, na tentativa de estimular a promoção de uma cultura de paz, contribuir para a segurança das mulheres em períodos de conflito, prestação de assistência, criação de oportunidades para as meninas e mulheres deslocadas e refugiadas, bem como promover a participação ativa das mulheres na resolução do conflito (ONU, 1995; Rehn & Sirleaf, 2009).

A ONU continuou com o seu trabalho em busca da integração das suas duas estratégias voltadas para o género, e com a convicção de reafirmar o capítulo IV da Plataforma de Ação “Mulheres e os Conflitos Armados”, em 1998 a CSW recomendou

um conjunto de conclusões para acelerar a implementação dos objetivos estratégicos do capítulo IV (United Nations, 1998).

Dois anos mais tarde, mas cinco após a IV Conferência Mundial, as ideias lá apresentadas foram reforçadas e aperfeiçoadas. O Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO)³⁹ levou a cabo um seminário com o tema “Integração de Perspetivas de Género nas Operações de Paz Multidimensionais” em Windhoek, na Namíbia. Em 2000, era clara a noção de que as mulheres continuavam a ser ignoradas e pouco havia sido feito concretamente para que fosse alcançada a igualdade de género nos processos de paz, para além do mais havia uma urgência em integrar um maior número de mulheres nos esforços pela paz, a nível nacional e internacional. O objetivo central do seminário passou por reavaliar as atividades que haviam sido levadas a cabo nas operações de paz e também sugerir medidas práticas para mitigar os problemas atrás mencionados. Como consequência das discussões que se deram neste seminário foi elaborada a Declaração de Windhoek e o Plano de Ação de Namíbia ainda no ano de 2000 (United Nations, 2000).

O Plano de Ação de Namíbia foi formulado tendo por base um conjunto de medidas práticas para que fosse concedido o acesso igualitário das mulheres nas diversas esferas de ação, que vão desde a planificação e estruturação das missões de paz à própria implementação dos acordos. De acordo com a própria Declaração de Windhoek,

In order to ensure the effectiveness of peace support operations, the principles of gender equality must permeate the entire mission, at all levels, thus ensuring the participation of women and men as equal partners and beneficiaries in all aspects of the peace process -- from peacekeeping, reconciliation and peace-building, towards a situation of political stability in which women and men play an equal part in the political, economic and social development of their country. (United Nations, 2000, p. 1)

³⁹ O DPKO “é responsável pela formulação do material, que deve ser parte dos mecanismos de capacitação dos contingentes nacionais. Ainda, os treinamentos de gênero na própria missão devem ser obrigatórios e apresentar informações sobre códigos de conduta, hábitos locais da comunidade local e questões sobre abuso e exploração sexual” (Rebelo, 2012, p. 88).

Os contínuos discursos das Nações Unidas e os documentos e tratados assinados ao longo das décadas, marcaram todo um processo de mudança levado a cabo pela ONU. Todos contribuíram para a desconstrução da imagem estereotipada do homem enquanto ser protetor, ativo e invulnerável e da mulher enquanto indivíduo frágil, carecido de proteção e passivo, para passar a haver o reconhecimento de que podem ambos desempenhar os mais variados papéis que não lhes eram caraterísticos (Rebelo, 2012).

São já alguns casos reconhecidos de mulheres que ao terem servido enquanto Presidentes ou Primeiras-Ministras, como é o caso de Joyce Banda⁴⁰, Ellen Johnson Sirleaf⁴¹ e Catherine Samba-Panza⁴² que foram as primeiras três representantes femininas na África subsariana, vêm a mostrar a mudança na atitude internacional quanto à inclusão das mulheres em todas as esferas do processo político. É reconhecido que na história de um país são poucos os momentos em que as regras formais do jogo político podem ser rescritas, porém em períodos de pós conflito em que são implementados processos de paz e transições políticas, tal pode acontecer. Durante estes períodos repletos de negociações são oferecidas oportunidades aos grupos de mulheres e aos apoiantes que advogam pela inclusão da perspectiva de género para contestar o género e outras hierarquias do poder, para fazerem avanços nos direitos das mulheres, e aumentar as probabilidades de as mulheres virem a ter maior influência nas tomadas de decisão políticas no futuro. As mulheres devem ser políticas mais efetivas e ativas, vindo a ganhar mais acesso e influência naquele que é o verdadeiro processo de tomada de decisão. Contudo, e apesar de um longo período de trabalho por parte das Nações Unidas, as mulheres ainda continuam a enfrentar episódios de sexismo na política, por vezes reforçados por normas discriminatórias. (Domingo, O'Neil & Foresti, 2014).

Com base na CEDAW e na Plataforma de Ação de Pequim, o Conselho de Segurança da ONU, veio em 2000 a adotar a Resolução 1325 (RCSNU 1235). Trataremos desta Resolução na próxima secção com maior desdobramento juntamente com outras Resoluções significativas que também tiveram impacto na mudança da abordagem da ONU quanto à participação feminina nos domínios de segurança e defesa através de uma busca em torno de uma maior representação numérica para as mulheres.

⁴⁰ Anexo XI

⁴¹ Anexo XII

⁴² Anexo XIII

1.2. Resolução 1325

Na entrada do novo século, face à pressão efetuada por parte de ONGs e movimentos feministas em todo o mundo, a ONU reconheceu o quanto o envolvimento das mulheres era imprescindível para que fosse estabelecida uma segurança e paz sustentável. Perante esse reconhecimento o CSNU, em outubro de 2000, aprovou por unanimidade a Resolução 1325, futuramente intitulada “Mulheres, Paz e Segurança” (Norville, 2011).

A RCSNU 1325 foi um grande marco histórico, pois pela primeira vez o Conselho de Segurança das Nações Unidas abordou o papel e a experiência das mulheres nos conflitos armados e nos períodos pós-conflito. Foi dada maior atenção ao impacto dos conflitos sobre as meninas e mulheres, bem como ao papel ativo das mulheres em todas as fases dos processos de paz, o que levou a uma maior consciencialização por parte da comunidade internacional acerca das atrocidades cometidas ao longo dos tempos contra as meninas e mulheres. A Resolução 1325 (2000), reconhece a importância da participação feminina

Reafirmando o importante papel das mulheres na prevenção e resolução de conflitos e na construção da paz, acentuando a importância da sua igual participação e na construção da paz, e acentuando a importância da sua igual participação e total envolvimento em todos os esforços para a manutenção e promoção da paz e da segurança, bem como a necessidade de aumentar o seu papel na tomada de decisões no que respeita à prevenção e resolução de conflitos, (p. 2).

O documento sustenta que a participação feminina deve ser total, na medida em que devem estar num patamar de igualdade⁴³ com os homens e presentes em todas as medidas direcionadas ao fomento e manutenção da paz. Solicita, portanto, que passasse a haver uma maior representação das mulheres nas negociações de paz em todos os níveis de tomada de decisão referentes à segurança, que houvesse maior inclusão das mulheres na reconstrução pós-conflito, assim como nos esforços de DDR, que fosse aumentada a

⁴³ A referência ao termo “igualdade” neste ponto está ligada à expressão anteriormente trabalhada “igualdade de género” que é citada pelas Nações Unidas.

proteção contra a violência sexual e que fosse posto um fim à impunidade para os crimes que afetam as mulheres (Cohn, Kinsella & Gibbings, 2010; Rehn & Sirleaf, 2009, Norville, 2011).

A adoção do documento reforçou a ideia de que a comunidade internacional se preocupava com a implementação da igualdade de gênero e procurava dar respostas às situações de conflito violento e de insegurança. Houve nessa época uma mudança no discurso de segurança que passou a situar o indivíduo como eixo central dos debates e adotou, conseqüentemente, uma face mais “humana”, pela primeira vez houve um documento dedicado na íntegra ao vínculo existente entre o conflito armado, a construção da paz e a dimensão do gênero. Resolução 1325 (2000),

Reconhecendo que o conhecimento do impacto do conflito armado sobre as mulheres e as meninas, a efetiva tomada de medidas institucionais para garantir a sua proteção, e uma total participação no processo de paz podem contribuir significativamente para a manutenção e promoção da paz e da segurança, (p. 3).

Com esta adoção, foi enviada uma forte mensagem aos organismos da ONU, a todos os governos e às partes envolvidas nos conflitos de que seriam necessários todos os esforços para que desse modo fosse possível proteger os direitos humanos das mulheres em situações que envolvessem conflitos e também garantir que a perspectiva de gênero estivesse presente em todas as atividades associadas à prevenção de conflitos e construção da paz (Cabrera-Balleza, et al., 2005).

Como referido anteriormente, foi devido à pressão, reivindicações, os esforços e propostas de organizações não governamentais dos direitos das mulheres⁴⁴, os governos nacionais, a persistência de ativistas femininas e agências especializadas das Nações Unidas que o Conselho de Segurança adotou a RCSNU 1325. O trabalho árduo destes atores, estatais e não estatais, que defenderem que as propostas alusivas à inclusão de questões de gênero em temas em relativos à segurança fossem institucionalizadas, refletisse no documento elaborado (Villemas, 2010).

⁴⁴ A institucionalização da Resolução 1325 permitiu a muitas organizações de mulheres passarem a poder contar com um instrumento de caráter formal que tomasse em linha de conta as suas propostas (Villemas, 2010).

Apesar de não possuir um caráter vinculativo e obrigatório, uma vez que não há um instrumento jurídico internacional que venha a penalizar os Estados que fossem contra aos enunciados estabelecidos, este possui uma força normativa que advém do facto de ter sido emitido pelo CSNU. O voto unânime em torno da adoção da Resolução também contribuiu para a realização de que houve uma aceitação diplomática e política por parte dos países membros da Organização acerca das disposições apresentadas. Foi finalmente, após décadas de discussão em torno das questões do género, rompida a *“barreira formal à inclusão de questões de género, formalizando o elo entre assuntos de alta política – segurança e guerra- e temas de baixa política – género.”* (Rebello, 2012, p. 90).

Segundo Rehn e Sirleaf (2009), são oito os pontos principais abordados na RCSNU 1325: o primeiro passa pelo respeito e a proteção dos direitos humanos das meninas e das mulheres; o segundo refere-se à participação igualitária das mulheres nos esforços que são efetuados para a promoção e manutenção da paz, bem como da segurança; o terceiro ponto está voltado para a participação total das mulheres nas funções de tomada de decisão e na resolução de conflitos durante os processos de paz; o quarto relaciona-se com a incorporação da perspectiva de género em todas as áreas das missões de paz; o quinto ponto remete para a necessidade de haver uma proteção especial, bem como provisão para as necessidades das meninas e mulheres que se encontram em acampamentos de refugiados e deslocados; o sexto abarca outra grande necessidade que está ligada à provisão das mulheres ex-soldados; o sétimo diz respeito ao apoio que deve ser dado às iniciativas de paz efetuadas por mulheres; o oitavo e último ponto abarca o tema do treino e formação dos soldados de manutenção de paz em direitos humanos das mulheres.

São várias as recomendações concretas apresentadas no documento para os Estados-membros, porém e para que o sucesso pretendido fosse alcançado, seria necessário que os Estados-membros da ONU tivessem uma participação ativa e que monitorizassem os esforços. Após apenas 4 anos da sua adoção, o Secretário-Geral das Nações Unidas pediu que os Estados-membros reafirmassem o seu apoio e que dessa forma viessem a desenvolver planos nacionais de ação (PNAs) que abarcassem os artigos mais significativos da Resolução (Fritz, 2010).

Barrow (2016), declara que os PNAs foram adotados como um mecanismo para fortalecer a operacionalização da RCSNU 1325. Face aos desafios centrais colocados à implementação da agenda sobre MPS, sobretudo no que se refere à enunciação e concretização de políticas no âmbito nacional, estes Planos funcionam em termos

normativos como importantes ferramentas que vêm estabelecer os procedimentos imprescindíveis à implementação plena desta agenda. A elaboração de um plano nacional de ação visa “*o estabelecimento de estratégias de ação para identificar prioridades, recursos disponíveis e atores-chave para a implementação da agenda na esfera doméstica, particularmente no que diz respeito à transversalização de gênero na política externa e de defesa dos Estados.*” (Giannini, 2016, p. 3).

O processo em torno da elaboração dos PNAs não contém uma fórmula única, o que faz com que o seu conteúdo seja variável. Tendo em conta o contexto socioeconómico e político de cada país, estes elaboram o seu Plano de acordo com as suas prioridades nacionais. Apesar de estabelecido que todos os planos nacionais apresentam diferenças, ficou determinado que todos eles têm de: (i) abranger ou fazer alusão a todos os pontos principais da RCSNU 1325, quer sejam artigos ou partes deles, durante a composição do conteúdo dos PNAs; (ii) estabelecer prioridades, apresentar os agentes da execução, bem como os detalhes do período de preparação e data de promulgação e esclarecer as verbas financeiras; (iii) ser longos o suficiente para que possam ser tão específicos quanto possível; (iv) fazer referências específicas às mulheres e meninas no decorrer do plano; (v) fazer-se saber dos prazos de execução; (vi) distinguir todo o processo de publicidade, concretização, monitoramento, avaliação e *feedback*; (vii) elucidar acerca dos níveis de atividades, se são a nível local, nacional ou internacional; (viii) apontar de que forma é que o público no geral e as organizações não governamentais estarão envolvidas ao longo do desenvolvimento, execução e avaliação dos planos. No final do ano de 2010 eram 16 os países⁴⁵ que possuíam o Plano Nacional de Ação (Giannini, 2016; Fritz, 2010).

A nível institucional foi também elaborado um PNA, para ir de encontro à aplicação da RCSNU 1325 em todas as esferas da ONU. Com a aplicação deste plano, de 2005 a 2007, era esperado que os esforços despendidos pela Organização em torno da inclusão do género nas atividades da ONU fossem mais coerentes. O PNA acabou por ter fracos resultados e segundo a própria organização isso deveu-se aos atrasos na entrega das submissões por parte das agências da ONU, a falta de coordenação nos mais altos níveis e a ausência de indicadores de avaliação (Cabrera-Balleza, et al., 2010).

Com a aproximação do seu décimo aniversário, no ano de 2010, a necessidade de se avaliar o progresso da implementação do documento tornou-se no tema central da

⁴⁵ Áustria, Bélgica, Chile, Costa de Marfim, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Holanda, Islândia, Libéria, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Uganda.

Organização. As Nações Unidas lançaram e desenvolverem um conjunto de indicadores de desempenho num processo consultivo que cobriam tudo, desde a igualdade de género na política dos Estados até às dimensões mais específicas da ONU. Esse conjunto de indicadores eram dedicados à avaliação do progresso alcançado em relação às metas estabelecidas e do *status quo*. Por esse motivo este mostrou-se ser um projeto complexo e ambicioso em comparação com todos os anteriores (Olsson & Gizelis, 2013).

O CSNU, ao adotar a Resolução 1325 concebeu um quadro de responsabilidades e prestação de contas ao mais alto nível de paz e segurança na tomada de decisões no âmbito da comunidade internacional. Comprometeu-se a incluir referências às mulheres e uma perspetiva de género em todas as resoluções do Conselho de Segurança, relatórios e mandatos das missões da ONU. Esta resolução demonstrou ser um documento revolucionário, por conta da profundidade da mudança na abordagem à paz e à segurança internacional que foi necessária para a sua implementação. Infelizmente, e apesar de muito promissora a Resolução 1325, o Conselho de Segurança tem tido uma atuação extremamente lenta na implementação dos compromissos, sendo que estes não têm passado à ação tanto quanto era esperado. Desde a sua adoção no ano de 2000 até 2004, apenas 39 das 261 resoluções incluíam referências às perspetivas de género ou às mulheres. Somente no ano de 2004, dentro das 59 resoluções adotadas pelo CSNU, apenas 8 lembraram ou reafirmaram a Resolução e as suas provisões, outras 7 do total de 59 mencionaram as mulheres e o género e um baixo número de 5 das 59 resoluções é que endereçaram a temática da violência contra as mulheres (Cabrera-Balleza, et al., 2005).

Mesmo com todos os contratemplos, este documento é considerado o primeiro passo dado de um duradouro processo orientado para o entendimento das questões de género nos instrumentos de resolução de conflitos. Deixou-se de tratar a mulher enquanto mera vítima, e esta passou a ser retratada como “soldado da paz”, com capacidades que lhe permitem participar dos processos de paz e de negociação e apta para procurar soluções para a sua própria segurança. Foi a partir deste ponto que adquiriu um papel prático e funcional no âmbito da política.

1.2.1. Outras resoluções

Com o intuito de reafirmar os compromissos estabelecidos para que houvesse uma completa implementação da RCSNU 1325, a resolução 1612 (2005) e a resolução 1674 (2006) que foram adotadas ao longo dos anos em prol das mulheres e da igualdade de

género, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou em 2008 a Resolução 1820, que abordava as “Situações de violência sexual em conflito e pós-conflito” (Resolution 1820, 2008). Foram ainda citados alguns pontos referidos no documento adotado pelo CSNU no ano de 2000, porém de forma mais detalhada e estendendo-se a outros assuntos.

Este documento surgiu na tentativa de chamar à atenção para a violência sexual durante os períodos de conflito, bem como para vir pôr termo a tal ato. Para alcançar esse fim, ficou estabelecido que todos e quaisquer atos de violência sexual contra as meninas e mulheres, levados a cabo como uma tática de guerra ou como parte de um ataque sistemático, poderia passar a constituir um crime contra a humanidade, um ato constitutivo ou ainda um crime de guerra, é no ponto quatro que tal referência é feita: *“Notes that rape and other forms of sexual violence can constitute a war crime, a crime against humanity, or a constitutive act with respect to genocide”* (Resolution 1820, 2008, p. 3). É feita referência ao genocídio. Pela primeira vez, a violência sexual executada contra os civis foi da mesma forma identificada com um entrave à restauração da paz mundial, assim como da segurança internacional. O primeiro ponto da Resolution 1820 (2008),

Stresses that sexual violence, when used or commissioned as a tactic of war in order to deliberately target civilians or as a part of a widespread or systematic attack against civilian populations, can significantly exacerbate situations of armed conflict and may impede the restoration of international peace and security, affirms in this regard that effective steps to prevent and respond to such acts of sexual violence can significantly contribute to the maintenance of international peace and security, and expresses its readiness, when considering situations on the agenda of the Council, to, where necessary, adopt appropriate steps to address widespread or systematic sexual violence. (p. 2)

No início do documento é já possível verificar a constatação e a ênfase dada à prevenção e conseqüente punição da violência sexual, o que foi um ponto favorável para a caminhada em prol da eliminação de todas as formas de violência. Porém, as identidades de género subjacentes à Resolução são consideradas como estereotipadas. Isto deve-se ao facto de o documento deixar transparecer que são os homens os perpetradores e as

mulheres as vítimas de violência sexual. Só na Resolução 2106, em 2013, é que os foi levado em consideração o facto de os meninos e homens serem também alvos e vítimas de violência de sexual em situações de conflito (Austrian Development Cooperation, s.d.).

Tendo por base as Resoluções 1325 e a 1820, a Organização das Nações Unidas veio a adotar outras cinco Resoluções adicionais: a 1888, 1889, 1960, 2106 e a 2122. Todas elas abordam os aspetos individuais refletidos nos documentos anteriores com maior detalhe (Austrian Development Cooperation, s.d.).

As Resoluções 1888 e 1889 foram ambas aprovadas no ano de 2009, sendo que a primeira incide sobre a “Proteção das Mulheres e Meninas contra a Violência Sexual em Conflitos Armados” e a segunda sobre a “Proteção das Mulheres e Meninas em Situação de Pós-conflito”. A Resolução 1888 surgiu devido à preocupação para com a recorrente violência da qual as mulheres eram alvo, *“despite it calls addressed to all parties to armed conflict for the cessation of such acts with immediate effect, such acts continue to occur, and in some situations have become systematic or widespread”* (Resolution 1888, 2009, p. 1). Este documento aborda alguns dos aspetos práticos da anterior Resolução adotada em 2008, prevendo a nomeação de um Representante Especial sobre a Violência Sexual em Conflitos – de 2010 a 2012, a sueca Margot Wallström, desempenhou essa função até ser substituída por Zainab Hawa Bangura da Serra Leoa. Também prevê o envio de equipas constituídas por peritos para dessa forma acelerar a implementação da Resolução 1820 e implementar a estratégia da ONU com a liderança necessária. No ponto 16 chama à atenção do Secretário Geral, bem como os Estados-membros e os líderes das organizações regionais *“to take measures to increase the representation of women in mediation processes and decision-making processes with regard to conflict resolution and peacebuilding;”* (Resolution 1888, 2009, p. 6), vindo a garantir a plena responsabilidade por crimes do cometidos pelo pessoal e intensificar a formação para a proteção da população civil contra a violência sexual.

A Resolução 1889, por sua vez, tem uma relação mais estreita para com a RCSNU 1325 e para com a participação das mulheres em negociações e nos processos de paz. Nesta é exigido, em termos da integração ativa da perspectiva de género, que todos os relatórios dos países fornecidos ao Conselho de Segurança contenham informação específica relativa ao género. As principais exigências são: (i) o desenvolvimento de um conjunto de indicadores para rastrear a implementação da RCSNU 1325 e servir de base para futuros relatórios; (ii) prestação de recursos para atender às necessidades de

recuperação precoce das mulheres e apoiar a sua participação nas tomadas de decisão políticas e económicas nas fases de reconstrução; (iii) igual acesso à educação para as meninas e mulheres; (iv) informar acerca da participação das mulheres nos processos de construção da paz. Pela primeira vez, foi atribuído um papel central à educação das mulheres para a promoção da participação feminina na tomada de decisão no período de pós-conflito (Rehn & Sirleaf, 2009).

Em 2010 foi elaborada a Resolução 1960, que apresentou as mesmas preocupações que vinham a ser apresentadas nos documentos até então elaborados, relativamente à violência⁴⁶. Esta enfatizou a condenação de criminosos e os atos de violência sexual, indicou novos mecanismos para a denúncia e monitorização da violência sexual nos conflitos e o acesso a cuidados de saúde, apoio psicossocial, assistência jurídica e serviços de reinserção socioeconómica para as vítimas de violência sexual, tendo em conta as necessidades específicas das pessoas com deficiência. A Resolução 2106 (2013) discute também o tema da violência sexual, porém preocupa-se mais com uma investigação mais consistente dos crimes de guerra sexuais e uma perseguição e sanção mais rigorosa aos agressores. É neste documento, referido anteriormente, que é feita, pela primeira vez, referência aos homens e meninos enquanto vítimas de violência sexual e de género, sendo reconhecido que precisam também de assistência (Austrian Development Cooperation, s.d.).

No mesmo ano (2013), foi adotada a Resolução 2122 que sublinha a importância da participação ativa das mulheres em todas as fases de prevenção, resolução e reconstrução de conflitos. Expôs a sua intenção em dar mais atenção “*on women’s leadership progress in implementation, and addressing challenges linked to the lack and quality of information and analysis on the impact of armed conflict on women and girls*” (Resolution 2122, 2013, p. 3). Requer maior participação das mulheres nas negociações de paz, quer seja das organizações regionais, quer das Nações Unidas; promove uma participação política ativa das mulheres como atores em todos os níveis de tomada de decisão; encoraja os Estados-membros a cumprir com as suas obrigações de proteger os direitos das mulheres, acima de tudo nos termos da Convenção sobre os Direitos da Mulher, tendo em conta as suas recomendações gerais; reconhece a importância em haver um maior envolvimento das organizações de mulheres e convida-as a participar das

⁴⁶ A grande relevância dada a estas resoluções deve-se aos desenvolvimentos feitos por elas relativamente à violência sexual contra meninas e meninos, mulheres e homens nos conflitos armados.

discussões com o Conselho de Segurança e os seus representantes especiais (Austrian Development Cooperation, s.d.).

As Nações Unidas têm tido até aos dias de hoje um papel crucial na chamada de atenção para a situação das mulheres, bem como na promoção dos direitos das mulheres em todo o mundo. O seu contributo tem vindo a assumir diversas formas, indo desde a promoção do debate até à negociação de instrumentos juridicamente vinculantes. Graças à criação ao longo das décadas de espaços que permitissem o diálogo acerca das várias preocupações expostas pelas mulheres e pela comunidade internacional, o tema envolto das mulheres, os conflitos e a paz, tomou uma visibilidade sem precedentes. Além disso, houve um ganho de conscientização ligado à situação de inferioridade e discriminação da qual as mulheres eram alvo nas diversas esferas da vida social, na maioria dos países. Ainda que saibamos que os números permanecem aquém dos pretendidos após tantos anos de discussão e adoção de resoluções, o contributo dado pela ONU enquanto representante da comunidade internacional para os assuntos dos direitos humanos, igualdade entre os homens e mulheres, maior participação feminina nos processos de paz, tem vindo a ser crucial (ONU, 1995; Norville, 2011).

2. “O futuro que as mulheres querem”

Os Estados-Membros das Nações Unidas, há vinte anos atrás concordaram que para se alcançar o desenvolvimento sustentável seria necessária a participação plena das mulheres⁴⁷, isto porque consideraram unanimemente que elas têm um papel crucial na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento. Passados vinte anos, e após a implementação de muitas resoluções e discursos de inclusão de género, ainda há um percurso a ser feito para pôr fim à violência e à discriminação contra as mulheres, bem como a obtenção das mesmas oportunidades, direitos e participação igualitária. É necessária a implementação de um novo paradigma de desenvolvimento que promova os direitos humanos, a igualdade e a proteção ambiental (ONU Mulheres, 2012).

A Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), foi criada em 2010 para promover a igualdade de género

⁴⁷ Referência à Conferência das Nações Unidas acerca do Meio Ambiente e o Desenvolvimento levada a cabo no Rio de Janeiro em 1992. O princípio número 20 fez alusão ao papel crucial que as mulheres têm na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento, foi considerado que a sua participação plena seria, portanto, essencial para que o desenvolvimento sustentável fosse alcançado (Declaração do Rio, 1992).

enquanto princípio primordial de desenvolvimento cultural, económico e social e enquanto direito humano intransferível, também para desenvolver e apressar o processo de igualdade de género que até então encontrava-se num Estado pouco desenvolvido e com pouco alcance. A sua missão assenta em cinco áreas prioritárias: (i) promoção da participação e liderança feminina; (ii) eliminação da violência contra as meninas e mulheres; (iii) alistamento de mulheres nos processos de paz, construção de paz e segurança; (iv) aumentar as oportunidades económicas das mulheres; (v) ampliar os orçamentos e planos sensíveis ao género (COPATROCINADORES UNAIDS, 2015).

Esta mesma Organização, no ano de 2012 lançou o relatório “O futuro que as mulheres querem” onde é sublinhada a centralidade dos direitos e emancipação das mulheres, assim como a da igualdade de género para a possibilidade de existir um desenvolvimento sustentável. Este relatório indica qual o caminho a seguir, contendo recomendações para a construção do futuro que as mulheres querem. Tendo em vista os papéis desempenhados pelas mulheres nas suas comunidades e em casa, as iniciativas lançadas em grande escala devem consultar os usuários finais durante a sua conceção e implementação, especialmente as mulheres (ONU Mulheres, 2012).

Voltada para o desenvolvimento, a nova agenda deverá valorizar a capacidade inovadora e adaptável, bem como o potencial único das mulheres e as suas contribuições concretas, quer estas sejam renumeradas ou não, para as sociedades, as suas famílias e as economias. Dessa forma, torna-se necessário que sejam tomadas medidas mais consistentes para que seja reduzido o trabalho de cuidado não renumerado efetuado pelas mulheres, e além do mais também é importante que esse trabalho seja dividido de forma equitativa entre homens, mulheres e as instituições.

“É crucial que os ideais e a visão do Futuro que Nós Queremos oriente o processo de elaboração de objetivos, metas e indicadores para o novo marco de desenvolvimento” (ONU Mulheres, 2012, p. 37). Desse modo, é incitado aos governos, pela ONU Mulheres (2012), que estes fortaleçam e reafirmem os princípios globais relativos ao empoderamento das mulheres e à igualdade de género, ao mesmo tempo que a Organização incentiva os governos a acelerarem o processo de implementação desses princípios levando a que atuem para:

1. *“Oferecer às mulheres condições para contribuírem e beneficiarem do desenvolvimento sustentável”* (p. 38): criação de empregos verdes com maior enfoque no empoderamento económico feminino; garantia de que as mulheres

possam participar e beneficiar de oportunidades de emprego e educação em economias sustentáveis; fornecer um acesso universal a serviços básicos, como é o caso da água potável, energia, saúde, educação e garantir uma representação igual de homens e mulheres na gestão e prestação desses serviços, etc.;

2. *“Criar um ambiente propício para a igualdade de gênero no desenvolvimento sustentável”* (p. 37): privilegiar a igualdade de gênero nas estratégias e políticas acerca do comércio, desenvolvimento de capacidades e cooperação para o desenvolvimento; incluir as perspectivas de gênero nos orçamentos nacionais, bem como no seu planejamento, monitoramento e avaliação; assegurar que sejam criados investimentos financeiros diretamente voltados para a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher, entre outros;
3. *“Alavancar a atuação e a liderança das mulheres pelo desenvolvimento sustentável”* (p. 37): reconhecimento do contributo dado pelas mulheres e as suas organizações para a transformação e inovação; assegurar medidas específicas temporárias para acelerar o acesso dos grupos de mulheres aos processos de tomada de decisão; tornar possível a participação equitativa de mulheres no desenvolvimento dos marcos institucionais, mecanismo ou ferramentas de implementação do desenvolvimento sustentável, etc.;
4. *“Estabelecer um marco de desenvolvimento que responda às questões de gênero”* (p. 37): promoção da coerência, coordenação e integração na implementação de compromissos de modo a alcançar o desenvolvimento sustentável; elaboração e adoção de um objetivo específico em termos de desenvolvimento sustentável para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, assim como apoio à integração de metas e indicadores sensíveis ao gênero em todos os objetivos, entre outros.

Este documento assenta o seu enfoque na importância do compromisso político e da liderança para que seja realizada uma ação urgente e ampla, sendo que as mulheres são tidas como parceiras ativas e dinâmicas na promoção, integração, coerência e inovação do desenvolvimento sustentável.

Em 2015 as Nações Unidas adotaram um grande objetivo em torno da igualdade de gênero e da procura de um melhor futuro para as mulheres em benefício de todas e todos e comprometeram-se com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a alcançar essa igualdade dentro de um prazo de 15 anos. A ONU Mulheres lançou então a

iniciativa “Planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”, visionando um planeta onde as mulheres e os homens usufríssem das mesmas oportunidades e com compromissos concretos assumidos por cerca de 90 países (UN WOMEN, 2017).

Para que a estratégia Planeta 50-50 seja alcançada torna-se necessário trabalhar de acordo com a Agenda 2030 na medida em que ninguém deve ser deixado para trás. Tanto as mulheres como as meninas não devem ser deixadas para trás em termos de oportunidades de aprendizagem e aquisição de capacidades, trabalho decente, igualdade salarial e tomada de decisão em todos os níveis governamentais. Também não devem ser deixadas para trás em termos dos seus direitos e acesso a serviços de proteção contra a violência baseada no gênero. A ONU Mulheres já lançou vários esforços de modo a concretizar os objetivos compreendidos na Agenda, como foi o caso do Protocolo Modelo da América Latina para a investigação de mortes de mulheres relacionadas com o gênero, também com os esforços levados a cabo no México, onde durante 16 dias de ativismo lançaram a campanha *Call for Action*. Ao ser priorizada a igualdade de gênero e o exercício completo dos direitos das meninas e das mulheres, passaremos a caminhar para um futuro onde haverá maior prosperidade económica, sociedades mais pacíficas e um planeta mais sustentável. (UN WOMEN, 2017).

O crescente chamado das mulheres em favor da mudança e da mobilização tem vindo a ocorrer em diferentes setores económicos formais e informais, organizações da sociedade civil e governos locais e nacionais. A população feminina tem desafiado as relações de poder existentes, assim como as políticas, leis, instituições discriminatórias e tem também lutado incansavelmente pelos seus direitos, incluindo o de participar de forma plena da tomada de decisões que definem e transformam as suas vidas, sejam estas em relação ao acesso às fontes de energias seguras e à água ou ao desenvolvimento de normas internacionais (ONU Mulheres, 2012).

A Organização das Nações Unidas além de ter vindo a aumentar a participação feminina nas missões de paz ao longo dos anos, pretende também, através de instituições, como é o exemplo da ONU Mulher, fomentar e acelerar o progresso das mulheres no atendimento das suas carências a nível global e defender a participação igualitária em todas as esferas da sua vida. Foram vários os momentos ao longo da história da ONU que esta organização afirmou que para existir um mundo equilibrado é necessário que haja igualdade de gênero. É importante que o futuro que as mulheres anseiam se torne no futuro que todos nós compartilhamos.

CAPÍTULO IV – AS MULHERES E A PARTICIPAÇÃO ATIVA NO CONTEXTO DA PAZ

Graças à alteração que se deu no seio da comunidade internacional ao longo dos séculos referente à visão das mulheres e o seu papel durante e após os conflitos, que culminou na adoção de diversas Resoluções⁴⁸ de grande importância para o género feminino, surgiu pela primeira vez uma agenda internacional acerca da dimensão do género nos conflitos e da própria produção de segurança (Carreiras, 2010).

Tal como referido em capítulos anteriores, os diversos documentos adotados encorajavam o reforço da posição das mulheres nos esforços para a resolução dos conflitos e sublinhavam a necessidade de haver um maior envolvimento da sociedade civil para garantir que tal viesse a ocorrer. Enfatizou-se a necessidade de ser integrada uma perspetiva de género na manutenção, bem como na promoção da paz internacional e da segurança. Foi feita uma chamada de atenção para o diferente impacto que os conflitos armados tinham nas mulheres, a exclusão de que eram alvo desde a fase de prevenção de conflito à sua resolução, nas operações de manutenção de paz e construção de paz, assim como as intrínsecas ligações existentes entre a igualdade de género e a paz e segurança internacional. Porém, passada já mais de uma década desde a adoção da RCSNU 1325 e outros tantos anos desde a adoção das demais Resoluções, a participação das mulheres naquele que é o processo de construção para a paz, nomeadamente nos processos de paz, ainda se mantém como um dos aspetos mais inalcançados da agenda de Mulheres, Paz e Segurança (Diaz & Tordjman, 2012).

Para melhor se compreender o que tem vindo a ser alcançado pela comunidade internacional após anos de diálogos e implementação de diversas Resoluções, no presente capítulo serão apresentados os números referentes à presença feminina nas mais variadas áreas para a resolução de conflitos ao longo dos anos: parlamentares, negociações, cargos de tomada de decisão, forças armadas, missões, etc. Esta presença reflete-se nas tentativas levadas a cabo pelas organizações internacionais de modo a introduzir uma perspetiva de género, com vista a promoção da igualdade entre homens e mulheres naqueles que são os assuntos de guerra e da paz, indo desse modo ao encontro das recomendações feitas na

⁴⁸ A referência à palavra Resoluções deve ser entendida como o aglomerado de documentos adotados que foram referidos nos capítulos anteriores: Resolução 1325; 1612; 1674; 1820; 1888; 1889; 1960; 2106 e 2122.

Resolução 1325: proteção dos direitos das mulheres em situações ligadas aos conflitos, assim como, garantia de uma perspectiva de género em todas as fases das atividades relacionadas com a prevenção de conflitos e construção da paz. Além de uma elaboração geral acerca da presença feminina, importa também refletir sobre os números apresentados nas diversas organizações internacionais, nomeadamente na Organização das Nações Unidas (ONU), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (UE) que estiveram à retaguarda de todo o processo de inclusão da perspectiva de género e da caminhada pela igualdade de participação entre homens e mulheres nos assuntos de guerra e paz.

1. Participação feminina nos processos de paz

Durante décadas, o Conselho de Segurança das Nações Unidas tem vindo a aprovar um conjunto de Resoluções que abordam o papel das mulheres tanto na paz como na agenda de segurança. Apesar desses marcos legais terem contribuído para o aumento da consciencialização quanto ao impacto que os conflitos têm sobre as mulheres e também tenham apelado para que passasse a haver uma maior participação de mulheres no processo de transformação das sociedades que são afetadas pelos conflitos, o Conselho não foi bem-sucedido na implementação de tais estratégias (Kumalo, 2015).

Numa revisão levada a cabo por Diaz e Tordjman (2012) de uma amostra de 31⁴⁹ grandes processos de paz desde 1992 até 2011, mostrou que as mulheres representam um número drasticamente baixo de negociadores, e que se deu um aumento muito pouco significativo após a adoção da RCSNU 1325 no ano de 2000. A sua participação nas delegações de negociação alcançou uma média de 9% nos 17 casos em que foi disponibilizada informação e apenas 4% dos signatários nos processos de paz eram mulheres. Quanto ao papel de chefe de mediação nas negociações as mulheres estiveram ausentes.

Alguns dos exemplos mais notáveis relativamente à participação feminina em negociações de paz ocorreram no período antecedente à aprovação da Resolução de 2000 pelo Conselho de Segurança. Na República de El Salvador, na década de 1990, as mulheres estiveram presentes em quase todas as mesas de negociações de pós-acordos. Uma das mesas técnicas, a Comissão de Reinserção, foi formada por apenas um homem e seis mulheres. No final, as mulheres constituíram cerca de um terço dos beneficiários

⁴⁹ Anexo XIV: Tabela 2: Participação feminina nos 31 processos de paz (1992-2011)

de redistribuição de terra e dos pacotes de reintegração, o que correspondia aproximadamente à percentagem de mulheres que eram membros das Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), quer fosse enquanto combatentes ou colaboradores. Na República da África do Sul, por volta de meados da década de 1990, a Comissão Nacional das Mulheres exigiu que 50% dos participantes no Processo de Negociação Multipartidário fossem mulheres e conseguiu estabelecer que um de cada dois representantes por partido teria de ser mulher e caso assim não fosse, o lugar deveria permanecer vazio. Cerca de 3 milhões de mulheres de todo o país participaram nas discussões e em determinados grupos, e aproximadamente 30% da quota feminina foi adotada para as eleições seguintes. O mesmo se passou em 1997 na Irlanda do Norte, em que as mulheres asseguraram um lugar na mesa de negociação da paz ao formarem um grupo político feminino entre partidos e ao ganharem alguns lugares na eleição. Na República da Guatemala, as mulheres influenciaram significativamente as conversações que conduziram ao acordo de paz de 1996, apesar do facto de apenas duas mulheres estarem incluídas nas equipas de negociação da União Nacional Revolucionária da Guatemala e do próprio Governo. A participação da sociedade civil, assim como dos grupos de mulheres, foi fortemente apoiada pelas Nações Unidas e pelos Grupos de Amigos que patrocinou as conversações. A Representante Especial do Secretário Geral para a Guatemala e mediadora das negociações, apresentou formalmente as preocupações das mulheres, bem como as recomendações para consideração dos partidos. Apesar da pouca representação de mulheres na mesa da paz, o acordo conteve um importante número de disposições relativas à igualdade de género (Diaz & Tordjman, 2012).

Desde outubro de 2000, apenas tem vindo a ser feito um progresso marginal em relação ao número de mulheres presentes nos processos formais de paz ou no *design* e condução das conversações de paz, isto de forma a que viesse dar maior voz às mulheres, nomeadamente na sociedade civil. Em 2001, o processo de paz de Papua-Nova Guiné contou com apenas 7% de mulheres signatárias, 0% de líderes de mediação e 4% de mulheres nas equipas de negociação. No mesmo ano, na Macedónia o processo de paz não contou com mulheres signatárias, líderes ou testemunhas e as equipas eram constituídas por uma percentagem de 5% de mulheres. Em anos mais recentes, em 2008 no Uganda, o processo de paz não contou com mulheres signatárias ou líderes, porém contou com 20% de testemunhas, o mesmo se passou na Somália que contou com 10% de mulheres testemunhas. Nas Honduras, em 2009, 33% das mulheres eram signatárias durante o decorrer do processo e o mesmo se passou nas Filipinas em 2011. Durante o

mesmo período, um número limitado de disposições relativas aos direitos humanos das mulheres veio a ser incorporado nos acordos de paz (Diaz & Tordjman, 2012).

De acordo com Norville (2011), Melanne Verveer, que lidera o Escritório de Departamento de Estado para os Assuntos Globais das Mulheres, notou que 31 dos 39 conflitos ativos no mundo representam recorrências de conflitos após mesmo os acordos de paz terem sido concluídos. Em todos os 31 casos, as mulheres foram excluídas do processo de paz. As Nações Unidas reconhecem que menos de 3% dos signatários dos processos de paz foram mulheres e que a participação feminina nas negociações de paz alcançou um número inferior a 8% para nos 11 processos de paz. Esta ausência é muitas vezes justificada não pela falta de desejo e habilidade das mulheres em participar ativamente nas negociações, mas sim pela falta de reconhecimento do seu papel. Em Uganda, as mulheres ativistas e mulheres conduzidas por organizações mobilizaram-se para liderar não só a construção da paz a nível da comunidade, mas também para desempenhar um papel direto na procura de um acordo negociado. Durante as conversações de paz para pôr fim à guerra no Norte de Uganda, essas mesmas mulheres marcharam por centenas de quilómetros, porém elas não tiveram um papel direto nas negociações. O mesmo se sucedeu na Libéria, onde as mulheres não foram convidadas para as negociações de paz, porém fizeram-se ouvir através de orações, marchas e canções no local onde decorreram as negociações.

Ao longo dos anos tem sido notória a falta de progresso para a inclusão das mulheres, aquele que é um dos marcos mais importantes da agenda de Mulheres, Paz e Segurança. Num primeiro momento houve um aumento significativo das referências feitas às mulheres nos textos dos acordos de paz, de 1168 acordos de paz assinados entre janeiro de 1990 a janeiro de 2014, apenas 18% continham referências às mulheres ou ao género. Porém, se olharmos ao período anterior à adoção da Resolução 1325, a diferença é de facto notável. Antes de 2000, apenas 11% dos acordos continham referências às mulheres e ao género, após 2000, essa percentagem aumentou para os 27%⁵⁰. Ainda que as percentagens sejam baixas, a tendência é, no entanto, encorajadora. O Departamento dos Assuntos Políticos das Nações Unidas ao monitorizar os acordos de paz do ano de 2014, seguindo os indicadores globais sobre a implementação da RCSNU 1325, concluiu

⁵⁰ Anexo XV: Figura 14 – Percentagem de acordos de paz que incluem pelo menos uma referência às mulheres (1990 até outubro de 2000 e novembro de 2000 até 2015).

que 50% dos acordos assinados incluíram referências relevantes para as mulheres, para a paz e a segurança (UN WOMEN, 2015)

No geral, é possível referir que a própria participação das mulheres nos processos de paz está a aumentar, embora a um ritmo muito lento. Em 2008, um estudo levado a cabo pela UN Women mostrou que de 33 processos de paz, apenas 4% dos participantes eram mulheres. Contudo, em 2014, o número de mulheres que se encontravam em cargos sénior nos processos de paz conduzidos ou em parte conduzidos pela ONU era já de 75%, comparado com os 36% do ano de 2011. Recentemente, as conversações da paz para a resolução dos conflitos na Colômbia e nas Filipinas em particular viram um aumento significativo da participação feminina enquanto delegados ou signatários dos processos formais (UN WOMEN, 2015).

Não é apenas nas negociações que vemos a falta de representação feminina, mesmo com todas as tentativas por parte dos governos e instituições internacionais para introduzir a igualdade de género na frente política e legislativa, é ainda uma realidade constante a discriminação sexual. Segundo um Levantamento da União Inter-Parlamentar (Amnistia Internacional, 1995), apenas 11% dos seus membros eram mulheres, dos 96 parlamentos nacionais. As mulheres continuam ainda a ter uma presença minoritária nas estruturas de tomada de decisão, porém são uma maioria entre as vítimas do desrespeito pelos direitos.

Os resultados a curto e médio prazo de diversos acordos e paz evidenciam que as mulheres continuam a ser discriminadas e marginalizadas nas sociedades pós-conflito. No Kosovo, apesar da introdução de uma quota eleitoral⁵¹ de 30%, apenas 8,2% daqueles que foram eleitos para a Assembleia Municipal nas eleições de outubro de 2000 é que eram mulheres. No Burundi, apesar da convenção histórica da Conferência de Paz das Mulheres em julho do mesmo ano, na qual duas mulheres de cada dos 19 partidos políticos que estavam a participar nas negociações de paz, formularam recomendações para as mulheres e conseguiram incorporar vinte e três delas na fase final do acordo, contudo os conferencistas não conseguiram chegar a um acordo sobre qual seria o delegado que os representaria na assinatura do acordo. Até a data, o papel das mulheres na implementação do acordo foi mínimo. No Guatemala, Camboja e na Bósnia-

⁵¹ Quota eleitoral de género ou Lei da Paridade (em Portugal) representa um importante marco na promoção da igualdade entre mulheres e homens. Esta quota vincula uma representação com uma determinada percentagem de ambos os sexos nas listas eleitorais (Monteiro, 2011).

Herzegovina, a representação das mulheres no parlamento tem vindo a decrescer relativamente aos níveis anteriores à guerra (Nakaya, 2003).

Nos países que se encontram em fase de reconstrução pós-guerra, a representação parlamentar é fundamental de modo a vir garantir que as preocupações das mulheres sejam tomadas em consideração. As quotas têm vindo a ser instituídas em diversos países para dar conta da representatividade das mulheres: Uganda, onde as mulheres representam 31,5% da legislatura; Ruanda, em que 56% representam a Câmara Baixa; Afeganistão, 27,5% na Câmara Alta (Norville, 2011). Mesmo quando as preocupações das mulheres não são incluídas em acordos de paz ou na elaboração das novas constituições, esse grupo mobiliza-se em contextos onde os papéis do género e do poder político estão em fluxo para produzir resultados positivos para as instituições política que se seguem. Na África, Ásia do Sul e Sudeste Asiático, houve um aumento significativo no número de mulheres nos parlamentos em países pós-conflito em comparação com aqueles que não estavam sujeitos a conflitos. Na África, por exemplo, as mulheres nos países pós-conflito quase duplicaram as suas taxas de representação legislativa em comparação com os países que não estavam em guerra, sendo que alcançaram os 27% de membros no parlamento (O'Reilly, 2015).

2. Organização das Nações Unidas (ONU)

2.1. Tipologia das operações de paz

Antes de passarmos a mostrar os números referentes à participação das mulheres nas missões levadas a cabo pelas organizações ONU, OTAN e UE, importa explicar do que se tratam essas missões e quais os tipos que existem. A ONU tem sob a sua alçada missões de paz, a OTAN adotou as operações de apoio à paz e a UE a gestão de crises.

Inicialmente, em 1948, a ONU lançou as tradicionais missões de “manutenção de paz” ou como também são referidas *peacekeeping* que foram desenvolvidas como um instrumento para assegurar a presença das Nações Unidas nas áreas abrangidas por conflitos de forma a incitar as partes envolvidas a ultrapassar as suas disputas através de um meio pacífico. Nestas missões os observadores desarmados averiguavam a separação de forças ou os acordos de cessar-fogo, porém com o avançar dos anos essas missões tornaram-se mais exigentes. Passou a ser necessário empenhar unidades militares de modo a garantir a segurança das populações, das instalações, dos corredores humanitários que são muitas vezes ameaçados ou até mesmo dos próprios membros de missões. Estas duas fases das missões de manutenção de paz são nomeadas de a primeira e a segunda

geração, na qual os elementos ficaram conhecidos como os capacetes azuis e boinas azuis (Duque, 2005).

As operações de manutenção de paz da ONU foram a expressão mais notória do compromisso coletivo levado a cabo pela comunidade internacional para a promoção da paz e da segurança, porém a falta de referência às mesmas na Carta das Nações Unidas torna a árdua a tarefa de dar uma definição única (Faganello, 2013).

Após o período da Guerra-fria e com a predominância dos conflitos que tinham lugar no interior dos Estados, englobando um número significativo de atores informais, as Nações Unidas acabaram por conceber novos tipos de missões pois a natureza dos conflitos havia se alterado. As missões continuaram a ser realizadas para manter a paz, mas também se tornou necessário aliviar o sofrimento das vítimas dos conflitos, criar confiança entre as partes envolvidas no conflito, prestar assistência humanitária, assim como organizar eleições livres tais como foram estipuladas nos acordos e democratizar as instituições. A ONU até então nunca tinha feito referência ao termo operações de paz “*referindo-se apenas e de uma forma genérica a missões de peacekeeping.*” (Branco et al., 2010, p. 118). Só após a queda do muro de Berlim é que os acadêmicos e praticantes passaram a utilizar a expressão de modo a englobar uma realidade que com o tempo veio a se alterar, pois só era possível utilizar missões de manutenção de paz caso houvesse paz para manter, isto se ambas as partes estivessem a respeitar as tréguas ou o cessar-fogo (Branco, Garcia & Pereira, 2010; Duque, 2005).

Boutros-Ghali (1992), na Agenda para a Paz definiu novos domínios de intervenção da ONU no âmbito das missões da manutenção da paz que com o passar dos anos sofreram alterações. (1) Diplomacia Preventiva que consiste numa ação para prevenir que disputas surjam entre as partes; (2) Pacificação que é uma ação que tem como objetivo levar a ambas as partes a chegar a um acordo; (3) Manutenção da paz que se baseia na implantação da presença da ONU em um determinado território.

Como exposto anteriormente, com o avançar dos anos e pela necessidade que se fez sentir devido às constantes alterações na natureza dos conflitos, os domínios de intervenção sofreram alterações. Levando em conta a abordagem das Nações Unidas podem haver cinco tipos intervenção no conflito que são consideradas essenciais: (1) Prevenção de conflitos ou *conflict prevention*; (2) Pacificação ou *peacemaking*; (3) Manutenção da paz ou *peacekeeping*; (4) Imposição da paz ou *peace enforcement*; (5) Construção da paz ou *peacebuilding* (Branco, Sousa, & Oliveira, 2017).

1. Através de iniciativas diplomáticas procuram evitar que conflitos intraestatais e interestatais escalem para um conflito violento, e no caso de já haver um conflito dessa dimensão, é pretendido prevenir que o mesmo escale para um nível pior. Este tipo de intervenção poderá conter “bons ofícios”, destacamentos de prevenção ou medidas de fortalecimento da confiança;
2. Passa pelo uso da diplomacia para levar a que as partes envolvidas no conflito se sentem na mesa de negociações, isto é, uma vez que o conflito já está em andamento é pretendido solucioná-lo por meio de ações diplomáticas;
3. É um dos instrumentos mais utilizado tanto pela ONU como por outros atores internacionais. São iniciativas que buscam garantir a o desenho e/ou implementação dos acordos de paz, assim como o cessar-fogo. São atividades levadas a cabo no próprio território por polícias, militares e civis com o consentimento das partes envolvidas com o objetivo de monitorizar o esforço em produzir uma solução pacífica e duradoura;⁷
4. Consiste no uso da força militar e de outras formas coercitivas sem o consentimento do Estado, porém com a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas. É pretendido com esta ação terminar com as hostilidades e dessa forma restabelecer a paz e a segurança internacional quando é decidido pelo Conselho que há ameaça à paz, atos de agressão ou ruptura da paz;
5. São missões voltadas para a tentativa de redução de risco de reiniciação do conflito através do reforço das capacidades nacionais, tanto para desempenhar as suas tarefas principais, como para gerir o conflito. Estas missões são complexas e de longo prazo, pois é pretendido criar as condições necessárias para uma paz duradoura.

Apesar dos instrumentos estabelecidos pelas Nações Unidas serem referência quando se fala dos tipos de operações de paz, tal aspeto não invalidou que as organizações regionais pudessem rever e adaptar vários dos conceitos propostos. A OTAN que participou em missões de paz desde 1995, quatro anos mais tarde implementou o seu conceito estratégico “operações de apoio à paz” ou *peace support operations*. Inicialmente o conceito de operações de paz era usado no seio da OTAN como um termo

coletivo que remetia para as atividades militares sob a alçada da ONU/OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), porém atualmente esta organização considera o seu envolvimento militar com base em dois tipos genéricos de operações, as de Defesa Coletiva e as de Resposta a Crises. Todas as missões de paz que foram conduzidas até hoje pela Aliança foram de imposição de paz. A União Europeia tem vindo a participar das missões de paz desde 1991 com uma filosofia assente no conceito de gestão de crises. Primeiramente, de acordo com as medidas tomadas em Maastricht (1991) foi criada a sua componente de defesa para a gestão de crises, a União da Europa Ocidental. Em 1992 é aprovada a Declaração de Petersberg que propôs três tipos de tarefas para a gestão de crises: as tarefas humanitárias, as de *peacekeeping* e as de combate em gestão de crises, incluindo o *peacemaking*. Posteriormente, a UE adotou realmente as tarefas definidas na Declaração de Petersberg e adquiriu capacidades próprias de gestão militar de crises (Duque, 2005; Branco et al., 2010).

A ONU (segundo o Suplemento da Agenda para a Paz)	A OTAN (segundo o AJP 3.4)
- Diplomacia Preventiva e <i>peacemaking</i>	- Prevenção de Conflitos
- Manutenção da Paz	- Manutenção de Paz
- Consolidação da Paz, após Conflito	- Consolidação da Paz
- Desarmamento	- <i>Peacemaking</i>
- Sanções	- Humanitárias
- Ações de Imposição	- Imposição de paz

Tabela 3 – Propostas taxinómicas segundo a ONU e a OTAN

Fonte: Branco et al., 2010.

2.2. Estatísticas: mulheres e as operações de paz

Passados dezassete anos desde a adoção da Resolução 1325 do Conselho de Segurança (2000) onde entre outras medidas, foi determinado que houvesse maior representação feminina em todas as categorias de manutenção de paz das Nações Unidas, é possível verificar que o progresso tem sido muito limitado.

Os dados estatísticos disponibilizados pela ONU relativamente às missões de paz lideradas pela própria organização, mostram que apesar de ainda não se ter alcançado uma representação equilibrada de género, houve um progresso promissor na tentativa de

alcançar esse objetivo. No ano de 2007, as Nações Unidas enviaram a primeira unidade de polícias constituída na sua totalidade por mulheres vindas da Índia para se integrar na unidade que se encontrava na Libéria na missão de *peacekeeping* UNMIL, a terceira maior. A presença desta unidade teve impactos positivos, não são no esforço em tentar equilibrar os números no seu pessoal uniformizado e civil, mas principalmente porque teve um grande impacto junto à população feminina Liberiana acerca do papel da polícia. Este aspeto deve-se ao facto de durante a guerra civil muitas mulheres terem sido várias vezes vítimas dos abusos e da violência da Polícia Nacional Liberiana, o que levou a que fosse desacreditada. Apenas um mês após a chegada da unidade constituída por mulheres, aumentou para três vezes mais o número de mulheres que se candidataram para a Polícia Nacional Liberiana. Seis meses depois 115 recrutas mulheres davam início ao seu treino na academia da polícia, o que levou à UNMIL a preparar um programa especial de educação pública para preparar as candidatas a se juntar à polícia (United Nations, 2007).

Outras duas unidades de polícias totalmente constituídas por mulheres foram implantadas, uma para o Haiti e outra para a República Democrática do Congo (MONUSCO). Mais recentemente a janeiro de 2013, foi enviada uma unidade de mulheres para o Haiti (Dharmapuri, 2013).

Tomando como ponto de referência os dados estatísticos das missões da ONU entre os anos 2007 a 2016⁵², foi possível constatar a evolução das diversas missões de apoio à paz lideradas pela ONU e averiguar que na componente militar e na polícia o número de mulheres e de homens veio tendencialmente a aumentar com o decorrer dos anos. Na componente militar foram analisados os observadores militares, os especialistas militares, *staff officers* e a contingente de tropa, quanto à polícia foi dado enfoque aos números da polícia individual e às unidades policiais formadas. Para ser possível ter uma análise com base no género, houve também a distinção entre homens e mulheres para cada um dos cargos.

Em 2007, passados já sete anos desde adoção do documento que representou um grande marco para as mulheres, pois pela primeira vez o CSNU fez alusão às experiências, assim como aos contributos distintos das mulheres no contexto da paz e da segurança, ainda era exageradamente grande o número de missões em que as mulheres não constavam das mesmas. Missões como é o caso da missão de *peacebuilding* das Nações Unidas no Burundi (BINUB), Missão de *peacekeeping* na República Centro-

⁵² Ver anexos XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV

Africana e no Chade (MINURCAT), Missão de *peacebuilding* das Nações Unidas no Iraque (UNAMI) e a Missão de *peacebuilding* das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) não contavam com nenhuma mulher a ocupar um dos cargos.⁵³⁵⁴ Em 2016 todas as missões continham mulheres nelas perfazendo um total de 54.122 militares, um número superior quando comparado com os 16.680 militares do gênero feminino do ano de 2007. O ritmo a que sua presença foi-se fazendo sentir não foi sempre o mesmo, por exemplo no ano de 2013, comparativamente com o de 2012 o número diminuiu de 43.745 (2012) para 43.057 (2013)⁵⁵, em 2014 o número voltou a baixar para 41 .603⁵⁶, porém em 2015 deu-se um aumento do número de mulheres para 51.526⁵⁷.

Os números de pessoal feminino, militar e policial, nas operações de manutenção da paz da ONU tem vindo a aumentar. De acordo com o gráfico 2, é possível constatar que de 2010 a 2013 a evolução da presença das mulheres no contingente de tropa, apesar de não ter sido constante, ocorreu. Em 2010 o número rondava os 2000 e em janeiro de 2013 alcançava quase os 2050, embora em julho desse ano o número tenha vindo a decrescer ligeiramente. Em termos de polícia individual os números mostram que ao longo desses três anos a presença foi diminuindo e o mesmo aconteceu nos cargos dos especialistas militares onde mal houve uma alteração quanto à inserção de mulheres, e mesmo assim desde 2012 o número tem vindo a baixar ligeiramente. As unidades policiais formadas têm procurado inserir mais mulheres, sobretudo no ano de 2012.

Em termos de presença feminina nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas (Figura 15) tendo em conta a percentagem total de pessoal, os números mostram que nos diferentes cargos tem havido oscilações. É na polícia individual que se encontra uma grande percentagem de mulheres, sobretudo de janeiro de 2011 até 2013. Pelo contrário, a menor percentagem de mulheres encontra-se no contingente de tropas cujo aumento foi pouco significativo. Em janeiro de 2012 a percentagem veio a diminuir no cargo de especialistas militares, contudo aumentou de julho de 2012 para julho de 2013. As unidades policiais formadas contam a segunda maior percentagem de mulheres na

⁵³ Ver anexo XVI

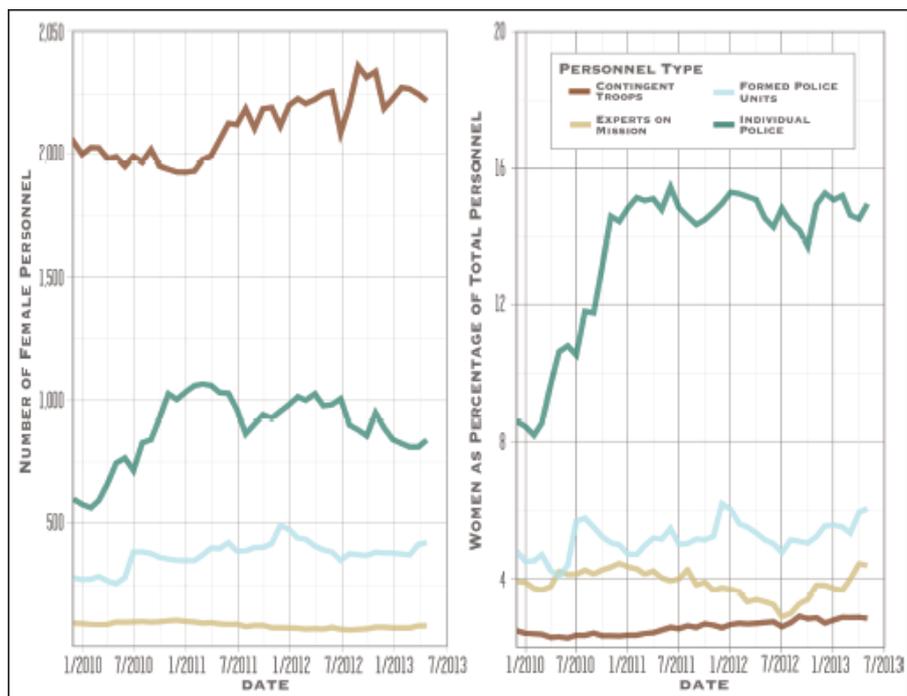
⁵⁴ Anexo XXVI: Tabela 14 – Missões da ONU em África.

⁵⁵ Ver anexos XXI e XXII

⁵⁶ Ver anexos XXIII

⁵⁷ Ver anexo XXIV

categoria, que apesar de em 2010 ter alcançado os 4%, daí em diante ultrapassou essa percentagem.



Quadro 2 – Pessoal feminino militar e policial nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas, 2010-2013.

Fonte: Dharmapuri, 2013.

O crescimento fez-se sentir não apenas na introdução das mulheres nas missões, mas dos soldados no geral. Em 2007 o valor rondava os 870.733 e em 2016 a ONU já contava com 1.243,788, sendo que a Missão Integrada Multidimensional de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), MONUSCO (antiga MONUC), a Missão das Nações Unidas e da UA no Darfur (UNAMID), a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) e a Missão das Nações Unidas no Mali (MINUSMA) eram as missões que mais requeriam soldados⁵⁸.

Ao observarmos os dados tomando em linha de conta a representação feminina comparada com a masculina é possível averiguar que há uma grande diferença entre o número de mulheres e de homens presentes nas missões. Ao longo dos anos o crescimento dos homens foi muito superior, sendo que em 2007 as operações de manutenção da paz contavam com 854.053 e em 2016 contabilizavam um total de 1.189,666 enquanto que as mulheres constituíam 16.680 em 2007 e até finais de 2016 perfaziam um total de apenas 54.122. O contraste entre homens e mulheres dentro das missões é enorme, a sua

⁵⁸ Ver anexo XXV

representação (feminina) foi sempre inferior ao longo dos anos, contudo esta, contrariamente à dos homens, manteve-se estável com menores oscilações.

Podemos afirmar que houve um aumento do pessoal feminino nas missões com o passar dos anos, mas essa percentagem manteve-se sempre muito inferior à dos homens e ao que era pretendido tendo em conta a grande dose de Resoluções que vieram a ser adotadas a favor de uma maior participação das mulheres nos diversos estágios do processo de paz. Torna-se necessário que a ONU, juntamente com as demais organizações regionais, procure tomar novas medidas que consciencializem ambos os sexos da importância da participação de mulheres em todos os tipos de missões e que crie incentivos para levar as mulheres a participar nas missões, pois a sua representação ainda não se tornou significativa.

2.3. As mulheres nas forças armadas de Estados-membros das Nações Unidas

A inclusão da mulher em espaços masculinos não deve ocorrer apenas por mero atendimento de cotas de gênero. Ao contrário, deve ocorrer considerando os potenciais femininos que podem surpreender em atividades militares, que demandem estratégias, agilidade, disciplina e preparo físico e intelectual. (Matos et al., s.d., p. 1)

A abertura à participação feminina nas forças armadas deu-se gradualmente, mas foi sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial que as mulheres passaram, ainda que de forma bastante reduzida e de caráter administrativo, a ser permitidas nos quadros institucionais (Matos, s.d.)

Na Inglaterra foi permitido que as mulheres passassem a participar nas forças armadas de forma definitiva em 1941, quando foi sancionada a lei do serviço nacional. Nesse período eram apenas responsáveis pelas tarefas não combatentes que não cabiam aos homens e representavam 8,5% do pessoal das forças armadas. Nos dias de hoje as mulheres fazem parte da marinha, do exército e da força aérea, porém não podem ingressar nas unidades de fuzileiros, blindados, infantaria, submarinos, bem como no regimento da *Royal Air Force*, sendo que passaram a representar 7,9% do efetivo total (Matos, s.d.; Vieira, 2001).

Historicamente, a Bélgica foi um dos primeiros países que permitiu a entrada de mulheres nas forças de defesa do país. Em 1975, as mulheres puderam retornar para a categoria de soldados, em 1977 para os cargos de suboficiais e em 1978, para os cadetes da Real Academia militar. Até 1981 mantiveram-se as restrições à participação feminina nas forças armadas, data em que o ministro da Defesa belga eliminou as restrições para ir de encontro ao que fora defendido pela diretiva do Conselho Europeu em fevereiro relativo ao tratamento igual entre homens e mulheres na contratação, formação e promoção profissional. Em 2013, no corpo de oficiais constavam 491 mulheres (10,9%), no cargo de suboficial estavam 872 (6,6%) e no de voluntárias haviam 1004 (7,4%) (Resteigne, 2015).

Tal como na Bélgica, na Alemanha as FA permitiram o alistamento feminino a partir de 1975 para as áreas da saúde e nas bandas de música. Em 2000 o alistamento já era permitido para outras atividades e por consequência no fim desse ano o exército contava com 4512 mulheres (1,1% do total). Na Dinamarca, as restrições foram abolidas na década de 1990 e em 2000, 5,5% era a percentagem de mulheres militares. Na Espanha a legislação referente às mulheres data a 1988 e conta apenas com restrições no ingresso nos fuzileiros, nas unidades da legião e na tripulação de submarinos. O total de mulheres corresponde a 3,4% do efetivo total. Um caso bem tardio no processo de inclusão das mulheres nas FA remete para a Itália que devido ao conservadorismo, apenas em 1999 é que o Parlamento italiano aprovou uma lei acerca do voluntariado feminino. No ano seguinte foram abertas 250 vagas nas academias militares. Na França apenas em 1972 é que foi concebido o serviço militar não obrigatório para as mulheres, apesar de nos anos 40 terem sido formados os primeiros corpos auxiliares de mulheres. Em 2000 as mulheres representavam 8,5% dos militares (Vieira, 2001).

No Canadá, a presença feminina fez-se sentir desde que foi criado o primeiro corpo de enfermeiras militares em 1899. Em 2000, eram 6663 mulheres que representavam 10,8% do efetivo total. Nos EUA a participação de mais de 40 mil mulheres na guerra do Golfo (7% dos efetivos totais), permitiu que a maioria das barreiras fossem abolidas, apesar de em 1995 ainda haver restrições nas unidades de artilharia de campo, de infantaria, blindados, nas forças especiais e nos fuzileiros navais. Foi a partir de 2012 que as mulheres puderam passar a treinar em conjunto com os homens no *Marine Corps* e em 2013 a legislação e os regulamentos foram ajustados à realidade vivida e dessa forma foi eliminada a restrição de acesso ao combate (Vieira, 2001; Carreiras, 2013).

A integração das mulheres nas forças armadas portuguesas resultou da progressiva evolução da legislação, assim como da contínua reafirmação da integração paritária das mulheres nas instituições militares. Nas últimas duas décadas a evolução do número de mulheres permaneceu constante, apesar de em 2012 ter havido um decréscimo. Foi possível verificar uma assimetria na distribuição nos diferentes ramos, as mulheres representavam 11% do Exército (2129), 15% (1036) da Força Aérea e 8% (878) da marinha (Carreiras, 2013; Romão & Baltazar, 2015).

Por conta da própria realidade do envolvimento feminino e da sua integração nas operações, em todos os casos referidos anteriormente tornou-se possível ultrapassar os obstáculos que existiam tanto no plano regulamentar como no legal, pois estes tornaram-se antiquados e desajustados. A intervenção dos tribunais civis contribuiu para que o processo de estabelecimento e integração das condições de igualdade entre as mulheres e os homens no acesso e no exercício da profissão militar fosse mais rápido, porém há ainda países que persistem na exclusão das mulheres em determinadas áreas militares com base em argumentos que no passado impediram o acesso das mulheres (Carreiras, 2013).

3. Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

3.1. A OTAN e a dimensão de género

O documento que deu lugar à Organização do Tratado do Atlântico Norte estabeleceu que as partes envolvidas no mesmo passavam a reafirmar a sua esperança nos princípios e propósitos estabelecidos pelas Nações Unidas com o objetivo de viver em paz com todas as pessoas e governos, isto é, comprometiam-se com a paz e resolução pacífica dos conflitos internacionais, bem como a defesa coletiva continua através da manutenção de uma força permanente de modo a conseguir manter e aumentar a sua capacidade defensiva (NATO, 1949).

Decorrente das contínuas alterações e dos novos desafios no contexto transatlântico, as missões da OTAN e a sua área de atuação têm vindo a sofrer alterações e a diversificar-se, para que dessa forma fosse dado espaço à Aliança Atlântica para se adaptar às novas ameaças das quais o mundo foi alvo sobretudo após o fim da Guerra Fria e mais tarde após o atentado do 11 de setembro. Embora se encontre em constante adaptação à realidade vivida, e por esse motivo o seu papel tenha sido redefinido, pois passou a necessitar de conter a proliferação nuclear e o armamento de destruição maciça, a luta contra o terrorismo internacional e a gestão de crises e conflitos, o principal objetivo

da OTAN ainda passa pela defesa dos territórios dos seus Estados-membros (Daehnardt, 2010).

Face às mudanças e ameaças discutidas brevemente no parágrafo anterior, em novembro de 2010, foi estabelecido um novo conceito estratégico para marcar a nova fase na evolução da OTAN, para que desse modo continuasse a ser efetiva num mundo em constante mudança, com novas capacidades e parceiros. As principais linhas reguladoras deste novo conceito passam por: reafirmar a intrínseca ligação entre as nações membro que devem se defender umas às outras em caso de ataque ou ameaças, isto é, o princípio da defesa coletiva; comprometer-se com a prevenção de crises, gestão de conflitos e estabilização nas situações pós-conflito, incluindo parceiros internacionais (União Europeia e as Nações Unidas); ter maior abertura para trabalhar com parceiros de todo o mundo; comprometer-se com o objetivo de criar as condições necessárias para que possamos viver num mundo sem armas nucleares, porém afirma que enquanto houverem as mesmas, que a OTAN irá permanecer como uma Aliança nuclear; manter a política de porta aberta para a entrada de novas democracias europeias; continuar a fazer reformas e tornar-se mais flexível e eficaz para aumentar a segurança no dinheiro que é investido para a defesa (NATO, 2010). Quando o novo conceito estratégico foi implementado, foi discutida a importância das mulheres no mesmo. Referiu-se o facto de ser importante considerar o modo como as diversas atividades afetam as mulheres no mesmo, sabendo que estas são sempre beneficiadas quando o mundo se torna mais seguro e quando as mulheres têm a capacidade de operar nessas iniciativas (NATO, s.d.)

Além da OTAN procurar se adaptar às mudanças provocadas pelas ameaças e pelos novos desafios, a instituição tenta também adaptar-se às necessidades requeridas para que os seus objetivos possam ser alcançados de forma mais eficaz. É por esse motivo que a Organização do Tratado do Atlântico Norte procura integrar mais políticas e práticas que valorizem todos como um indivíduo, assentes em esforços para promover o equilíbrio e também a diversidade de género. O Centro de Excelência de Cooperação Civil e Militar da OTAN expôs que quando dada maior atenção às questões de género, o resultado será um aperfeiçoamento da perceção situacional em geral. Há o reconhecimento de que em operações de estabilização e de *peacekeeping*, “*gender equality is recognized as a force multiplier in operational planning and mission execution*” (Whitman & O’Neill, 2012, p. 1).

A realização de que a participação das mulheres nas operações levadas a cabo pela OTAN as tornariam mais eficazes e a perceção de que as mulheres deveriam ser

introduzidas nas questões da paz e da segurança para que o desfecho dos conflitos fosse positivo, uma vez que se chegou à conclusão de que há melhores resultados nas operações quando há a presença de homens e mulheres⁵⁹, levou a que a Organização do Atlântico começasse a preparar o caminho para introdução da igualdade de género nas mais diversas áreas (Whitman & O'Neill, 2012).

A adoção da Resolução 1325 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas permitiu à comunidade internacional constatar que a falta de representação das mulheres nos processos de paz, a falta de ação por parte das instituições para proteger as mulheres e que o uso da violência baseada no género como uma tática de guerra, eram todos aspetos que serviam como impedimento à construção de uma paz sustentável. A partir desse momento a OTAN procurou incorporar ativamente as perspetivas de género na planificação, na análise, na execução e avaliação das suas operações e missões (NATO, 2016).

Perante o reconhecimento de que haviam dificuldades na tentativa de implementar a RCSNU 1325, o Conselho do Atlântico Norte, a partir de 2007, estendeu os seus termos de referência para tomar em consideração as Resoluções 1325 e seguintes. Os processos iniciados nesse ano foram realizados no âmbito do Conselho de Parceria Euro-Atlântica (CPEA) e a política referente à implementação das Resoluções 1325 e seguintes assenta em três pilares: o primeiro está relacionado com a segurança baseada na cooperação, que exige à OTAN que colabore com o maior número de parceiros (civis) possíveis para promover a causa das mulheres; o segundo volta-se para a gestão das crises, que passou a pretender integrar a dimensão de género em todas as fases de operações da organização; o terceiro e último pilar aponta os Estados-membros como os atores responsáveis pela implementação de todas as resoluções em causa, nomeadamente através do desenvolvimento de um PAN (Eulriet, 2015).

A política tem em conta os pilares chave da RCSNU 1325 – participação das mulheres na prevenção, gestão e resolução dos conflitos, a participação feminina nas operações de *peacebuilding*, a proteção dos direitos das mulheres e das crianças, a prevenção da violência baseada no género –, e conta com os recursos internos e externos da OTAN para a implementação. A política e o PAN foram revistos em 2014, o que abriu

⁵⁹ Um estudo feito de cinco equipas provinciais de reconstrução no Afeganistão mostrou que um maior alcance resultante da comunicação com ambos os sexos, homens e mulheres, significava que as operações beneficiavam de uma inteligência mais flexível (Whitman & O'Neill, 2012).

o caminho para uma cooperação mais prática com a ampla rede de parceiros da OTAN, além do quadro do CPEA. São já 56 aliados e parceiros que se inscreveram para a sua implementação: o Afeganistão, a Austrália, os Emirados Árabes, o Japão e a Jordânia são exemplos de Aliados que participam ativamente para o desenvolvimento da política e do Plano de Ação (NATO, 2016).

A Aliança procurou ainda em 2007 desenvolver esforços para criar um quadro comum de conceitos e práticas, onde se comprometia a promover o papel das mulheres nos vários níveis de decisão e nas operações lideradas pela organização. Somando ao código de conduta direcionado ao pessoal militar que se encontrava destacado em missões e às colocações de dois *gender-advisers* no Quartel-General da ISAF no Afeganistão, em 2009, e com vista a implementação da Resolução 1325 e outras dentro das organizações militares e das forças da OTAN, foi criada a diretiva BI-SCD 40-1, *Integrating UNSCR 1325 and Gender Perspective into the NATO Command Structure* (Carreiras, 2010).

Esta nova política reconhece que as mulheres “*should be seen as actors to ensure sustainable peace, and should be involved in all stages of crisis or conflict*” (Whitman & O’Neill, 2012, p. 2). Identifica ainda que toda a sociedade precisa de ser protegida, porém, primeiro salienta as necessidades específicas das raparigas, mulheres e dos rapazes que são considerados os grupos potencialmente mais vulneráveis às ameaças, à violência sexual e baseada no género e aos abusos sexuais durante os conflitos armados. Aborda também a perspectiva de género como uma ferramenta para a efetividade operacional através da identificação da população negligenciada, reconhecendo as suas necessidades específicas e oferecendo respostas apropriadas. Esta diretiva fornece a orientação para a integração de convenções, protocolos, resoluções e a perspectiva de género no planeamento e condução das operações lideradas pela OTAN. A estratégia deve utilizada no projeto, implementação, monitorização e avaliação de todos os programas e políticas e esta esclarece o papel do Assessor de Género (GENAD), o Assessor de Género em Campo (GFA) e o Ponto Focal do Género (GFP), como sendo os fornecedores de conselhos específicos e de apoio operacional nas dimensões de género para o comandante e os funcionários da OTAN. O Conselho do Atlântico Norte exige que todos os membros da organização e a sua rede de parceiros, se comprometam com a Resolução 1325 e resoluções sucessoras, com os protocolos e convenções, de modo a alcançar os objetivos de reforçar a segurança e estabilidade. A diretiva vem ainda condenar os atos de abuso e exploração sexual das meninas, rapazes, mulheres ou homens (NATO, 2012).

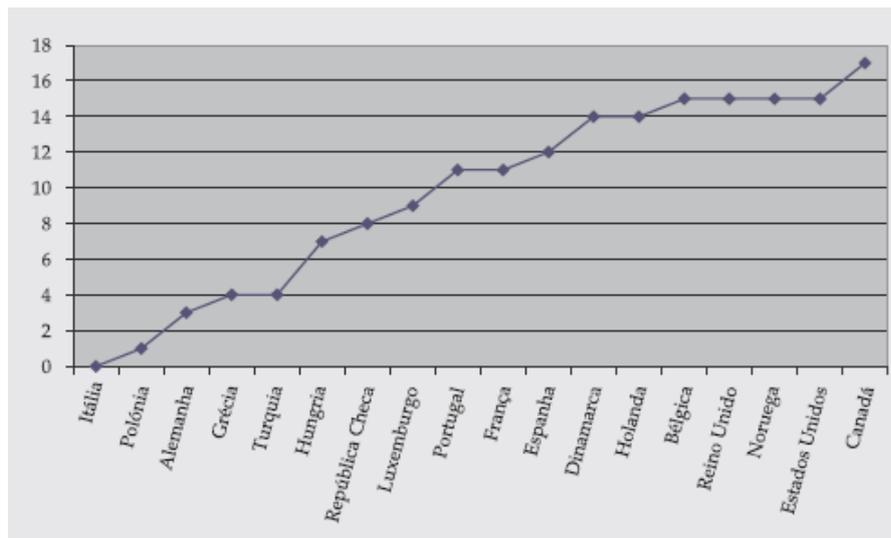
No mesmo ano o preexistente *Committee on Women on the NATO Forces* passou a ser designado de *Committee on Gender Perspectives*, incumbido com a tarefa de apoiar a implementação das várias resoluções, e dessa forma foi constituído o *Office on Gender Perspective* junto ao Comité Militar (Carreiras, 2010).

A OTAN juntamente com os seus parceiros, em 2015, introduziu pela primeira vez as diretrizes militares sobre a proteção e resposta à violência sexual e à baseada no género que decorre nos conflitos. As próprias questões relacionadas com o género foram cada vez mais incorporadas nos exercícios, por exemplo, o Exercício de Gestão de Crises da OTAN em 2015 incluiu, pela primeira vez, a perspectiva de género como um dos seus objetivos.

A incorporação de uma perspectiva de género em todos os aspetos de atuação da OTAN tem permitido aumentar a eficácia operacional da instituição. Em apoio à RCSNU 1325 e a continuidade com a implementação da agenda das Mulheres, Paz e Segurança em todos os níveis, através das suas ações e política, levou a que a Organização do Atlântico Norte tenha vindo a fazer maior uso do potencial que as mulheres demonstram ter nas fileiras militares e políticas e dessa forma, tem vindo a ter um papel importante no reconhecimento da importância do papel da mulher no processo de construção da paz.

3.2. Estatísticas: a presença feminina na OTAN

Quando olhamos para a presença feminina e o seu recrutamento em forças militares da Aliança, os dados expõem que hoje em dia, tal como há dez anos atrás, a diversidade de recrutamento entre os países é clara. Por um lado, temos os que procuram integrar as mulheres, fornecendo-lhes um acesso real, e não somente formal, por outro temos os países que lhes reservam posições meramente simbólicas. São inúmeras as situações existentes, indo de casos de alta representação, com padrões de carreira abertos, papéis de combate e treinos integrados até casos de sub-representação numérica em que são feitas restrições funcionais severas e segregação do treino.



Quadro 3 – Índice de integração feminina nos países da NATO (2000)

Fonte: Carreiras, 2004

Temos a Noruega, por exemplo, que permitiu o acesso das mulheres a todas as áreas operacionais, o que permitiu que nesse país uma mulher já tivesse comandado um submarino, e temos outros países que limitam o acesso das mulheres às várias áreas operacionais e às academias militares graças às regulações anacrónicas formais. Ao olharmos a figura 16, tendo em conta que revela as posições relativas dos vários países, podemos perceber que a Bélgica, o Reino Unido, Noruega, Estados Unidos e o Canadá têm um índice de integração das mulheres bem mais elevado do que os restantes países representados, o que quer dizer que dentro do universo estudado, esses países atingiram níveis mais elevados de integração, porém não foram totais (Carreiras, 2010; Carreiras 2004).

A tendência ao longo dos anos no que concerne ao recrutamento feminino nas Forças Armadas foi para que houvesse uma intensificação do fenómeno nos países ocidentais. No começo do século XXI, já todos os países membros da OTAN haviam recrutado mulheres levando ao aumento da sua representação nas fileiras e por consequência eliminado muitas das restrições com as quais tinham sido recebidas, embora a um ritmo e com características do processo diferentes e variadas nos diversos países.

Esta tendência para a continua eliminação de normas e práticas de carácter discriminatório, bem como os esforços realizados no sentido de procurar uma maior equalização estatutária entre os militares de ambos os sexos, tem sido alvo de limitações. Ainda persistem as restrições ocupacionais, fazendo com que as mulheres continuem em grande parte excluídas das funções ligadas ao combate, além disso são detentoras de um

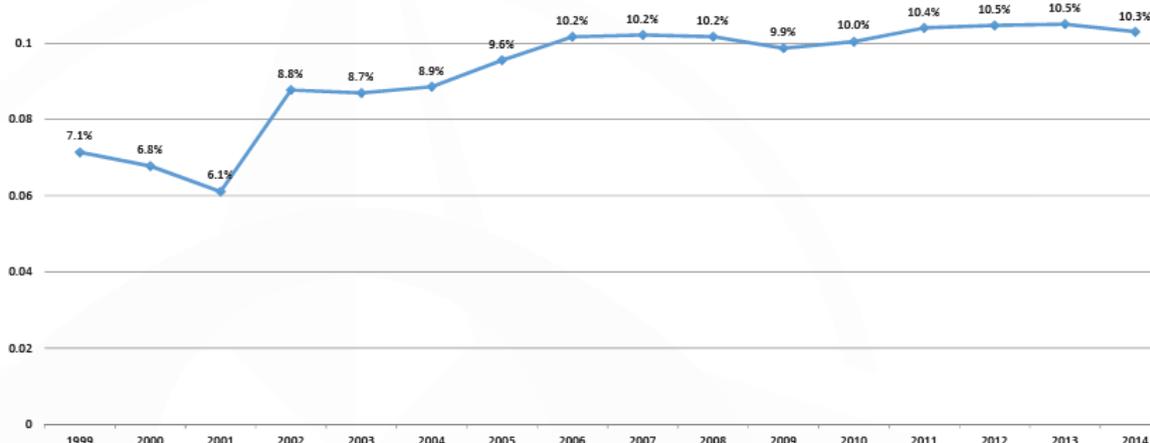
nível limitado de representação hierárquica, uma vez que se encontram afastadas das principais posições de poder no sistema militar (Carreiras, 2004).

Segundo Carreiras (2004), os dados respetivos ao ano de 2000 mostram que 286.000 mulheres atuavam como voluntárias em 18 dos países da OTAN. Sendo possível distinguir dois grupos distintos: os Estados Unidos (14%), o Canadá (11,4%) e a Hungria (9,6%) que contavam com um maior índice de representatividade feminina nas FA; e a Turquia (0,1%), a Polónia (0,1%) e a Itália (0,1%) com menor representação⁶⁰. Quanto à distribuição ocupacional das mulheres militares, o padrão é já esperado e por esse motivo pouco surpreendente. Através dos dados recolhidos de 13 países, foi possível averiguar que mais de dois terços (70,4%) das mulheres militares ocupavam cargos em torno da saúde e funções de apoio, 17,5% concentravam-se em áreas técnicas (comunicações e engenharias) e um menor número de 7% fazia parte de cargos em especialidades mais operacionais ou armas combatentes, nomeadamente na infantaria, cavalaria e artilharia. Apesar de as mulheres estarem já representadas na estrutura organizativa da OTAN, ainda estão sub-representadas nas especialidades que são consideradas naturalmente masculinas e apresentam-se em grande número nas especialidades tradicionalmente femininas: cerca de 46,1% do pessoal militar está empregue nas funções de apoio e áreas de pessoal, finanças e administração, sendo que mais de 70% desse total são mulheres; já nas áreas operacionais que empregam 22,2% do pessoal, apenas 7% corresponde à presença feminina. Estas assimetrias observadas no parágrafo anterior podem ser justificadas pelo carácter discriminatório das políticas seguidas nos países e o conservadorismo, mas também devido às escolhas feitas pelas mulheres em ingressar em áreas tradicionalmente femininas.

Relativamente à representação hierárquica, cerca de 49,9% das mulheres ocupam a categoria de praças, outros 36% são sargentos e 15% fazem parte da categoria de oficiais, perfazendo cerca de metade do total de mulheres militares. Distintamente do que foi apresentado na representação ocupacional, a distribuição feminina pelas várias categorias hierárquicas é muito mais equilibrada ao ser comparada com a estrutura organizativa, porém ao serem analisadas as percentagens dentro de cada categoria hierárquica, a realidade é outra. A representatividade feminina é bem menor nas diversas categorias, nomeadamente a nível de postos mais elevados da hierarquia (Carreiras, 2004).

⁶⁰ Ver anexo XXVII: Tabela 15 – Representação feminina nas Forças Armadas dos países da NATO (2000)

Atualmente, tomando em conta os dados disponibilizados pela Organização do Atlântico Norte relativamente ao ano de 2014, é possível concluir que em 2014, englobando todo o pessoal ativo, a média de mulheres nas FA da OTAN correspondia a 10,3% para os 89,7% dos homens⁶¹. Se olharmos a figura 18, onde estão representadas as percentagens de mulheres nas forças armadas desde 1999 a 2014, é possível verificar que a média aumentou em cerca de 3,2% desde 1999 quando as mulheres representavam 7,1% do pessoal das FA (OTAN, 2016).



Quadro 5 – Percentagem de mulheres nas forças armadas dos Estados-membros da NATO, por mês em 2014

Fonte: NATO, 2016

Em 2015, segundo os dados fornecidos pela OTAN (2017), mostram que a média de mulheres nas suas forças armadas rondava os 10,8%, um aumento de 5% comparativamente com 2014. Os países com maior representatividade feminina nas suas FA eram a Hungria (20,2%), a Letónia (16,2%), Eslovénia (16,1%) e a Grécia e os EUA (15,5%), em oposição com a Turquia (0,9%), a Itália (4,1%), a Polónia (4,3%), a Roménia (5,0%) e Luxemburgo (5,9%)⁶²

A Resolução 1325, juntamente com as seguintes, tem vindo a ser implementada na gestão de crises e nas operações e missões lideradas pela OTAN. A Aliança já nomeou conselheiros de género para os Comandos Estratégicos e para os Comandos

⁶¹ Ver anexo XXVIII: *Figura 17*. Média de homens e mulheres nas forças armadas dos Estados-membros em 2014

⁶² Ver anexo XXIX: *Figura 19*. Pessoal militar feminino ativo nas forças armadas das nações membro da NATO, por país

Subordinados, assim como para as operações que decorreram no Afeganistão e no Kosovo. O seu papel passa por apoiar os comandantes para dessa forma ser garantida a integração da perspetiva de género em todos os aspetos da operação. Em maio de 2015, a OTAN apontou a primeira mulher Comandante para a sede da instituição na Bósnia-Herzegovina (NATO, 2016).

Os resultados mostram que a OTAN tem caminhado para uma mudança no que concerne à igualdade de género dentro da sua estrutura organizativa, porém esta caminhada não ocorrerá automaticamente como resultado do tempo ou do aumento do número de mulheres. A diminuição das assimetrias existentes irá depender, sobretudo, da criação de políticas específicas e da forma como os fatores externos irão determinar e influenciar as orientações e processos de decisão no interior das forças armadas. Apesar dos avanços notados através do aumento de percentagem de mulheres nas FA, há ainda um longo caminho a percorrer para que haja uma maior igualdade entre mulheres e homens.

4. União Europeia (UE)

4.1. A integração da Resolução 1325 e a perspetiva de género na UE

Assim como a Organização das Nações Unidas e a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a União Europeia tem vindo a desenvolver políticas para melhorar a situação das mulheres e integrá-las cada vez mais nos processos de paz.

Numa tentativa dar continuidade aos esforços feitos pelas Nações Unidas, também a União Europeia tem desenvolvido quadros políticos e mecanismos relacionados com a agenda para as Mulheres, Paz e Segurança. O quadro político da UE relativo à agenda MPS compromete a UE a promover o papel das mulheres na construção da paz e na integração da perspetiva de género, incluindo homens e mulheres, em todas as ações no exterior – prevenção de conflitos e esforços de consolidação da paz. Todos os campos de ação externa estão envolvidos neste esforço de promoção, incluindo o diálogo político, o financiamento através de vários instrumentos, nomeadamente o Instrumento para a Estabilidade e a Paz, a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) (Villellas, Urrutia, Villellas & Fisas, 2016).

De acordo com Villellas et al. (2016), o processo de introdução da Agenda na UE foi lento. Somente em 2005 é que foi assumido um compromisso significativo para com a RCSNU 1325, que se refletiu num documento operacional elaborado pelo Conselho no âmbito da PCSD no qual se refletiva acerca da perspetiva de género.

Como referido num capítulo anterior, no ano seguinte o Parlamento Europeu elaborou um Relatório onde abordou a situação das mulheres nos conflitos armados e o seu papel na reconstrução e no processo democrático nos países em situação pós-conflito. Neste documento foi realçado o papel das mulheres enquanto vítimas, onde foi recordada a importância de haver acesso a serviços de saúde reprodutiva nas situações de conflito e nos próprios campos de refugiados, foi chamada a atenção para a responsabilidade que cabe a cada Estado-membro em pôr fim à impunidade e estabelecer procedimentos judiciais contra os responsáveis por crimes contra a humanidade, genocídios e crimes de guerra e é condenada a violência contra as mulheres em quaisquer circunstâncias (Parlamento Europeu, 2006).

Além de realçar o papel da mulher enquanto vítima, fá-lo também quanto ao papel de participante ativo nos conflitos armados através do destaque dado ao papel positivo desempenhado pelas mulheres durante a resolução de conflitos e insiste que a Comissão e Estados-membros garantam que haja assistência técnica e financeira adaptada de modo a apoiar os programas que permitam às mulheres participar de forma plena na condução de negociações de paz, salienta também o papel positivo que as mulheres podem vir a desempenhar na reconstrução pós-conflito, especialmente nos programas de DDR e conseqüentemente encoraja os Estados-membros a garantir a total participação das mulheres nestes programas. Insiste que se apoie jurídica, pedagógica e politicamente os movimentos femininos pela paz e as organizações de mulheres na fase pós conflito. Através deste relatório o Conselho apoia as medidas destinadas a aumentar o número de mulheres presentes a todos os níveis das missões e também insta aos Estados-membros a estimularem as candidaturas de mulheres para as missões. Este é um documento que sobretudo se foca na importância da Resolução 1325, do papel da mulher na decisão política e na reconstrução de um país (Parlamento Europeu, 2006).

Uma abordagem mais abrangente para traduzir a agenda MPS da ONU no contexto europeu não foi adotada até 2008. O documento ligado à Abordagem Global da Implementação da UE das Resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança procurava contribuir para a igualdade entre mulheres e homens durante os conflitos e proteger as mulheres contra a violência. No mesmo é afirmado que uma perspectiva de género, englobando ambos homens e mulheres, deve fazer parte das ações externas da UE de maneira a ser alcançada uma resposta compreensiva face às ameaças de que a população civil é alvo em tempos de conflito e após o seu desfecho. Acredita-se que um maior compromisso para com as questões de

género poderá aumentar a eficiência e a eficácia das suas atividades. Ainda no mesmo a União Europeia apresenta o compromisso de promover o papel das mulheres na construção da paz (Council of the European Union, 2008).

Em 2010, passados dez anos desde a elaboração da RCSNU 1325, foi adotado pela UE um plano de ação relativo à igualdade de género e ao empoderamento das mulheres no desenvolvimento (2010-2015), no qual constaram objetivos específicos e ações da instituição para o desenvolvimento e cooperação da polícia de mulheres, paz e segurança. O Plano tinha os seguintes objetivos: (1) reforçar o papel líder da União Europeia na promoção da igualdade de género no desenvolvimento; (2) Colocar sistematicamente questões acerca da igualdade de género na agenda de diálogo político de políticas e desenvolvimento com os países parceiros; (3) Assegurar que o género seja incorporado nos projetos financiados pela UE; (5) Reforçar o apoio da UE aos países parceiros na luta contra a violência de género em todas as suas manifestações, assim como a discriminação contra as mulheres, etc. (European Commission, 2010).

Foram também desenvolvidos 17 indicadores para a abordagem compreensiva da implementação da UE das Resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, das mulheres, paz e segurança. Estes indicadores têm como objetivo medir a execução da União Europeia quanto aos compromissos estabelecidos na agenda MPS, através da análise de diferentes aspetos. O documento considera a prevenção, a participação, a proteção e o alívio e a recuperação como temáticas importantes a ter em conta para alcançar os objetivos (Council of The European Union, 2010).

Seis anos mais tarde, em 2012, a União Europeia volta a falar da situação das mulheres nos conflitos e o Parlamento Europeu voltou a emitir uma Resolução acerca do tema. Neste documento são reforçadas algumas ideias já presentes na anterior Resolução e são desenvolvidas novas ideias. A UE é chamada a dar mais apoios para que os processos de paz tenham uma grande participação de mulheres não só nas equipas internacionais que lideram as negociações de paz, como também de mulheres dirigentes de forma permanente. É realçada a importância de haver diálogo político para a promoção das mulheres e de serem propostas e incluídas as questões referentes às mulheres, paz e segurança nos seus diálogos políticos. À União Europeia e os seus Estados-membros é pedido que promovam ativamente a necessidade de se reforçar o número de mulheres em operações militares e civis de manutenção de paz, através da realização de campanhas nacionais de promoção da carreira policial e militar, da inclusão nas forças armadas de políticas favoráveis às mulheres (licença de maternidade) e da revisão da política de

promoção das forças armadas, de modo a observar se as mulheres foram prejudicadas. É ainda salientada a necessidade em ser definido um código de conduta para o pessoal da UE envolvido em missões (civis e militares) (Parlamento Europeu, 2012).

Mais recentemente a União Europeia (2016), lançou um compromisso estratégico para a igualdade de género (2016-2019) no qual se compromete a combater a violência de género e a apoiar as vítimas, através da aplicação da Diretiva «Direitos das Vítimas» e a legislação em matéria de decisões europeias de proteção; também assume como prioridade a promoção da igualdade de género e dos direitos das raparigas e mulheres em todo o mundo através da aplicação do plano de ação juntamente com os Estados-membros; a igualdade de género continuará a ser promovida através da integração da perspectiva da igualdade de género nos mais variados aspetos de intervenção da UE, ou seja, a integração da dimensão de género; por fim, é reconhecido que é necessária a atribuição de financiamento para a integração da dimensão de género através dos Fundos Europeus.

4.2. Estatísticas: a União Europeia e as mulheres

A União Europeia procura avaliar os vários domínios da vida de cada ser humano pois a sua análise permite verificar como têm vindo a ser alcançados os objetivos propostos nas diversas estratégias.

Ao olharmos para os dados disponíveis no Relatório sobre a igualdade entre mulheres e homens na União Europeia em 2014-2015 elaborado pelo Parlamento Europeu (2017) é perceptível que a UE ainda se encontra a meio do caminho em direção à igualdade de género através do uso do Índice de Igualdade de Género. Durante o período analisado, 2005, 2010 e 2012, a pontuação total da União Europeia em termos de progresso feito para a igualdade de género aumentou de 51,3 para 52,9 pontos. Este progresso varia de Estado-membro para Estado-membro.

Em termos de trabalho, os números mostram que houve um aumento marginal desde 2005 da presença feminina, embora a diferença de género tenha vindo a diminuir ligeiramente a nível a UE. Em relação ao progresso feito no domínio do dinheiro é possível observar que a diferença de género ainda permanece significativa e em parte inalterada. O declínio na pontuação que é possível observamos no domínio do conhecimento (3 pontos), resulta da diminuição da participação dos adultos dos 15 aos 74, em aprendizagem ao longo da vida. Em 2012, as mulheres na UE-28 estavam bem

representadas entre os estudantes do ensino superior nos domínios da educação (77%), na saúde (73%) e nas humanidades e nas artes (65%) (Parlamento Europeu, 2017).

Apesar de bons resultados, a maioria dos Estados-membros ainda estão longe de alcançar o objetivo de 15% para os adultos (25-64 anos) estabelecidos no quadro estratégico para a cooperação europeia em educação e formação (ET2020). O domínio do poder é o que mostra o segundo resultado mais baixo (sendo o primeiro o tempo), apesar do aumento na pontuação para 8,3 pontos em 2005. Os resultados mostram que foi alcançado um progresso notável na representação feminina em quadros corporativos de empresas de capital aberto, contudo no setor de financiamento as mulheres encontram-se ausentes. Em 2014, apenas 1 dos 28 governadores dos bancos centrais é que eram mulheres e no mesmo ano apenas haviam duas mulheres ministros das finanças na União Europeia (Roménia e Suécia). Relativamente à saúde, esta é considerada uma área importante para a igualdade de género por estar relacionada não só ao bem-estar pessoal, social e económico, mas também à dignidade humana e integridade física. Neste domínio houve um aumento ligeiro de 2,2 pontos desde 2005 (Parlamento Europeu, 2017).

Os dados referentes a 2016, presentes no Relatório sobre a igualdade entre mulheres e homens de 2017 mostram um balanço dos progressos feito na implementação do Plano Estratégico para a igualdade de género nas seguintes prioridades temáticas: (1) aumento da participação feminina no mercado de trabalho e igualdade económica das mulheres e homens; (2) redução das lacunas existentes no valor dos salários, ganhos e pensões em volta do género; (3) promoção da igualdade na tomada de decisão; (4) combate à violência baseada no género; (5) promoção da igualdade de género e dos direitos humanos à volta do mundo (European Union, 2017).

Na primeira prioridade ainda é visível a diferença existente entre os sexos, no terceiro trimestre de 2016, a taxa de emprego para os homens foi de 77,4%, enquanto que a taxa de emprego para as mulheres foi de 65,5%. No geral, a diferença de género no que corresponde ao emprego veio a diminuir de 2010 para 2013 e tem-se estabilizado em torno dos 12%. Em termos da segunda prioridade, contrariamente ao que foi averiguado na primeira em que a diferença de emprego entre homens e mulheres tem vindo a diminuir ao longo dos anos, nos salários, ganhos e pensões o valor tem vindo a se manter próximo dos anos anteriores. Em 2010 a diferença era de 16,4% em quatro anos depois, em 2014, era de 16,3%. Na terceira, os dados de outubro de 2016 mostram que as mulheres ainda representam apenas um em cada quatro (23,9%) membros da diretoria nas maiores companhias listadas registadas nos Estados-membros da UE. Apenas em quatro países é

que elas representam 30%, na Finlândia, na França, Itália e Suécia (European Union, 2017).

Ainda de acordo com o mesmo relatório (2017), a UE tem continuado com os seus esforços para melhorar os dados relativos à violência baseada no género. Enquanto que por um lado os números de relatos de homicídios, assaltos e furtos diminuiu de 2008 para 2014, por outro o número de violações, agressões sexuais e violência sexual relatados tem vindo a aumentar, especialmente desde 2012. A última e quinta prioridade, a igualdade de género e os direitos das raparigas e das mulheres estão na vanguarda das relações externas da UE. Em 2016, a União Europeia apoiou um total de 84 projetos humanitários relacionados à violência de género com um orçamento superior a 18 milhões de euros e o projeto alcançou quase 3,4 milhões de beneficiários, entre eles a Síria, Turquia, República Democrática do Congo, Sudão do Sul e a Colômbia. Através do seu orçamento para a ajuda humanitária, atribuiu 1,8 milhões de euros ao reforço da capacidade mundial para projetos acerca da igualdade de género, incluindo a violência baseada no género.

Até ao momento, e através da análise dos dados fornecidos nos relatórios da União Europeia, é possível constatar que ainda persistem disparidades de género em todas as áreas prioritárias: emprego, salários, direitos humanos, tomada de decisão, etc. Continua a ser desafiante a tentativa de incorporar a igualdade de género em todas as esferas da sociedade, pois o combate às desigualdades entre mulheres e homens tem de ser um plano a longo prazo, uma vez que este envolve mudanças ao nível comportamental e estrutural relativamente àquela que é a visão tradicional dos papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres.

Embora muitas organizações internacionais e regionais tenham vindo a implementar Resoluções e estratégias na tentativa de caminhar para uma maior igualdade de género, as mulheres ainda continuam a não usufruir dos mesmos direitos dos homens. Ainda não representam o mesmo número que o sexo oposto em matéria de educação, salários, tomada de decisão e ainda não participam plenamente nos vários tipos de operações, bem como em todo o processo de prevenção e resolução do conflito. Torna-se essencial que a comunidade internacional tome medidas mais robustas em torno da igualdade de género e da integração da perspectiva de género no seio das diversas instituições, não só através da criação de documentos e relatórios, mas também da promoção para o respeito pela dignidade da pessoa humana, da educação para a paz e da igualdade de género. Dessa forma poderá ser fomentado o espírito de cooperação e de

respeito para com os direitos das mulheres e a importância do papel de ambos os sexos na resolução do conflito.

CAPÍTULO V – ESTUDO DE CASO: AS MULHERES NA LIBÉRIA

1. Libéria: Perfil e guerras civis

1.1. Perfil do país

Situada na costa atlântica da África Ocidental, a Libéria ou República da Libéria, forma como é oficialmente conhecida, situa-se à entrada do Golfo da Guiné e faz fronteira a norte com a Guiné e a Serra Leoa, a sul e oeste com o Oceano Atlântico e a leste com a Costa do Marfim. O país tem uma área de 99.067 km², apresentando um relevo complexo com cerca de 560 km de costa baixa e pantanosa, talhada por pequenos golfos e alguns promontórios rochosos⁶³ (Spencer, 2014).



Figura 14. Mapa da Libéria

Fonte: <http://www.africa-turismo.com/mapas/liberia.htm>

A Libéria encontra-se dividida em 15 regiões administrativas designadas de condados: Bomi, Bong, Gbarpolu, Grand Bassa, Grand Cape Mount, Grand Gedeh, Grand Kru, Lofa, Margibi, Maryland, Montserrado, Nimba, River Cess, Rio Gee, Sione. Os condados encontram-se subdivididos em distritos e estes, por sua vez, em clãs. Grand Bassa e Montserrado são os condados mais antigos do país, ambos fundados antes da independência da Libéria em 1839. Montserrado é o mais populoso e é onde está situada a maior cidade e capital do país, Monróvia. Os condados são administrados por superintendentes que são designados pelo presidente. Na Constituição está prevista a

⁶³ Cabo formado por uma elevada montanha.

eleição de prefeitos e diversos chefes no conselho e a nível local, porém desde 1985, devido à guerra e às restrições financeiras, as eleições não se realizaram. Apenas em 2008 é que o Supremo Tribunal permitiu que a Presidente nomeasse os prefeitos, uma resolução temporária até que o país se encontrasse em situação estável e dessa forma fosse possível a realização de eleições municipais (Ministry of Internal Affairs, s.d.).

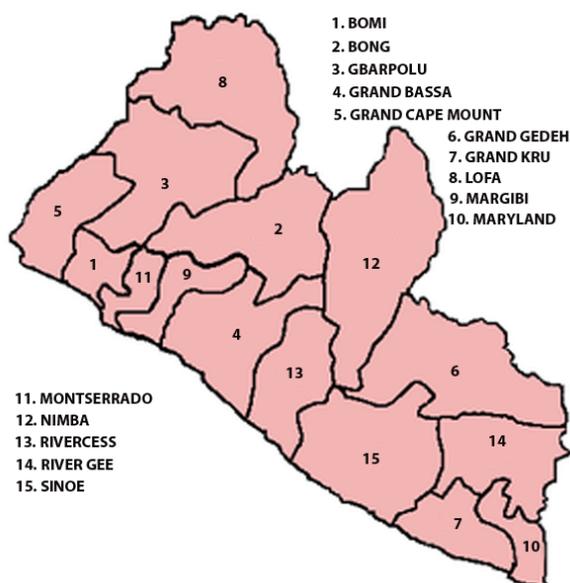


Figura 15. Mapa dos Condados da Libéria

Fonte: <http://www.mia.gov.lr/>

A população é considerada relativamente pequena, porém etnicamente diversa. De acordo com o World Factbook (2017), em 2017 o país conta com uma população estimada de 4.689,021 habitantes, sendo que a taxa de crescimento populacional estimada para esse ano é de 2,5%, posicionando-se em 22º lugar quando comparado com os outros países, como é o caso do Haiti que se posiciona no 106º lugar, bem como o Qatar que está em 226º lugar. Em termos de taxa de nascimentos, esta ronda os 38,3 nascimentos/1000 população, o que representa o 10º lugar a nível mundial. A taxa de mortalidade é de 7,6 óbitos/1000 população, situando-se no 105º lugar quando comparado com o resto do mundo. A taxa de mortalidade infantil em 2016 era de 65,8 óbitos/mil nascidos vivos, correspondendo a 69,9 óbitos masculinos e 61,5 óbitos femininos. No que se refere à expectativa ao nascer (2016), a Libéria encontra-se no 202º lugar com uma média de 59 anos (57,3 anos para os homens e 60,8 anos para as mulheres). A população liberiana, em 2017, encontra-se distribuída em termos de estrutura etária da seguinte forma:

0-14 anos: 43,82% (masculino 1.038,452/feminino 1.016,491)
15-24 anos: 19,56% (masculino 457.806/feminino 459.289)
25-54 anos: 30,33% (masculino 699.879/feminino 722.244)
55-64 anos: 3,43% (masculino 82.616/feminino 78.003)
65 anos e acima: 2,86% (masculino 65,79/feminino 68.262)⁶⁴

Existe uma multiplicidade de grupos étnicos que falavam inúmeras línguas indígenas assim como o inglês: os Kpelle (20,3%), os Bassa (13,4%), os Grebo (10%), os Gio (8%), os Mano (7,9%), os Kru (6%), os Lorma (5,1%), os Kissi (4,8%), Gola (4,4%) e 2,1% correspondentes a outros grupos étnicos. A população pode ser dividida em duas categorias principais, os liberianos indígenas, que são os descendentes dos grupos étnicos africanos que já habitavam a região à chegada dos colonos afro-americanos e os américo-liberianos que são em grande parte compostos por descendentes de três grupos: dos colonos afro-americanos do século XIX que fundaram a Libéria, dos escravos que foram para a Libéria em meados da década de 1880 e os africanos capturados em navios negreiros com destino aos EUA (World Factbook, 2017; Spencer, 2014).

Segundo Spencer (2014) o país ainda sofre com os efeitos dos 14 anos de guerra civil (1989-2003). A guerra teve impactos negativos, pois destruiu o capital humano, as instituições e infraestruturas na maior parte das áreas, englobando o setor de energia. Após a eleição da Presidente Ellen Jonhson Sirleaf em 2006, o país alcançou algum progresso no que se refere à sua restauração, às reformas estruturais para reforçar a gestão das finanças públicas e à estabilidade de preços e à tentativa de reduzir os níveis de pobreza nacional. O crescimento económico tem vindo a ser sustentado pelo setor de construção, pelos preços favoráveis de exportação da borracha, da extração de ferro e óleo de palma e pelo aumento do investimento direto estrangeiro relacionado com concessões. Até 2010 a agricultura e os serviços foram os principais setores de crescimento, porém desde que foi retomada em 2011, a extração do ferro contribuiu em 4,5% em 2011 para 12% em 2012, o PIB quase triplicou graças à sua contribuição.

Entre o período de 2014 a 2016 a economia encontrou-se estagnada, representando uma taxa média de crescimento anual de 0%. O país ainda luta para se recuperar dos choques provenientes do vírus de ébola e do declínio acentuado nos preços dos produtos.

⁶⁴ Ver anexo XXX: *Figura 21*. Pirâmide da População

O orçamento público foi reduzido quase 15% em relação ao aumento das pressões inflacionárias e à depreciação relativamente rápida da moeda local. A Libéria está, portanto, em uma fase crítica no seu processo de construção e de desenvolvimento, devido ao número adicional de desafios fiscais, pois passaram a assumir total responsabilidade pela paz e segurança após a retirada de parte do apoio financeiro para a UNMIL, financiou-se as eleições presidenciais pendentes e foram alocados recursos para os investimentos necessários para o plano de recuperação económica após o surto de ébola. (The World Bank, 2017). Ainda é necessário que muito seja feito, pois apesar do progresso, a recuperação do país continua frágil e com uma população de 4,6 milhões e um produto interno bruto per capita de 352,6 dólares em 2016, o que equivale a 3% da média mundial, a Libéria aparece classificada em 177º lugar de 188 países como um dos países mais pobres do mundo (UNDP, 2016).

Anos de conflito e de má gestão tornaram a Libéria num dos países mais pobres do mundo. A pobreza é generalizada e é, particularmente aguda nas áreas rurais e mais dispersa nos cantos mais remotos do país. A pobreza tem muitas dimensões, incluindo baixos níveis de renda e de consumo, má nutrição e segurança alimentar, baixos indicadores de saúde e educação e infraestruturas inadequadas. Uma análise feita em 2007, baseada no questionário do indicador de bem-estar e tendo em conta as linhas de pobreza rural e urbana, estimou que 63,8% dos liberianos viviam abaixo da linha de pobreza o que implica que na época, 1,7 milhões de liberianos viviam na pobreza. Desses, cerca de 1,3 milhões viviam em extrema pobreza, o que equivalia a 48% da população. A pobreza é maior nas áreas rurais (67,7%) do que nas áreas urbanas (55%), uma vez que cerca de 70% da população vivia nas áreas rurais. Cerca de três quartos (73%) dos pobres vivam nessas áreas (International Monetary Fund, 2008).

No que concerne ao sistema político a primeira Constituição (1847) previa a separação de poderes entre o judiciário, o legislativo e o judiciário. O poder legislativo é bicameral, com uma câmara alta baseada em representação igual dos treze municípios, com dois senadores e uma câmara menor baseada na população. Essa estrutura manteve-se na Constituição revista em 1986, destinada a evitar os abusos provenientes do regime de partido único que tinham caracterizado a maior parte da história do país. A nível local, o Presidente nomeia um superintendente que administra o município. O sistema de administração “nativo” preserva aquele que foi o antigo sistema de governo indireto, no qual os chefes locais eram incapacitados pelo governo central de julgar casos menores e de cobrar impostos. A atividade militar, desde 1980 veio a ser dominada por homens

armados e militares. Nos primeiros anos da República, existia um grupo constituído por recrutas indígenas que atuavam de modo a pacificar os povos do interior e para cobrar os impostos. Nos dias de hoje, as forças armadas juntamente com outras agências de segurança continuam a absorver grande parte do orçamento nacional. Segundo os acordos de paz que antecederam as eleições de 1977, as forças armadas deveriam ser reorganizadas pela força de intervenção do Oeste Africano, para dessa forma conseguirem incluir elementos de todos os partidos que contestaram a guerra. Tal não veio a acontecer, uma vez que o Presidente Charles Taylor alegou que uma das suas funções enquanto comandante-chefe, era refazer essencialmente as forças armadas ao longo das linhas de sua facção, a Frente Patriótica Nacional da Libéria (NPFL). As contínuas tensões nas FA e entre os desmobilizados continuaram a ser um fator de instabilidade na vida nacional (Spencer, 2014).

1.2. Enquadramento das guerras civis

A Libéria tornou-se conhecida pelo facto de ter sido o primeiro Estado africano a declarar a sua independência (1847), sem quase ter sido alvo do intenso processo de dominação colonial. A região foi descoberta pelos portugueses ainda no século XV, porém foi altamente contestada por corsários holandeses e britânicos que procuravam assentar os seus entrepostos comerciais dedicados ao comércio de escravos. Em 1821, a *American Colonization Society* (ACS)⁶⁵ adquiriu a região com os objetivos de enviar para a África os escravos que, segundo os mesmos, já não pertenciam à sociedade norte-americana; construir e expandir as relações comerciais entre a África e os Estados Unidos; civilizar a população nativa. Dessa forma, no ano seguinte atacaram o primeiro grupo de colonos no país. Desde a sua formação, a Libéria foi subjugada a um aparato administrativo idêntico ao colonial, no qual a ACS, enquanto autoridade política, tratava da organização do comércio, das relações sociais e da produção. Após a sua independência, mantiveram-se os laços com os Estados Unidos através da publicação de uma Constituição inspirada na norte-americana, da subida ao poder de um Presidente negro, Joseph Jenkins Roberts, nascido na Virgínia e através do financiamento recebido por parte do governo ou empresas dos EUA para grande parte das atividades produtivas do país (Esteves & Souza, 2011).

⁶⁵ Organização fundada nos Estados Unidos da América em 1816.

Não obstante o feito da independência precoce, a história do país é marcada por períodos de grande instabilidade política e de uma intensa ligação para com o exterior, nomeadamente com os EUA. Ao ser comparada com a maior parte dos países africanos, é possível notar que, após a independência, a Libéria passou a gozar de uma posição política consideravelmente tranquila no panorama internacional. Porém, em termos da política interna, esta era marcada pelas fragilidades institucionais e estruturais, assim como pela incapacidade dos seus líderes quanto à mediação das relações sociais maculadas de tensões, nomeadamente com as tribos nativas (Esteves & Souza. 2011).

Durante a década de 1970, o Presidente William Tolbert Jr. introduziu um conjunto de reformas ao reconhecer as crescentes tensões entre aqueles que tinham poderio monetário e as comunidades que eram privadas de direitos. Ele tentou introduzir mais liberianos indígenas no governo, e nesse período houve um aumento constante no número de pessoas nativas que frequentavam as universidades, tanto no país como no exterior. Contudo, a educação trouxe também o ativismo, e no espírito do período do anticolonialismo, a recém-esclarecida juventude indígena começou a organizar e a pressionar o governo para a mudança. Em menos de uma década, parecia que a Libéria havia passado de um oásis de autodeterminação africana para passar a ser uma relíquia de opressão por parte de uma minoria de colonizadores. A imagem abertamente autocrática de Tolbert não foi bem vista por uma grande parte da população. O seu estilo era empreendedor, porém a transparência da sua riqueza e o abuso da sua posição levado a cabo pelo seu círculo pessoal para garantir ganhos materiais, levou a que, por volta de 1978 a oposição já fosse enorme e que os oponentes contestassem mais abertamente. Por esta altura as ondas de revolta aumentavam um pouco por toda a nação (Waugh, 2011).

Essas tensões foram aumentando e, em 1980, culminaram com a destituição e execução do Presidente William Tolbert Jr. a mando do sargento Samuel Doe, o então líder do Conselho de Redenção Popular – *People's Redemption Council (PRC)*, posteriormente nomeado presidente (1985). O seu regime ditatorial foi desde o início marcado pelas contantes rivalidades que fomentou e as disputas étnicas. De acordo com Toure (2002), o golpe de estado não havia alterado fundamentalmente a opressão política ou a economia capitalista periférica e as suas relações de exploração de produção e distribuição, os contornos subjacentes da economia permaneceram intactos. A grande mudança deu-se apenas na perda de controlo americano sobre a Libéria, porém, e apesar dos contínuos rumores acerca dos abusos dos direitos humanos perpetrados por Doe, os

EUA prestaram uma grande assistência financeira (estimada acima dos 500 milhões de dólares), bem mais generosa do que a dada nos governos anteriores.

Além do mais, Doe centrou todo o poder presidencial em si mesmo e organizou-o em torno do seu núcleo étnico, o Krahn, apoiado pelo poder militar. Numa primeira fase conseguiu eliminar a oposição, porém à medida que a sociedade civil liberiana começou a cansar-se da liderança militar repressiva, a oposição ao regime aumentou. A comunidade estudantil, particularmente a Universidade Nacional da Libéria, pediu incansavelmente que se voltasse ao domínio constitucional civil e dessa forma tornou-se a voz da população descontente. Diante da crescente oposição no país e a pressão externa, sobretudo por parte dos EUA, o governo acabou por realizar eleições em 1985. As eleições foram excessivamente manipuladas em favor de Samuel Doe que se tornou uma vez mais o líder civil. Passado quase um mês, houve uma tentativa fracassada por parte do ex-comandante do exército de Doe, o general Thomas Quiwonkpa, de derrubar o regime resultou no seu assassinato. A tentativa fracassada de golpe foi seguida por um massacre contra a etnia de Quiwonkpa, Mano e Gio pelas forças armadas da Libéria, dominadas pela etnia de Doe, a Krahn. Após a tentativa de golpe militar o ditador procurou reforçar o seu poder e dessa forma pôs fim, de forma impiedosa, a todos os sinais de oposição ao seu poder. Foi dessa forma que começou o seu segundo reino de terror, até que Charles Taylor lançou uma rebelião liderada pela NPFL contra o regime em dezembro de 1989, que culminou na guerra civil (Toure, 2002).

A guerra civil foi liderada pelas fações políticas conflituantes do Samuel Doe e Charles Taylor. Ambos eram apoiados largamente pelos membros dos diferentes grupos, divididos pelas existentes tensões étnicas. Essas fações dividiram-se ainda mais à medida que a guerra avançava, e esta ainda se prolongou muito depois do assassinato de Doe em 1990 e da derrota do seu partido. A guerra civil veio a terminar em 1996 (Badger, 2008).

O eclodir da primeira guerra civil liberiana não pode ser explicado por um único fator dominante. A guerra surgiu por conta do ambiente doméstico, socioeconómico e político da década de 1980. Existem dois grandes eventos associados principalmente com este período: o golpe militar de Estado de 1980 e as eleições presidenciais e parlamentares em 1985. Há acordo geral entre os analistas da Libéria de que o golpe de Estado de 1980, que foi liderado pelo Sargento Samuel Doe e que pôs fim ao domínio américo-liberiano de mais de um século, não conseguiu abordar as questões fundamentais da exclusão socioeconómica da maioria da população que caracterizou o domínio dos colonos. Uma vez evaporada a euforia inicial o regime militar caminhou progressivamente para um

reinado de terror. Este governo repressivo gerou em retorno o declínio da economia, acompanhado da corrupção generalizada (Toure, 2002).

No ano seguinte ao fim da guerra civil, em 1997, foram realizadas as eleições gerais que estabeleceram Charles Taylor como o vencedor majoritário da eleição presidencial, com mais de 75% dos votos. Além disso, o seu partido conseguiu 21 dos 26 lugares no Senado, e 49 dos 64 dos lugares na Câmara de Deputados, levando a que o partido mantivesse total controlo do governo (Berkley Center for Religion, Peace & World Affairs, 2013). De acordo com Foster et al. (2009), em 1997, de entre uma população de mais de 3 milhões de pessoas, cerca de 1 milhão liberianas, sobretudo mulheres e crianças, encontravam-se deslocadas. As necessidades básicas, tais como comida e cuidados de saúde, não chegavam a grande parte da população e cerca de 70% das estruturas de saúde foram destruídas, juntamente com a morte de muito do seu pessoal. Além destes desafios, o padrão contínuo de abusos dos direitos humanos e corrupção agravaram ainda mais a situação precária da Libéria.

Apesar dos anseios pela paz, o governo de Taylor não fez quaisquer esforços para caminhar para a reconciliação ou para a proteção dos direitos humanos, que incluem a tortura, a violação de apoiantes da oposição, execuções, o uso das crianças soldado, etc. Taylor venceu as eleições, mas renunciou os seus compromissos de reconstrução da nação. Criou a sua própria força paramilitar e uma unidade antiterrorista, a qual o seu filho Chuck Taylor comandou e através da qual matou e torturou muitas pessoas. Não havia uma economia ou infraestruturas a funcionar, incluindo a água e eletricidade, no entanto, Taylor e os seus homens usavam o tesouro nacional e tinham muito dinheiro, carros de luxo e outros excessos. Para além das FA da Libéria e da polícia nacional liberiana, o presidente veio também a assumir a liderança de ambas as forças de segurança do Estado. Muitas destas forças eram indisciplinadas, faltava-lhes treino e perpetraram grandes crimes contra os direitos humanos: tortura, assaltos, violação, violência, queimar cidadãos vivos, raptos, etc. Estes abusos por parte do governo exacerbaram uma situação que já era altamente instável, tendo em conta as repetidas violações por parte das fações rebeldes e os grupos de oposição estabeleceram-se fortemente, como foi o caso do *Liberians United for Reconciliation and Democracy* (LURD) e o *Movement for Democracy in Liberia* (MODEL) que eram apoiados pela Guiné (Foster, 2009).

Por volta de setembro de 1998, a violência intensificou-se e o governo respondeu com ameaças contra a oposição que veio a resultar num tiroteio que provocou feridos e mortos. Em resposta o governo intensificou a sua posição e as perseguições feitas às

famílias, amigos, conhecidos dos opositores. Por volta de 1999, o país estava já se encontrava à beira de uma segunda guerra civil, com grupos armados da posição a lançar ofensivas com através da Guiné e a situação escalou com a ofensiva lançada pelo LURD desde a Guiné. Foram cometidas diversas atrocidades contra os direitos humanos durante o período da guerra (Foster, 2009).

A segunda guerra civil durou por um período de quatro anos que envolveu crianças soldado, estimava-se que cerca de 20.000 crianças soldado estavam a lutar tanto pelos rebeldes como pelo governo. Muitas raparigas desacompanhadas eram capturadas pelos combatentes e pelos homens civis e eram usadas tanto no trabalho forçado, como para serem mulheres dos rebeldes. As mulheres também sofreram muito, muitas vítimas das violações sexuais e do rapto, e quando não o eram, tinham de cuidar e alimentar as crianças e os idosos em condições extremamente difíceis. Foi um dos poucos conflitos que se estendeu aos países vizinhos, neste caso à Guiné e à Serra Leoa. Em 2003, o antagonismo contra o líder do LURD, levou a que o grupo se separasse gerando o MODEL, que também veio a contribuir e muito para os crimes perpetrados contra a população (Berkley Center for Religion, Peace & World Affairs, 2013).

As negociações de paz e o estabelecimento de um governo provisório, levados a cabo muito por conta da pressão internacional, marcaram o fim da segunda guerra civil em 2003. Taylor resignou-se da presidência e partiu da Libéria ainda nesse ano. O longo processo de desarmamento e as missões de manutenção de paz abriram caminho para as eleições “livres e justas” que ocorreram em 2005. Desde então a Libéria tem trabalhado arduamente para restabelecer a sua economia e infraestrutura e manter a paz entre os diversos povos que habitam o país (Badger, 2008).

As guerras civis liberianas duraram 14 anos, compreendendo o período entre 1989 a 2003. É estimado que durante esse tempo, mais de 250 mil pessoas tenham sido mortas e mais de 1.000.000 foram deslocadas (Badger, 2008).

2. O lugar ocupado pelas mulheres na sociedade liberiana

Relativamente às disparidades e desequilíbrios de género estes são comuns em todas as esferas da vida na Libéria. Na maioria dos casos, as mulheres são representadas de forma desproporcional e injusta, este facto leva a uma variedade de problemas sociais que podem ser associados com a desigualdade e desequilíbrio de género, tais como, relações de género e relações de poder desiguais, falta de acesso aos serviços básicos, desigualdade económica, baixa participação na tomada de decisão e falta de acesso legal

e judicial aos serviços, tal como maior vulnerabilidade a serem portadoras do vírus de HIV e SIDA. A desigualdade de género e a marginalização das mulheres na Libéria são mantidas e sustentadas pelas perceções tradicionais e religiosas das mulheres enquanto seres subordinados e os homens enquanto membros superiores. A forma como as raparigas, as mulheres, os rapazes e os homens são socializados e são-lhes atribuídos diferentes e rígidos papéis, responsabilidades e deveres no mercado de trabalho, acesso e controlo de recursos e nas posições de tomada de decisão, traduz-se em desigualdades de género (The Liberia National Gender Policy, 2009).

O índice de desigualdade de género mostra que a Libéria, em 2015 situava-se em 150º lugar de 159 países, com um valor de 0.649. As mulheres ocupavam 10,7% dos lugares no parlamento e 17,3% de mulheres adultas alcançavam, pelo menos, o nível secundário de educação comparado com os 39,7% dos homens. A sua participação no mercado de trabalho correspondia a 58% relativamente aos 63,9% dos homens (UNDP, 2016). Apesar de todo o progresso que tem vindo a ser efetuado após o fim da guerra civil, em vários setores da sociedade liberiana, raparigas e mulheres continuam a ter acesso limitado à educação, aos serviços de saúde e à economia formal. Excluindo o cargo de Presidente, as mulheres têm tido poucas oportunidades de participação em posições de gestão e tomada de decisão em todos os níveis da sociedade.

Tendo em conta os dados disponibilizados no relatório The Liberia Gender Policy (2009) iremos proceder à análise da situação das mulheres nas várias vertentes e aspetos da vida na sociedade liberiana.

2.1. Situação económica

As meninas e as mulheres desempenham um papel central na economia da Libéria, mas enfrentam várias restrições estruturais que impedem a sua participação efetiva nas atividades económicas. Estas restrições incluem o acesso limitado aos serviços essenciais para a realização de funções produtivas; falta de um ambiente favorável para contribuir efetivamente para a economia; ausência de importantes setores-chave e fontes de emprego, tais como obras públicas e infraestruturas de reabilitação; domínio masculino nos setores da madeira, mineração e borracha que são fontes-chaves da base económica liberiana. As mulheres são os principais atores do setor agrícola ao fornecerem 80% da mão de obra da agricultura, 76% da produção comercial, 93% da produção de alimentos, 85% de toda a comercialização e marketing, são um complemento vital na colheita da produção para as gerações futuras e desempenham um papel crucial na vinculação dos

mercados rurais e urbanos através das suas redes informais. As mulheres são responsáveis pela segurança alimentar doméstica; por buscar água e madeira; pelas atividades de transporte e comercialização; por cuidar e apoiar a família. Devido à crise proveniente da guerra civil, o número de famílias lideradas por mulheres e o número de famílias monoparentais aumentou, tal como os encargos com os cuidados infantis e dos familiares.

Apesar do seu contributo para o setor agrícola, as mulheres possuem menos terras e dependem substancialmente dos parentes masculinos para aceder às terras. A posse segura de terras é um problema geral, contudo, a falta de títulos leva a que as mulheres sejam colocadas em posições mais vulneráveis quando confrontadas com uma crise económica, conflito familiar, rutura matrimonial ou viuvez.

2.2. Situação social

2.2.1. As mulheres e o emprego

As mulheres representam 54% da força de trabalho nos setores formal e informal. Porém, ambos os sexos não se encontram distribuídos de forma igualitária pelos setores produtivos, nem recebem remuneração igual. A forma como as tarefas e o trabalho são divididos em casa com base no género, onde o nível de participação de trabalho não remunerado é maior, o número de mulheres que não conseguem permanecer num emprego a tempo inteiro é superior. Os homens têm três vezes mais probabilidades de conseguirem ser contratados pelo Serviço Civil, Organizações Não Governamentais e Corporações Públicas do que as mulheres. O setor industrial contrata homens a uma taxa de dois homens por cada uma mulher. Na extração de ferro, mais de 9 homens são contratados para cada uma mulher, na silvicultura a proporção de homens é de quatro para uma mulher e no setor dos serviços é de três para dois. Apenas na agricultura e na pesca é que os homens e as mulheres são contratados numa base igual com uma taxa de um para um.

Um olhar mais profundo sobre cada setor mostra grandes distinções na empregabilidade entre mulheres e homens. Enquanto que as mulheres representam mais de dois terços no comércio grossista e retalhista, elas são menos de um terço dos trabalhadores em serviços de eletricidade, gás, água, construção, transporte, armazenamento, comunicação, serviços financeiros e comunitários. No setor agrícola, as

mulheres constituem metade da percentagem dos agricultores e menos de um terço dos trabalhadores de gado, aves e pesca⁶⁶.

2.2.2. As mulheres e a educação

O acesso desigual das meninas à escolaridade é uma questão fulcral que é responsável pela alta taxa de analfabetismo entre raparigas e mulheres. A taxa de alfabetização para mulheres nas áreas rurais é substancialmente baixa permanecendo nos 26% em comparação com os 60% representativos dos homens e os respetivos 61% para as mulheres que vivem na área urbana e os 86% para os homens. A diferença de género na escola secundária é particularmente alta nas áreas rurais com uma taxa de participação para as mulheres de 6% e de 13% para os homens. Nas áreas urbanas a diferença é menor, apesar de se manter, 29% para as mulheres e 32% para os homens. A alfabetização entre mulheres adultas é muito menor (41%) do que para os homens (70%), sendo que para as gerações mais idosas é ainda maior, pois apenas 17% das mulheres com idades compreendidas entre os 45-59 é que são alfabetizadas em comparação com 62% dos homens. Embora haja a diferença de género, as taxas de alfabetização têm vindo a diminuir entre gerações mais novas, ainda que existam grandes lacunas: apenas 50% das mulheres entre os 15 e os 19 anos é que são alfabetizadas, quando os homens correspondem a 72%. Os Ministérios da Educação e do Desenvolvimento de Género estabeleceram programas de alfabetização adulta exclusivo para raparigas e mulheres. Para além dos Ministérios, também ONGs internacionais e locais têm administrados iniciativas para o aumento da alfabetização.

2.2.3. As mulheres e a saúde

A participação desigual dos homens nos programas de planeamento familiar, práticas tradicionais prejudiciais, incluindo a preferência por um filho, casamentos antecipados, acesso inadequado ao aconselhamento e apoio psicossocial para crianças e mulheres traumatizadas nos processos de desarmamento, desmobilização e reintegração e a sobrecarga de trabalho de assistência familiar, podem aumentar o risco de a saúde se deteriorar mais nas mulheres do que nos homens. A taxa de mortalidade materna é alta e em 2008 era estimada em 157/1000 nascimentos vivos, o mesmo acontece com a taxa de mortalidade infantil com 235/1000 nascimentos vivos. De acordo com Inquérito

⁶⁶ Ver anexo XXXI: *Figura 22. Representação do género por setor de atividade*

Demográfico e de Saúde de 1999/2000, enquanto que 36,2% das mulheres grávidas que deram à luz o fizeram num centro de saúde, apenas 15% o fizeram com pessoal qualificado. Além disso, o acesso aos cuidados maternos é muito baixo, cerca de 75% dos nascimentos ocorreram fora dos estabelecimentos de saúde. Os principais fatores que contribuem para a alta taxa de mortalidade materna e de recém-nascidos inclui a escassez de mão-de-obra qualificada, cuidados obstétricos de emergência inadequados, grande índice de gravidez na adolescência, inadequado fornecimento de medicamentos e equipamentos, do baixo uso de contraceptivos, etc. Apesar da brutalidade da guerra civil, foram alcançadas algumas melhorias no *status* social no período pós-conflito. Com o fim do conflito, algumas das práticas tradicionais prejudiciais diminuíram devido ao enfraquecimento dos sistemas que permitiam a sua perpetuação, por exemplo, algumas das sociedades que realizavam mutilação genital feminina foram eliminadas.

2.2.4. As mulheres e o ambiente

Na Libéria, o crescimento económico baseou-se essencialmente no uso dos seus recursos renováveis e não-renováveis: florestas, solo, água, biomassa e outros recursos. As pressões sobre os ecossistemas no país são significativas. A destruição dos recursos, a violência, os deslocamentos e outros efeitos associados com a prolongada guerra civil, incluindo o fenómeno da mudança climática, têm contribuído consideravelmente para a degradação do ambiente. Como consumidores e produtores, cuidadores das suas famílias e educadores, as mulheres desempenham um papel importante no desenvolvimento sustentável através da sua preocupação com a qualidade e sustentabilidade da vida no presente e para as gerações futuras. Portanto, torna-se imperativo que as mulheres estejam envolvidas ativamente em todos os níveis da tomada de decisões ambientais e que as preocupações e perspectivas de género devem ser integradas em todas as políticas e programas para o desenvolvimento sustentável. Tal pode vir a ser alcançado através de uma implementação plena da Política Nacional do governo para o Ambiente.

2.3. Os direitos humanos e a violência baseada no género

Os direitos humanos e as liberdades fundamentais são direitos primordiais de todos os seres humanos, a sua proteção e promoção deve ser a principal responsabilidade dos governos. As mulheres são o grupo mais discriminado e desprovido na sociedade, contudo na Constituição (artigos 6 e 8) é afirmado que as mulheres e os homens são iguais. Os fatores que perpetuam a violência baseada no género no contexto liberiano

incluem as construções sociais, culturais e tradicionais que lhes permitem evoluir e persistir: a violência doméstica, a exploração e abuso sexual, o incesto, o casamento forçado e precoce, a herança das esposas, são as formas mais predominantes de violência baseada no género. Embora a maioria da violência baseada no género aumente durante um conflito armado, dados mostram que a violência continua mesmo em períodos de paz. As violações e outras ofensas sexuais classificam-se entre os crimes mais relatados em todo o país. Os resultados do Inquérito Demográfico e de Saúde do ano de 2007 forneceram as seguintes estimativas da violência baseada no género no país: mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49, 44% sofreram de violência física desde os 15 anos de idade; 29% relataram que sofreram de violência doméstica nos últimos 12 meses; 17,6% de violência sexual durante toda a sua vida; mulheres entre os 25 e os 39 anos, viram essas taxas aumentar para 22% as mulheres que sofriam de violência sexual; 32% relataram que essa violência provinha dos seus maridos ou parceiros; outras 10,2% referiram que era dos namorados; 8,1% dos polícias e soldados.

Alguns relatórios dos grupos da sociedade civil e de organizações internacionais, bem como os testemunhos de homens e mulheres liberianas, descrevem formas extremas de violência e outros abusos dos direitos humanos cometidos contra as mulheres antes, durante e após a guerra na Libéria. Durante o conflito, as mulheres eram sujeitas a muitas das violações aos direitos humanos de que os homens eram alvo, incluindo trabalho forçado, assassinatos, tortura e espancamentos. Muitas mulheres foram também alvo de violência baseada no género, tais como violação, violência sexual e escravidão sexual. Após o conflito, a violência contra as mulheres continua a prevalecer, sobretudo em termos de violência sexual e doméstica. A violência contra as mulheres põe em causa e prejudica os direitos e as liberdades fundamentais, como é o caso do direito à vida, à segurança, à liberdade e o direito a não ser submetido à tortura. Outras formas de discriminação contra as mulheres, tanto na lei como na prática, predominam na Libéria. Embora existam algumas leis que promovem a igualdade, a implementação inadequada juntamente com alguns pontos fracos na lei, impedem a plena realização dos direitos humanos das mulheres. O problema é exacerbado pela ramificação das leis do país em duas áreas, a formal e em sistemas consuetudinários, no qual o último permite a discriminação contra as mulheres em muitos casos. Para além do mais, muitas das práticas sociais e culturais, bem como a privação dos direitos económicos e sociais, contribuem para a subordinação das mulheres na Libéria.

2.4. A justiça e a política

2.4.1. As mulheres e o acesso à justiça

As instituições jurídicas e judiciais sofrem com a escassez de pessoal qualificado e com fraca capacidade destes para contribuir para a melhoria da segurança e da prosperidade, assim como para proporcionar um acesso equitativo à justiça para os pobres. Existem diferenças consideráveis na proteção e promoção dos direitos humanos, uma falta de acesso ao sistema de justiça e uma compreensão limitada por parte do público relativa aos direitos dos cidadãos em termos da lei. Isso acaba por se refletir na baixa qualidade dos serviços das instituições jurídicas na baixa qualidade dos serviços prestados pelas instituições jurídicas, inclusive para os sobreviventes de violência baseada no género, na baixa representação de mulheres no setor da justiça, corrupção e falta de proteção dos direitos humanos das crianças e mulheres. Para assegurar o pleno acesso à justiça, os indivíduos devem ter conhecimento dos seus direitos e acesso tanto a administradores de justiça como às instituições. Devem existir mecanismos de apoio legais de forma a prestar serviços de ajuda jurídica.

2.4.2. Governação e tomada de decisão

Embora que as mulheres em 2007 representassem 52% da população, elas não estavam, nem estão totalmente envolvidas nos processos de tomada de decisão. As mulheres encontram-se bem representadas em posições altamente visíveis no setor, todavia a sua representação na política em geral é muito limitada. A maioria dos oficiais de justiça são do sexo masculino. A nível do Condado, as estruturas administrativas têm sido dominadas por funcionários do sexo masculino, chefes e anciãos. A partilha desequilibrada de poder e de oportunidades significa que as necessidades e prioridades das mulheres não estão a ser suficientemente refletidas no processo de tomada de decisão. Nas eleições de 2005, as mulheres representavam apenas 14% dos 806 candidatos nomeados para as eleições, embora tivessem uma representação de 50% do total de eleitores registrados. Os resultados mostraram que 5 dos 30 senadores eleitos eram mulheres, enquanto que 9 dos 64 assentos na Câmara dos Deputados foram adquiridos por mulheres. Na corrida presidencial, 2 mulheres concorreram contra 20 homens para a posição de Presidente e uma mulher veio a vencer. Pelo menos uma mulher concorreu na corrida para o cargo de senadores em cada um dos 15 condados, enquanto que na Câmara baixa de representantes 44 mulheres comparadas com os 441 homens concorreram. O governo tem vindo a alcançar efeitos positivos em termos de aumentar a participação das

mulheres no governo, em cargos sênior e júnior nos ministérios, em posições chave de tomada de decisão nos setores privados e públicos, contudo ainda é necessário que muito seja feito para se alcançar o mínimo de representação (30%) em todos os níveis.

3. Vulnerabilidade e participação ativa: o papel das mulheres liberianas na guerra civil e na reconstrução do país

Quando as histórias das mulheres liberianas são contadas, elas são contadas em duas partes: mulheres enquanto vítimas e enquanto atores ativos. As mulheres foram tanto afetadas negativamente pelo conflito como participaram ativamente nele. Foi notável o seu envolvimento em atividades de pacificação e de construção da paz, bem como de reconstrução pós-guerra. Como referido anteriormente, os conflitos internos, que são a forma mais decorrente de conflitos na atualidade, têm altas repercussões baseadas no género. Comparados com o conflito interestatal, eles reivindicam mais vítimas civis, que são predominantemente mulheres e crianças. As mulheres arriscam-se a ser, sistematicamente e estrategicamente, um alvo da violência sexual ou da baseada no género, ambas utilizadas como uma arma de guerra nos conflitos (Theobald, 2014).

3.1. Impacto do conflito na população feminina

Catorze anos de conflitos tiveram um efeito devastador na Libéria e na população liberiana. É estimado que mais de 250.000 pessoas morreram, que entre 50% a 75% da população, cerca de 2,5 milhões de pessoas fugiram para países vizinhos ou tornaram-se deslocados internos. Em ambas as guerras, as pessoas deslocadas internamente foram afetadas pelas crises humanitárias e sujeitas aos abusos dos direitos humanos, assim como a crimes contra a humanidade. A maior parte dos mortos civis, dos refugiados e pessoas deslocadas eram mulheres e crianças, sendo eles os mais afetados de forma desproporcional pelo violento conflito. Foram cometidas atrocidades contra os direitos das raparigas e das mulheres, indo desde raptos a outras formas de violência sexual, tortura, raptos, escravatura e casamentos forçados, etc. Existem testemunhos das atrocidades cometidas, de violações em grupo levadas a cabo em frente do marido ou do pai e raptos de raparigas crianças forçadas a se tornarem mulheres dos rebeldes, o que resultava quase sempre numa gravidez precoce (Selimovic, Brandt & Jacobson, 2012; Theobald, 2014).

As mulheres foram também afetadas indiretamente uma vez que a guerra destruiu infraestruturas, juntamente com outros serviços públicos e a própria economia, deixando-as com altas taxas de analfabetismo, de desemprego e de pobreza. A violência extrema que se fez sentir sobre os cidadãos e a generalizada destruição da Libéria tiveram também efeitos a longo prazo e criam ciclos viciosos. Em termos de saúde, as vítimas de violações eram afetadas com gravidezes, SIDA ou HIV, estigmatização e outros problemas físicos ou mentais, incluindo a traumatização. Por conta da situação do país no período das guerras civis, não havia acesso a serviços de saúde adequados, o que juntamente com outros fatores conduziu a uma das maiores taxas de mortalidade materna do mundo. O nível de condição de vida baixou e as necessidades básicas deixaram de ser fornecidas (comida, roupa, abrigo, etc.) e por esse motivo as mulheres viam-se obrigadas a oferecer serviços sexuais de modo a sobreviverem e a poderem proteger os seus dependentes (Theobald, 2014).

A guerra civil liberiana aumentou os níveis de violência contra as mulheres em muitas formas, particularmente a violência sexual. O aumento da luta era sempre acompanhado por um aumento de violações, isto porque a sexualidade das mulheres estava sob a proteção dos homens da comunidade, e a sua impureza era entendida como um ato de dominação por parte dos grupos inimigos. As mulheres tornavam-se alvos particulares por serem sempre consideradas, tanto o símbolo da honra da cultura, como também as guardiãs da comunidade.

Statements bear witness to the use of Liberian women as a means to inflict revenge and attack the enemy. One rebel, who had just raped a woman, responded to the consternation of an onlooker: “Yes, they did it to our women and I’m going to do it to her.” (Foster et al., 2009, p. 235).

De acordo com Gbowee (2012), num estudo levado a cabo pelo *Journal of the American Medical Association*, onde recorreram a 205 mulheres e raparigas, quase metade indicou que havia sido fisicamente e sexualmente abusada. Num outro estudo mais de 90% das mulheres liberianas disseram ter sido sujeitas a pelo menos um ato de abuso sexual durante ou após a guerra civil.

Cerca de 2000 mulheres e raparigas serviram nas forças de combate em todas as partes do conflito liberiano. Tal como os homens, as mulheres tornaram-se parte das

forças de combate por diversos motivos, tais como, rapto forçado, a necessidade de proteção contra a violação e outras formas de violência, o desejo de vingar a violência cometida contra si e os seus membros da família, o “casamento” com um combatente ou também para benefício económico. As mulheres e raparigas que estavam associados aos grupos de combatentes eram violadas e sexualmente agredidas constantemente de forma rotineira. De modo a quebrar tabus, os homens jovens eram forçados a violar as suas mães e avós e a ter sexo com as suas irmãs, esta era uma tática de guerra que tinha um grande impacto a longo prazo na destruição das famílias (Foster et al., 2009).

No caso da NPFL, as violações foram especificamente elevadas a uma posição central nas suas táticas de intimidação e exercidas como uma forma de coerção e terrorismo. Numa mensagem de rádio interceptada, mais tarde impressa nos jornais, foi possível ouvir Charles Taylor e o seu comandante em campo, John T. Richardson. Taylor foi ouvido a dar ordens a Richardson, que na época tinha cercado um centro de pessoas deslocadas, para matar tudo o que se mexesse. Quando questionado para esclarecer o que havia dito, este disse *“if you have men among them, chop them, and for the women, rape them. To hell with them”* (Aning, 1998).

Gbowee (2012), refere que uma guerra tão longa, catorze anos, não se limita simplesmente a desaparecer. Sempre que estavam suficientemente calmas para olhar em seu redor, as mulheres eram obrigadas a enfrentar a enormidade do que havia acontecido com a Libéria. Haviam morrido milhares de pessoas, uma em cada três pessoas tinha sido deslocada, com cerca de trezentas e cinquenta mil pessoas a viver em campos de deslocados internos e o restante número permanecia onde encontrasse abrigo. Um milhão de pessoas, sobretudo crianças e mulheres, corriam o risco de sofrer de diarreia, subnutrição, cólera, sarampo e também devido à contaminação dos poços. A situação por todos o país era caótica e muitas mulheres eram violadas, porém não o contavam aos elementos da família devido ao estigma que faria com que todos as olhassem de forma diferente.

Todos sofriam em silêncio. Pensei na minha própria mãe, que vira um homem ser morto porque lhe tinha dado um pouco de arroz, que fora espancada por soldados governamentais e fugira com os filhos a bordo de um navio cujo destino nem sequer conhecia (Gbowee, 2012, p. 153).

O olhar sobre as mulheres enquanto vítimas deve ser feito com muita atenção, sobretudo para se aprender com os erros do passado e melhorá-los no futuro para que na eventualidade de um conflito, elas juntamente com as crianças, não venham a ser o grupo mais afetado vendo vedados e desrespeitados os seus direitos humanos. Porém, as mulheres assumem também papéis ativos no contexto dos conflitos, o que afigura a necessidade de se olhar para além da perceção das mulheres como vítimas e também se focar no seu contributo para o conflito.

3.2. O compromisso e influência das mulheres liberianas na criação da paz

É importante reconhecer que uma percentagem considerável de mulheres também desempenhou papéis ativos muito importantes durante as guerras civis e teve um papel fulcral nos processos de reconstrução da paz. A violência contra as mulheres durante os conflitos armados não é tão monocromática. As mulheres não são sempre vítimas, elas também trabalham ativamente para melhorar a sua situação, e muitas vezes apoiam ativamente uma ou outra parte do conflito.

Given that many conflicts arise out of social and economic inequality, it is not surprising that women take sides in an effort to better their lives, or to protect themselves and their families. Women become combatants, provide medical help, protect and feed armed groups. (Rehn & Sirleaf, 2002, p. 10).

É estimado que as mulheres representavam cerca de 30 a 40 por cento do total de combatentes, perfazendo um total de 25 a 30 mil participantes. A maioria destes eram mulheres adultas, as raparigas combatentes representavam cerca de 2%. A proporção de mulheres combatentes no conflito liberiano é uma das mais altas do mundo. As mulheres e raparigas não participaram apenas transportando armas, apoiaram também as fações de um modo não militar, através da agricultura, no transporte de mercadorias, a espiar, como escravas sexuais e esposas e ao cozinhar. Esta noção é importante para se perceber que há uma distinção entre vitimização e ação, pois algumas mulheres escolhiam, por razões acima descritas, fazer parte da luta (Theobald, 2014).

As mulheres enquanto combatentes representaram uma mudança nos tradicionais papéis baseados no género, vindo a contradizer as expectativas tradicionais da época. Em alguns casos relatados por vitimas, as mulheres combatentes perpetuavam abusos contra homens e mulheres quando estes os procuravam para pedir ajuda. Em outras estâncias, as mulheres desempenharam um papel de aliadas e protetoras de outras raparigas e mulheres.

Noutros relatos feitos, as vítimas descreveram que as mulheres da NPFL as ajudaram a escapar horas após os guerreiros homens da NPFL as terem violado e raptado. As mulheres combatentes as escondiam e levavam-nas para a fronteira da Costa de Marfim (Foster et al., 2009).

As mulheres civis também desempenharam papéis importantes no conflito armado. Houveram intervenções por atores da paz para pôr fim às atrocidades cometidas e as mulheres tiveram um papel ativo a esse respeito, indo desde marchas pela paz, demonstrações, vigílias, protestos passivos em frente ao parlamento, discussões na rádio, até encontros com os grupos de rebeldes. Essas foram algumas das atividades levadas a cabo pelos grupos de mulheres (Amedzrator, 2014).

Ao contrário do que se passou no Ruanda, na Libéria o conflito veio a terminar por resultado de um longo e extensivo processo de negociações, que incluiu inúmeros cessar-fogo e acordos de paz falhados. As organizações de mulheres estiveram ativas tanto no processo de paz como posteriormente, na tentativa de estabilizar o país e manter a paz que era frágil. Nos primeiros anos da guerra, o número de organizações de mulheres aumentou exponencialmente e estas existiam em todos os níveis da sociedade. Os seus membros incluíam mulheres educadas, de base urbana e mulheres agricultoras analfabetas, contudo esses grupos juntaram-se em resposta ao caos a que o país havia descendido. As mulheres passaram a notar a extensão em que elas e os seus filhos eram vítimas das tentativas de obtenção de poder por parte dos senhores da guerra e por esse motivo passaram a reagir. Desta forma, a guerra veio forçar as mulheres a assumir novos papéis, quer fosse porque os homens nos quais dependiam haviam morrido ou encontravam-se ausentes por causa da guerra (McCarthy, 2011).

De acordo com McCarthy (2011), as organizações de mulheres numa fase inicial abordaram as necessidades básicas da população: forneciam comida, construção de abrigos e oferta de aconselhamento psicológico. Grupos como é o caso da *United Muslim Women's Education and Day Care Center*, forneceram educação para as crianças deslocadas pelo conflito e casas para os que haviam sido abandonados. Em 1992, o projeto *Alimentação, alfabetização e recreação* proveu comida a mais de 500 crianças afetadas pela guerra, assim como comida, programas de educação básicos e aconselhamento para traumas. No mesmo ano houve um incidente que veio a demonstrar o papel exclusivo das mulheres em dar apoio durante o conflito: as forças rebeldes bloquearam a estrada principal de Gbarnga para Monrovia, causando a escassez aguda de alimentos e fome em massa na capital. Tal levou à *Concerned Women's of Liberia*

Organization a mobilizar mulheres comerciantes em ambas as cidades, através das linhas das fações, para reunir alimentos e conseguiram chegar a um acordo com ambas as partes das fações envolvidas e dessa forma abasteceram a população com comida. O seu sucesso provocou novos esforços dentro da sociedade civil para apoiar a população liberiana e para promover a paz. Os grupos de mulheres começaram a organizar sessões sobre a resolução de conflitos e reconciliação, que tiveram início em 1990 e continuaram durante o decorrer do conflito e envolveram líderes e profissionais de diferentes fações.

Além dos grupos de mulheres procurarem proporcionar alívio e facilitar os esforços de reconciliação, as organizações também estiveram presentes e envolvidas na fase inicial das negociações de paz e das petições para o total desarmamento. A Iniciativa de Mulheres Liberianas (LWI) criou um movimento em vez de uma organização, o que veio a fortalecer a posição das mulheres, permitindo que colaborassem com diversos setores da população feminina, ganhassem credibilidade e focassem as suas exigências na resolução do conflito e no desarmamento. Entre 1991 a 1993 as organizações femininas não eram reconhecidas nem pelas Nações Unidas, nem pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS)⁶⁷ como participantes ou observadoras das negociações de paz. Em 1994, começaram a tentar participar oficialmente nessas negociações e por esse motivo passaram a esperar nos corredores pelos negociadores para poderem falar com eles quando entravam ou saíam da sala nos intervalos. Desse modo, apesar de inicialmente terem sido excluídas das conferências, as mulheres conseguiram atrair a atenção dos media e vieram a receber a posição oficial de participantes e criaram declarações relativas ao conflito e os seus impactos nas mulheres e nas comunidades. Eram raras as vezes em que as mulheres participavam em negociações foram da Libéria, mas tal veio a acontecer quando foram enviadas para Abuja na Nigéria para as negociações de paz em 1995.

Durante a primeira guerra civil liberiana, a LWI e a Rede de Mulheres para a paz do Rio Mano (MARWOPNET) trabalharam juntamente com o *Inter-Faith Mediation Council* e outras organizações de paz para tentar acabar com o conflito. Apesar dos

⁶⁷ ECOWAS – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. É considerada um dos pilares da Comunidade Económica Africana e foi estabelecida para promover o ideal de autossuficiência coletiva para os seus Estados-membros. Enquanto União Comercial, é também destinada a criar um único e grande bloco comercial através da cooperação económica (Retirado de <http://www.ecowas.int/about-ecowas/basic-information/>).

esforços levados a cabo pelos atores religiosos e outras organizações não terem posto fim ao conflito, estes grupos proveram o país com assistência humanitária e serviços para ex-combatentes durante o processo de DDR (Berkley Center for Religion, Peace & World Affairs, 2013; McCarthy, 2011).

Após as tentativas falhadas de cessar-fogo nos anos que antecederam o fim da primeira guerra civil, esta foi retomada em 1999. As organizações de mulheres continuaram com os seus movimentos na procura de uma estabilidade duradoura e começaram a formar alianças regionais e internacionais, por exemplo, a MARWOPNET, fundada em 2000, incluía mulheres da Libéria, da Serra Leoa e Guiné que se comprometiam com a cultura de paz. Esta organização de mulheres, juntou-se para resolver o conflito nos três países. Eventualmente tiveram sucesso nessa tarefa ao conseguirem juntar os três líderes de cada país para discutirem o conflito. As mulheres liberianas foram ter com Taylor para apresentar argumentos a favor das negociações e após esse encontro, o presidente liberiano concordou em se reunir com os outros líderes, apesar dessas conversações não terem vindo a resolver o conflito. Após mais uma tentativa falhada pelo governo em resolver a situação do país, as organizações de mulheres recomeçaram as suas ações para demonstrar a necessidade de ser estabelecida a paz no país e, uma vez mais conseguiram obter os interesses dos media. Esse foi sobretudo o caso da *Women in Peacebuilding Network* (WIPNET) que viram alcançado o auge da sua inclusão no processo de paz ao organizarem encontros entre Charles Taylor e os líderes dos grupos de rebeldes, passando a ser reconhecidas como intermediárias objetivas (Bekoe & Parajon, 2007).

A WIPNET coordenou uma aliança entre *Liberian Muslim Women for Peace* e *Cristian Women's Peace Initiative*, os dois grupos de mulheres mais ativos. Esta aliança resultou numa declaração fortemente posicionada condenando a guerra e exigindo um cessar-fogo imediato. Taylor não apareceu à apresentação da declaração e face à sua falta de resposta, as mulheres deram início a um protesto não violento num aeródromo não utilizado, mas visível no centro de Monróvia, onde o Presidente passava todos os dias. O grupo de mulheres comprometeu-se a permanecer no local até que Taylor concordasse com os seus termos de paz. Poucos dias mais tarde, mais de 2500 liberianas organizaram um protesto passivo em frente ao parlamento liberiano. Esta ação em massa por parte das mulheres resultou na aceitação por parte do Presidente em se encontrar com as mulheres na sua Mansão Executiva a 23 de abril de 2003. Nesse dia, mais de 4000 mulheres liberianas encontravam-se com o Presidente para descrever-lhe a situação desesperante

dos cidadãos e para exigir a sua liderança na consecução da paz. Como resultado direto, Taylor aceitou encontrar-se com os rebeldes e em troca as mulheres teriam de sair do aeródromo (McCarthy, 2011).

Um acordo de paz foi finalmente alcançado em Accra, em 2003. As mulheres da MARWOPNET participaram formalmente das negociações de paz, apelando à comunidade internacional para intervir com uma força militar de *peacekeeping* e apresentando declarações. Em parte, por conta dessa pressão, os EUA colocaram os seus navios da marinha na costa da Libéria e Taylor finalmente assinou o acordo de cessar-fogo. O seu contributo valeu-lhes a presença no acordo final de paz como testemunhas.

As eleições foram estipuladas para 2005 e as mulheres focaram-se na tarefa de sensibilizar as comunidades acerca da relevância de eleições democráticas e também do registo da população. As mulheres votaram em grandes números o que leva a acreditar que contribuíram para que Ellen Johnson Sirleaf fosse eleita a primeira mulher Presidente africana (Amedzrator, 2014).

Uma vez assinado o acordo, os grupos de mulheres continuaram a desempenhar um importante papel nas atividades de reconstrução e reconciliação, necessário para garantir o sucesso da paz que ainda era frágil no país. Por exemplo, a LWI começou com seminários acerca da paz, contando com representantes femininas que viajam pelas diversas vilas para falar com as pessoas, especialmente as mulheres, acerca de como trabalhar e reconciliar. Também devido à destruição da economia do país, muitos grupos de mulheres incorporaram projetos de desenvolvimento económico comunal, como a construção de novas escolas ou um sistema de drenagem, no seu trabalho ativo. Ao fazê-lo, elas passaram a oferecer serviços sociais necessários que o Estado não conseguia oferecer, especialmente em áreas rurais. As organizações femininas também prestaram apoio aos setores de população vulnerável, particularmente às crianças e mulheres vítimas, através da oferta de aconselhamento psicológico, abrigo ou espaços para viverem. A WIPNET começou a campanha “*Never Again*”, um movimento dedicado à promoção da boa governação e da eliminação da corrupção, que são duas grandes causas das guerras civis no país (McCarthy, 2011).

As guerras civis abriram janelas de oportunidades utilizadas pelas mulheres para fortalecer o seu poder informal. A criação de novas estruturas sociais abriu o caminho para um poder mais visível (Selimovic, Brandt & Jacobson, 2012).

O papel das mulheres liberianas foi desde sempre fulcral para a iniciação das negociações, bem como para alcançar um acordo de paz duradouro, devido em grande

parte à sua capacidade de sustentar uma ação em massa dos diversos grupos de mulheres que transcendia as diferenças religiosas, étnicas e de classe. Quando os homens falharam a pôr fim a uma guerra civil que se prolongou por 14 anos, Leymah Gbowee⁶⁸ mobilizou as mulheres da sua nação para pará-la (Gbowee, 2011).

We succeed because, and this is a lesson for the rest of the world, there's no way in this world where someone gives you a slap, and you slap them back, and expect that it's settled. Violence have never settle peace (Gbowee, 2011).

3.3. Implementação da Resolução 1325 na Libéria

A paz é muito delicada e frágil nas sociedades pós-conflito e para que a recuperação dos traumas causados seja total, é necessário tempo, paciência e compromisso. Após ter sido afetada por uma guerra civil duradoura que devastou o país, a Libéria conseguiu estabelecer um governo eleito com um funcionamento público e democrático que está altamente envolvido com o desenvolvimento humano, a igualdade e a paz. Foi a primeira nação africana a eleger uma mulher para o cargo de presidente, mostrando assim a sua vontade em avançar e desenvolver políticas favoráveis ao género, entre elas a implementação de um Plano de Ação Nacional, que implementa a Resolução 1325 (Popovic, 2009).

Com o lançamento do PAN em 2009, a Libéria tornou-se o primeiro país pós-conflito a implementar um plano de ação nacional para implementar a RCSNU 1325, sobre as mulheres, paz e segurança. Esta Resolução exorta a comunidade internacional e os Estados-membros da ONU a aumentar a participação das mulheres nos processos de paz, e é esperado que o PAN da Libéria sustente e melhores os esforços de consolidação da paz das mulheres e que sejam tomadas medidas decisivas em direção à igualdade de género e da paz sustentável na Libéria (Caesar, Garlo, Nagarajan & Schoofs, 2010).

Os objetivos estabelecidos no PAN da Libéria passam por: fortalecer e desenvolver políticas de proteção, procedimentos e mecanismo que promovam os direitos humanos das mulheres e das raparigas e garantir a sua segurança, quer seja a nível nacional como a nível pessoal; promover o design, o desenvolvimento e a institucionalização de políticas económicas, sociais e de segurança que irão contribuir para o empoderamento das mulheres e das raparigas e levá-las a participar de forma plena

⁶⁸ Anexo XXXII

e efetiva no desenvolvimento de processos de construção e reconstrução da paz do país, em todos os níveis, incluindo nos níveis de tomada de decisão; reforçar a coordenação e a coerência das atividades de integração da perspectiva de gênero na Libéria através da sensibilização da carta e da intenção da Resolução 1325 sobre as mulheres, paz e segurança e ainda através da implementação dos seus princípios subjacentes (Liberia National Action Plan, 2009).

A RCSNU 1325 é geralmente dividida em 3 Ps – Proteção, Prevenção e Participação -, pelas agências das Nações Unidas, mas entre a comunidade de ONGs, esta é dividida em 4 Ps – Promoção, Proteção, Prevenção e Participação. Estes são os quatro pilares abrangentes nos quais as questões que emergem a partir da avaliação e levantamento da segurança e paz das mulheres na Libéria em recuperação pós-conflito, podem ser agrupados. Estes Ps formam os pilares prioritários do PAN da Libéria, sendo que cada um dos pilares incorpora questões estratégicas que o governo liberiano deve abordar de modo a promover a integração da perspectiva de gênero e promover a paz e segurança sustentáveis para as meninas e mulheres.

No Liberia National Action Plan (2009), são tratados os 4 pilares, cada um contendo uma ou mais estratégias. O primeiro pilar, a proteção, divide em três questões estratégicas a proteção das mulheres e meninas de todos os tipos de violência, incluindo a sexual e a baseada no gênero: (1) Oferecer aconselhamento psicossocial e de trauma para as meninas e mulheres; (2) Proteger os direitos e fortalecer a segurança das meninas e das mulheres; (3) Aumentar o acesso à educação sanitária de qualidade para as meninas e as mulheres, com ênfase específica sobre a saúde reprodutiva e o HIV/SIDA. O segundo pilar, voltado para a prevenção de todos os tipos de violência contra as meninas e mulheres, incluindo a violação e violação sistemática, tráfico e outros abusos dos direitos humanos, incorpora apenas uma questão estratégica: (1) Prevenção de todos os tipos de violências contra as raparigas e mulheres, incluindo a violência sexual e a baseada no gênero. O terceiro pilar aborda a promoção da participação plena das mulheres os processos de prevenção de conflito, construção da paz e recuperação pós-conflito, a nível comunitário, do condado, nacional e sub-regional e encontra-se dividido em duas questões estratégicas: (1) Promoção da completa participação das mulheres em todos os processos de prevenção de conflito, construção da paz e de recuperação pós-conflito; (2) Capacitar as mulheres através do aumento do acesso à habitação e aos recursos naturais, e ainda reforçar a sua participação na gestão do meio ambiente. No quarto e último pilar, é pretendido desenvolver e implementar estratégias para assegurar que a implementação

do PAN da Libéria seja total e sustentável e este encontra-se dividido em quatro questões estratégicas: (1) Promover o envolvimento dos grupos de mulheres na implementação do Plano de Ação e advogar por um maior acesso aos recursos, tanto para o governo como para os grupos de mulheres; (2) Promover a participação das raparigas na prevenção do conflito, o alerta precoce e questões relacionadas com a recuperação pós-conflito através da educação e do treino; (3) Melhorar as capacidades técnicas e institucionais dos atores governamentais e da sociedade civil, incluído grupos de mulheres para implementarem efetivamente o Plano; (4) Promover o pleno envolvimento dos atores governamentais e da sociedade civil, incluindo grupos de mulheres para a monitorização e avaliação do Plano.

Muitos membros da comunidade internacional veem a Libéria como um caso de sucesso na implementação dos quatro pilares do CSNU 1325. Foi a Libéria que teve a primeira presidente feminina, Ellen Johnson Sirleaf, uma representante feminina do secretário geral, Ellen Loj, e além do mais recebeu no país a primeira força de polícia inteiramente feminina da Índia. As mulheres constituem 130 das 720 polícias da ONU na Libéria. Em 2007, a primeira unidade de polícia composta na totalidade por mulheres chegou à Libéria vindas da Índia, e juntou-se à UNMIL. Desde então já constituíram três batalhões indianos consecutivos de aproximadamente 112 mulheres e 25 homens. A presença das mulheres polícias e *peacekeepers* na UNMIL, levou a um aumento da segurança e do bem-estar físico (Luppino & Webbe, 2011; UNMIL, 2010).

O envolvimento direto das mulheres nas atividades de construção de paz aumentou a conscientização acerca das suas capacidades e do seu potencial para construir uma sociedade sustentável e pacífica que procure a inclusão das mulheres. Como tal, as organizações e redes de mulheres da Libéria incorporam uma quantidade significativa de conhecimento prático e experiência acerca da construção da paz. Nesse sentido, também as organizações de mulheres estão a liderar o caminho com respeito para trabalhar com a Resolução 1325 dentro de um ambiente pós-conflito. Algumas mulheres ativistas tendem a concordar que o governo liberiano sob a liderança da Presidente Ellen Sirleaf, deu passos positivos em termos de avançar com os direitos das mulheres e a igualdade de género, bem como na implementação da Resolução 1325. É claro para elas que o governo apoia diversas convenções, resoluções e protocolos da UA e da ECOWAS, acerca dos direitos das mulheres e da igualdade de género (Caesar et al., 2010).

Apesar dos esforços recentes, e embora sejam claramente louváveis as concretizações, também há muito trabalho a ser feito. A representação política feminina

ainda permanece concentrada no topo, e as taxas de violência baseada no gênero e exploração sexual ainda se mantêm altas. Embora o PIB em geral tenha vindo a aumentar, tem havido poucas evidências de melhoria geral, particularmente nas vidas das mulheres do meio rural. Mesmo contando com uma mulher presidente, apenas 5 de 20 ministros são mulheres (25%), o Ministério da Segurança Nacional inclui apenas 13,4% (40 de 298) mulheres e o Ministério da Justiça é semelhante com 13% (Caesar et al., 2010). Os números de candidatas a campanhas eleitorais continuam baixos, sendo que no Senado de 98 candidatos, 10 eram mulheres (9,8%) e de 795 candidatos para a Casa de Representantes, 91 eram mulheres (13%). O Plano de Ação da Libéria foi também desenvolvido para fornecer competências apropriadas para os provedores psicossociais e de saúde, para reformar o sistema legal e lidar eficientemente com os assuntos relacionados com a violência. Por exemplo, apesar da Libéria não ter leis contra a prática da mutilação genital feminina, houve um caso que foi a tribunal de duas mulheres que foram declaradas como culpadas por terem raptado e conduzido a outra mulher ao grupo étnico ao qual não pertencia. Em termos de sua participação militar, de 2017 soldados treinados, 74 eram mulheres, correspondendo a 3,7% da população. Passados oito anos desde o fim da guerra, e com a implementação do PAN em 2009, é possível verificar que apesar dos números ainda não serem altos, foram feitos grandes progressos quanto à representação feminina no processo de construção da paz (Luppino & Webbe, 2011; Caesar et al., 2010).

4. Desafios e preocupações

Uma vez apresentado o estudo de caso anterior, torna-se necessário considerar até que extensão se pode dizer que a participação feminina pode contribuir para um resultado de paz mais positivo e bem-sucedido. Conforme demonstrado no estudo de caso, as mulheres podem e participam nas várias dimensões, tanto para alcançar os acordos de paz como para a manutenção da paz, e este envolvimento pode aumentar a probabilidade de a paz durar através de uma variedade de mecanismos. No entanto, é crucial não exagerar nas contribuições das mulheres para a paz ou desconstruir o seu envolvimento em marcar a diferença. Embora seja difícil quantificar essa contribuição, o papel das mulheres no alcance da paz pode ser qualificado e contextualizado através da identificação das áreas em que elas desempenham um papel mais importante e as dimensões em que precisam ser mais incorporadas.

Feita a análise ao estudo de caso da Libéria, tornou-se claro que as mulheres muitas vezes desempenham um papel crucial na sociedade civil, devido em parte à sua marginalização nas esferas mais formais. Neste caso, em que os resultados da paz foram bem-sucedidos, a participação das organizações de mulheres na sociedade foi alta, contudo elas também tiveram um papel muito ativo durante a primeira guerra civil e o acordo de paz falhou. Isto vem mostrar que nem sempre a participação feminina é uma condição suficiente para ter um impacto marcante no processo de paz, porém essa participação foi importante pois funcionou como base para o estabelecimento de movimentos futuros na sociedade civil, que mais tarde criaram redes mais amplas (regionais e internacionais) e impulsionaram a paz. O facto de as organizações regionais e internacionais (ONU, OTAN, UE) não terem tido um papel efetivo na primeira guerra civil deve-se em parte à complexidade em se alcançar a paz e aos numerosos atores envolvidos.

O conflito foi violento e sua brutalidade é indiscutível, contudo, é perceptível que se deram algumas melhorias na posição das mulheres no período pós-conflito. A guerra poderá ter contribuído para a diminuição de determinadas práticas tradicionais que eram nocivas, através do enfraquecimento dos sistemas que facilitavam esses atos. Por exemplo, o conflito poderá ter prejudicado as sociedades secretas que praticavam a mutilação genital feminina. As mulheres fizeram progressos na esfera política desde o término do conflito. A eleição de Ellen Johnson Sirleaf a presidente é um exemplo, que no seu discurso inaugural enfatizou os direitos das mulheres como sendo prioridades. Após o conflito, o governo começou a recrutar ativamente mulheres para as suas forças armadas, um processo que até então era apenas permitido aos homens.

Like nearly everywhere else in the world at the time, Liberia was very much a male-dominated society. Though Liberian women had long worked outside the home and even held positions of prominence in the government, and although African women in general are honored as mothers and aunts, women were not regarded as equals. (Sirleaf, 2009, p. 41)

Embora muito tenha vindo a ser feito pelas mulheres liberianas para melhorar a sua situação e posição face aos homens, em termos de igualdade de direitos, de serviços, de tomada de decisão, etc., a vida de cada uma ainda é altamente marcada pela

desigualdade de género mesmo que não tanto quanto na época antecessora às guerras civis ou mesmo durante o conflito. Os principais focos problemáticos continuam a ser a educação, onde as taxas de analfabetismo são mais elevadas nas mulheres, sobretudo as do meio rural; a saúde, pois a falta de acesso igualitário a esses serviços ou à assistência médica, leva ao aumento dos casos de HIV/SIDA e de gravidezes precoces; as taxas de desemprego que continuam a ser mais elevadas para as mulheres liberianas; também o reduzido o número de mulheres em cargos políticos comparativamente com os homens, apesar de terem uma presidente mulher e de as organizações nacionais continuarem a trabalhar para reforçar a presença feminina em altos cargos políticos e na tomada de decisão; as práticas tradicionais, como é o caso da mutilação genital feminina, ainda são frequentemente utilizadas e a lei liberiana ainda não cobre esse aspeto; as altas taxas de violência que após o conflito aumentaram, quer seja a violência sexual ou a violência baseada no género.

É necessário que continuem a ser realizados mais esforços para continuar a avançar para uma maior integração da igualdade de género na Libéria. De modo a que uma paz duradoura e estável seja assegurada, é necessário que as mulheres sejam apoiadas tanto a nível interno como externo. Para isso acontecer: (1) as mulheres e as organizações da sociedade civil devem receber treinos enquanto defensoras de políticas; (2) devem receber formação para a transição das atividades de mobilização para o trabalho da defesa dos direitos, pois o seu contributo foi importante para a promoção da paz em 2003, e agora devem desenvolver capacidades para trabalhar efetivamente num ambiente democrático; (3) há que melhorar a educação básica e as competências para a vida e desse modo haverá um aumento da capacidade das mulheres em influenciar as políticas; (4) o empoderamento económico das mulheres é também um grande contributo, e uma vez que o país se encontra em fase de reconstrução, há uma oportunidade para incluir políticas que permitirão o igual acesso ao mercado, para homens e para mulheres; (5) as medidas económicas, em particular, devem promover o investimento nas mulheres agricultoras; (6) devem ser proporcionadas oportunidades para que as mulheres possam participar no desenvolvimento de infraestruturas, na cultura comercial silvicultura e nas obras públicas; (7) é necessário aumentar o acesso a programas de financiamento comercial; (8) para que haja uma mudança na participação ativa das mulheres e na sua representação, é necessário que se lute cada vez mais pelos direitos das mulheres (Bekoe & Parajon, 2007).

É possível concluir que na Libéria, as mulheres surgem num papel de vítimas vendo ser perpetrados contra si crimes que põem em causa os seus direitos humanos, no

entanto caminham cada vez mais para inverter esse processo. É longo e sinuoso o caminho que tem vindo a ser traçado pelas mulheres civis e pelas organizações femininas na sua luta ativa contra a violência baseada no género, a situação das mulheres em tempos de conflito, as posições ocupadas pelas mulheres em cargos políticos, de tomada de decisão, nas forças armadas, etc. Porém, e como já foi referido, apesar de não haver ainda igualdade de género na Libéria em todas as áreas do sistema, estas mulheres têm tido uma voz ativa e têm produzido significativas mudanças na sociedade relativamente à perceção do papel das mulheres e a importância do mesmo durante os conflitos e nos processos de reconstrução que se seguem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos armados, nomeadamente os contemporâneos por terem sofrido alterações na sua natureza, passaram a afetar, em particular, a população civil. É neste contexto que as mulheres têm vindo a se tornar alvos estratégicos, muitas vezes em grande escala, quando a violação é utilizada como uma tática de guerra e de limpeza étnica. As mulheres acabam por ser vítimas das atrocidades cometidas durante o conflito, e por conta da escassez de recursos, a falta de autoridade política ou sobre o ambiente que as envolve, tornam-se incapazes de proteger-se a si mesmas.

Para além de serem fortemente vitimizadas pelos conflitos, as mulheres desempenham papéis ativos de combatentes, construtoras da paz, ativistas e políticas, trabalhando ativamente para melhorar a sua situação. A imagem da mulher enquanto vítima da guerra começou a ser igualada pelo reconhecimento de que a mesma tem uma atuação importante durante e no pós-conflito, quer seja na proteção das suas famílias e comunidades, ou mesmo nos processos de negociação que conduzem à paz de um país.

Durante longas décadas as mulheres foram sempre olhadas como sendo elementos frágeis, intrinsecamente ligados à paz enquanto que os homens, por sua vez, eram associados à guerra como lutadores, possuindo atributos como a honra, a força e a coragem. Porém, a constatação de que durante os conflitos os papéis acabam por se alterar, levou a que com o passar dos anos e com a constante presença feminina nos conflitos, quer seja enquanto esposas dos comandantes ou como enfermeiras, as mulheres fossem conquistando lentamente uma nova posição no seio da comunidade internacional. Assistiu-se, portanto a uma evolução da participação feminina, ainda que tardia, enquanto atores ativos nas guerras e nas forças armadas dos países por meio do contributo dos movimentos feministas e dos inúmeros documentos oficiais lançados pela comunidade internacional em favor da igualdade de participação para homens e mulheres.

Em pleno século XX foram lançadas as bases para a integração de uma perspetiva de género nas questões da paz e dos conflitos, bem como dentro das organizações internacionais e regionais. A constante pressão por parte dos movimentos feministas, levou a que fossem elaborados por parte das Nações Unidas, e posteriormente outras mais organizações, relatórios que chamavam à atenção para as condições das mulheres durante os conflitos e o papel importante que desempenhavam nos mesmos devido às suas capacidades e características próprias que as levavam a ter um melhor relacionamento com as populações e as vítimas da guerra. Esta mudança de abordagem no âmbito da

ONU relativamente ao papel das mulheres no domínio da segurança e defesa internacional, não foi sentida de imediato. Com a adoção da Resolução 1325, em 2000, a ONU reconheceu que o envolvimento das mulheres era imprescindível para que fosse estabelecida uma paz e segurança sustentável. Este tornou-se um grande marco histórico, pois pela primeira vez foram abordados os papéis e as experiências das mulheres nos conflitos e nos períodos que os sucedem, aumentando a consciência para as atrocidades cometidas contra as mulheres nesses períodos, bem como a importância da participação feminina igualitária. Apesar da importância do documento, durante anos foram poucas as alterações que se fizeram sentir na prática.

Após anos a adotar resoluções, medidas e estratégias, as mulheres ainda se encontravam quase excluídas dos processos de reconstrução pós-conflito, das negociações, acordos, forças armadas, etc., e muitas atrocidades continuavam a ser cometidas contra elas. As organizações (ONU, OTAN e a UE) conseguiram de facto iniciar o processo de conscientização ligado à situação de inferioridade e discriminação da qual as mulheres eram constantemente alvo nas diversas áreas da vida pessoal e social, na maior parte dos países, bem como o de promoção dos direitos das mulheres, inclusive o de participarem de forma igualitária em todos os níveis do processo de paz. Porém, os números mostram que essa mudança e contributos dados ainda se encontram aquém do esperado.

Muitas mulheres continuam a ser alvo de violência durante os conflitos, o que indica que ainda é necessário que medidas efetivas sejam tomadas por parte das instituições para aumentar a proteção destas mulheres; em termos de participação nos processos de paz, apesar de ter havido um aumento, o ritmo é muito lento e ainda são relativamente esporádicos os casos em que recebem uma mulher a liderar um processo de paz; nas negociações de paz há ainda pouca representatividade feminina, pois apesar das tentativas dos governos e organizações, ainda são alvo de constante discriminação sexual; nas forças armadas dos países membros da ONU e OTAN foi possível verificar que existe sempre uma maior presença de homens comparativamente com as mulheres em todos os cargos de polícias e militares; o mesmo acontece dentro das próprias organizações internacionais e regionais (OTAN e UE) em que o número de homens nas diversas carreiras são maiores do que as mulheres.

No que toca às mulheres, mais especificamente as mulheres liberianas, estas são um bom exemplo para se poder averiguar a extensão do papel das mulheres nos conflitos,

enquanto vítimas e sobretudo enquanto participantes ativas que neste caso em particular vieram a dar um grande contributo para o cessar-fogo do país.

A Libéria foi atingida por duas guerras civis que duraram 14 anos, entre 1989 a 2003, devastando o país nas mais diversas áreas: económica, social, política, judicial, etc. e da qual estima-se que mais de 250 mil pessoas tenham sido mortas e mais de 1.000.000 tenham sido deslocadas. O conflito teve efeitos devastadores na população liberiana, sobretudo nas mulheres e crianças. As mulheres liberianas foram sem dúvida alvo de atrocidades cometidas contra os seus direitos humanos, pois foram violadas, raptadas, mutiladas, torturadas e escravizadas, e como resultado dessas ações engravidavam precocemente ou eram contagiadas por uma doença sexualmente transmissível. Com o escalar da luta, escalava também a violência contra as mulheres, particularmente a violência sexual. Os impactos dos conflitos foram também sentidos de outras formas, através da perda de infraestruturas, de serviços públicos e da economia e através das altas taxas de analfabetismo, de desemprego e de pobreza, nas quais as mulheres representavam sempre os valores mais altos.

Perante uma situação devastadora, as mulheres tiveram de tomar iniciativas para melhorar a sua situação, bem como a dos seus familiares e comunidades. Apesar das disparidades e os desequilíbrios de género serem comuns a todas as áreas da vida liberiana, os grupos de mulheres conseguiram ultrapassar essas barreiras e tiveram um papel fundamental no término da guerra civil. Participaram em marchas pela paz, em protestos passivos, discussões na rádio, vigílias e até organizaram encontros entre os líderes dos grupos rebeldes com os líderes. As organizações de mulheres estiveram presentes durante toda a duração das guerras civis, como também na contínua reconstrução do país. O seu contributo não foi só dado ao cessar-fogo, através da organização de encontros entre o Presidente e os membros das facções, mas também à população através de ajuda humanitária, ao fazer chegar comida, bens essenciais e serviços de saúde.

O estudo de caso permitiu constatar que as mulheres são de facto vítimas durante períodos de conflitos armados, assim como nos períodos pós-conflito, porém também são elas que nesses períodos chegam-se à frente a desempenhar papéis ativos muito importantes para as negociações de paz e a reconstrução do país. As mulheres liberianas são um exemplo de força e a demonstração de que a luta e persistência poderá encaminhar as mulheres para o plano da igualdade de género e de proteção dos seus direitos. As organizações de mulheres, graças aos seus protestos passivos que chamaram a atenção

dos media e conseqüentemente do seu líder, Taylor, colocaram fim à segunda guerra civil liberiana e nas eleições democráticas elegeram a primeira Presidente africana mulher. Foi a sua capacidade de mover uma ação em massa que não olhava à religião, etnia e a classe que lhes deu tanto sucesso. Os números na Libéria também mostram que ainda não se alcançou a igualdade de género, nem se está lá perto, porém, foram alcançadas grandes mudanças até mesmo na representatividade das mulheres em diferentes cargos e áreas que até então eram totalmente monopolizados por homens.

Terminado o presente trabalho é possível constatar que foram dadas respostas aos objetivos estabelecidos no início do mesmo. Foi possível compreender a dupla perspectiva do papel da mulher durante e após o conflito, vítimas e participantes ativas. Ficamos a conhecer a perspectiva evolutiva por detrás da participação feminina enquanto ator ativo, com vista a promoção da igualdade de género por parte da comunidade internacional através da adoção de resoluções e documentos oficiais. Indagou-se acerca das mudanças que se deram no âmbito da ONU quanto à participação das mulheres no domínio da segurança e defesa internacional, percebendo que foi esta organização que liderou as políticas de integração da perspectiva de género no seio da comunidade internacional. Identificou-se que ao longo dos anos tem havido um aumento da participação feminina no contexto da paz. O número de mulheres que participa nas diversas missões lideradas pela ONU e OTAN tem vindo a aumentar, apesar de ainda muito baixo comparativamente com os homens. Nos países estados-membro da ONU e OTAN o mesmo tem acontecido. Pela falta de dados fornecidos relativamente à UE, o foco girou do progresso feito pela organização em introduzir a igualdade de género e a representação feminina nas diferentes áreas: dinheiro, saúde, educação e formação e poder. Por fim, o último objetivo permitiu estudar o papel das mulheres na sua dupla perspectiva no decorrer das guerras civis e no pós-guerra, mas tendo em conta o caso concreto da Libéria.

Com esta investigação, foi possível concluir que já foram dados grandes passos por parte da comunidade internacional em prol das mulheres, tanto vítimas como atores participantes dos processos de paz. Contudo e perante os dados recolhidos, ainda é necessária que sejam tomadas medidas mais eficazes para que os números de vítimas continuem a diminuir com o passar dos anos e para que o número de participantes em todas as áreas aumente. Deve ser dado um maior acesso aos recursos financeiros para que as mulheres se tornem independentes e dessa forma possam tomar decisões pessoais acerca dos níveis da sua integração nos processos de paz. Deverão ser realizadas todas as tentativas possíveis para encorajar a participação feminina nos processos de paz, assim

como uma maior conscientização para a importância de se proteger e respeitar os direitos humanos, para que menos atrocidades sejam cometidas. É necessário que nos acordos de paz sejam tidas em linha de conta as necessidades particulares de cada mulher, bem como as oportunidades que podem advir do seu contínuo envolvimento, pois nas palavras de Annan (2000), *“Women, who know the price of conflict so well, are also better equipped than men to prevent or resolve it.”*.

Após o término da investigação foi notório que o tema em questão poderá vir a ser desenvolvido futuramente isto porque as questões relativas às mulheres e o seu papel, antes, durante ou após um conflito é alvo de constantes alterações. A informação recolhida é alvo de atualização, sobretudo os dados estatísticos referentes à participação feminina nas missões das organizações internacionais. Seria interessante verificar como é que esses mesmos números se desenvolvem ao longo dos anos e qual a representatividade das mulheres, tornando-se possível averiguar se os números estão a convergir com o que foi estipulado nos inúmeros documentos oficiais em torno da integração da perspectiva de género.

Seria também pertinente verificar outros aspetos que não foram analisados no decorrer deste trabalho, mas que teriam um contributo positivo e inovador para as questões do género. Ainda que já analisado o papel das mulheres durante e após o término do conflito, fica a noção de que há muito mais acerca do papel das mulheres que poderá ser desenvolvido em estudos futuros. Por exemplo, as alterações na natureza das missões que passaram a incorporar mais mulheres, mas ainda num número reduzido, o acesso das mulheres a cargos políticos, o próprio acesso ao poder e ainda o papel das mulheres nos processos de tomada de decisão política. A própria União Europeia já apresentou uma resolução acerca das mulheres no processo de decisão político, em que afirma que existe uma participação desequilibrada entre mulheres e homens naquela que é a tomada de decisão pública e política e uma sub-representação de mulheres em cargos políticos eletivos de nomeação, quer a nível da UE, como também a nível dos seus Estados-Membros. Além do mais também aborda as questões das quotas em que considera que está implementado um sistema informal de quotas que privilegia os homens. Tornar-se-ia aliciante buscar saber como está formulado o sistema de quotas e de que forma este poderia ser transformado para contribuir para a integração da perspectiva de igualdade de género.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ailes, A. E. (2012). Camp Followers, Sutlers, and Soldiers Wives: Women in Early Modern Armies (c. 1450-c. 1650). In B. Hacker, & H. M. Vining (Eds.), *A companion to women's military history*. (61-92). Brill. ISBN: 978-90-04-20682-3
- Amedzrator, L. M. (2014). Breaking the Inertia: Women's Role in Mediation and Peace Processes in West Africa. *KAIPTC Occasional Paper*. 38. Retirado de <https://www.africaportal.org/publications/breaking-the-inertia-womens-role-in-mediation-and-peace-processes-in-west-africa/>
- Amnistia Internacional (1995). *Mulheres e direitos humanos*. Portugal: Amnistia Internacional. ISBN 972-96583-0-7
- Aning, E. K. (1998). Women and Civil Conflict: Liberia and Sierra Leone. *African Journal of International Affairs*. 1(2). 45-58. Retirado de: https://www.researchgate.net/publication/232846501_Gender_and_civil_war_The_cases_of_Liberia_and_Sierra_Leone
- Annan, K. A. (1999). "The Meaning of International Community". *United Nations Information Service*, 2478. [On-line]. Visualizado em <http://www.unis.unvienna.org/unis/pressrels/1999/sg2478.html>
- Ariño, M. V. (2015). Enhancing women's participation in peace processes. *Escola de Cultura de Pau*. 1-5. Retirado de http://peacewomen.org/system/files/global_study_submissions/ECPSubmission-GlobalStudyWPS_0.pdf
- Austrian Development Cooperation (s.d.). Women, Men, Armed Conflicts and Peacebuilding. 1-16. Retirado de http://www.entwicklung.at/fileadmin/user_upload/Dokumente/Publikationen/Fokuspapier/Englisch/Focus_Gender_and_Conflict.pdf
- Badger, L. (2008). *African Research & Documentation*. 106. 45-58. Retirado de <http://www.africabib.org/rec.php?RID=323181880>
- Balendra, N. (2007). Defining armed conflict. *New York University Public Law and Legal Theory Working Papers*, 63, 2463-2516.
- Baltazar, M. S. (2007). (Re)Pensar a Sociologia dos Conflitos: a Disputa Paradigmática entre a Paz Negativa e/ou a Paz Positiva. *Nação e Defesa*, 116, 157-185. Retirado de

https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1223/1/NeD116_MariaSaudadeBaltazar.pdf

- Barrow, A. (2016). Operationalizing Security Council Resolution 1325: The Role of National Action Plans. *Journal of Conflict & Security Law, Oxford University Press*, 2, 21. 247-275. DOI: 10.1093/jcl/krw002
- Bekoe, D., & Parajon, C. (2007). Women's Role in Liberia's Reconstruction. *United States Institute of Peace*. Retirado de <https://www.usip.org/publications/2007/05/womens-role-liberias-reconstruction>
- Berkley Center for Religion, Peace & World Affairs (2013). Religion and Conflict Case Study Series: Ending Liberia's Second Civil War: Religious Women as Peacemakers. Retirado de <https://berkeleycenter.georgetown.edu/resources>
- Boutros-Ghali (1992). An Agenda for Peace. *Un Documents*, 47, 277. 1-24. DOI: A/47/277-S/24111
- Branco, C. Mj, Garcia, F. P, & Pereira, C. S. (2010). *Portugal e as Operação de Paz. Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Prefácio. ISBN: 978-989-652-052-6
- Branco, C., Sousa, R. R. P., & Oliveira, G. (2017). *Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos*. Lisboa: OBSERVARE/Universidade Autónoma de Lisboa. ISBN: 978-989-8191-75-5
- Brecher, M. (1996). Introduction: Crisis, Conflict, War – State of the Discipline. *International Political Science Review*, 17(2), 127-139. Retirado de <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/019251296017002001>
- Brewer, J. D. (2010). *Peace Processes: A Sociological Approach*. Cambridge/Malden: Polity Press. ISBN 978-0-7456-4776-0
- Brown, C., & Ainley, K. (2005). *Understanding international relations*. Hampshire: PALGRAVE MACMILLAN. ISBN 9781-4039-4663-8
- Burchill, S. (2005). Liberalism. In S. Burchill, A. Linklater, R. Devetak, J. Donnelly, M. Paterson, C. Reus-Smit, & J. True (Eds.), *Theories of International Relations* (3rd ed.) (55-83). New York: PALGRAVE MACMILLAN. ISBN 978-1-4039-4865-6
- Cabrera-Balleza, M., Cook, S., Johal, R., Johnston, N., Kihunah, M., Leneveu, H., Nadjibulla, V., Picirilli, K., Smler, V., & Shteir, S. (2005). From Local to Global: Making Peace Work for Women. *The NGO Working Group of Women, Peace and Security*. 1-126. ISBN 0-9770827-2-5
- Caesar, R. G., Garlo, C. K., Nagarajan, C., & Schoofs, S. (2010). Implementing Resolution 1325 in Liberia: Reflections of Women's Associations. *Initiative for*

- Peacebuilding*. Retirado de <http://www.international-alert.org/sites/default/files/publications/0111Liberia.pdf>
- Carreiras, H. (2004). Diversidade Social nas Forças Armadas: Género e Orientação Sexual em Perspetiva Comparada. *Revista Nação e Defesa*, 107(2), 61-88. ISSN 0870-757X
- Carreiras, H. (2006). *Gender and the Military: Women in the Armed Forces of Western Democracies*. Abingdon/New York: Routledge. ISBN 0-203-96903-0
- Carreiras, H. (2010). A NATO e a dimensão de género nos conflitos armados. *Paralelo*, 5. ISSN 1646-883X
- Carreiras, H. (2013). Mulheres, direitos e eficácia militar: o estado do debate. *Revista militar*, 65(5), 477-495. ISSN 0873-7630
- Carreiras, H. (2014). Género e violência armada. *Janus online*, 128-129. Retirado de http://janusonline.pt/images/anuario2014/3.24_HelenaCarreiras_GeneroViolencia.pdf
- Carta das Nações Unidas (1945). Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça. *Nações Unidas*. 1-90. Retirado de http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf
- Carvalho, P. M. R. M. (2003). *Nações Unidas: um actor na resolução dos conflitos*. Lisboa: Universidade Lusíada. ISBN 972-8397-30-5
- Castro, A. S. (2014). Sociedade Internacional. In N. C. Mendes, & F. P. Coutinho (Eds.) *Enciclopédia das Relações Internacionais*. (1ª ed.) (497-499). Alfragide: Dom Quixote. ISBN: 978-972-20-5505-5
- Castro, T. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Brasília: FUNAG. ISBN 978-85-7631-375-5.
- Chhabra, S. (2006). Gender Perspective in Peace Initiatives: Opportunities and Challenges. *Women's Link Journal*. 1-13. Retirado de <http://www.gsdr.org/document-library/gender-perspective-in-peace-initiatives-opportunities-and-challenges/>
- Clausewitz, C. V. (s.d). *Da Guerra*. (L. C. Nascimento &, S. Valle, Trad.). Retirado de: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>
- Cohn, C., Kinsella, H., & Gibbings, S. (2010). Women, Peace and Security Resolution 1325. *International Feminist Journal of Politics*, 6, 1. 130-140. DOI: 10.1080/1461674032000165969

- Comité Internacional da Cruz Vermelha. (2010). *As Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais*. [On-line]. Visualizado em <https://www.icrc.org/por/war-and-law/treaties-customary-law/geneva-conventions/overview-geneva-conventions.htm>
- Cook, B. A. (2006). *Women and War: A Historical Encyclopedia from Antiquity to the Present*. California: ABC-CLIO, Inc. ISBN 1-85109-775-9
- COPATROCINADOR UNAIDS (2015). ONU Mulheres: Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres. *UNAIDS*. Retirado de <http://unaid.org.br/wp-content/uploads/2016/10/ONU-MULHERES-Hq.pdf>
- Core, C. R. (2014). Promoting Women's Participation Peace Negotiations and Peace Processes. *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*. Retirado de http://eeas.europa.eu/archives/features/features-working-women/working-with-women/docs/2014-05-08_toolkit_promoting-womens-participation-peace-neg_en.pdf
- Council of the European Union (2008). Comprehensive approach to the EU implementation of the United Nations Security Council Resolutions 1325 and 1820 on women, peace and security. ISBN 15671/1/08
- Council of the European Union (2010). Indicators for the Comprehensive approach to the EU implementation of the United Nations Security Council Resolutions 1325 and 1820 on women, peace and security. ISBN 11948/10
- Couto, C. C. (2000). Segurança e Estudos sobre a Paz. *Instituto da Defesa Nacional*, 95/96, 21-31. ISSN 0870-757X
- Daehnhardt, P. (2010). O Novo Conceito Estratégico da NATO: as Relações com a União Europeia. *Nação e Defesa*, 5, (126). 93-119. ISSN 0870-757X
- David, C. P. (2001). *A Guerra e a Paz: Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*. (A. P. Silva, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget. (Obra original publicada em 2000). ISBN 972-771-410-2
- Declaração do Rio (1992). Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Ministério do Meio Ambiente*. 1-4. Retirado de <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>
- Detter, I. (2000). *The Law of War*. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN 0 521 78256 2

- Deutsch, M. (2006). Cooperation and Competition. In M. Deutsch, P. T. Coleman, & E. C. Marcus (Eds.), *The Handbook of Conflict Resolution: Theory and practice* (23-42). San Francisco: Jossey-Bass.
- Devetak, R. (2005). Critical Theory. In S. Burchill, A. Linklater, R. Devetak, J. Donnelly, M. Paterson, C. Reus-Smit, & J. True (Eds.), *Theories of International Relations* (3rd ed.) (137-160). New York: PALGRAVE MACMILLAN. ISBN 978-1-4039-4865-6
- Dharmapuri, S. (2013). Not Just a Numbers Game: Increasing Women's Participation in UN Peacekeeping. *International Peace Institute*. 4. Retirado de https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/ipi_epub_not_just_a_numbers_game.pdf
- Diaz, P. C., & Tordjman, S. (2012). Women's Participation in Peace Negotiations: Connections between Presence and Influence. *UN WOMEN*. 1-29. [Retirado de http://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2012/10/wpssourcebook-03a-womenpeacenegotiations-en.pdf](http://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2012/10/wpssourcebook-03a-womenpeacenegotiations-en.pdf)
- Domingo, P., O'Neil, T., & Foresti, M. (2014). Women's participation in peace and security. Normative ends, political means. *ODI Briefings*. 1-6. ISSN: 2052-7160
- Donnelly, J. (2005). Realism. In S. Burchill, A. Linklater, R. Devetak, J. Donnelly, M. Paterson, C. Reus-Smit, & J. True (Eds.), *Theories of International Relations* (3rd ed.) (29-54). New York: PALGRAVE MACMILLAN. ISBN 978-1-4039-4865-6
- Dunne, T. (2001). Liberalism. In J. Baylis, & S. Smith (Eds.), *The Globalization of World Politics: An introduction to international relations*. (2nd ed.) (162-181). New York: Oxford University Press Inc. ISBN: 0-19-878263-2
- Dunne, T., & Schmidt, B. C. (2001). Realism. In J. Baylis, & S. Smith (Eds.), *The Globalization of World Politics: An introduction to international relations*. (2nd ed.) (141-161). New York: Oxford University Press Inc. ISBN: 0-19-878263-2
- Duque, J. J. (2005). Panorâmica geral das missões de paz. *JANUS OnLine*. Retirado de https://www.janusonline.pt/arquivo/2005/2005_4_3_2.html#topo
- Dutra, L. (2014). Conceitos em Relações Internacionais: atores e perspectivas históricas nas teorias das relações internacionais. *Periódico Inter-Relações*, 40, 24-32. ISSN 1980-3702
- Elshtain, J. B. (1995). *Women and War*. Chicago/London: The University of Chicago Press. ISBN 0-226-20626-2

- Esteves, P., & Souza, L. C. (2011). A Libéria e a construção do nexa entre segurança e desenvolvimento. *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*, 54(2). 22-45. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v54n2/v54n2a02.pdf>
- Eulriet, I. (2015). Le Recrutement des Femmes dans les Forces Armées des États-membres de L'Union Européenne: Entre Contrainte et Imitation. In C. Weber (Eds.) *Les femmes militaires*. (41-53). Rennes: Presses universitaires de Rennes. ISBN: 978-2-7535-4269-3
- European Commission (2010). EU Plan of Action on Gender Equality and Women's Empowerment in Development 2010-2015. Retirado de http://www.dev-practitioners.eu/fileadmin/user_upload/EU_GEAP.pdf
- European Union (2017). 2017 Report on equality between women and men in the EU. *European Commission*. ISBN 978-92-79-65778-8
- Faganello, P. L. F. (2013). *Operações de manutenção da paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz*. Brasília: FUNAG. ISBN 978-85-7631-474-5
- Fernandes, A. J. (1991). *Relações internacionais: factos, teorias e organizações*. Lisboa: Presença. ISBN 972-23-1396-7
- Fernandes, A. J. (2011). *Conflitos e paz mundial a importância da ONU*. Lisboa: Quid Juris? ISBN 978-972-724-553-6
- Ferreira, P. M. (2010). Operações de paz da ONU em África. *JANUS*. Retirado de https://www.janusonline.pt/arquivo/popups2010/2010_3_3_6.pdf
- Filho, D. A. R. (1989). *A Revolução Russa 1917-1921*. São Paulo: editora brasiliense. ISBN 85-11-02061-6
- Foster, D., Heins, D., Kalla, M., McKenzie, M. G., O'Neal, J., Park, R., Phillips, R., Prestholdt, J., Sirleaf, A. K., & Young, L. A. (2009). *A House with Two Rooms: Final Report of the Truth and Reconciliation Commission of Liberia Diaspora Project*. Saint Paul: Dispute Resolution Institute. ISBN: 1449508871
- Fritz, J. M. (2010). Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais. *Sociologias, Porto Alegre*, 23, 23. 340-353. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000100012>
- Galtung, J. (1967). *Theories of peace. A Synthetic Approach to Peace Thinking*. Oslo: International Peace Research Institute. Retirado de https://www.transcend.org/files/Galtung_Book_unpub_Theories_of_Peace_-_A_Synthetic_Approach_to_Peace_Thinking_1967.pdf

- Galtung, J. (1998). *After Violence: 3R, reconstruction, reconciliation and resolution. Coping with Visible and Invisible effects of War and Violence*. Transcend. Retirado de <https://numerons.files.wordpress.com/2012/04/2coping-with-visible-and-invisible-effects-of-war-and-violence.pdf>
- Gbowee, L. (2011). The woman who ended Liberia's civil war. In CBS. Visualizado em <https://www.youtube.com/watch?v=7DIJgK0K27U>
- Gbowee, L. (2012). *Que seja nosso o teu poder: como a força das mulheres, a oração e o sexo mudaram uma nação em guerra* (L. O. Santos, Trad.). Lisboa: Temas e Debates: Circulo de Leitores. (Obra original publicada em 2011). ISBN: 978-989-644-188-3
- Giannini, R. A. (2016). Construindo Planos Nacionais de Ação eficazes: coletânea de boas práticas. *Icarapé Institute*. 19. 1-19. ISSN 2359-098X
- Goldstein, J. S. (2001). *War and Gender: How Gender Shapes the War System and Vice Versa*. New York: Cambridge University Press. ISBN 0 521 80716 6
- Gray, C. S. (2007). *War, peace and international relations: an introduction to strategic history*. Abingdon/New York: Routledge. ISBN 0-203-08899-9
- Grayzel, S. R. (2002). *Women and the First World War*. Essex: Pearson Education Limited. ISBN 0-582-41876-3
- Hacker, B. C. (1981). Women and the Military Institutions in Early Modern Europe: A Reconnaissance. *The University of Chicago Press*, 4(6), 643-671.
- Hacker, B., & Vining, M. (2012). Introduction. In Hacker, B., & Vining, M. (Eds.), *A companion to women's military history*. (1-7). Brill. ISBN: 978-90-04-20682-3
- Hobden, S., & Jones, R. W. (2001). Marxist theories of International Relations. In J. Baylis, & S. Smith (Eds.), *The Globalization of World Politics: An introduction to international relations*. (2nd ed.) (200-223). New York: Oxford University Press Inc. ISBN: 0-19-878263-2
- Huntington, S. P. (1999). *O choque das civilizações e a mudança na ordem mundial* (H. M. L. Ribeiro, Trad.). Lisboa: Gradiva. ISBN 972-662-652-8
- Hurley, M. E. (2014). *Gendering NATO: Analysing the Construction and Implementation of the North Atlantic Treaty Organisation's Gender Perspective*. (Dissertação de Doutoramento, Oxford Brookes University, Oxford, United Kingdom). Retirado de <https://radar.brookes.ac.uk/radar/file/9bf895af-5aa6-472c-90e7-3055183c3de3/1/hurley2014gendering.pdf>

- Institute for Economics and Peace. (2016). Ten years of measuring peace. *Global Peace Index 2016*. Retirado de http://visionofhumanity.org/app/uploads/2017/02/GPI-2016-Report_2.pdf
- International Committee on the Red Cross (2015). Women and War. Retirado de <https://www.icrc.org/en/publication/0944-women-and-war>
- International Monetary Fund (2008). Liberia: Poverty Reduction Strategy Paper. *Publication Services*, 8(219). Retirado de <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2008/cr08219.pdf>
- Ivanciu, C. (2016). The Protection of Women During Armed Conflicts. *Scientific Research and Education in the Air Force-AFASES*. 575-582. DOI: 10.19062/2247-3173.2016.18.2.12
- Jenkins, T., & Reardon, B. A. (2012). Gender and peace: Towards a gender-inclusive holistic perspective. In C. P. Webel, & J. Johansen (Eds.), *Peace and Conflict Studies. A Reader*. (380-402). Londres / Nova Iorque: Routledge. ISBN 978-0-415-59129-4
- Kumalo, L. (2015). *The high-level review of UNSC resolution 1325 must include practical steps for mainstreaming gender in peacebuilding processes*. [On-line]. Visualizado em <https://issafrica.org/iss-today/beyond-rhetoric-the-role-of-women-in-sustainable-peacebuilding>
- Lawson, S. (2015). *Theories of international relations: contending approaches to world politics*. Cambridge / Malden: Polity Press. ISBN 978-0-7456-9513-6
- Liberia National Action Plan (2009). The Liberia National Plan for the Implementation of United Nations Resolution 1325. *Republic of Liberia*. Retirado de http://www.peacewomen.org/assets/file/NationalActionPlans/liberia_nationalactionplanmarch2009.pdf
- Linklater, A. (2005). Marxism. In S. Burchill, A. Linklater, R. Devetak, J. Donnelly, M. Paterson, C. Reus-Smit, & J. True (Eds.), *Theories of International Relations* (3rd ed.) (110-136). New York: PALGRAVE MACMILLAN. ISBN 978-1-4039-4865-6
- Lopes, L. M. M., & Santos, S. M. P. (2010). Florence Nightingale – Apontamentos sobre a fundadora da Enfermagem Moderna. *Revista de Enfermagem Referência*, 3(2), 181-189. Retirado de <http://www.index-f.com/referencia/2010pdf/32-181.pdf>

- Lopes, P. D. (2014). Construção da paz. In N. C. Mendes, & F. P. Coutinho (Eds.) *Enciclopédia das Relações Internacionais*. (1ª ed.) (106-108). Alfragide: Dom Quixote. ISBN: 978-972-20-5505-5
- Luppino, E., & Webbe, V. (2011). Security Council Resolution 1325: Civil Society Monitoring Report Liberia. *Global Network of Women Peacebuilders*. Retirado de http://www.peacewomen.org/sites/default/files/GNWP_Monitoring_Liberia.pdf
- Lynn II, J. A. (2012). Essential Women, Necessary Wives, and Exemplary Soldiers: The Military Reality and Cultural Representation of Women's Military Participation (1600-1815). In B. Hacker, & H. M. Vining (Eds.), *A companion to women's military history*. (93-131). Brill. ISBN: 978-90-04-20682-3
- Magalhães, D. T. D. (2012). Conflito entre teorias de relações internacionais sobre a paz: implicações normativas. *Relações Internacionais*, 36, 119-133. Retirado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n36/n36a09.pdf>
- Maltez, J. A. (2002). *Curso de Relações Internacionais*. PRINCIPIA, Publicações Universitárias e Científicas. ISBN 972-8500-82-3
- Marques, G. B. (2008). Velhos e novos atores: as relações internacionais de Vestfália ao século XXI. *Revista Ius Gentium: Teoria e Comércio no Direito Internacional*, 12-32. Retirado de <http://www.iusgentium.ufsc.br/revista/artigo01.pdf>
- Martín, F. E. (2005). Critical analysis of the concept of peace in international relations. *Peace Research*, 37(2), 45-59. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/23607773>
- Matos, D. J., Reis, G. T. S., Queiroz, H. G. A., Cavalcante, L. B., Leite, V. H. S., & Silva, W. C. (s.d.). Mulheres nas Forças Armadas: Desenvolvimento Histórico-Jurídico da Participação Feminina na Defesa Nacional. 1-19. Retirado de <http://www.defesa.gov.br/>
- Mayor, A. (2014). *The Amazons: lives and legends of warrior women across the ancient world*. New Jersey: Princeton University Press. ISBN: 978-0-691-17027-5
- McCarthy, M. K. (2011). Women's Participation in Peacebuilding: A Missing Piece of the Puzzle?. *College Undergraduate Research Electronic Journal, University of Pennsylvania*. Retirado de <http://repository.upenn.edu/curej/132>
- Mendes, N. C. (2014). Paz de Vestefália. In N. C. Mendes, & F. P. Coutinho (Eds.) *Enciclopédia das Relações Internacionais*. (1ª ed.) (380-381). Alfragide: Dom Quixote. ISBN: 978-972-20-5505-5
- Ministry of Internal Affairs (s.d.) Overview of Liberia. Retirado de <http://www.mia.gov.lr>

- Monteiro, R. (2011). A Política de Quotas em Portugal: O papel dos partidos políticos e do feminismo de Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 92. 31-50. ISSN: 2182-7435
- Moura, T. (2005). Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e políticos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 77-96. ISSN 0254-1106
- Moura, T. G. (2005). Mulheres e consolidação da paz. *Janus Online*, 1-6. Retirado de https://www.janusonline.pt/arquivo/2005/2005_4_2_15.html
- Nakaya, S. (2003). Women and Gender Equality in Peace Processes: From Women at the Negotiating Table to Postwar Structural Reforms in Guatemala and Somalia. *Global Governance*, 9, 4. 459-476. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/27800496>
- NATO (1949). The North Atlantic Treaty (1949). Retirado de http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/stock_publications/20120822_nato_treaty_en_light_2009.pdf
- NATO (2010). Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization. *NATO Public Diplomacy Division*. 1-36. Retirado de: http://www.nato.int/nato_static_files2014/assets/pdf/pdf_publications/20120214_strategic-concept-2010-eng.pdf
- NATO (2012). BI-Strategic Command Directive (BI-SCD) 40-1: Integrating UNSCR 1325 and Gender Perspective into the Nato Command Structure. *Nato Unclassified*. Retirado de http://www.nato.int/nato_static_files2014/assets/pdf/pdf_2015_04/20150414_2012_0808_NU_Bi-SCD_40-11.pdf
- NATO (2016). Summary of the National Reports of NATO member and partner nations 2014. *Office of the Gender Advisor International Military Staff*. Retirado de http://www.nato.int/nato_static_files2014/assets/pdf/pdf_2016_03/Summary.pdf
- NATO (2016). Women, Peace and Security: NATO, UNSCR 1325 and related Resolutions. [On-line]. Visualizado em http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_91091.htm
- NATO (2017). Summary of the National Reports of NATO Member and Partner Nations of the NATO Committee on Gender Perspectives 2015. *Office of the Gender Advisor International Military Staff*. Retirado de

http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2017_01/20170113_2015_NCGP_National_Reports_Summary.pdf

- NATO (s.d). Qual a importância das mulheres no novo Conceito Estratégico da NATO? *Revista da NATO*. [Vídeo On-line]. Visualizado em <http://www.nato.int/docu/review/2010/Women-Security/Women-Strategic-Concept/PT/index.htm>
- Nogueira, J. P., & Messari, N. (2005). *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora. ISBN 85-352-1687-1
- North Atlantic Treaty Organisation (2012). *Bi-Strategic Command Directive (BI-SCD) 40-1. Integrating UNSCR 1325 and Gender Perspective into the Nato Command Structure*. Retirado de http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2015_04/20150414_2012_0808_NU_Bi-SCD_40-11.pdf
- Norville, V. (2011). The Role of Women in Global Security. *United States Institute of Peace Special Report*. 1-15. Retirado de https://www.usip.org/sites/default/files/SR264-The_role_of_Women_in_Global_Security.pdf
- Nye, J. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História* (T. Araújo, Trad.). Lisboa: Gradiva Publicações. ISBN: 978-972-662-845-3
- O'Reilly, M. (2015). Why Women? *Inclusive Security*. 1-16. Retirado de <https://www.inclusivesecurity.org/publication/why-women-inclusive-security-and-peaceful-societies/>
- O'Reilly, M., Súilleabháin, A. Ó., & Paffenholz, T. (2015). Reimagining Peacemaking: Women's Roles in Peace Processes. *International Peace Institute*. 1-42. Retirado de <https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2015/06/IPI-E-pub-Reimagining-Peacemaking.pdf>
- Oliveira, R. A. D. (2007). *Resolução de conflitos perspectiva dos alunos do 4º ano do concelho de arruda dos vinhos*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal). Retirado de <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/667/1/LC278.pdf>
- Olsson, L., & Gizelis, T-I. (2013). An Introduction to UNSCR 1325. *International Interactions*, 39, 4. 425-434. Retirado de

https://fba.se/contentassets/692e74c7fc95456db35af18f9c9e38ea/978113880002_1_intro.pdf

- ONU (1995). Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher – Pequim, 1995. *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. 148-258. Retirado de http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf
- ONU Mulheres (2012). O futuro que as mulheres querem: uma visão do desenvolvimento sustentável. *Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável*. 1-40. Retirado de http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/futuro.pdf
- Paiva, L., & Scotelaro, M. (2010). Novos atores no sistema internacional contemporâneo: unidades subnacionais na nova geografia econômica transnacional. *Fronteira*, 9(17), 91-109.
- Parlamento Europeu (2006). Relatório sobre a situação das mulheres nos conflitos armados e o seu papel na reconstrução e no processo democrático nos países em situação pós-conflito. *Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros*. DOI: A6-0159/2006
- Parlamento Europeu (2012). Situação das mulheres nos conflitos armados. *Jornal Oficial da União Europeia*. [On-line]. Retirado de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2013:239E:0074:0083:PT:PDF>
- Parlamento Europeu (2017). Relatório sobre a igualdade entre mulheres e homens na União Europeia em 2014-2015. *Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros*. ISBN A8-0046/2017
- Pfanner, T. (2009). Interview with Peter Wallensteen. *International Review of the Red Cross*, 91(873), 7-19. Retirado de <file:///C:/Users/Sofia%20Carvalho/Downloads/irrc-873.pdf>
- Popovic, N. (2009). Women, peace and Security in Liberia: Supporting the Implementation of Resolution 1325 in Liberia. *The United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women*. Retirado de http://www.ceipaz.org/images/contenido/Background_paper_1325_Liberia_np.pdf

- Porte, R. (2015). Les Femmes Dans Les Armées Survol Historique. In C. Weber (Eds.) *Les femmes militaires*. (31-39). Rennes: Presses universitaires de Rennes. ISBN: 978-2-7535-4269-3
- Pureza, J. M. (2000). Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz. *Instituto da Defesa Nacional*, 95/96, 33-42. ISSN 0870-757X
- Rebello, T. R. (2012). *Lentes de Género para as Missões de Paz: Desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas*. São Paulo: Cultura Acadêmica. ISBN 978-85-7983-351-9
- Rebello, T. R. (2013). O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. *Revista Estudos Feministas*, 21(3), 817-837. DOI 10.1590/S0104-026X2013000300004
- Rehn, E., & Sirleaf, E. J. (2009). Focus: Women, Gender and Armed Conflicts. *Austrian Development Agency*. 1-9. Retirado de <https://www.oecd.org/dac/gender-development/44896284.pdf>
- Rehn, E., Sirleaf, E. J. (2002). Women, War and Peace. The Independent Experts' Assessment on the Impact of Armed Conflict on Women and Women's Role in Peace-building. *United Nations Development Fund for Women (UNIFEM)*. ISBN 0-912917-66-0
- Resolução 1325 (2000). Resolução 1325(2000) Aprovada pelo Conselho de Segurança na sua 4213a reunião, em 31 de Outubro de 2000. *Conselho de Segurança das Nações Unidas*. 1-7. Retirado de http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/Area_Internacional/ONU/resolucao%201325%20portugues.pdf
- Resolution 1820 (2008). Resolution 1820 (2008) Adopted by the Security Council at its 5916th meeting, on 19 June 2008. United Nations Security Council. 1-5. DOI: S/RES/1820
- Resolution 1888 (2009). Resolution 1888 (2009) Adopted by the Security Council at its 6195th meeting, on 30 September 2009. *United Nations Security Council*. 1-7. DOI: S/RES/1888
- Resolution 2122 (2013). Resolution 2122 (2013) Adopted by the Security Council at its 7044th meeting, on 18 October 2013. *United Nations Security Council*. 1-6. DOI: S/RES/2122

- Resteigne, D. (2015). Satisfaites mais (trop) peu nombreuses... une féminisation à la traîne à la Défense belge. In C. Weber (Eds.) *Les femmes militaires*. (183-917). Rennes: Presses universitaires de Rennes. ISBN: 978-7535-4269-3
- Richmond, O. P. (2008) Reclaiming Peace in International Relations. *Millennium – Journal of International Relations Studies*, 36(439), 439-470. DOI: 10.1177/03058298080360030401
- Richmond, O. P. (2012). Peace in international relations. In C. P. Webel, & J. Johansen (Eds.), *Peace and Conflict Studies. A Reader*. (36-45). Londres / Nova Iorque: Routledge. ISBN 978-0-415-59129-4
- Riley, J. (2005). *Does Marxism offer a Viable Basis for Analysing the Causes of War?*. [On-line]. Visualizado em <http://www.e-ir.info/2008/03/16/does-marxism-offer-a-viable-basis-for-analysing-the-causes-of-war/>
- Romão, A., & Baltazar, M. S. (2015). Officiers au féminin de l'armée de terre au Portugal: suivi des premières promotions. In C. Weber (Eds.) *Les femmes militaires*. (199-206). Rennes: Presses universitaires de Rennes. ISBN: 978-7535-4269-3
- Saunders, H. (1996). Prenegotiation and Circum-negotiation: Arena of the Peace Process. In C. Crocker, F. Hampson, & P. Aall (Eds.), *Managing Global Chaos*. (419-432). Washington: Institute of Peace Press.
- Saunders, H. H. (1999). *A Public Peace Process: Sustained Dialogue to Transform Racial and Ethnic Conflicts*. New York: PALGRAVE. ISBN 978-0-312-29939-2
- Schwartz, R. M. P. B. (2003). Beijing muito mais que palavras: A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, das Nações Unidas e as Políticas Públicas no Brasil. *XXII Simpósio Nacional de História*. 1-6. Retirado de <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.603.pdf>
- Selby, J. (2008). Peace Processes: A genealogy and critique. *Department of International Relations, University of Sussex*. 1-6. Retirado de <https://www.sussex.ac.uk/webteam/gateway/file.php?name=rip-peace-processes&site=12>
- Selimovic, J. M., Brandt, A. N., & Jacobson, A. S. (2012). Equal Power – Lasting Peace Obstacles for women's participation in peace processes. *The Kvinna till Kvinna Foundation*. ISBN 978-91-979583-5-6
- Silva, J. V. (2002). A verdadeira paz, desafio do Estado. *São Paulo em Perspetiva*, 16(2), 36-43. Retirado de

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000200005

- Silva, N. M. P. D. P. (2004). O Direito Internacional Público nos Conflitos Armados. *Revista Militar*, 2431/2432, 1-11. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/416>
- Sirleaf, E. J. (2009). *This Child Will be Great*. International and PanAmerican Copyright Conventions. ISBN 978-0-06-186807-8
- Slaughter, A. M. (2011). International Relations, Principal Theories. In H. Thomas, & S., Anne-Marie (Eds.), *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*. Oxford: Oxford University Press.
- Smith, S. (2013). Introduction: Diversity and Disciplinarity in International Relations Theory. In T. Dunne, M. Kurki, & S. Smith (Eds.), *International Relations Theories Discipline and Diversity*. (3rd ed.) (1-13). Oxford: Oxford University Press. ISBN 978-0-19-969601-7
- Sousa, R. R. P. (2017). Relações Internacionais e o estudo da Paz e Conflito, o contexto da Resolução de Conflitos. In C. Branco, R. R. P. Sousa, & G. Oliveira. (Eds.), *Incursões na Teoria da Resolução de Conflitos*. (51-87). Lisboa: OBSERVARE/Universidade Autónoma de Lisboa. ISBN 978-989-8191-75-5
- Spencer, L. M. F. R. L. (2014). *Perfil de País: Libéria*. (Dissertação de Mestrado, ISCTE Business School, Lisboa, Portal. Retirado de: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10880/1/Perfil%20de%20Pa%C3%ADs%20-%20Lib%C3%A9ria%20Ligia%20Spencer.pdf>
- Sriram, C. L., Ortega, O. M., & Herman, J. (2014). *War, Conflict and Human rights: theory and practice*. Abingdon: Routledge. ISBN: 978-0-203-76422-0
- The Liberia National Gender Policy (2009). The Nacional Gender Policy: Abridged Version. *Ministry of Gender and Development*. Retirado de http://www.africanchildforum.org/clr/policy%20per%20country/liberia/liberia_gender_2009_en.pdf
- The World Bank (2017). The World Bank in Liberia. [On-line]. Retirado de <http://www.worldbank.org/en/country/liberia/overview>
- Theobald, A. (2014). *The Role of Women in Making and Building Peace in Liberia: Gender Sensitivity versus Masculinity*. Stuttgart: Ibidem-Verlag. ISBN: 978-3-8382-6386-1

- Toure, A. (2002). The Role of Civil Society in National Reconciliation and Peacebuilding in Liberia. *International Peace Academy*. Retirado de https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/report_civil_society.pdf
- Tschirgi, N. (2014). Construção da paz: a interface entre abordagens nacionais e internacionais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 104, 21-44. Retirado de <https://rccs.revues.org/5672>
- Tumis, S. (2005). The British Women's Peace Movement during World War I. A Contribution towards the Study of British Appeasement. *Research Project: The Czech Lands in the Midst of Europe in the Past and Today*, 2, 197-220.
- UN WOMEN (2015). Preventing Conflict, Transforming Justice, Securing the Peace: a global study on the Implementation of United Nations Security Council resolution 1325. *UN WOMEN*. ISBN: 978-0-692-54940-7
- UN Women (2015). Women take the reins to build peace in Colombia. [On-line]. Visualizado em <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2015/5/women-build-peace-in-colombia>
- UN WOMEN (2017). Commitments and Roadmap for a Planet 50-50 by 2030. *United Nations Development Group: Latin America and The Caribbean*. 1-70. Retirado de https://www.unicef.org/lac/COMMITMENTS_AND_RUTES_50-50LR.pdf
- UNDP (2016). Human Development Report 2106: Human Development for Everyone. *The United Nations Development Programme*. ISSN 978-92-1-060036-1
- União Europeia (2016). Compromisso estratégico para a igualdade de género 2016-2019. *Serviço de Publicações da União Europeia*. ISBN 978-92-79-53421-8
- United Nations (1995). The role of women in United Nations peace-keeping. *Women 2000*. 1. 1-10. Retirado de <http://www.un.org/womenwatch/daw/public/w2000/Women2000/Women2000%20Role%20of%20women%20in%20peace-keeping%201995.pdf>
- United Nations (1998). Women and Armed Conflict. Commission on the Status of Women. 1-19. DOI E/1998/27 - E/CN.6/1998/12
- United Nations (2000). Letter dated 12 July 2000 from the Permanent Representative of Namibia to the United Nations addressed to the Secretary-General. *General Assembly Security Council*. DOI A/55/138-S/2000/693
- United Nations (2002). Women, Peace and Security. *United Nations Publication*, 3, 1. 1-179. ISBN 92-1-130222-5

- United Nations (2006). Gender Equality in UN Peacekeeping Operations. *Department of Peacekeeping Operations*. 1-10. Retirado de http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/gender_directive2006.pdf
- United Nations (2007). “Statement by the President of the Security Council”. *UN Docs*. ISBN: S/PRST/2007/40
- United Nations Security Council. (2000). Women, Peace and Security Resolution. *United Nations Publication*, 03(1), 1-192. ISBN 92-1-130222-6
- UNMIL (2010). Gender Mainstreaming in Peacekeeping Operations. Liberia 2003-2009: Best Practices Report. *Office of the Gender Adviser*. Retirado de <http://www.peacewomen.org/node/90352>
- Vicente, A. (2000). *Direitos das Mulheres/Direitos Humanos*. Lisboa: Cadernos Condição Feminina. ISBN 972-597-204-X
- Vieira, M. A. D. (2001). Presença feminina das forças armadas. *Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados*. 1-6. Retirado de <http://www2.camara.leg.br/acamara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/arquivos-pdf/pdf/112264.pdf>
- Villellas, M. (2010). Documento marco: El papel de las mujeres en la construcción de la paz: Propuestas para avanzar en la aplicación de la resolución 1325. *Escola de Cultura de Pau de Barcelona*. 1-20. Retirado de http://1325mujerestejiendolapaz.org/img/marco_esp.pdf
- Villellas, M., Urrutia, P., Villellas, A., & Fisas, V. (2016). Gender in EU Conflict Prevention and Peacebuilding Policy and Practice. *Escola de Cultura de Pau*. Retirado de <http://www.woscap.eu/documents/131298403/131553554/Scoping+Study+-+Gender.pdf/ebda2ef3-ac44-4555-b721-ec159246bf4d>
- Voitch, G. (2008). “*A paz nasce da guerra*”. [On-line]. Visualizado em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-paz-nasce-da-guerra-b8s72c4ai4flzlev0ta3rtqoe>
- Wakugawa, I. (2012). Peace Process: The First Step Towards Realisation of Peace. @PKONow!, 15.
- Waugh, C. M. (2011). *Charles Taylor and Liberia: Ambition and Atrocity in Africa's Lone Star State*. London/New York: Zed Books. ISBN 9781848138506

- Webel, C. P. (2012). Thinking peace. In C. P. Webel, & J. Johansen (Eds.), *Peace and Conflict Studies. A Reader*. (65-74). Londres / Nova Iorque: Routledge. ISBN 978-0-415-59129-4
- Whitman, T., & O'Neill, J. (2012). Attention to gender increases security in operations: Examples from the North Atlantic Treaty Organization (NATO). *The Institute for Inclusive Security*. 1-14. Retirado de https://www.inclusivesecurity.org/wp-content/uploads/2013/05/NATO-Report_8.pdf
- World factbook (2017). Africa: Liberia. Retirado de <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/li.html>
- Youngs, G. (2005). Feminism and Peace: Towards a New World?. In M. Tehranian, & K. P. Clements (Eds.), *America & the World. The Double Bind*. (155-160). New Brunswick/London: Transaction Publishers. ISBN 1-4128-0460-4

ANEXOS

Anexo I

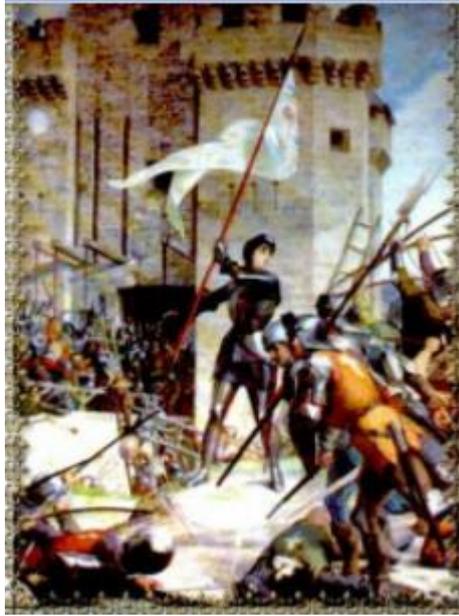


Figura 1. Retrato de Joana d’Arc

Fonte: Dufax, 2008.

Anexo II



Figura 2. Retrato Florence Nightingale

Fonte: Lopes & Santos, 2010

Anexo III



Figura 3. Fotografia de um grupo de *Voluntary Aid Detachment (VAD)* da Cruz Vermelha Britânica com as Enfermeiras do serviço de transporte feminino de primeiros socorros a 27 de junho de 1917

Fonte: <http://www.devonremembers.co.uk/content/ww1-stories/devon-women-on-active-service>

Anexo IV



Figura 4. Fotografia de *Women's Auxiliary Army Corps (WAAC)* a fazer o juramento no Exército dos EUA, no Fort Des Moines, a 1 de setembro de 1943

Fonte: http://webdoc.sub.gwdg.de/ebook/p/2005/CMH_2/www.army.mil/cmh-pg/books/wac/chapter1.html

Anexo V



Figura 5. Fotografia de membros da WRAF (Mulheres da Força Área Real)

Fonte: <http://www.iwmprints.org.uk/image/743572/members-of-the-womens-royal-air-force-wraf-on-parade-in-1918>

Anexo VI



Figura 6. Fotografia de oficiais do Serviço Naval Real das Mulheres (WRNS) a marchar após o Diretor

Fonte: World History Archive: <http://www.alamy.com>

Anexo VII



Figura 7. Retrato de Jane Addams
Fonte: Cook, 2006.

Anexo VIII



Figura 8. Retrato de Maria Bochkareva
Fonte: Cook, 2006.

Anexo IX



Figura 9. Fotografia de Women Air Force Service Pilots (WASP) em missão no campo Moore, no Texas
Fonte: Ashcroft, s.d.

Anexo X



Figura 10. Fotografia de Miriam Coronel Ferrer

Fonte: <https://alchetron.com/Miriam-Coronel-Ferrer-474980-W>

Anexo XI



Figura 11. Fotografia de Joyce Banda, segunda mulher Presidente na África
Fonte: <https://buzzsouthafrica.com/joyce-banda/>

Anexo XII

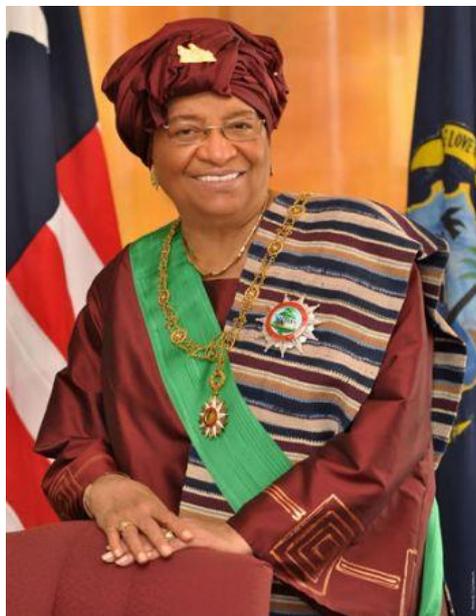


Figura 12. Fotografia de Ellen Johnson Sirleaf, primeira mulher Presidente eleita democraticamente na África
Fonte: <http://www.emansion.gov.lr/2content.php?sub=121&related=19&third=121&pg=sp>

Anexo XIII



Figura 13. Fotografia de Catherine Samba-Panza, Presidente Interina da República Centro-Africana
Fonte: The World Bank, 2016.

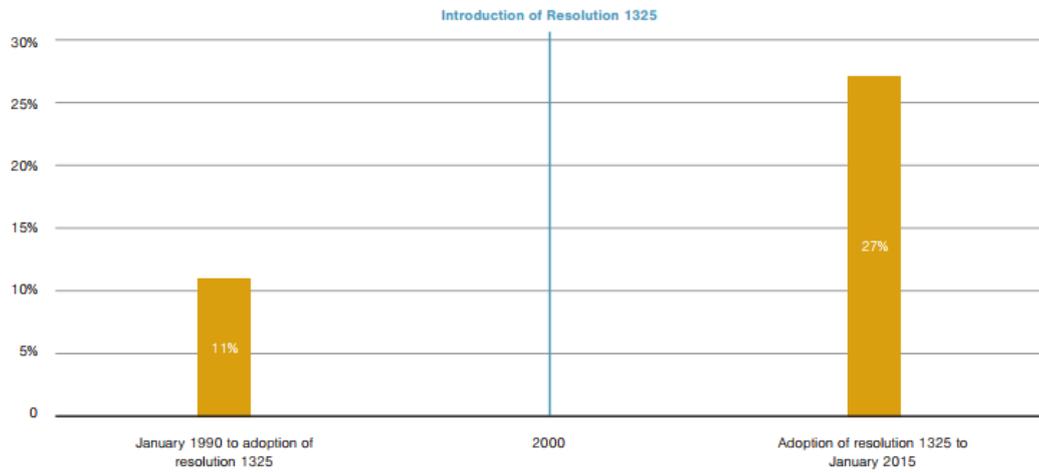
Anexo XIV

		Women Signatories	Women Lead Mediators	Women Witnesses	Women in Negotiating Teams
1	El Salvador (1992) <i>Chapultepec Agreement</i>	12%	0%	—	13%
2	Croatia (1995) <i>The Erdut Agreement</i>	0%	0%	0%	11%
3	Bosnia (1995) <i>The Dayton Accords</i>	0%	0%	0%	0%
4	Guatemala (1996) <i>Agreement on a Firm and Lasting Peace</i>	11%	0%	—	10%
5	Northern Ireland (1998) <i>Good Friday Agreement</i>	10%	0%	—	10%
6	Kosovo (1999) <i>Interim agreement for Peace and Self-Government in Kosovo (The Rambouillet Accords)</i>	0%	0%	0%	3%
7	Sierra Leone (1999) <i>The Lomé Peace Agreement</i>	0%	0%	20%	0%
8	Burundi (2000) – Arusha <i>Arusha Peace and Reconciliation Agreement for Burundi</i>	0%	0%	—	2%
9	Papua New Guinea (2001) <i>Accord Papua New Guinea</i>	7%	0%	—	4%
10	Macedonia (2001) <i>The Ohrid Peace Agreement</i>	0%	0%	0%	5%
11	Afghanistan (2001) – Bonn <i>Agreement on Provisional Arrangements in Afghanistan Pending the Re-establishment of Permanent Government Institutions</i>	9%	0%	—	9%
12	Somalia (2002) - Eldoret <i>Declaration on Cessation of Hostilities and the Structures and Principles. Principles of the Somalia National Reconciliation Process</i>	0%	0%	0%	—

13	Cote d'Ivoire (2003) <i>Linas-Marcoussis Peace Accords</i>	0%	0%	0%	—
14	DRC (2003) <i>The Sun City Agreement ("The Final Act")</i>	5%	0%	0%	12%
15	Liberia (2003) – Accra <i>Peace Agreement between the Government of Liberia, the Liberians United for Reconciliation and Democracy, the Movement for Democracy in Liberia and the political parties</i>	0%	0%	17%	—
16	Sudan (2005) - Naivasha <i>The comprehensive peace agreement between the Government of the Republic of Sudan and the Sudan People's Liberation Movement/ Sudan People's Liberation Army.</i>	0%	0%	9%	—
17	Darfur (2006) – Abuja <i>Darfur Peace Agreement</i>	0%	0%	7%	8%
18	Nepal (2006) <i>Comprehensive Peace Agreement between the Government of Nepal and the Communist Party of Nepal (Maoist)</i>	0%	—	0%	0%
19	The Philippines (2007) <i>Communique on the Tripartite Meeting between the GRP, MNLF and OIC</i>	0%	0%	—	—
20	DRC (2008) - Goma - North Kivu <i>Acte D'Engagement</i>	5%	20%	0%	—
21	DRC (2008) - Goma - South Kivu <i>Acte D'Engagement</i>	0%	20%	0%	—
22	Uganda (2008) <i>Juba Peace Agreement</i>	0%	0%	20%	9%
23	Kenya (2008) – Nairobi <i>Agreement on the Principles of Partnership of the Coalition Government</i>	0%	33%	0%	25%
24	Central African Republic (2008) <i>Accord de Paix Global</i>	0%	0%	0%	—
25	Zimbabwe (2008) <i>Agreement between the Zimbabwe African National Union-Patriotic Front (ZANU-PF) and the two Movement for Democratic Change (MDC) formations, on resolving the challenges facing Zimbabwe</i>	0%	0%	0%	—
26	Somalia (2008) <i>Agreement between the Transitional Federal Government of Somalia (TFG) and the Alliance for the Re-Liberation of Somalia (ARS) (The Djibouti Agreement)</i>	0%	0%	10%	—
27	Honduras (2009) <i>Diálogo Guaymuras Acuerdo Tegucigalpa/San José para la reconciliación nacional y el fortalecimiento de la democracia en Honduras - Intra-State Agreement</i>	33%	0%	—	—
28	Iraq (2010) <i>Erbil Agreement</i>	0%	0%	0%	—
29	Philippines (2011) <i>Oslo Joint Statement</i>	33%	0%	0%	35%
30	Central African Republic (2011) <i>Accord de cessez-le-feu entre l'UFDR et le CPJP</i>	0%	0%	0%	—
31	Yemen (2011) <i>Agreement on the implementation mechanism for the transition process in Yemen in accordance with the initiative of the Gulf Cooperation Council (GCC)</i>	0%	0%	—	—

Tabela 2 – Participação feminina nos processos de paz (1992-2011)
Fonte: UN WOMEN, 2012.

Anexo XV



Quadro 1 - Percentagem de acordos de paz que incluem pelo menos uma referência às mulheres (1990 até outubro de 2000 e novembro de 2000 até 2015).

Fonte: UN WOMEN, 2012.

Anexo XVI

Missões Peacekeeping	Componente Militar											
	Observadores Militares			Staff Officers			Contingente de Tropa			Total de Militares		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
BINUB	55	0	55	0	0	0	0	0	0	55	0	55
MINURCAT	12	0	12	0	0	0	0	0	0	12	0	12
MINURSO	2301	13	2314	4	0	4	284	62	346	2589	75	2664
MINUSTAH	0	0	0	1207	23	1230	81 449	1442	82 891	82 656	1465	84 121
MONUC	6608	220	6828	1785	32	1817	195 759	3703	199 462	204 152	3955	208 107
UNAMA	172	0	172	0	0	0	0	0	0	172	0	172
UNAMI	92	0	92	0	0	0	2676	0	2676	2768	0	2768
UNAMID	0	0	0	12	0	12	2	0	2	14	0	14
UNDOF	0	0	0	320	34	354	2	0	2	322	34	356
UNFICYP	0	0	0	543	29	572	9181	506	9687	9724	535	10 259
UNFIL	0	0	0	2173	22	2195	151 232	4485	155 717	153 405	4507	157 912
UNIOSIL	163	0	163	0	0	0	0	0	0	163	0	163
UNMEE	2515	73	2588	653	31	684	17 880	93	17 973	21 048	197	21 245
UNMIK	444	15	459	0	0	0	0	0	0	444	15	459
UNMIL	2372	94	2466	1354	52	1406	160 448	3101	163 549	164 174	3247	167 421
UNMIN	1327	117	1444	0	0	0	0	0	0	1327	117	1444
UNMIS	6976	150	7126	3158	135	3293	101 131	1189	102 320	111 265	1474	112 739
UNMIT	386	11	397	0	0	0	0	0	0	386	11	397
UNMOGIP	518	11	529	0	0	0	0	0	0	518	11	529
UNOCI	2189	138	2327	1071	34	1105	92 371	711	93 082	95 631	883	96 514
UNOMIG	1490	64	1554	1	0	1	6	2	8	1497	66	1563
UNTSO	1731	88	1819	0	0	0	0	0	0	1731	88	1819
Total	29 351	994	30 345	12 281	392	12 673	812 421	15 294	827 715	854 053	16 680	870 733

Tabela 4 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2007)

Fonte: Elaboração da minha autoria a partir dos dados disponibilizados pela ONU em:

<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/gender.shtml>

Anexo XVII

Missões Peacekeeping	Componente Militar											
	Observadores Militares			Staff Officers			Contingente de Tropa			Total de Militares		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
BINUB	96	0	96	0	0	0	0	0	0	96	0	96
MINURCAT	341	0	341	0	0	0	0	0	0	341	0	341
MINURSO	2245	64	2309	0	0	0	230	72	302	2475	136	2611
MINUSTAH	0	0	0	1211	6	1217	82 013	1494	83 507	83 224	1500	84 724
MONUC	7214	254	7468	1002	15	1017	196 692	3092	199 784	204 908	3361	208 269
UNAMA	190	0	190	0	0	0	0	0	0	190	0	190
UNAMI	75	0	75	0	0	0	2500	154	2654	2575	154	2729
UNAMID	1984	39	2023	3652	93	3745	94 341	1782	96 123	99 977	1914	101 891
UNDOF	0	0	0	453	34	487	11 934	188	12 122	12 387	222	12 609
UNFICYP	0	0	0	557	28	585	9078	650	9728	9635	678	10 313
UNFIL	0	0	0	2270	16	2286	141 186	5978	147 164	143 456	5994	149 450
UNIOSIL	92	0	92	0	0	0	0	0	0	92	0	92
UNMEE	825	24	849	243	9	252	4150	36	4186	5218	69	5287
UNMIK	394	13	407	0	0	0	0	0	0	394	13	407
UNMIL	2268	115	2383	1456	101	1557	136 555	2697	139 252	140 279	2913	143 192
UNMIN	1189	92	1277	0	0	0	0	0	0	1189	92	1277
UNMIS	6741	211	6952	2074	68	2142	101 331	1240	102 571	110 146	1519	111 665
UNMIT	348	2	350	36	0	36	0	0	0	384	2	386
UNMOGIP	520	7	527	0	0	0	0	0	0	520	7	527
UNOCI	2159	138	2297	1045	39	1084	91 960	939	92 899	95 164	1116	96 280
UNOMIG	1533	55	1588	0	0	0	0	0	0	1533	55	1588
UNTSO	1661	147	1808	6	2	8	0	0	0	1667	149	1816
Total	29 871	1161	31 032	14 005	411	14 416	871 970	18 322	890 292	915 846	19 894	935 740

Tabela 5 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2008)

Fonte: Elaboração da minha autoria a partir dos dados disponibilizados pela ONU em:

<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/gender.shtml>

Anexo XVIII

Missões	Componente Militar									Polícia			Total Geral		
	Observadores Militares			Staff Officers			Contingente de Tropa								
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	M	F	Total	H	M	Total
BINUB	81	0	81	0	0	0	0	0	0	115	0	115	196	0	196
MINURCAT	362	0	362	1048	50	1098	22 815	906	12 721	2427	281	2708	26 652	1237	27 889
MINURSO	2350	50	2400	0	0	0	2004	85	2089	33	33	66	4387	168	4555
MINUSTAH	0	0	0	1019	5	1024	82 125	1413	83 538	114 243	1105	1 115 348	1 197 387	2523	1 119 910
MONUC	6667	306	6973	1787	10	1797	201 823	3766	205 589	11 414	563	11 977	221 691	4645	226 336
UNAMA	186	6	192	0	0	0	0	0	0	75	0	75	261	6	267
UNAMI	127	3	130	0	0	0	2510	135	2645	0	0	0	26370	138	2775
UNAMID	2339	109	2448	4355	196	4541	156 512	3535	160 047	34246	3618	37 864	197 452	7458	204 910
UNDOF	0	0	0	370	18	388	11 896	234	12 130	0	0	0	12 266	252	12 518
UNFICYP	0	0	0	463	21	484	9223	560	9783	627	118	745	10 313	699	11 012
UNFIL	0	0	0	2029	44	2073	139 667	5485	145 152	0	0	0	0	0	0
UNMIK	161	0	161	0	0	0	0	0	0	169	7	176	330	7	337
UNMIL	1516	120	1636	846	38	884	116 674	2671	119 345	12 048	2066	14 114	131 084	4895	135 979
UNMIN	734	39	773	0	0	0	0	0	0	0	0	0	734	39	773
UNMIS	6052	165	6217	1866	61	1927	101 338	1321	102 659	6518	821	7339	115 774	2368	118 142
UNMIT	342	8	350	41	60	47	0	0	0	16 171	663	16 834	16 554	677	17 231
UNMOGIP	497	12	509	0	0	0	0	0	0	0	0	0	497	12	509
UNOCI	2207	116	2323	890	30	920	87 812	1011	88 823	760 776	243	761 019	851 685	1400	853 085
UNOMIG	627	25	652	0	0	0	0	0	0	52	8	60	679	33	712
UNTSO	1693	112	161	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1693	112	1805
Total	25 941	1071	27 012	14 714	479	15 193	934 399	21 122	955 521	1 958 914	9526	1 968 440	2 933 968	32 198	2 966 166

Tabela 6 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2009)

Fonte: Elaboração da minha autoria a partir dos dados disponibilizados pela ONU em:

<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/gender.shtml>

Anexo XIX

Missões	Militares						Polícia						Total Geral		
	Especialistas Militares			Tropas			Polícia Individual			Unidades Policiais Formadas					
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
BINUB	58	0	58	0	0	0	95	0	95	0	0	0	153	0	153
MINURCAT	249	0	249	27 972	409	28 381	1824	187	2011	0	0	0	30045	596	30 641
MINURSO	2374	52	2426	189	69	258	42	41	83	0	0	0	2605	162	2767
MINUSTAH	0	0	0	97 972	1812	99 784	11 991	1972	13 063	18 316	1262	19 578	128 279	4146	132 425
MONUC	4066	176	4242	110 185	2343	112 528	1844	107	1951	5228	96	5324	121 323	2722	124 045
MONUSCO	4110	181	4291	102 120	2138	104 258	1771	157	1928	5285	60	5345	113 286	2536	115 822
UNAMA	175	6	181	0	0	0	45	0	45	0	0	0	220	6	226
UNAMI	146	0	146	2638	15	2653	0	0	0	0	0	0	2784	15	2799
UNAMID	2909	159	3068	197 056	5237	202 293	28 979	4990	33 969	21 908	813	22 721	250 852	11 199	262 051
UNDOF	0	0	0	12 184	351	12 535	0	0	0	0	0	0	12 184	351	12 535
UNFICYP	0	0	0	124 989	5660	0	0	0	0	0	0	0	10 088	927	11 015
UNFIL	0	0	0	124 989	5660	130 649	0	0	0	0	0	0	124 989	5660	130 649
UNMIK	98	0	98	0	0	0	81	9	90	0	0	0	179	9	188
UNMIL	1458	86	1544	96 635	2143	98 778	4966	707	5673	8531	1593	10 124	111 590	4529	116 119
UNMIN	777	58	835	0	0	0	0	0	0	0	0	0	777	58	835
UNMIS	5600	181	5781	111 153	1706	112 859	6706	1290	7996	0	0	0	123 459	3177	126 636
UNMIT	384	19	403	0	0	0	10 539	779	11 318	6477	71	6548	17 400	869	18 269
UNMOGIP	502	12	514	0	0	0	0	0	0	0	0	0	502	12	514
UNOCI	1946	145	2091	78 777	1009	79 786	4320	180	4500	8607	0	8607	73 650	1334	94 984
UNTSO	1614	56	1670	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1614	56	1670
Total	26 466	1131	27 597	971 296	23 659	994 995	73 865	9679	83 544	74 352	3895	78 247	1 145 979	38 364	1 184 343

Tabela 7 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2010)

Fonte: Elaboração da minha autoria a partir dos dados disponibilizados pela ONU em:

<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/gender.shtml>

Anexo XX

Missões	Militares						Policia						Total Geral		
	Especialistas Militares			Tropas			Policia Individual			Unidades Policiais Formadas					
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
BINUB	18	0	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	0	18
MINURSO	2141	56	2197	271	24	295	36	10	46	0	0	0	2448	90	2538
MINUSTAH	0	0	0	94 171	1728	95 899	12 589	1418	14 007	22 628	1998	24 626	129 388	3144	134 532
MONUSCO	1766	283	8049	182 918	3848	186 766	3304	451	3755	10 300	207	10 507	204 288	4789	209 077
UNAMA	131	3	134	0	0	0	22	11	33	0	0	0	153	14	167
UNAMI	138	0	138	2708	175	2883	0	0	0	0	0	0	2846	175	3021
UNAMID	2633	163	2796	189 424	5074	194 498	24 875	5982	30 857	23 732	823	24 555	240 664	12 042	252 706
UNDOF	0	0	0	11 046	422	11 468	0	0	0	0	0	0	11 046	422	11 468
UNFICYP	0	0	0	8840	661	9501	622	96	718	0	0	0	9462	757	10 219
UNFIL	17	0	17	127 081	5741	132 822	0	0	0	0	0	0	127 098	5741	132 839
UNMIK	90	1	91	0	0	0	72	11	83	0	0	0	162	12	174
UNMIL	1421	44	1465	83 618	2259	85 877	4335	683	5018	7831	1389	9220	97 205	4375	101 580
UNMIS	3227	101	3328	78 658	1347	80 005	4522	939	5461	0	0	0	86 407	2387	88 794
UNMIT	346	17	363	0	0	0	7700	858	8558	5339	20	5359	13 385	895	14 280
UNMOGIP	418	29	447	0	0	0	0	0	0	0	0	0	418	29	447
UNOCI	1810	101	1911	93 678	1101	94 779	3610	248	3858	10 520	27	10 547	109 618	1477	111 095
UNTSO	1541	108	1649	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1541	108	1649
UNISFA	504	19	523	11 968	708	12 676	0	0	0	0	0	0	12 472	727	13 199
Total	22 201	925	23 126	884 375	23 088	907 463	61 687	10 707	72 394	80 350	4464	84 814	1 048 613	39 184	1 087 797

Tabela 8 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2011)

Fonte: Elaboração da minha autoria a partir dos dados disponibilizados pela ONU em:

<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/gender.shtml>

Anexo XXI

Missões	Militares						Polícia						Total Geral		
	Especialistas Militares			Tropas			Polícia Individual			Unidades Policiais Formadas					
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
BINUB	12	0	12	0	0	0	10	0	10	0	0	0	22	0	22
MINURSO	2323	67	2390	282	38	320	68	0	68	0	0	0	2673	105	2778
MINUSTAH	0	0	0	85 929	2035	87 964	11 976	1778	13 754	20 673	1624	22 297	118 578	5437	124 015
MONUSCO	8210	288	8498	199 754	4627	204 381	3385	622	4007	11 543	1036	12 579	222 892	6573	229 465
UNAMA	180	6	186	0	0	0	27	16	43	0	0	0	207	22	229
UNAMI	81	0	81	4020	200	4220	20	0	20	0	0	0	4121	200	4321
UNAMID	3375	98	3473	196 553	6502	203 055	29 160	5651	34 811	26 321	477	26798	255 409	12 728	268 137
UNDOF	0	0	0	12 045	405	12 450	0	0	0	0	0	0	12 045	405	12 450
UNFICYP	0	0	0	9524	780	10 304	676	123	799	0	0	0	10 200	903	11 103
UNFIL	0	0	0	134 699	5272	13 997	0	0	0	0	0	0	134 699	5272	13 997
UNIFSA	1333	68	1401	43 187	2329	45 519	8	2	10	0	0	0	44 528	2399	46 927
UNMIK	98	5	103	0	0	0	72	8	80	0	0	0	170	13	183
UNMIL	1498	33	1531	89 630	2108	91 738	4830	664	5494	8641	1490	10 131	104 599	4295	108 894
UNMISS	1583	48	1631	66 268	1322	67 590	5042	999	6041	0	0	0	72 893	2369	75 262
UNMIT	293	5	298	5	1	6	6075	996	7071	4901	20	4921	11 274	1022	12 296
UNMOGIP	436	43	479	0	0	0	0	0	0	0	0	0	436	43	479
UNOCI	2215	109	2324	111 403	1353	112 756	4269	420	4689	11 905	4	11 909	129 792	1886	131 678
UNTSO	1719	66	1785	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1719	66	1785
UNSMIS	719	7	729	0	0	0	0	0	0	0	0	0	719	7	729
Total	24 075	843	24 918	953 299	26 972	980 271	65 618	11 279	76 897	83 934	4651	88 635	1 126 976	43 745	1 170 721

Tabela 9 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2012)

Fonte: Elaboração da minha autoria a partir dos dados disponibilizados pela ONU em:

<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/gender.shtml>

Anexo XXII

Missões	Militares						Polícia						Total Geral		
	Especialistas Militares			Tropas			Polícia Individual			Unidades Policiais Formadas					
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
MINURSO	2214	111	2325	271	44	315	69	0	69	0	0	0	2554	155	2709
MINUSTAH	0	0	0	73 862	2111	75 973	9468	1358	10 826	18 056	1626	19 682	101 386	5095	106 481
MONUSCO	6180	171	6351	214 667	4222	218 889	3717	620	4337	11 391	1049	12 440	235 955	6062	242 017
UNAMA	250	5	255	0	0	0	17	49	66	0	0	0	267	54	321
UNAMI	42	0	42	2993	166	3159	30	0	30	0	0	0	3065	166	3231
UNAMID	3770	235	4005	169 693	6857	176 550	22 270	4881	27 151	27 054	709	27 763	222 787	12 682	235 469
UNDOF	0	0	0	12 474	374	12 848	0	0	0	0	0	0	12 474	374	12 848
UNFICYP	0	0	0	9695	688	10 383	635	167	802	0	0	0	10 330	855	11 185
UNFIL	0	0	0	124 787	4355	129 142	0	0	0	0	0	0	124 787	4355	129 142
UNISFA	1376	93	1469	43 783	2591	46 374	105	39	144	0	0	0	45 264	2723	47 987
UNMIK	104	0	104	0	0	0	67	17	84	0	0	0	171	17	188
UNMIL	1438	78	1516	71 303	2340	73 643	4533	615	5148	9497	1492	10 989	86 771	4525	91 296
UNMISS	1681	41	1722	78 423	2140	80 563	6145	1465	7610	73	0	86 322	3646	3646	89 968
UNMOGIP	427	55	482	0	0	0	0	0	0	0	0	0	427	55	482
UNOCI	2108	150	2258	104 246	1176	105 422	5335	614	5949	10 912	0	10 912	122 601	1940	124 541
UNTSO	1795	61	1856	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1795	61	1856
MINUSMA	0	0	0	31 777	70	31 847	317	50	367	4581	172	4753	36 675	292	36 967
Total	21 385	1000	22 385	937 974	27 134	965 108	52 708	9875	62 583	81 564	5048	86 612	1 093 631	43 057	1 136 688

Tabela 10 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2013)

Fonte: Elaboração da minha autoria a partir dos dados disponibilizados pela ONU em:

<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/gender.shtml>

Anexo XXIII

Missões	Militares						Polícia						Total Geral
	Especialistas Militares			Tropas			Polícia Individual			Unidades Policiais Formadas			
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	
MINURSO	2108	73	2181	256	33	289	44	6	50	0	0	0	2231
MINUSCA	234	8	242	23 869	107	23 976	1157	10	1167	2756	207	2963	27 181
MINUSMA	0	0	0	83 309	877	84 186	1279	126	1405	9321	437	9758	95 349
MINUSTAH	0	0	0	56 527	1801	58 328	7834	1031	8865	15 921	1467	17 388	84 581
MONUSCO	5213	184	5397	210 045	4524	214 569	3030	691	3721	7829	1032	8861	232 548
UNAMA	180	0	180	0	0	0	14	12	26	0	0	0	206
UNAMI	27	0	27	2767	148	2915	30	0	30	0	0	0	2972
UNAMID	3174	144	3318	142 125	5889	148 014	13 333	3505	16 838	21 383	351	21 734	189 904
UNDOF	0	0	0	12 334	449	12 783	0	0	0	0	0	0	12 783
UNFICYP	0	0	0	8899	606	9505	550	159	709	0	0	0	10 214
UNFIL	0	0	0	109 005	3946	112 951	0	0	0	0	0	0	112 951
UNISFA	1304	46	1350	40 459	3340	43 799	188	62	250	0	0	0	45 399
UNMIK	80	16	96	0	0	0	67	11	78	0	0	0	174
UNMIL	1266	94	1360	51 693	1929	53 622	4383	733	5116	10 087	1639	11 726	71 824
UNMISS	1597	48	1645	95 493	2952	98 445	5504	1307	6811	3929	23	3952	110 853
UNMOGIP	426	35	461	0	0	0	0	0	0	0	0	0	461
UNOCI	1901	131	2032	77 843	900	78 743	4821	321	5142	9838	0	9838	95 755
UNTSO	1682	49	1731	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1731
Total	19 192	972	20 020	914 624	27 501	942 125	42 234	7974	50 208	81 064	5156	86 220	1097 117

Tabela 11 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2014)

Fonte: Elaboração da minha autoria a partir dos dados disponibilizados pela ONU em:

<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/gender.shtml>

Anexo XXIV

Missões	Militares						Policia						Total Geral
	Especialistas Militares			Tropas			Policia Individual			Unidades Policiais Formadas			
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	
BINUB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MINURSO	2213	36	2249	281	56	337	38	18	56	0	0	0	2642
MINUSCA	1585	69	1654	105 992	996	106 988	2800	558	3358	14 451	908	15 359	127 359
MINUSMA	118	8	126	115 212	1989	117 201	2240	177	2417	9871	410	10 281	130 025
MINUSTAH	0	0	0	36 540	1362	37 902	7665	1137	8802	15 829	1527	17 356	64 060
MONUSCO	5508	186	5694	212 424	6098	218 522	3318	780	4098	8408	1242	9650	237 964
UNAMA	159	0	159	0	0	0	32	17	49	0	0	0	208
UNAMI	4	0	4	2722	154	2876	0	0	0	0	0	0	2880
UNAMID	2115	76	2191	161 112	6261	167 373	12 499	3769	16 268	21 507	366	21 873	207 705
UNDOF	0	0	0	9378	332	9710	0	0	0	0	0	0	9710
UNFICYP	0	0	0	9676	656	10 332	629	130	759	0	0	0	11 091
UNFIL	0	0	0	120 801	4669	125 470	0	0	0	19	0	19	125 470
UNISFA	1220	174	1394	46 844	3384	50 228	195	57	252	0	0	0	51 874
UNMIK	90	6	96	0	0	0	64	29	93	0	0	0	189
UNMIL	1315	83	1398	44 626	1989	46 615	3871	895	4766	10 102	1887	11 989	64 768
UNMISS	2141	72	2213	129 134	4585	133 719	5031	1331	6362	5794	686	6480	148 774
UNMOGIP	496	315	811	0	0	0	0	0	0	0	0	0	811
UNOCI	1986	164	2150	64 096	1220	65 316	4960	588	5548	11 919	0	11 919	84 933
UNTSO	1679	83	1762	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1762
Total	20 629	1272	21 617	1 058 838	33 751	1 092 589	43 342	9477	52 828	97 900	7026	104 907	1 271 941

Tabela 12 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2015)

Fonte: Elaboração da minha autoria a partir dos dados disponibilizados pela ONU em:

<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/gender.shtml>

Anexo XXV

Missões	Militares						Policia						Total Geral
	Especialistas Militares			Tropas			Policia Individual			Unidades Policiais Formadas			
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	
MINURSO	2278	85	2363	252	58	310	0	0	0	0	0	0	2673
MINUSCA	1922	79	2001	119 923	1644	121 567	3729	511	4240	16 960	1107	18 067	145 875
MINUSMA	432	30	462	125 791	2272	128 063	10 496	399	10 895	10 496	545	11 041	150 461
MINUSTAH	0	0	0	27 305	1242	28 547	7541	1249	8790	18 180	1602	19 782	57 119
MONUSCO	5246	301	5547	198 304	6564	204 868	3378	766	4144	10 837	1223	12 060	226 619
UNAMA	129	0	129	0	0	0	46	7	53	0	0	0	182
UNAMI	0	0	0	2743	161	2904	0	0	0	0	0	0	2904
UNAMID	1825	86	1911	159 962	5684	165 646	13 475	2999	16 474	21 352	420	21 772	205 803
UNDOF	0	0	0	9400	312	9712	0	0	0	0	0	0	9712
UNFICYP	0	0	0	9904	746	10 650	612	174	786	0	0	0	11 436
UNFIL	0	0	0	122 192	4665	126 857	0	0	0	0	0	0	126 857
UNISFA	1259	200	1459	49 435	3361	52 796	136	41	177	0	0	0	54 432
UNMC	836	116	952	0	0	0	0	0	0	0	0	0	952
UNMIK	92	0	92	0	0	0	58	29	87	0	0	0	179
UNMIL	658	75	733	20 232	1233	21 465	1896	447	2343	5777	488	6265	30 806
UNMISS	2202	76	2278	137 695	5437	143 132	5354	1337	6691	8079	1311	9390	161 491
UNMOGIP	475	35	510	0	0	0	0	0	0	0	0	0	510
UNOCI	1546	117	1663	31 603	3794	35 397	3881	547	4338	6794	0	6794	48 192
UNSOM	81	0	81	5456	456	5912	116	28	144	0	0	0	6137
UNSOS	0	0	0	160	4	164	0	0	0	0	0	0	164
UNTSO	1135	59	1194	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1194
Total	20 116	1259	21 375	1 020 357	37 633	1 057 990	50 718	8534	59 162	98 475	6696	105 171	1 243 698

Tabela 13 – Estatísticas de Género nas Missões de Paz da ONU (2016)

Fonte: Elaboração da minha autoria a partir dos dados disponibilizados pela ONU em:

<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/gender.shtml>

Anexo XXVI

Missões de manutenção da paz
MINURCAT – Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e Chade, Setembro de 2007
Enquadramento legal: Resolução 1778; missão em concertação com a União Europeia
Efectivos: 2.637 (dos quais 2.368 tropas)
Baixas: 2
Orçamento aprovado: US\$690,75 milhões (Julho 2009 - Junho 2010)
UNAMID – Força Híbrida Nações Unidas /União Africana no Darfur, Julho de 2007 (iniciada em 31 Dezembro, 2007)
Enquadramento legal: Resolução 1769, missão conjunta com a União Africana
Efectivos: 18.810 (dos quais 14.659 tropas)
Baixas: 43
Orçamento aprovado: US\$1.598,94 milhões (Julho 2009 - Junho 2010)
UNMIS – Missão das Nações Unidas no Sudão, Março de 2005
Enquadramento legal: Resolução 1590
Efectivos: 9.723 (dos quais 8.545 tropas)
Baixas: 47
Orçamento aprovado: US\$958,35 milhões (Julho 2009 - Junho 2010)
UNOCI – Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim, Fevereiro de 2004
Enquadramento legal: Resolução 1528, no seguimento de Missão da CEDEAO
Efectivos: 8.385 (dos quais 7.027 tropas)
Baixas: 60
Orçamento aprovado: US\$491,77 milhões (Julho 2009 - Junho 2010)
UNMIL – Missão das Nações Unidas na Libéria, Setembro de 2003
Enquadramento legal: Resolução 1509, no seguimento de Missão da CEDEAO
Efectivos: 11.516 (dos quais 10.046 tropas)
Baixas: 139
Orçamento aprovado: US\$561 milhões (Julho 2009 - Junho 2010)
MONUC – Missão de Organização das Nações Unidas na R. D. Congo, Novembro de 1999
Enquadramento legal: Resolução 1291
Efectivos: 18.638 (dos quais 16.844 tropas)
Baixas: 149
Orçamento aprovado: US\$1.350,00 milhões (Julho 2009 - Junho 2010)
MINURSO – Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sara Ocidental, Setembro de 1991
Enquadramento legal: Resolução 690
Efectivos: 242 (dos quais 20 tropas)
Baixas: 15
Orçamento aprovado: US\$53,53 milhões (Julho 2009 - Junho 2010)
Missões políticas / <i>peacebuilding</i>
BONUCA – United Nations Peace-Building Office in the Central African Republic
UNOGBIS – United Nations Peace-Building Support Office in Guinea-Bissau
UNOWA – United Nations Office for West Africa
UNIPSIL – United Nations Integrated Peacebuilding Office in Sierra Leone
UNPOS – United Nations Political Office for Somalia
BINUB – United Nations Integrated Office in Burundi

Tabela 14 – Missões da ONU em África

Fonte: Ferreira, 2010.

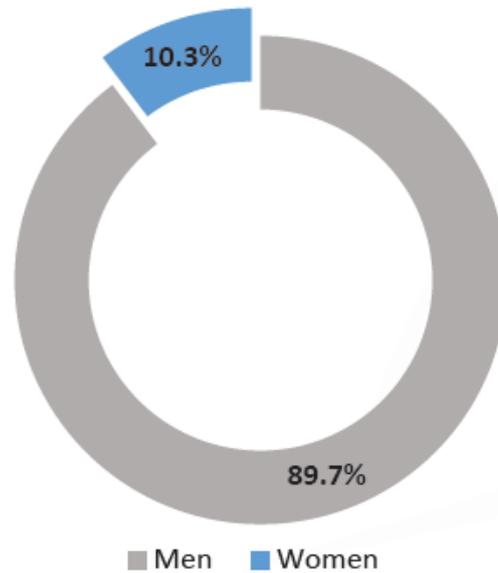
Anexo XXVII

País	N	%
Alemanha	5 263	2.8
Bélgica	3 202	7.6
Canadá	6 558	11.4
Dinamarca	863	5.0
Espanha	6 462	5.8
Estados Unidos	198 452	14.0
França	27 516	8.5
Grécia	6 155	3.8
Holanda	4 170	8.0
Hungria	3 017	9.6
Itália	438	0.1
Luxemburgo	47	0.6
Noruega	1 152	3.2
Polónia	277	0.1
Portugal	2 875	6.6
Reino Unido	16 623	8.1
República Checa	1 991	3.7
Turquia	917	0.1
Total	285 978	

Tabela 15 – Representação feminina nas Forças Armadas dos países da NATO (2000)

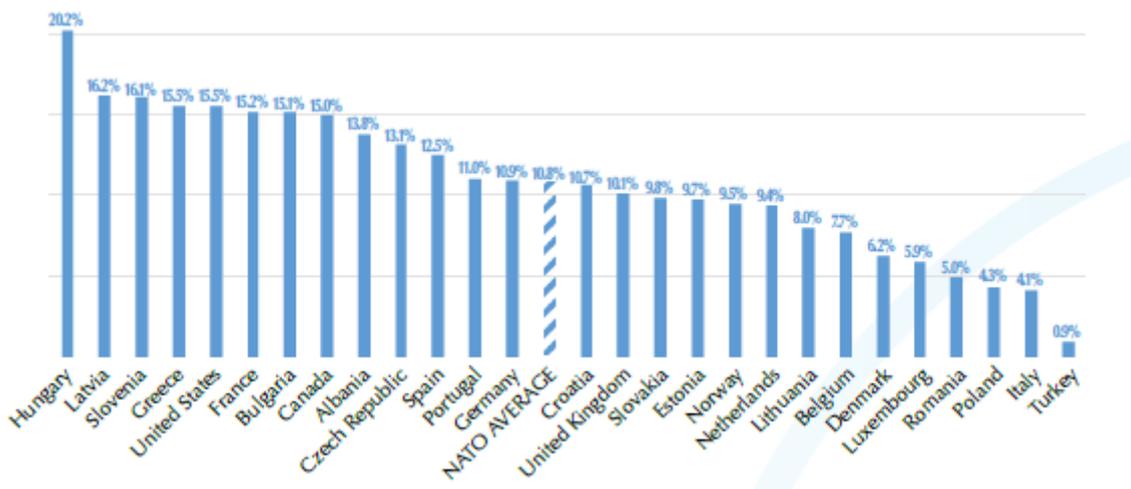
Fonte: Carreiras, 2004

Anexo XXVIII



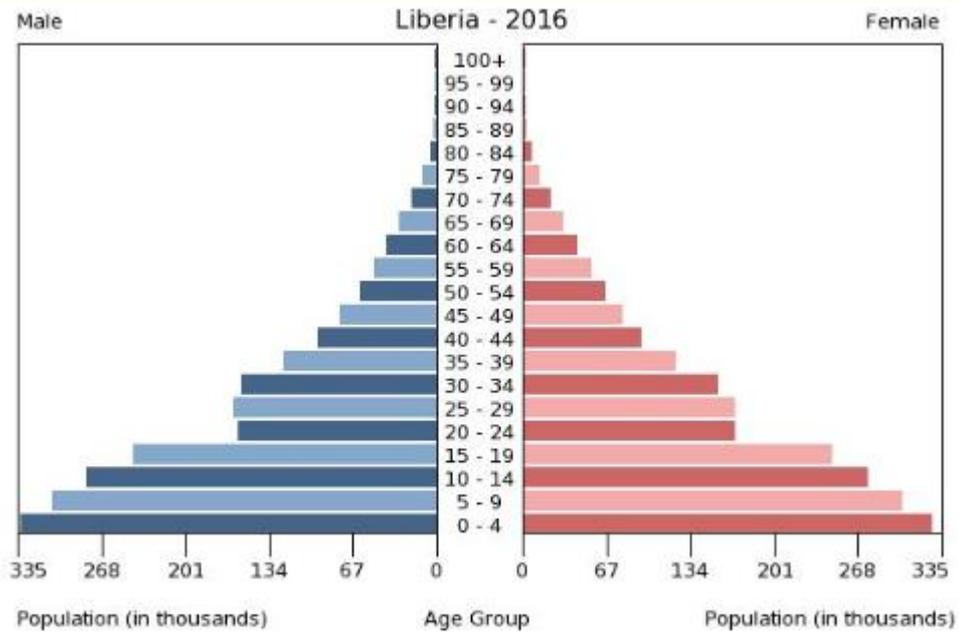
Quadro 4 – Média de homens e mulheres nas forças armadas dos Estados-membros em 2014
 Fonte: NATO, 2016

Anexo XXIX



Quadro 6 – Pessoal militar feminino ativo nas forças armadas das nações membro da NATO, por país
 Fonte: NATO, 2017

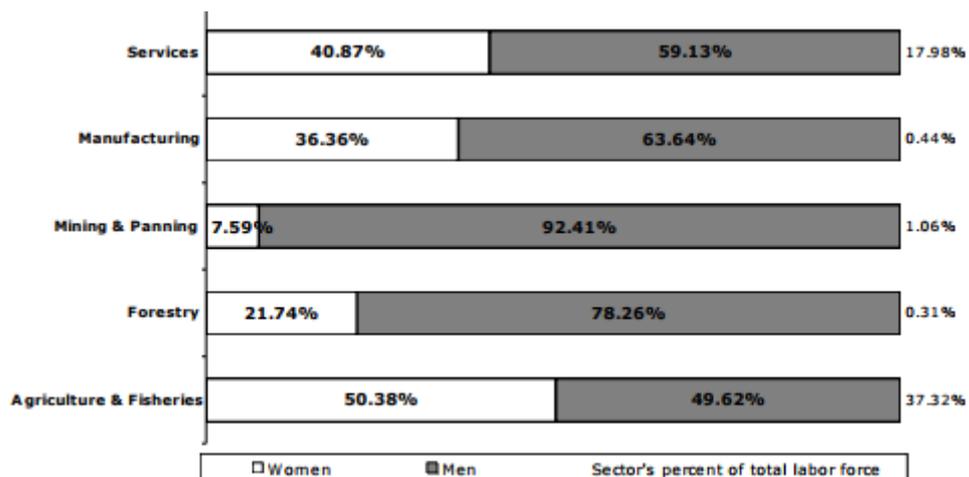
Anexo XXX



Quadro 7 – Pirâmide da População

Fonte: World Factbook, 2017

Anexo XXXI



Quadro 8 – Representação do gênero por setor de atividade

Fonte: The Liberia National Gender Policy, 2008

Anexo XXXII



Figura 16. Fotografia de Leymah Gbowee

Fonte: <https://www.fastcompany.com/1786780/how-nobel-peace-prize-winner-leymah-gbowee-unified-liberian-women>